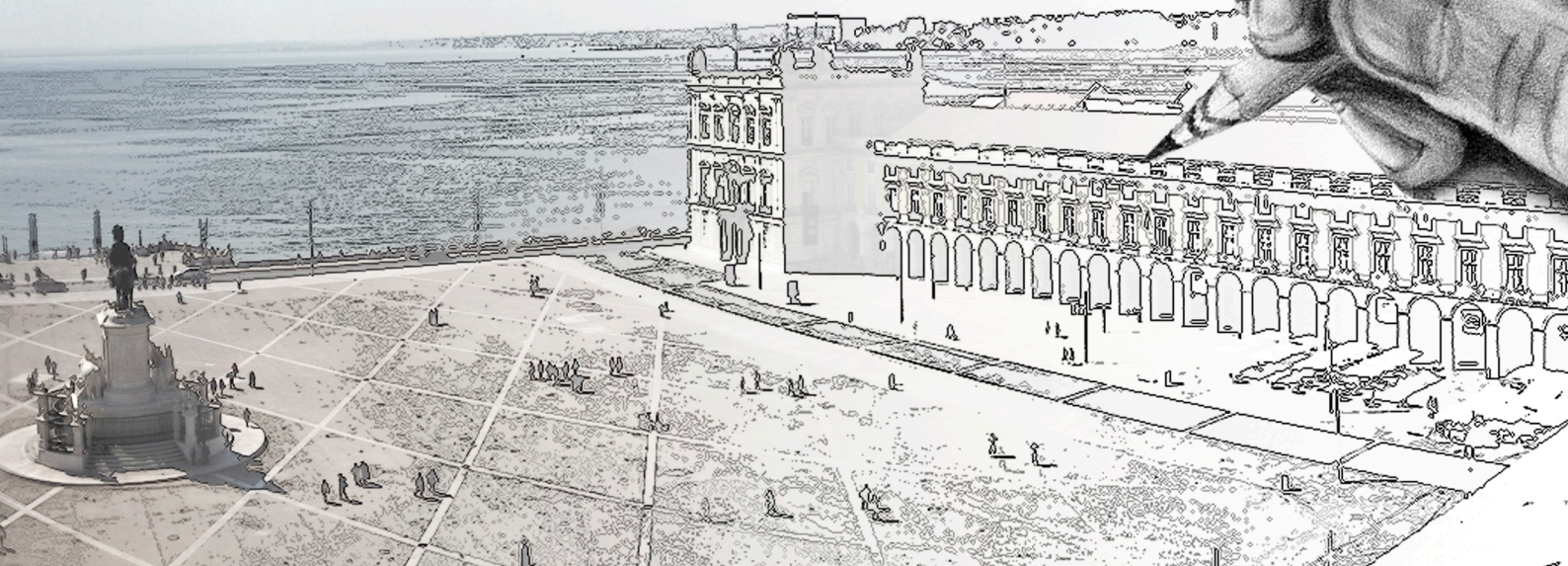


ESTUDOS SOBRE A CIDADE

ESPAÇOS

VIVIDOS • CONSTRUÍDOS



Volume 1 | Número 8 | 2019

ISSN 2183-4644

PRÁTICAS COLABORATIVAS

ARQUITECTURA E PARTICIPAÇÃO

SAAL NA PERSPECTIVA DA CIÊNCIA POLÍTICA

INTERVENÇÃO NO ESPAÇO PÚBLICO

DESIGN E FOTOGRAFIA

CONCEPÇÃO COLABORATIVA

ARQUITECTURA DA LIBERDADE

BRINCANDO COM PNEUS

Ficha Técnica

Título

Espaços vividos e espaços construídos: estudos sobre a cidade - Revista nº8

Coordenação

José Luís Crespo (CIAUD, FAUL)

Edição

Centro de Investigação em Arquitetura, Urbanismo e Design/CIAUD

Faculdade de Arquitetura da Universidade de Lisboa

Rua Sá Nogueira | Pólo Universitário | Alto da Ajuda

1349-055 Lisboa – PORTUGAL _ Tel.: +351 21 361 5817

E-mail: ciaud@fa.ulisboa.pt _ Sítio: <http://ciaud.fa.ulisboa.pt/>

Indexação

Latindex

Conselho de Redação

Maria Manuela Mendes; Teresa Sá; José Luís Crespo; Carlos Ferreira; Jorge Nicolau

Conselho Editorial

Alessia de Biase, Laboratoire Architecture Anthropologie, ENSA Paris La Villette; Elisabete Freire, FAUL; Fernando Moreira da Silva, FAUL; Filipa Ramalheite, UAL; Frank Eckardt, Bauhaus-Universität Weimar, Fakultät Architektur und Urbanistik; Graça Índias Cordeiro, CIES-ISCTE; Graça Moreira, FAUL; Hugo Farias, FAUL; Inês Simões, FAUL; Isabel Guerra, ISCTE-IUL e UCP; Isabel Raposo, FAUL; João Cabral, FAUL; Jorge Macaísta Malheiros, IGOT-UL; Rita Almendra, FAUL; Sofia Morgado, FAUL; Tânia Ramos, FAUL; Tommaso Vitale, Centre d'études européennes, Sciences Po Urban School; Virgílio Borges Pereira, ISFLUP

Diretora

Maria Manuela Mendes

Créditos

Ilustração da Capa

Miguel Rafael

Design gráfico

Samantha Alves Martinho

Edição digital

ISSN: 2183-4644

url: http://biblioteca.fa.ulisboa.pt/images/revistas/espacos_vividos_e_espacos_construidos8.pdf

Apoios

FCT – Fundação para a Ciência e Tecnologia, Ministério da Educação e Ciência

CIAUD – Centro de Investigação em Arquitetura, Urbanismo e Design da Faculdade de Arquitetura da Universidade de Lisboa

Apresentação de originais:

Os textos submetidos para publicação terão que respeitar um conjunto de normas formais indicadas em lugar próprio (ver Índice).

ESTUDOS SOBRE A CIDADE

ESPAÇOS

VIVIDOS • CONSTRUÍDOS

Revista número 8
Dezembro 2019

ÍNDICE

7

Editorial

8

Lista de Autores

13

Nota Introdutória

» Portugal

16

Práticas colaborativas e ensino da Arquitetura. A experiência dos Laboratórios de Intervenção em Arquitetura *in situ*/, *Filipa Ramalhe*, *Joana Pestana*, *Sérgio Silva*, *José Castro Caldas*

25

Arquitetura e Participação – Uma Experiência de Ensino de Projeto, *Teresa Madeira da Silva*

33

SAAL na perspectiva da ciência política: participação e qualidade da democracia, *Camila Rodrigues*

40

Intervenção no Espaço Público através da construção coletiva: o caso “Abraçar Santiago” em Aveiro, Portugal, *Beatriz Melo*, *Cecília Porta*, *Lucas de Macedo*, *Vanessa Passos*

47

Design e Fotografia para a promoção da inclusão social em bairros sociais de Lisboa – Projecto Moro aqui ao lado, *Maria Lourenço*

» Angola, Brasil e Timor Leste

56

Concepção colaborativa, Projeto participativo: experiências de ensino e extensão no Curso de Arquitetura e Urbanismo – Universidade Estadual do Maranhão, *Marluce Wall Venancio*, *Jussara Nogueira*, *Ana Karoline Costa*, *Ana Branco*, *Jessica Carvalho*, *Thalyta Ferreira*, *Thamires Alves*

66 Participação, insurgência e descolonização do planejamento urbano e a universidade, *Débora Cavalcanti*

73 Arquitetura da liberdade: A experiência do comum, *Marcella Arruda*

84 Brincando com pneus. Uma área de lazer na Associação do Loreto com a participação de todos, *Jussara Nogueira, Rebeca Batista*

91 Casas e a ocupação do Mercado Sul Vive. Desafios e abordagem do processo participativo para o projeto de revitalização do Mercado Sul de Taguatinga, em Brasília, *Liza Andradea, Raíssa Gramachob, Gabriel Perucchic, Sacha Pereira, Máwere Portela, Carmen Jimenezf, Thalyta Fernandes, Igor Araújo, Victor Rocha, Oscar Ferreira, Vanda Zanonik, Carlos Lunal*

103 Estudo de impacto de vizinhança: Questões e desafios da participação Cidadã. Reflexões a partir da experiência de Belo Horizonte, Brasil, *Rogério Araújo e Ana Campante*

111 Processo de Planeamento Participado: o caso do Plano Diretor de Ordenamento Territorial da Região Administrativa Especial de Oé-Cusse Ambeno – Timor-Leste, *António Amado, Inês Ramalhete, João Freitas, Evelina Rodrigues, Ana Silva, Miguel Amado*

119 Tradições e urbanidade na sociedade Bantu: os usos cotidianos e a relação com a produção nos *musseques* de Luanda, *Pedro Ferro*

125 Normas para apresentação

127 Referees

Editorial

As relações entre o espaço e a sociedade são mote de discussão que perpassa os vários textos que constituem o número 8 da *Revista Espaços Vivos e Espaços Construídos: Estudos sobre a Cidade* e que toma como enfoque central os processos participados.

Grande parte dos textos assume um caráter pedagógico relevante, na medida em que versam sobre experiências de caráter muito pragmático, envolvendo um intenso e profícuo trabalho com as comunidades locais, em países tão distintos como Portugal, Brasil, Angola e Timor Leste. Emergem novas formas de conceber e fazer cidade e de fazer Arquitetura, concomitantemente, reflete-se sobre o papel do arquiteto e urbanista na contemporaneidade, abrindo-se novas e desafiadoras oportunidades de trabalho de caráter interdisciplinar.

Entre outras questões, a participação dos cidadãos na produção do espaço, as práticas de trabalho colaborativo, as estratégias *bottom-up*, o papel da universidade na comunidade são aqui equacionadas por autores com *backgrounds* muito distintos, revelando a (multi e) interdisciplinaridade que caracteriza estas abordagens que cruzam o design, a arquitetura, o urbanismo e as ciências sociais.

É de reconhecer que as questões da participação têm ganho um crescente interesse e destaque não só na prática da Arquitetura, Urbanismo e Design, mas também no ensino/aprendizagem destas áreas disciplinares. Encontramos nes-

te número experiências em termos de ensino/aprendizagem, principalmente nas áreas do urbanismo e da arquitetura, que questionam os modos tradicionais de ensino ainda praticados nas instituições universitárias, colocando na agenda da discussão académica e política a necessidade de se equacionar de forma séria o lugar da extensão universitária, nomeadamente em Portugal.

O presente número é coordenado por José Luís Crespo, a quem a direção da Revista agradece o trabalho desenvolvido.

Maria Manuela Mendes

Lista de Autores

Ana Branco - Graduada de Arquitetura e Urbanismo da UEMA – EMAU Solar. Email: apaulafbranco@gmail.com

Ana Campante - Arquiteta e Especialista em Urbanismo pela UFMG, Sócia-diretora e membro da equipe técnica permanente da Práxis Projetos e Consultoria Ltda. Email: ana@praxisbh.com.br

Ana Karoline Costa - Graduada de Arquitetura e Urbanismo da UEMA. Bolsista BEX (extensão) FAPEMA. Email: anakarolinegcosta@gmail.com

Ana Silva, e GEOTPU LAB, IST - UL. Email: ana_isabel53@campus.fct.unl.pt

Antje Steinmuller - Assistant Professor. California College of the Arts. Email: asteinmuller@cca.edu

António Amado - CIAUD Centro de investigação em Arquitetura, Urbanismo e Design. FA-UL. Email: antonioribeiroamado@campus.ul.pt

Beatriz Melo - Universidade de Aveiro, Portugal. Email: mbalmeida@ua.pt

Camila Rodrigues - Bolseira de doutoramento em ciência política. FCSH-UNL/ IPRI. Email: camilapombeiro@gmail.com

Carlos Lunal - Professor consultor do projeto da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Brasília. Email: carlosluna@unb.br

Carmen Jimenezf - Estudante da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Brasília. Email: cahjimenezc@gmail.com

Cecília Porta - Politecnico di Milano, Itália. Email: cecilia.porta@mail.polimi.it

Débora Cavalcanti - Doutorada em Planejamento Urbano (LSE – UK), Professora Adjunta (FAU/UFAL), Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da UFAL (Universidade Federal de Alagoas), Brasil. Email: debora_cavalcanti@hotmail.com

Evelina Rodrigues - GEOTPU LAB, IST - UL. Email: ebm@fct.unl.pt

Filipa Ramalhete - CEACTION/UAL - Centro de Estudos de Arquitetura, Cidade e Território da Universidade Autónoma de Lisboa e CICS.Nova - Centro de Investigação Interdisciplinar da Universidade Nova de Lisboa. Email: framalhete@netcabo.pt

Gabriel Perucchi - Estudante da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Brasília. Email: g.perucchi@gmail.com

Igor Araújo - Estudante da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Brasília. Email: igor_a_raujo@hotmail.com

Inês Ramalhete - CIAUD - Centro de investigação em Arquitetura, Urbanismo e Design. FA - UL. Email: i.ramalhete@fct.unl.pt

Jessica Carvalho - Graduanda de Arquitetura e Urbanismo da UEMA. Bolsista Iniciação Científica FAPEMA. Email: jessicarvalho.arq@gmail.com

Joana Pestana - CIAUD – Centro de Investigação em Arquitetura, Urbanismo e Design da Faculdade de Arquitetura de Lisboa. Email: joana.pestana@gmail.com

João Freitas - GEOTPU LAB, IST - UL. Email: jc.freitas@fct.unl.pt

José Castro Caldas - CEACT/UAL - Centro de Estudos de Arquitetura, Cidade e Território da Universidade Autónoma de Lisboa. Email: josecastrocaldas@gmail.com

Jussara Nogueira - Doutoranda Universidade de Lisboa, Arquitecta e Urbanista. Professora do Curso de Arquitetura e Urbanismo da UEMA. Email: nogueira.jussara@gmail.com

Liza Andrade - Coordenadora do Escritório Modelo CASAS e Professora da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Brasília. Email: lizamsa@gmail.com

Lucas de Macedo - Universidade de Aveiro, Portugal. Email: lucasmacedo@ua.pt

Marcella Arruda - Arquitecta e urbanista formada pela Escola da Cidade - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. Pesquisa desenvolvida como Trabalho de Conclusão de Curso em 2016. Email: marcella_arruda@hotmail.com

Maria Lourenço - Doutoranda em Design e Designer Gráfica. Faculdade de Arquitetura da Universidade de Lisboa. Email: milourenco.7@gmail.com

Marluce Wall Venancio - Doutora em Urbanismo, Arquitecta e Urbanista. Professora do Curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Estadual do Maranhão – UEMA. Email: marlucewall@gmail.com

Máwere Portela - Estudante da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Brasília. Email: m_herisson@live.com.

Miguel Amado - CERIS – Civil Engineering Research and Innovation for Sustainability. IST – UL. Email: miguelpamado@tecnico.ulisboa.pt

Oscar Ferreira - Professor consultor do projeto da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Brasília. Email: oscar@unb.br

Pedro Manuel Trouão Ferro - Doutorando em Urbanismo na Faculdade de Arquitectura da Universidade de Lisboa. Licenciado em Arquitectura pela Escola Superior de Belas Artes de Lisboa (1979). Desenvolve a sua actividade como arquitecto em Portugal (desde 1979) e em Angola (desde 2007). E-mail: arqtopferro@gmail.com

Raíssa Gramachob - Estudante da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Brasília. Email: raigramacho@gmail.com

Rebeca Batista - Graduanda em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Estadual do Maranhão. Email: rebecagomes115@gmail.com.br

Rogério Araújo - Doutor em Geografia, Professor Adjunto do Departamento de Urbanismo da UFMG, Colaborador do CIAUD, Faculdade de Arquitectura da Universidade de Lisboa. Email: rogeriopalharesa-raujo@gmail.com

Sacha Pereira - Estudante da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Brasília. Email: sacha.qpereira@gmail.com

Sérgio Silva - CEAUT/UAL - Centro de Estudos de Arquitectura, Cidade e Território da Universidade Autónoma de Lisboa. Email: sergioserva@gmail.com

Teresa Madeira da Silva - Professora Auxiliar no Departamento de Arquitectura do ISCTE-IUL, Instituto Universitário de Lisboa). ISCTE-IUL / DINAMIA'CET-IUL. Email: teresa.madeira@iscte.pt

Thalyta Ferreira - Graduanda de Arquitectura e Urbanismo da UEMA. Bolsista Iniciação Científica FAPEMA. Email: thalhyf@gmail.com

Thalyta Fernandes - Estudante da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Brasília. Email: thalhyf@gmail.com

Thamires Alves - Graduanda de Arquitectura e Urbanismo da UEMA. Bolsista Iniciação Científica UEMA. Email: thamiresfrota91@gmail.com

Vanda Zanonik - Professora consultora do projeto da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Brasília. Email: vandaz@terra.com.br

Vanessa Passos - Universidade de Aveiro, Portugal. Email: passos.va@gmail.com

Victor Rocha - Estudante da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Brasília. Email: rocha2395@gmail.com

Nota Introdutória

O congresso internacional “PROJETAR A CIDADE COM A COMUNIDADE: Reflexões sobre processos participados” teve lugar nas instalações da Faculdade de Arquitetura – Universidade de Lisboa, nos dias 8 e 9 de junho de 2017. Surgiu como uma reflexão e desenvolvimento do trabalho de investigação do grupo de Investigação GEU (Grupo Interdisciplinar de Estudos Urbanos), para apresentar alguns dos resultados da experiência obtida nos 2 *workshops* que decorreram nos meses de abril e maio de 2017, na área histórica de Carnide e no Bairro Padre Cruz, Carnide. Esteve em debate o tema da participação na Arquitetura, Urbanismo e Design e a sua importância na definição das práticas e dos mecanismos das políticas e na gestão urbana. Contámos com a parceria entre o CIAUD (Centro de Investigação em Arquitetura, Urbanismo e Design), a FA. ULisboa (Faculdade de Arquitetura, Universidade de Lisboa), a JFC (Junta de Freguesia de Carnide), a FCT (Fundação para a Ciência e a Tecnologia) e a APC (Associação Portuguesa da Cor). Neste congresso participaram mais de 150 pessoas. Realizaram-se 3 conferências, 4 sessões de mesas redondas, 18 sessões paralelas com 71 apresentações, o lançamento do número 4 da *E-Revista: Espaços Vividos Espaços Construídos: estudos sobre a cidade* e ainda o evento de encerramento com um churrasco para o convívio de todos os participantes. Organizaram-se dois eventos fora da FA: uma visita guiada ao Bairro Padre Cruz, em Carnide; o lançamento do livro *Architecture and the Social*

Sciences e uma sessão de curtas-metragens com apresentação de projetos em Lisboa por parte de 5 coletivos de arquitetura, urbanismo e design e do grupo GEU.

Como resultado e expressão do congresso foram apresentadas 41 propostas de artigos para publicação na *E-Revista: Espaços Vividos Espaços Construídos*, e após um período longo e difícil de revisão e edição, apresentam-se 17 textos, distribuídos pelos números 8 e 9 desta revista. Os artigos que integram esta publicação refletem abordagens e reflexões teóricas sobre os processos participados e projetar com as comunidades, mas principalmente experiências e práticas em contextos geográficos diferentes. Especificamente, o **número 8** da revista apresenta artigos em português, com abordagens e exemplos de práticas e processos participados em Portugal, principalmente no Brasil, e um caso em Timor-Leste.

Mesmo com o hiato temporal entre a realização do Congresso e esta publicação, consideram-se as reflexões e as práticas apresentadas nestes artigos sobre os processos participados e projetar com as comunidades, relevantes e atuais para a comunidade académica.

José Luís Crespo
Lisboa, Março 2021

PORTUGAL

Práticas colaborativas e ensino da Arquitetura

A experiência dos Laboratórios de Intervenção em Arquitetura in situ/

Filipa Ramalhete^a, Joana Pestana^b, Sérgio Silva^c, José Castro Caldas^d

Resumo

Neste texto apresenta-se o projeto de Laboratório de Intervenção em Arquitetura in situ/, iniciado em 2012 e que conta já com sete edições. Trata-se de um projeto de intervenção na comunidade, promovido pelo CEACTION/UAL – Centro de Estudos de Arquitetura, Cidade e Território da Universidade Autónoma de Lisboa, com parcerias da Câmara Municipal de Almada e de diversas instituições locais. São apresentadas as experiências já realizadas, bem como uma análise crítica sobre o projeto e exploradas as dimensões das estratégias dos vários atores face aos objetivos de cada edição. O texto apresenta uma análise crítica do planeamento tradicional, e de intervenções alternativas a ele, que discutem a capacidade dos agentes intervirem e influenciarem o sistema tradicional, questionando a capacidade deste integrar abordagens que apontem novas soluções para velhos problemas. Estas intervenções são vistas à luz dos conceitos de comunidade, comunidade de prática e agencialidade espacial, que nos permitem enquadrar as experiências de intervenção recente como iniciativas que procuram dar respostas aos problemas que o planeamento tradicional, não obstante as suas virtudes, não tem conseguido resolver. Através do caso de estudo apresentado, defende-se que é de considerar a capacidade de agencialidade espacial dos atores nestes processos, na medida em que possuem capacidade de intervir na estrutura sociocultural, promovendo uma intervenção ativa, impulsionadora de mudanças a longo prazo.

Palavras-Chave

Arquitetura, Práticas colaborativas, Comunidade de prática, Almada

Abstract

This text presents the project Laboratory of Intervention in Architecture in situ/, started in 2012 and already with seven editions. It is a project of intervention in the community, promoted by CEACTION/UAL – Centro de Estudos de Arquitetura, Cidade e Território da Universidade Autónoma de Lisboa, with the partnerships of the Municipality of Almada and several local institutions. We present the experiences already carried out, as well as a critical analysis of the project, and explore the strategies of the various actors in each edition. The text presents a critical analysis of traditional planning, and of alternative interventions to it, which discuss the agents' ability to intervene and influence the traditional system, questioning its ability to integrate approaches that point out new solutions to old problems. These interventions are seen having as a starting point the concepts of community, community of practice and spatial agency, which allow us to observe recent intervention experiences as initiatives to respond to the problems that traditional planning, despite its virtues, has not been able to solve. Through the case study presented, it is argued that it is necessary to consider the actors spatial agency capacity in these processes, as they have the capacity to intervene in the socio-cultural structure, promoting an active intervention that drives long-term changes.

Keywords

Architecture, Collaborative practices, Community of practice, Almada

^a CEACTION/UAL - Centro de Estudos de Arquitetura, Cidade e Território da Universidade Autónoma de Lisboa e CICS.Nova - Centro de Investigação Interdisciplinar da Universidade Nova de Lisboa. Email: framalhete@netcabo.pt

^b CIAUD - Centro de Investigação em Arquitetura, Urbanismo e Design da Faculdade de Arquitetura de Lisboa. Email: joana.pestana@gmail.com

^c CEACTION/UAL - Centro de Estudos de Arquitetura, Cidade e Território da Universidade Autónoma de Lisboa. Email: sergioserva@gmail.com

^d CEACTION/UAL - Centro de Estudos de Arquitetura, Cidade e Território da Universidade Autónoma de Lisboa. Email: josecastrocaldas@gmail.com

Introdução¹

A complexidade crescente dos sistemas urbanos, a par com a crescente globalização dos saberes e a crise económico-financeira da última década, estão na origem de um aceso debate, sobre a cidade enquanto espaço socialmente produzido e em constante mutação. Neste contexto, o planeamento de génese racionalista tem vindo a ser questionado, em confronto com abordagens que colocam a ênfase no processo e não no produto final, apelando a metodologias colaborativas que partem do princípio de que os cidadãos podem ter um papel ativo na definição e na transformação do espaço que habitam (Healey, 1997, 2003).

Em consequência, multiplicaram-se, nas últimas décadas, intervenções em territórios diversos, com destaque para os de exclusão ou resultantes de processos de perda de vitalidade urbana (por exemplo em UN-HABITAT, 2010). No entanto, dada a enorme diversidade de espaços e contextos, estas intervenções tendem a sublinhar as particularidades de cada experiência, registando-se algumas dificuldades de objetivação e sistematização de conceitos e práticas. Ao mesmo tempo que se banalizam termos como “participação” e “colaboração”, persiste a dúvida subjacente à definição clara das fronteiras e abrangência destes conceitos (Ramalhete e Gato, 2016). As dificuldades crescem quando a estes termos se associam outros também eles difusos e fluídos, como é o caso de “população” e “comunidade”. Em particular, multiplicam-se as referências à “participação da população” e a “projetos com a comunidade”. Se a população pode ser considerada (pelo menos em parte e com recurso a alguma simplificação) um conceito estatístico - que compreende os residentes, podendo incluir alguns presentes não residentes - mas sem uma conotação identitária associada, já a “comunidade” é um conceito mais complexo e cujas referências académicas de várias décadas remetem para o corpo teórico das ciências sociais, a partir do século XIX (Guérin, 2004), sendo, entre outros, incontornáveis os contributos de Tönnies (que no final do século XIX opôs comunidade a sociedade (2004 [1887]), Redfield (1956) ou Nisbet (2004), que considerou este um dos cinco conceitos fundamentais da sociologia.

A definição de comunidade, apesar dos vários contornos disciplinares e evoluções, remete tendencialmente para um grupo socialmente identificável, com uma escala pequena a média, que partilha um referencial comum enquanto grupo, quer em termos identitários, quer em termos de autodefinição. No entanto, dada a polissemia e

complexidade do conceito, alguns autores chegam a questionar a pertinência do termo *per se*, dado que, como afirma Guérin (2004), estamos na presença de um conceito que é vítima do seu próprio sucesso – correndo-se o risco de o transformar meramente num produto de marketing, anacrónico e nostálgico, onde o “local” é uma construção retórica (Appadurai, 1996), que legitima intervenções e análises externas. Guérin chama igualmente a atenção para a emergência, nas últimas décadas, de conceitos que parecem equivalentes, nascidos no contexto das novas tecnologias mas que começam a extravasar desse âmbito, como é o caso de “comunidades virtuais” ou “comunidades de prática”. Esta tendência semântica de caracterização da comunidade poderá ser uma alternativa de discussão para superar o impasse concetual no qual esta parece encontrar-se aprisionada.

Como tal, e no contexto deste texto, parecem-nos interessante explorar a definição e abrangência das “comunidades de prática”, definidas por um dos autores que forjou este conceito da seguinte forma: “*Communities of practice are formed by people who engage in a process of collective learning in a shared domain of human endeavour: a tribe learning to survive, a band of artists seeking new forms of expression, a group of engineers working on similar problems, a clique of pupils defining their identity in the school, a network of surgeons exploring novel techniques, a gathering of first-time managers helping each other cope.*”² (Wenger-Trayner, 2015, s.p.). Esta perspetiva será retomada e desenvolvida mais à frente.

No caso concreto de projetos de intervenção arquitetónica, tem sido recorrente a utilização do termo “comunidade” para, de uma forma mais ou menos idealizada, caracterizar projetos que se definem essencialmente por serem intervenções de proximidade, com maior ou menor grau de interação com agentes locais, assistindo-se a uma apropriação quase indiscriminada do termo.

Em estreita relação de complementaridade com o termo “comunidade”, surge igualmente o de “agencialidade” (*agency*), uma vez que a lógica subjacente a estes projetos assenta na premissa de que os atores possuem capacidade de intervir na estrutura sociocultural, promovendo uma intervenção ativa, impulsionadora de mudanças a longo prazo. Do compromisso entre a comunidade e a agencialidade dos vários atores, e partindo da premissa de que o espaço é uma categoria socialmente produzida e produtora de sentido (Lefebvre, 1968, 1986; Ledrut, 1980), considera-se ser possível, através deste tipo de intervenções,

¹ Agradecemos à Maria Assunção Gato a revisão e sugestões para o texto e ao Gonçalo Pacheco as fotografias das edições de 2016 e 2017.

² Para mais informação e textos dos autores, ver <http://wenger-trayner.com/introduction-to-communities-of-practice/>

promover mudanças que mitiguem desigualdades e injustiças com expressão territorial (Soja, 2010; Fainstein, 2010; Gervais-Lambony e Dufaux, 2009; Young, 1990; Ramalheite, 2013).

Recentemente, surgiu o termo *spatial agency*, criado no âmbito de um projeto de investigação da University of Sheffield³ (Awan *et al.*, 2011), cuja tónica é posta na capacidade transformadora da arquitetura enquanto disciplina de ação e motor de intervenção, para além da conceção e produção de edifícios (Schneider e Till, 2009). O projeto analisou e deu visibilidade a iniciativas de intervenção de arquitetos junto de várias comunidades urbanas, muitas delas herdeiras das abordagens de intervenções participadas no espaço público, decorrentes de uma ótica de planeamento sustentável de proximidade e colaborativo, assente no princípio da subsidiariedade e na teoria ecológica da década de 1990 (Águas, 2012; Aguilera, 2004, Remesar, 2003; Borja e Muxi, 2003). Um aspeto que importa acentuar nestes projetos é que o espaço público é assumido como um espaço transaccional, de transformação social e de integração, sendo os próprios objetos produzidos considerados como produtores de uma agencialidade transformadora (Gato *et al.*, 2013; Gell, 1998).

Neste texto apresenta-se uma reflexão sobre o projeto de Laboratório de Intervenção em Arquitetura INSITU, um projeto coordenado pelo Centro de Estudos de Arquitetura, Cidade e Território da Universidade Autónoma de Lisboa (CEACT/UAL) desde 2012 e que conta já com seis edições. Trata-se de um projeto de intervenção na comunidade, com parceria e cofinanciamento da Câmara Municipal de Almada (desde 2013) e parcerias com diversas instituições locais (exemplos: Junta de Freguesia de Caparica, Centro de Arqueologia de Almada e Associação Portuguesa de Pais e Amigos do Cidadão com Deficiência Mental) e empresas. Conjuntamente com as experiências já realizadas será apresentada uma análise crítica sobre os Laboratórios de Intervenção, procurando explorar as dimensões das estratégias dos vários atores face aos objetivos de cada edição.

Laboratórios de intervenção em arquitetura: objetivos e metodologia⁴

Os Laboratórios de Intervenção em Arquitetura *in situ*/ são projetos de investigação/ação que visam promover experiências de ensino/aprendizagem inovadoras e, fora do contexto académico; inves-

tigar temas da cidade em transição e intervir em contextos de atuação reais; promover parcerias diversificadas com entidades locais; projetar e construir soluções para os desafios dos contextos metropolitanos contemporâneos; contribuir para a melhoria da qualidade de vida das populações e dos contextos locais de intervenção.

Realizaram-se, desde 2012, sete edições, todas no concelho de Almada. A primeira edição, foi realizada nas Terras da Costa, em virtude de o CEACTION ser parceiro de um projeto de investigação naquele bairro⁵: Na sequência desta edição, teve início uma parceria com o Departamento de Planeamento Urbanístico da Câmara Municipal de Almada (CMA). Nas edições seguintes, os locais de intervenção foram selecionados em conjunto com a equipa da CMA, mantendo sempre como critério de escolha, espaços no concelho com necessidades de intervenção ou em processo de transição, ainda sem novos usos definidos, quer em termos de intervenções de curto prazo, quer em termos de instrumentos de gestão territorial. De facto, por vezes, os instrumentos existentes ou em fase de elaboração, não dão resposta às questões que os territórios levantam – quer pela morosidade dos processos de planeamento, quer pela desadequação das suas propostas à realidade socioeconómica dos últimos anos. Em consequência, os Laboratórios *in situ*/ procuram sempre propor reflexões e soluções de transição, proporcionando e abrindo possibilidades e usos imediatos, independentemente das intervenções que possam ser feitas no futuro. Ao longo das várias edições, foi sendo desenhada uma metodologia de abordagem e intervenção, que se sistematiza em seguida.

No que diz respeito à tutoria, o CEACTION tem mantido ao longo das várias edições do *in situ*/ uma equipa de organização, mas cada edição tem, por norma, uma ou várias equipas de arquitetos tutores. Têm sido convidados sobretudo jovens arquitetos, com experiência de projeto e construção e, com trabalhos cuja qualidade e interesse se adequam aos desafios propostos em cada edição. Os Laboratórios são preparados com seis meses a um ano de antecedência, em articulação com a equipa de tutores, estabelecendo-se também as necessárias parcerias, visitas ao local, reuniões e contactos com a equipa da CMA.

É também durante este período que se discutem e definem eventuais programas para o local da intervenção e se definem os materiais de construção a utilizar (estes têm sido conseguidos através de apoios da CMA, aquisição direta ou patrocínio).

³ Para mais informações, ver <http://spatialagency.net/>

⁴ Para mais informações ver <http://insitu.autonoma.pt>

⁵ Projeto Fronteiras Urbanas (FCT PTDC/CPE-CED/119695/2010).

Embora com algumas diferenças entre as várias edições, decorrentes de questões de calendarização e da organização interna de cada uma, todos os *in situ*/ são realizados num período de cerca de duas semanas, compreendendo um momento de projeto e um de tempo de construção. São experiências bastante intensas, tanto por parte da tutoria, como dos participantes. A dinâmica de construção é variável, mas é um processo essencialmente colaborativo, contando com a participação de alunos, voluntários, residentes, tutores e técnicos e operacionais da CMA.

Durante o laboratório são ainda realizadas conferências, onde são convidados arquitetos ou investigadores que tenham trabalhado em temas ou projetos relevantes e com interesse para o Laboratório a decorrer. São também desenvolvidas algumas ações de auscultação e discussão com a comissão de acompanhamento, composta por parceiros e outros convidados, com vista à avaliação e discussão das propostas de intervenção.

Embora os resultados sejam necessariamente diferentes em cada edição, importa salientar dois aspetos destes Laboratórios: 1) o aspeto experimental, uma vez que se trata de laboratórios enquadrados numa experiência académica de aprendizagem, onde é essencial dar espaço à investigação, à experiência de construção e também, ao erro; 2) o objetivo não é construir estruturas perenes, mas antes pensar o território e construir possibilidades, por vezes transitórias (o que, como é evidente, não implica comprometer a qualidade do projeto ou das construções).

Por fim, importa ainda referir que o *in situ* não é apresentado aos parceiros como um projeto “participado” ou “de comunidade”, mas sim como uma experiência com uma duração limitada, de trabalho colaborativo. Na realidade, promove-se a criação de uma “comunidade de prática”, onde atores diversificados (alunos, tutores, associações, população, técnicos e operacionais da autarquia, ...) se encontram e trabalham em torno de um projeto comum, com base numa coesão operacional e numa abordagem metodológica que se foi construindo, replicando e adaptando ao longo dos anos.

Do “Noutra Costa” (2012) ao INSITU’7 (2017): Originalidades e aprendizagens

Até à data, todos os Laboratórios realizados contaram com a participação de parceiros variados para a abordagem de desafios distintos. Um dos principais objetivos das primeiras edições foi



Imagem 1 - Trabalhos com os operacionais da CMA

Fonte: APPACDM, 2015

Imagem 2 - Discussão das propostas com a população do 2º Torrão e comissão de acompanhamento

Fonte: APPACDM, 2015

pensar contextos urbanos de génese informal (Noutra Costa – Terras da Costa da Caparica, em 2012, InSitu e INSITUaction, no Bairro do 2º Torrão, na Trafaria - 2013 e 2014). Na primeira edição, que contou com seis equipas de tutores (Argot, Atelierbase, Ateliermob, José Castro Caldas + Sérgio Silva, Likearchitects, OTO) o exercício foi sobretudo teórico e especulativo, versando sobre a necessidade de solucionar – a curto

⁶ Para um vídeo síntese, ver em <https://www.youtube.com/watch?v=0lmDWmjCR34&feature=youtu.be>

ou a médio prazo – a precaridade das condições de habitabilidade do bairro das Terras da Costa, tendo sido apenas construída uma instalação artística durante uma tarde, pelo atelier Likearchitects). Deste exercício surgiram, contudo, novas dinâmicas que impulsionaram, por exemplo, a posterior construção de uma cozinha comunitária (Ateliermob + Warehouse).

Na sequência desta experiência, a equipa de coordenação e a equipa da CMA⁷ propôs, no ano seguinte, um desafio diferente: pensar



Imagem 3 - Instalação com dinâmica sobre o bairro das Terras da Costa

Fonte: autores, 2012

Imagem 4 - Construção de uma mesa no 2º Torrão

Fonte: autores, 2013

e construir estruturas de apoio à população do Bairro do 2º Torrão. Este bairro situa-se numa área cujo Plano de Pormenor (ainda em elaboração) previa a sua demolição. Contudo, face à conjuntura da crise económico-financeira e às orientações municipais mais recentes, o bairro foi-se mantendo numa situação de permanência incerta, integrando uma associação de moradores sem expressão representativa, nem atividades organizadas.

No 2º Torrão o Laboratório focou-se, essencialmente, no levantamento de problemas existentes no bairro (insuficiente recolha de resíduos, falta de espaços seguros para as crianças brincarem, falta de equipamentos públicos, degradação do espaço da associação de moradores...) procurando ensaiar algumas soluções para os mesmos, como o desenho e construção de pontos de recolha de lixo, a construção de um parque infantil, construção de estruturas de apoio a hortas locais, a renovação do edifício da associação, a construção de uma mesa de exterior num espaço público entre outros. A construção destas propostas recorreu essencialmente a OSB, cortado no Vitruvius FabLab, que tem sido sempre parceiro dos Laboratórios, desde 2013. As equipas de tutores foram as seguintes: A+LBY architects, Argot + 1/2atelier, Atelierbase, Ateliermob, Likearchitects.

No ano seguinte, o objetivo foi consolidar dois dos espaços trabalhados no ano anterior. Com a tutoria de Miguel Marcelino e João Boto Caeiro + Rita Sarzedas, foram construídas novas estruturas destinadas sobretudo às crianças e jovens do bairro (novo parque infantil, ginásio ao ar livre, espaço público com zona de ensombreamento). Destes três primeiros laboratórios (Ramalhete e Silva, 2014) importa sublinhar a significativa interação estabelecida com a população e uma participação crescente por parte da CMA, assim como o facto de, desde essa altura, terem surgido, em paralelo ou em consequência do in situ/, várias intervenções no bairro, iniciativa de particulares ou associações.

Após estas experiências, a edição de 2015 abraçou um desafio distinto, o de trabalhar em estreita parceria com duas associações locais no tema da reabilitação do património. A APPA-CDM – Associação Portuguesa de Pais e Amigos do Cidadão com Deficiência Mental possui uma quinta em Pêra, Caparica, onde se encontra uma nora tradicional cujo poço necessitava de restauro. Através da colaboração com o Centro de Arqueologia de Almada e o patrocínio de uma empresa local⁸ foi possível efetuar esse trabalho,

⁷ Filipa Ramalhete, Pedro Campos Costa, Sérgio Silva (CEACT), Alexandra Paio e Bárbara Varela (Vitruvius FabLab, ISCTE/IUL), Paulo Pardelha, Ricardo Carneiro e Amélia Pardal (CMA) – edição de 2013; na edição de 2014, juntou-se José Castro Caldas (CEACT).

⁸ A coordenação desta e das seguintes edições está a cargo de Filipa Ramalhete, José Castro Caldas e Sérgio Silva. O Centro de Arqueologia de Almada tem sido parceiro nas edições posteriores a 2015.

com recurso a materiais e técnicas tradicionais. Através do Laboratório - sob tutoria de João Quintela + Tim Simon e Victor Beiramar Diniz e José Castro Caldas – construíram-se ainda algumas estruturas de melhoramento dos espaços exteriores (Ramalhete e Silva, 2016; ArchDaily Brasil, 2016). Nesta edição foi particularmente interessante a interação entre os participantes e os utentes e residentes desta Associação.

Em 2016 foram realizados dois Laboratórios in situ/ de características muito distintas, mas com um ponto em comum: ambos resultaram de desafios que foram lançados ao CEAAT, na sequência do reconhecimento do interesse e da qualidade das experiências anteriores. O INSITU⁵, realizado em fevereiro de 2016, resultou de um desafio lançado pela CMA, que pretendia construir bloqueios (objetos móveis que permitissem formar barreiras nos locais não visitáveis) e uma estrutura de apoio à visita das instalações do Presídio da Trafaria, com o objetivo de converter aquele antigo espaço prisional num espaço de oferta de atividades culturais (Baratto, 2017). Sob a tutoria de Gonçalo Pacheco, José Castro Caldas, Sérgio Silva e com a participação direta de técnicos e operacionais da CMA, foi construída uma estrutura que tem servido de apoio à realização de várias exposições temporárias. As restrições em termos de prazos de execução e as condições climatéricas constituíram os principais desafios desta edição. A articulação de recursos e saberes de todos os parceiros envolvidos permitiu, contudo, obter resultados bastante satisfatórios.

Ainda em 2016 foi iniciado um segundo projeto. Mas desta vez com uma programação para dois anos, dando resposta a uma necessidade já identificada em edições anteriores. Na sequência de um convite do festival Greenfest 2017 para projetar e construir um espaço de encontro e conferências, foi decidido, em parceria com a CMA, começar a desenhar e pensar um espaço público numa área industrial devoluta, o Caramujo-Romeira. Os trabalhos desenvolveram-se naquele espaço sob a tutoria de Rita Aguiar Ro-



Imagem 5 - Consolidação do parque infantil do 2º Torrão

Fonte: autores, 2014

Imagem 6 - Restauro de uma nora na Quinta dos Inglesinhos – APPACDM

Fonte: APPACDM 2015

Imagem 7 - Presídio da Trafaria

Fonte: autores, 2016



Imagem 8 - Caramujo-Romeira
Fonte: autores, 2016

Imagem 9 - Caramujo-Romeira
Fonte: autores, 2017

drigues e Joana Pestana, começando por avaliar os problemas e potencialidades do espaço, enquanto se desenhava a estrutura (temporária) para colocar no Greenfest. No local, foi feita uma intervenção urbana com recurso a *grafitti*, que desbravou o território para a edição deste ano.

Realizada em 2017, com tutoria do atelier ForStudio, nesta última edição, e dando seguimento ao tema já pensado no ano anterior sobre espaços industriais desativados e respetivas transições de usos possíveis, foi elaborada e executada uma proposta para um espaço público, criando uma estrutura com a ambição de abrir novas possibilidades de utilização daquele local. Esta última edição teve ainda a particularidade de associar o Arsenal do Alfeite, enquanto parceiro exterior à dinâmica interna do *in situ*/. Desta forma, foi possível realizar as conferências de abertura no Arsenal do Alfeite, também ele uma zona industrial ainda em funcionamento e na proximidade do local da intervenção.

Reflexões finais

No total das sete edições estiveram envolvidos cerca de 300 participantes, para além dos parceiros, conferencistas, moradores, membros da organização e tutores. Os objetivos dos laboratórios têm sido plenamente atingidos, quer do ponto de vista académico e da experiência social e arquitetónica proporcionada aos participantes, quer de intervenção/construção e de mediação com os parceiros envolvidos em cada edição.

Como apresentado, cada edição do *in situ*/ contou com desafios distintos. Porém, todos eles colocaram aos tutores e participantes problemas urbanos contemporâneos. Esta diversidade foi intencional, uma vez que, do ponto de vista académico, pedagógico e laboratorial, consideramos importante não focar apenas numa só realidade. Por outro lado, a temporalidade reduzida do *in situ*/ não permite, há que reconhecê-lo, soluções definitivas. O desafio é, precisamente, abrir possibilidades, desenhar e construir hipóteses para espaços que são, na verdade, desafios para os quais nem sempre há soluções imediatas.

Estes aspetos poderão ser encarados como limitações à abrangência e durabilidade das intervenções. No entanto, o facto da metodologia de abordagem do *in situ*/ ter uma coerência ao longo de sete edições, permite ultrapassar esses limites, em várias medidas: em primeiro lugar, é possível identificar uma lógica de comunicação entre os vários atores (organização, câmara municipal, associações, participantes, residentes), alguns já

presentes há várias edições. Esta corresponde a um processo continuado de mediação entre os vários agentes, sendo que alguns se mantêm (como a equipa da CMA) e outros são sempre diferentes (por exemplo, os tutores), mas os objetivos gerais dos Laboratórios asseguram uma continuidade, criando uma cultura comum a todas as edições. Esta cultura comum, reforçada a cada edição pela continuidade do projeto, objetiva-se na criação de comunidades de prática que têm garantido o sucesso de cada Laboratório. Em segundo lugar, um aspeto que tem sido interessante é o de os laboratórios ajudarem a fortalecer a comunicação entre as pessoas que vivem nestes territórios e as instituições públicas, contribuindo para uma melhor compreensão das realidades mútuas e construindo novas perceções sobre os territórios intervencionados. Por fim, uma outra constatação prende-se com os impactos: a curto prazo os Laboratórios têm um impacto bastante positivo naqueles que trabalharam diretamente no projeto e na construção. Mas tem-se também verificado que as intervenções já realizadas, mesmo as mais perenes, têm uma durabilidade bastante razoável e criam um efeito de “pedrada no charco”, motivando debate sobre os territórios e estando na origem de projetos subsequentes, com ou sem relação direta com o in situ/. No caso do 2º Torção, por exemplo, os residentes continuaram as construções, para lá do calendário do Laboratório.

Importa agora retomar o enquadramento conceptual que foi explorado na Introdução, retomando o conceito de agencialidade. É que é clara a relevância do papel de cada ator para a construção dos objetos finais, mas o que é interessante é o facto dos resultados finais serem mais do que a soma das partes, refletindo processos de mediação, aprendizagem, negociação e colaboração entre todos os intervenientes. Há ainda que referir que se verificam os pressupostos da agencialidade espacial e dos objetos, na medida em que se tem observado, após cada edição, que os espaços intervencionados e os objetos contruídos possuem em si uma capacidade transformadora (é relevante o facto de nunca nenhum dos objetos ter sido destruído ou vandalizado).

É muito difícil, sem um processo paralelo de avaliação, conhecer aprofundadamente as estratégias e os benefícios, diretos ou indiretos, de cada edição. Não obstante, a avaliação interna que é feita após cada uma delas e o balanço da soma das edições, apontam para que possamos afirmar que se tem vindo a construir uma comunidade de prática alargada, constituída pelos tutores e parceiros de todas as edições, também ela maior do que a soma de cada edição, que tem

como objetivo comum, pensar sobre os problemas dos territórios contemporâneos e propor caminhos, ainda que perenes e transitórios, para a sua resolução. No que diz respeito às várias populações envolvidas, considera-se que seria muito interessante desenvolver uma metodologia de avaliação e monitorização, exterior ao projeto, que permitisse compreender e conhecer qual o impacto de cada edição nessas mesmas populações, após o curto período dos laboratórios. A perceção empírica e o retorno que tem sido relatado pelos vários parceiros envolvidos, nos anos seguintes, aponta para um impacto francamente positivo que, no entanto, não está devidamente sistematizado nem quantificado.

Por fim, fazemos apenas uma referência ao contributo que este tipo de iniciativas pode representar para a discussão relativa aos modelos futuros de planeamento colaborativo, não só em contextos de continuidade urbana, mas também em contextos de crise, de incerteza e de discussão sobre os usos futuros de territórios em transição, onde estes projetos poderão constituir uma forma de abrir a todos os agentes locais a discussão sobre as possibilidades que cada território encerra.

Bibliografia

- ArchDaily Brasil (2016), INSITU / Atelier JQTS, Disponível em: <http://www.archdaily.com.br/br/792389/insitu-atelier-jqts>, consultado em julho 2017.
- Águas, S. (2012), “Do Design ao Co-Design: uma oportunidade de design participativo na transformação do espaço público”, *On the W@terfront*, 22, pp. 57-70.
- Aguilera, F. (2004), “Arte, Ciudadanía y Espacio Público”, *On the W@terfront*, 5, pp. 36-51.
- Appadurai, A. (1996), “The Production of Locality”, *Modernity at Large. The Cultural Dimensions of Globalization*, Minneapolis: University of Minnesota Press, pp. 178-199.
- Awan, N., Schneider, T., Till, J. (2011), *Spatial Agency: Other Ways of Doing Architecture*, New York: Routledge.
- Baratto, R. (2017), “Intervenção Arquitetónica propõe a reapropriação de um antigo presídio em Portugal”, *ArchDaily Brasil*, Disponível em: <http://www.archdaily.com.br/br/876890/intervencao-arquitetonica-propoe-a-reapropriacao-de-um-antigo-presidio-em-portugal>, consultado em agosto 2017.
- Borja, J. & Muxí, Z. (2003), *El espacio público, Ciudad y ciudadanía*, Barcelona: Diputación de Barcelona.

- Fainstein, S. (2010), *The just city*, Ithaca: Cornell University Press.
- Gato, M., Ramalhete, F., Vicente, S. (2013), “Hoje somos nós os escultores!” Agencialidade e arte pública participada em Almada”, *Cadernos de Arte e Antropologia*, 2 (1), pp. 53-71.
- Gell, A. (1998), *Art and Agency: An Anthropological Theory*, Oxford: Oxford University Press.
- Gervais-Lambony, P. e Dufaux, F. (2009), “Justice...spatiale!”, *Annales de Géographie*, nº 665-666, pp. 3-15.
- Guérin, F. (2004), *Le concept de communauté: une illustration exemplaire de la production des concepts en sciences sociales?*, Normandie: 13ème Conférence de l’AIMS, Vallée de Seine 2, 3 et 4 juin 2004.
- Healey, P. (1997), *Collaborative Planning. Shaping Places in Fragmented Societies*, London: MacMillan Press.
- Healey, P. (2003), “Collaborative Planning in Perspective”, in *Planning Theory*, 2, pp. 101-123, University of Newcastle upon Tyne, UK, Obtido fevereiro 2013, http://isites.harvard.edu/fs/docs/icb.topic233853.files/February_4-6/Healey_Collaborative.pdf.
- Ledrut, R. (1980), “Espaces et Sociétés”, *Espaces et Sociétés*, 34-35, pp. 3-12.
- Lefebvre, H. (1968), *Le droit à la ville*, Paris: Anthropos.
- Lefebvre, H. (1986 [1974]), *La production de l'espace*, Paris: Anthropos.
- Nisbet, R. (2004 [1955]), *The sociological tradition*, New Brunswick and London: Transaction Publishers.
- Redfield, R. (1956), *Peasant Society and Culture, An Anthropological Approach to Civilization*, Chicago: The University of Chicago Press.
- Remesar, A. (2003), “Arte e Espaço Público, Singularidades e Incapacidades da Linguagem escultórica para o Projecto Urbano”, in Brandão, P. e Remesar, A. (org.), *Design de Espaço Público: Deslocação e Proximidade*, Lisboa: Centro Português de Design, pp. 26-40.
- Ramalhete, F. (2013), “(In)justiça espacial e ordenamento do território: reflexões em torno de dois casos de estudo no concelho de Almada”, Correia, T. P.; Henriques, V.; Julião, R. (Org.), in *IX Congresso da Geografia Portuguesa – Geografia: Espaço, Natureza, Sociedade e Ciência*, Lisboa: Associação Portuguesa de Geógrafos, pp. 547-561.
- Ramalhete, F. e Gato, M. (2016), “Um exercício de reflexão sobre o monumento em discurso direto”, in Vicente, S. (coord.). *Cidadão escultor escultor cidadão: um monumento à multiculturalidade em Almada*, Lisboa: Faculdade de Belas Artes, Universidade de Lisboa, pp. 25-38.
- Ramalhete, F. e Silva, S. (2016), “Reabilitação colaborativa: a experiência do Laboratório de Intervenção em Arquitetura INSITU’15”, in *Atas do Congresso Ibero-Americano "Património, suas matérias e imatérias"*, Lisboa: LNEC, 2/3 de novembro de 2016.
- Ramalhete, F. e Silva, S. (2014), “Intervenções arquitetónicas em espaços informais”, *Estudo prévio 5/6*, Lisboa: CEA/UAL - Centro de Estudos de Arquitetura, Cidade e Território da Universidade Autónoma de Lisboa, 2016, ISSN: 2182-4339, disponível em: www.estudo-previo.net.
- Remesar, A. e Tomeu, V. (2003), *Metodologias Creativas Para la Participación - documento de trabajo* (doctorado Espacio público y Espacio Urbano: arte y sociedad), Barcelona: Universidad de Barcelona.
- Ricart, N. (2009), *Cartografies de La Mina: Art, Espai Públic, Participació Ciutadana* (PhD thesis), Barcelona: Universitat de Barcelona.
- Schneider, T. e Till, J. (2009), “Beyond Discourse: Notes on Spatial Agency. Agency in Architecture: Reframing Criticality”, in *Theory and Practice*, Spring 2009, pp. 97-111.
- Soja, E. (2010), *Seeking spatial justice*, Minneapolis: University of Minnesota Press.
- United Nations Human Settlements Programme (UN-HABITAT) (2010) *Count me in, Surveying for tenure security and urban land management*, Nairobi: UNON/Publishing Services Section.
- Tönnies, Ferdinand (2004 [1887]), *Community and Society*, New Brunswick and London: Transaction Publishers.
- Wenger-Trayner, Etienne and Beverly (2015), *Introduction to communities of practice A brief overview of the concept and its uses*, Disponível em <http://wenger-trayner.com/introduction-to-communities-of-practice/>, consultado em julho 2017.
- Young, I. (1990), *Justice and the Politics of Difference*, Princeton: Princeton University Press.

Arquitetura e Participação – Uma Experiência de Ensino de Projeto

Teresa Madeira da Silva^a

Resumo

O tema da participação tem vindo a ganhar destaque dadas as circunstâncias da prática profissional em arquitetura em Portugal. Discute-se a possibilidade de desenvolver experiências na academia de modo a adequar os procedimentos pedagógicos a estas novas circunstâncias. Envolvendo dois Departamentos de Arquitetura (ISCTE-IUL, e TU-Darmstadt), e outras entidades, realizou-se em Lisboa uma *Summer School* - *Projetar em Tempo de Escassez* (2014), onde se problematizaram, de forma colaborativa, tópicos associados aos núcleos antigos das cidades através de propostas para o bairro do Castelo. Os resultados revelaram uma arquitetura contextual que não passa diretamente pela construção, mas por soluções com um carácter organizacional.

Palavras-Chave

Ensino de arquitetura, Processos participativo, Novas práticas em arquitetura, Património

Abstract

Participation has been gaining importance given the circumstances in which architecture professional practice in is developed in Portugal. It's discussed the possibility of developing experiences in the academy in order to adapt the pedagogical procedures to these new circumstances. Involving two Architecture Departments (ISCTE-IUL, and TU-Darmstadt) and other entities, was held in Lisbon a Summer School - *Designing in Time Scarcity* (2014), where they were problematized, in a collaborative way, topics related to the old city centers and made proposals for Castelo. The results obtained revealed a contextual architecture that did not go directly through the construction, but through solutions with a organizational character.

Keywords

Architectural education, Participatory processes, New practices in architecture, Heritage

Introdução

Este artigo tem como objetivo dar a conhecer uma experiência de ensino de projeto de arquitetura, desenvolvida no Departamento de Arquitetura e Urbanismo do ISCTE-IUL - Instituto Universitário de Lisboa, uma *Summer School* internacional designada - *Projetar em Tempo de Escassez* - *Ocupações Temporárias em Espaços Devolutos* realizada em Lisboa, em 2014 e associada a uma UC de prática de projeto.

Confrontados com a situação atual da profissão do arquiteto decorrente da crise económica (falta de encomenda pública e privada) e atendendo às alterações que decorrem do novo sistema de ensino (sendo as mais significativas a reforma de Bolonha e a passagem do ensino universitário de elites para um ensino universitário de massas), o objetivo central da *Summer School* foi aproximar o ensino das novas práticas da arquitetura tendo

como referência o conceito de processo participativo. Neste sentido, procurámos, de uma forma colaborativa, problematizar tópicos associados aos núcleos antigos das cidades e realizar propostas de intervenção para o bairro do Castelo em Lisboa. Sendo a aprendizagem do projeto um processo cumulativo, o objetivo desta experiência de ensino foi abrir a formação do conhecimento em arquitetura, à sensibilidade percetiva e à ideia de cidade e de arquitetura como uma teia complexa de práticas e onde atuam diferentes atores. Pretendeu-se que o trabalho desenvolvido ultrapassasse a investigação associada ao espaço e às três dimensões - restrito às questões formais da arquitetura, para se transformar num processo de construção de conhecimentos em diferentes patamares do conhecimento, ou seja, em experiências mais do que em certezas e onde a consciencialização as das opções tomadas e das escolhas efetuadas seria uma prioridade.

^a Professora Auxiliar no Departamento de Arquitetura do ISCTE-IUL, Instituto Universitário de Lisboa). ISCTE-IUL / DINAMIA/CET-IUL. Email: teresa.madeira@iscte.pt

Com a participação de vinte e seis estudantes de ambas as universidades, três professores do Departamento de Arquitectura e Urbanismo do ISCTE-IUL, cinco professores da *Faculty of Design and Technology Technische Universität Darmstadt*, duas investigadoras do DINA-MIA'CET-IUL, dois arquitetos da Câmara Municipal de Lisboa, nomeadamente um arquiteto e uma arquiteta paisagista, três colaboradoras da Associação FAS (Fundo de Arquitectura Social), um arquiteto da Junta de Freguesia de Santa Maria Maior, e naturalmente alguma população residente, esta experiência de ensino realizou-se na freguesia de Santa Maria Maior em Lisboa, durante oito dias e o trabalho incidiu no bairro do Castelo de S. Jorge¹.

Enquadramento teórico

Processos participativos: conceito e estado da arte

De uma forma geral, processos participativos são, no nosso entender, formas de gestão que ampliam o processo de tomada de decisão da sociedade. Para Carreira e outros, estes processos por vezes, determinam-se pelos princípios da inclusão, do pluralismo e da justiça social, procurando responder a problemas não resolvidos pela democracia representativa. (Carreira *et al.*, s.d.). Segundo Edgerton e outros, a participação é um processo mediante o qual os interessados influenciam e controlam conjuntamente iniciativas de desenvolvimento, decisões e recursos que os afetam de forma direta. Podemos dizer que este tipo de processo abrange um ciclo que inclui diálogo, análise, ações e reações participativas no âmbito das estruturas políticas e do governo, com o objetivo de incorporar as opiniões de todos os níveis da sociedade civil. Segundo os autores mencionados, a participação não é um processo uniforme, pelo contrário, abrange uma sequência de abordagens que vão desde a divulgação de informação, à colaboração, passando pela coordenação, consulta e representação política. Na perspetiva de Nazareth (2013), é no contexto de crise económica dos anos 20 na Europa e em oposição à habitação da cidade industrial que surgem as primeiras operações de habitações comunitárias, designados os “Baugemeinschaften” na Alemanha e “autoconstrução popular” em França. Deste modo, as consequências das duas grandes guerras e o déficit de habitação em França foram as principais causas das primeiras operações participadas na Europa na sua maioria, realizadas pela classe operária (Nazareth, 2013). Segundo o mesmo autor, alguns processos participativos foram igualmente um contraponto à arquitetura moderna. Nesta perspetiva, “apesar do aspecto inovador dos projectos modernistas, a adaptação ao contexto social local não era sempre alcançada, e a mistura de classes sociais era muito superficial.” (Nazareth, 2013). Durante as décadas de 60 e 70, o arquiteto italiano Giancarlo de Carlo², foi um dos pioneiros na reflexão sobre a importância da arquitetura participativa e na criação de procedimentos de trabalho que incorporassem a participação dos utilizadores na elaboração de projetos. As suas propostas e a maneira de desenvolver projectos foram passos importantes na definição de procedimentos de trabalho em projectos participativos, “exemplificados no projeto de habitação operária, em Vila Matteotti (1964-1974) ou no estudo para o desenvolvimento urbano de Urbino (1958-1976)”. (Barone e Dobry, 2004). De Carlo teceu reflexões críticas sobre os processos participativos, constituindo uma referência na atualidade. É aceite que no contexto do Team 10, Giancarlo de Carlo fez críticas contundentes ao purismo proposto por Le Corbusier, no âmbito dos Congressos Internacionais de Arquitectura Moderna – CIAMs, baseadas na falta de ligação entre a arquitetura e as questões urbanas. Assim a crítica de Giancarlo de Carlo recaí sobre o modo como na época, a discussão à volta da arquitetura era reduzida à sua dimensão formal, na qual os elementos plásticos adquiriam um valor determinante escondendo outras dimensões relevantes como a sua utilidade, o modo como era produzido, etc. (Barone e Dobry, 2004). Segundo Barone e Dobry, “uma das propostas centrais defendidas pelo grupo era a ampliação do entendimento das relações entre arquitetura e urbanismo, por meio da interação do habitante com o lugar. Para eles, morar era mais que possuir uma casa, era pertencer a um lugar, apropriar-se do lugar como parte da cidade. Para de Carlo, foi pelos procedimentos de projeto participativo que se desvendou uma possibilidade de resposta, para um entendimento adequado dessas relações” (Barone e Dobry, 2004), entre

ftem” na Alemanha e “autoconstrução popular” em França. Deste modo, as consequências das duas grandes guerras e o déficit de habitação em França foram as principais causas das primeiras operações participadas na Europa na sua maioria, realizadas pela classe operária (Nazareth, 2013). Segundo o mesmo autor, alguns processos participativos foram igualmente um contraponto à arquitetura moderna. Nesta perspetiva, “apesar do aspecto inovador dos projectos modernistas, a adaptação ao contexto social local não era sempre alcançada, e a mistura de classes sociais era muito superficial.” (Nazareth, 2013). Durante as décadas de 60 e 70, o arquiteto italiano Giancarlo de Carlo², foi um dos pioneiros na reflexão sobre a importância da arquitetura participativa e na criação de procedimentos de trabalho que incorporassem a participação dos utilizadores na elaboração de projetos. As suas propostas e a maneira de desenvolver projectos foram passos importantes na definição de procedimentos de trabalho em projectos participativos, “exemplificados no projeto de habitação operária, em Vila Matteotti (1964-1974) ou no estudo para o desenvolvimento urbano de Urbino (1958-1976)”. (Barone e Dobry, 2004). De Carlo teceu reflexões críticas sobre os processos participativos, constituindo uma referência na atualidade. É aceite que no contexto do Team 10, Giancarlo de Carlo fez críticas contundentes ao purismo proposto por Le Corbusier, no âmbito dos Congressos Internacionais de Arquitectura Moderna – CIAMs, baseadas na falta de ligação entre a arquitetura e as questões urbanas. Assim a crítica de Giancarlo de Carlo recaí sobre o modo como na época, a discussão à volta da arquitetura era reduzida à sua dimensão formal, na qual os elementos plásticos adquiriam um valor determinante escondendo outras dimensões relevantes como a sua utilidade, o modo como era produzido, etc. (Barone e Dobry, 2004). Segundo Barone e Dobry, “uma das propostas centrais defendidas pelo grupo era a ampliação do entendimento das relações entre arquitetura e urbanismo, por meio da interação do habitante com o lugar. Para eles, morar era mais que possuir uma casa, era pertencer a um lugar, apropriar-se do lugar como parte da cidade. Para de Carlo, foi pelos procedimentos de projeto participativo que se desvendou uma possibilidade de resposta, para um entendimento adequado dessas relações” (Barone e Dobry, 2004), entre

¹ Colaboraram neste *Summer School* vários tutores professores, estudantes e agentes locais: Professores da TUDarmstadt: Anett Joppien (coord.); Sascha Luippold (Prof.); Matthias Schoenau; Wolfgang Hinkfóth; Albert Dietz. Professores do ISCTE-IUL: Teresa Madeira da Silva (Prof. coord.); Rosália Guerreiro (Prof.); Pedro Pinto (Prof.); Estudantes de Doutoramento e Mestrado e investigadores do DINÂMIA'CET-IUL: Marianna Monte (PhD stud.), Ana Ferreira (M. stud.) Arquitectos da Câmara Municipal de Lisboa: Rogério Gonçalves (Arq. Unidade de Coord. Territorial); Rosário Salema (Arq. Direção Municipal do Ambiente Urbano); Arquitectas do Fundo de Arquitectura Social: Raquel Melo Morais; Patrícia Chorão Ramalho (Arqs.); Assessor da Junta de Freguesia de Santa Maria Maior: José de Melo Carvalheira (Arq.); 10 estudantes do ISCTE-IUL e 16 estudantes da TU Darmstadt.

² Giancarlo de Carlo era membro do Team 10, grupo de arquitetos os quais desenvolveram uma reflexão conjunta acerca dos problemas da arquitetura moderna.

os habitantes e o lugar. Assim a sua “posição é contrária à proposição de um estilo internacional, universal e reconhecido como moderno, que marcou o debate da arquitetura durante os anos 50.” (Barone e Dobry, 2004).

A ideia da arquitetura inserida no contexto da cidade e pertencente a um determinado lugar teve influência direta na sua obra articulando assim a arquitetura e o urbanismo em contacto direto com as pessoas. “A criação do Laboratório de Desenvolvimento da Arquitetura e do Urbanismo (ILAUD) (em 1976) e da revista Spazio e Società (em 1977) foram respostas concretas a inquietações as quais emergiram no arquiteto em função das reflexões sobre a importância da existência de espaços de debate sobre a arquitetura e o urbanismo” (Barone e Dobry, 2004). De Carlo traduziu a participação dos utilizadores no processo de projeto como uma oportunidade a partir de três tópicos: oferecer aos habitantes da cidade opções de escolha, ampliar a sua visão das questões arquitetónicas e mostrar ao cidadão os seus direitos no campo do urbanismo e o modo como reivindicá-los, com base nas suas necessidades. Para Carlo, “o sentido da participação é incluir quem nunca fez parte de processos de decisão, além de garantir respeito ao espaço existente e à sociedade, como história, como cultura” (Barone e Dobry, 2004).

Em Portugal podemos apontar alguns processos participativos sendo o mais expressivo, conhecido por *Operações SAAL* (Serviço de Apoio Ambulatório Local) cujo decurso ocorreu poucos meses depois do 25 de Abril de 1974. Neste caso, sendo um projecto pioneiro na Europa, o processo incluiu a realização de um grande número de projectos, em conjunto com a população e atendendo às suas necessidades.³

No contexto atual, a questão ideológica dos processos participativos sustenta as causas ecológicas e sociais e fomenta formas de habitar comunitárias à procura do desenvolvimento sustentável à escala local. Para Montaner (2016), a questão da arquitetura e do urbanismo informais veio criar uma transformação importante no início do século XXI proporcionando processos de projeto diferentes dos da arquitetura erudita. Veja-se o caso das propostas de Alejandro Aravena (Elemental-Chile) para a quinta Monroy (Iquique, 2003-2004) e as intervenções de Jorge Mário Jáuregui para as favelas do Rio de Janeiro, onde, “depois da elaboração dos esquemas de leitura da estrutura do lugar e dos processos de participação, os projectos levam em conta todos os factores que influenciam nas intervenções: factores infraestruturais, socio-

lógicos, ecológicos, urbanísticos, arquitectónicos, legais filosóficos e psicológicos.” (Montaner, 2016, p. 104). Também a criação de “arquitecturas colectivas”, (...) “grupos de jovens questionando a prática profissional hierárquica e convencional, buscando novas praxes, métodos, processo e trabalhos” (Montaner, 2016, p. 106), contribuem para a implementação de diferentes formas de participação na elaboração de projectos de arquitetura. Aqui verifica-se a dissolução do autor dentro do trabalho em equipa e a procura de diferentes formas de fazer arquitetura, ultrapassando a prática tradicional do projecto e da construção. As suas práticas passam por “activismo social, arquitecturas temporárias, exposições instalações, acções, cinema experimental e documental, webs e blogs” (Montaner, 2016, p. 106). Em Portugal, Santiago Baptista, identifica uma nova geração de arquitetos portugueses denominada de “geração z” (Baptista, 2011) que se organizam em colectivos interdisciplinares e onde se incluem, num primeiro ciclo, os MOOV, Arquitectos Anónimos®, Kaputt! e AUZprojekt e posteriormente os For A, os Embaixada, os Blaanc, André Campos+Joana Mendes, Plano B+José Pedro Sousa, Extrastudio, Atelier data, o FAS (Fundo de Arquitetura Social) entre outros.

Benefícios e limitações dos processos participativos

Na linha de J. Edgerton e outros, existem vários princípios orientadores da participação na estratégia para a redução da pobreza que se considera poder aplicar em qualquer processo participativo. Assim, *transparência, inclusão, viabilidade, sustentabilidade, aperfeiçoamento comum e orientação por resultados* são tópicos que se consideram operativos nas estratégias da participação. O primeiro, enumerado por estes autores que consideramos relevante, refere-se à *transparência* e prende-se com a clareza do processo de consultas e os seus resultados quer a nível nacional quer a nível local reforçando a confiança, e essencialmente o apoio da sociedade civil. O segundo a *inclusão*, alude ao aproveitamento do conhecimento e da experiência de grupos mais vulneráveis. O terceiro tópico a *viabilidade* prende-se com o aproveitamento dos sistemas políticos e do governo para a implementação dos processos. O quarto tópico, *sustentabilidade* refere-se à probabilidade de sustentação dos processos participativos quando estes aproveitam mecanismos existentes. O quinto tópico que consideramos relevante refere-se

³“Em 1974-76, o SAAL surgiu como um serviço descentralizado e desburocratizado, inserindo-se nos processos complexos da relação tripartida entre o Estado, os moradores pobres e os arquitetos.” (AAVV, 2014).

ao *aperfeiçoamento contínuo* e prende-se com a interação entre participação, reação, planeamento, implementação e avaliação, fundamentado em objetivos e indicadores pré-estabelecidos. O sexto e último princípio, *orientação por resultados* refere-se à informação dirigida ao planeamento e à implementação de estratégias dos projetos em questão. (Edgerton *et al.*, s.d).

Apesar dos benefícios que se reconhecem nos processos participativos também estes contêm algumas limitações. Segundo os mesmos autores, existem vários obstáculos à participação. O primeiro diz respeito à possibilidade de criação

de processos participativos paralelos, não integrados nas estruturas sociais e políticas existentes; o segundo refere a existência de um limitado grau de confiança, conflitos de interesse e diferentes poderes de negociação entre grupos de interessados, resultando, por vezes, na desorganização do processo e em abusos de confiança. Também, constitui outro obstáculo à participação a possibilidade de distintas perceções dos interessados a respeito do processo participativo resultando em expectativas exageradas de alguns a respeito dos resultados dos processos participativos. A troca de informação insuficiente entre os participantes do processo e o mau planeamento dos mesmos, por vezes carentes de conclusões definidas e com orçamentos pouco realistas, são outras limitações dos processos. Por fim, a falta de vontade política dos agentes de governo no sentido de permitir uma participação ampla, motivada pelo temor de perder influência ou poder, constitui uma dificuldade à implementação do processo de participação, tal como a limitação de tempo, de capacidade e de recursos. (Edgerton *et al.*, s.d).

Summer School - Projetar em tempo de escassez

Tendo por base o enquadramento teórico anteriormente apresentado centrado no conceito de processo participativo, a metodologia utilizada na prática de projeto nesta experiência de ensino teve, entre outros, como principal objetivo, aprofundar o conhecimento da cultura do território e da cidade de forma integrada, nas dimensões física, geográfica, patrimonial, económica e social, através da documentação disponível, mas também da observação direta, do registo em papel e do contacto com diferentes agentes locais e com a população. Assim, pretendemos a partir da *Summer School*, desenvolver experiências na academia de modo a adaptar as práticas pedagógicas às novas circunstâncias da profissão de arquiteto, enquadradas em estratégias de participação. A ideia de que a cidade não é só forma, mas uma teia complexa de práticas onde se incluem vários eixos: físico, económico, histórico, social, político, etc. constitui a base da nossa atuação. Ir ao encontro do modo como se configura e sensibiliza a valorização do património arquitetónico de forma ampla onde a participação de diferentes agentes, contribui para a construção do projeto e onde as propostas apresentadas não deveriam passar somente pela intervenção no edificado, foi o ponto de partida



Imagem 1 e 2 - Área de Estudo – Castelo, Freguesia de Santa Maia Maior
Fonte: Fotografia, Madeira da Silva

para a realização das intervenções. (Madeira da Silva *et al.*, 2016).

Em termos metodológicos, duas premissas constituíram potenciais fatores de mobilização e de atuação centradas em práticas de participação: 1. o desenvolvimento do trabalho no lugar numa relação de proximidade com a população local e com o sítio. 2. a possibilidade de criar equipas interdisciplinares e internacionais com professores, alunos das duas Universidades e com agentes locais em contacto direto com o sítio e com a população local. O contacto direto com o bairro, por parte dos estudantes, abandonando, deste modo, a sua habitual zona de conforto (produção de um projeto de arquitetura em sala de aula) foi uma das propostas metodológicas para uma maior aproximação destes, à realidade social. Assim, o diálogo com os agentes locais e com a população (normalmente excluídos dos processos de decisão), a análise do sítio a partir da observação das vivências dos seus habitantes, moradores do bairro do castelo, a consulta dos representantes políticos a partir dos técnicos da Junta de Freguesia e da Câmara Municipal de Lisboa e uma apresentação final dos trabalhos aberta a todos os intervenientes com a presença do Presidente da Junta de Freguesia, foram procedimentos que apoiaram o processo de trabalho para uma melhor compreensão da relação entre a arquitetura, o urbanismo, os habitantes e os decisores. Assim, os participantes instalados num edifício cedidos pela Junta de Freguesia de Santa Maria Maior, junto às muralhas do Castelo de São Jorge (a antiga Casa do Governador), começaram por identificar locais específicos onde intervir, o que implicou percorrer e conhecer esta zona da cidade com a colaboração da sociedade civil (Junta de Freguesia, Associação FAS, população, CML, etc.). A metodologia adotada implicou, deste modo, o desenvolvimento do pensamento crítico sobre os problemas a debater em grupo, de modo a enriquecer a capacidade de análise de cada um.

A *Summer School* abriu com um conjunto de palestras que davam o mote para o início dos trabalhos. Os conteúdos programáticos propostos aos estudantes tinham como premissas: 1) identificar locais específicos onde intervir, o que implica percorrer e conhecer a cidade; 2) propor valências programáticas adequadas ao sítio escolhido a partir de quatro funções básicas: Habitar, Trabalhar, Trocar e Lazer; e, finalmente, 3) desenvolver propostas criativas que, de forma articulada, apontem para mudanças necessárias ao desenvolvimento sustentável da cidade de Lisboa e, ao mesmo tempo, contribuam para o debate de ideias sobre as problemáticas das ci-

dades europeias contemporâneas, particularmente a problemática associada à intervenção nos centros históricos.

Os conteúdos programáticos concretizaram-se a partir de duas linhas de atuação: a primeira, através da identificação dos elementos fundamentais do território, interpretando e representando o objeto de estudo atendendo às especificidades do território como a morfologia, a tipologia, a implantação do edificado, a população e os usos pré-existentes; a segunda, a partir do diálogo com os agentes locais e população residente, de modo a complementar o enten-



Imagem 3 e 4 - Visitas na área de intervenção
– Castelo, Freguesia de Santa Maria Maior.

Fonte: Fotografia, Madeira da Silva



Imagem 5 e 6 - Visitas na área de intervenção
– Castelo, Freguesia de Santa Maia Maior.

Fonte: Fotografia, Madeira da Silva

dimento de como se organiza a vida no bairro. (Madeira da Silva *et al.*, 2016).

Os tópicos desenvolvidos pelos estudantes para a realização de um plano geral foram estabelecidos previamente como eixos orientadores do trabalho a desenvolver. Deste modo, mudanças demográficas; gentrificação; mobilidade/acessibilidade; infraestruturas; conflito dos utilizadores; turismos versus vida; conexões e vistas; défice de zonas verdes e espaços públicos; musealização versus bairro, foram alguns dos tópicos lançados no decorrer dos trabalhos.

Tendo como referência a perspetiva apontada por de Carlo, procuramos compreender, mais do que os aspetos físicos do lugar, as relações dos seus habitantes com os sítios que habitam de modo a oferecer aos habitantes da cidade opções de escolha e ampliar a sua visão em relação às questões arquitetónicas e aos seus direitos no campo do urbanismo. Assim, como apontado anteriormente (Barone e Dobry, 2004), esse processo, incluiu a auscultação da população existente a partir de questões e do diálogo tendo como base os tópicos lançados.

Por outro lado, através da participação da Associação FAS - Fundo de Arquitetura Social, identificado como “arquiteturas coletivas” (Montaner, 2016, p. 106), tornamos possível, dado o curto espaço de tempo, a colaboração e a participação da população residente de mais forma ativa, uma vez que esta associação, tendo a sua sede no bairro do Castelo, atuou como facilitadora em relação ao contacto com a população residente. Tendo como objetivo resolver problemas urbanos do bairro, entre eles a crescente desertificação, a degradação dos edifícios e o desaparecimento de atividades de apoio à população residente, este coletivo, atua através de uma prática profissional não convencional e incluindo diferentes áreas disciplinares (arquitetura, designer e sociologia) na procura de práticas que passam por um conjunto de ações identificadas por Montaner como “ativismo social, arquiteturas temporárias, exposições instalações, ações, cinema experimental e documental, webs e blogs” (Montaner, 2016, p. 106).

Assim, procurámos que a ideia de arquitetura se enquadrasse na compreensão das diferentes componentes de vida dos lugares. Não se pretendeu com isto afastar o ensino da arquitetura dos processos de produção relacionados com o espaço construído e com as questões estéticas, mas abrir o projeto à complexidade do sistema de relações implícitos no campo onde se movimenta a arquitetura colocando em cima da mesa ingredientes pouco habituais na academia, assentes em estratégias de participação.

Resultados

De acordo com o que foi apresentado e tendo como pano de fundo o cruzamento da prática do projeto com o enfoque oferecido pelo conceito de processo participativo, na *Summer School* foram identificados diferentes problemas, tanto a nível da morfologia do território e da arquitetura, como problemas sociais e urbanos característi-

cos de muitos dos atuais centros históricos das cidades. As intervenções dos estudantes, a partir da observação direta e da interação entre os diferentes intervenientes, centraram-se em locais degradados e devolutos, mas com potencial para a instalação de programas direcionados à sua revitalização⁴.

Desde a escolha dos programas, (que tiveram em conta as necessidades sentidas e o enquadramento das valências existentes na área de intervenção e áreas circundantes), até à problemática decorrente do enorme fluxo de turistas numa zona onde ainda existe uma parte residual da população residente em condições precárias, os problemas levantados enquadravam-se na tríade arquitetura, urbanismo e residentes. As propostas apresentadas pelos alunos foram diversas passando pelo redesenho do acesso ao Castelo, no sentido de reduzir a concentração de pessoas na zona de entrada; ou pela criação de mais pontos de venda de bilhetes por meio do aproveitamento de estruturas semelhantes já existentes na cidade, como as bilheteiras do metro e dos elevadores públicos, ou os pontos de apoio aos turistas; ou, pela abertura das portas do Castelo que se encontram fechadas ou com acesso condicionado, beneficiando o funcionamento de todo o conjunto; ou ainda, por propostas de limitação das entradas impondo aos não residentes a obrigação de adquirir um passe. Também foram propostas soluções relativas à mobilidade e circulação no bairro como a abertura das portas do Castelo que se encontram fechadas, possibilitando a livre circulação, tanto no caminho da ronda, como no interior do bairro, permitindo que o tráfego fluísse de modo mais equilibrado. Também a criação de um novo percurso junto às ruínas do Pátio D. Fradique permitia uma nova permeabilidade nesta zona onde a acessibilidade, devido à forte inclinação do terreno, é bastante dificultada. A nível do edificado, as propostas apresentadas desenvolveram-se em torno de equipamentos de apoio aos moradores. Entre elas destacam-se: “um espaço polivalente (...) capaz de responder às diferentes atividades e eventos locais, tais como: festas populares, almoços, música ao vivo, ensaios das marchas, palestras, entre outros, desenvolvido a partir de um espaço (...) coberto, com cozinha comunitária, instalações sanitárias públicas, sala de arrumos, e no edifício do lavadouro, um café com esplanada numa zona comum aos dois espaços” (Carvalho, *apud* Madeira da Silva *et al.*, 2016).

Conclusão

Os resultados obtidos, para além de revelarem interesse por indiciarem potenciais estratégias criativas, igualmente revelaram uma arquitetura contextual onde, se procurou estabelecer uma relação com o contexto e com critérios decorrentes das características do lugar. As dificuldades sentidas pelos habitantes sobretudo em relação às alterações provocadas pelo excesso de turistas foram tidas em conta para a formulação de propostas a nível programático. Assim, encontraram-se propostas que passam pela busca de soluções capazes de reconfigurar relações sócio espaciais; e, a par destas, outras associadas a intervenções em edifícios, onde construir, restaurar, recuperar revelam a marca do nosso tempo. (Madeira da Silva *et al.*, 2016).

Apesar do curto espaço de tempo em que decorreu a *Summer School*, o trabalho desenvolvido ultrapassou a investigação, decorrente em sala de aula, associada às questões formais da arquitetura para se transformar num processo de construção de conhecimentos em diferentes patamares, ou seja, em experiências mais do que em certezas. O que se alcançou foi, sobretudo, levantar questões dentro da área disciplinar da arquitetura através de uma nova maneira de olhar a prática do projeto acompanhada pelo olhar crítico de outras áreas disciplinares e dos agentes locais (académicos, arquitetos, sociedade civil e residentes), para que o ensino da arquitetura não se feche sobre si mesmo. As questões respeitantes ao património ambiental, enfatizando as diferentes opções de projeto de acordo com as necessidades dos residentes, foram questões debatidas no processo de projeto. A partir da participação dos vários intervenientes, observava-se que as intervenções colocaram os estudantes numa posição crítica em relação à realidade encontrada, explorando soluções que não passam diretamente pela construção, mas pela descoberta de oportunidades negociáveis a partir das condições existentes e dos interesses dos seus habitantes. Assim, a questão entre a forma física, o património e as necessidades de ordem social, aliada às necessidades da população foi uma das problemáticas levantada no decorrer desta experiência de ensino. Deste modo, os estudantes desenvolveram estratégias de reconversão urbanística, tendo em conta não só fatores de ordem morfológica, mas também aspetos de carácter histórico, social e económico, aprofundando

⁴ Alguns exemplos são: as ruínas no Pátio Dom Fradique; o Largo de Santa Cruz do Castelo e o edifício confinante em pré-ruínas; parte do “jardim-paisagem” inserido no conjunto do Castelo, com espécies autóctones da floresta portuguesa – como os sobreiros e pinheiros-mansos –, funcionando na altura como estacionamento automóvel e depósito de lixo; os terrenos expectantes adjacentes ao caminho da ronda; o Pátio da Pascácia na rua de Santa Cruz do Castelo; o lavadouro comunitário junto à Rua do Recolhimento; entre outros.

ações de projeto numa interpretação abrangente e crítica da realidade.

No momento em que as circunstâncias em que se desenvolve a prática profissional em arquitetura, (afastando-se cada vez mais do ciclo tradicional desenvolvido em atelier: da encomenda do projeto à construção do edifício), esta *Summer School* veio trazer a possibilidade de desenvolver uma experiência pouco comum na academia, de modo a adequar as práticas pedagógicas a estas novas circunstâncias. A vivência perto de uma comunidade com as suas histórias e cultura permitiu ver como o mundo pode ser plural e as vivências múltiplas e diferenciadas. Verificámos que, com intervenções mínimas, por vezes decorrentes de questões organizativas e de funcionamento, se pode acrescentar um novo significado aos lugares e ao mesmo tempo preservar a memória de atividades e dos edifícios que tiveram presença marcante na vida desses lugares.

Bibliografia

- AAVV. (2014), O Processo SAAL: Arquitetura e participação, 1974-1976, *Colóquio Internacional 74 14 SAAL #Arquitectura*, Coimbra: Centro de Estudos Sociais e o Departamento de Arquitectura da FCTUC, Disponível em: <https://www.serralves.pt/pt/actividades/coloquio-internacional-74-14-saal-arquitectura/>, Acesso: 23/04/2017.
- Barone, A. e Dobry, S. (2004), “Arquitetura Participativa” na visão de Giancarlo De Carlo, *Pós, Revista do programa de pós-graduação em arquitetura e urbanismo*, 018, 18-31, Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/posfau/article/view/43369>.
- Carreira, D., Bandeira, C., Abe, S., Pereira, V. (s.d.), Processos Participativos, *De olho nos planos*, Disponível em: www.deolhonosplanos.org.br/processos-participativos/.
- Edgerton, J., Mcclean, K., Robb, C., Shah, P., Tikare, S. (s.d), *Processos participativos na estratégia para a redução da pobreza*, Disponível em: <http://siteresources.worldbank.org/INTPRS1/Resources>.
- Madeira da Silva, T. (2014), *FUC, Ficha de Unidade Curricular, Seminário de especialização. Projetar em Tempo de escassez – Usos Temporários em espaços devolutos*, Lisboa: ISCTE-IUL: Mestrado Integrado em Arquitetura, 2014/2015, Disponível em: <https://fenix.iscte.pt>.
- Madeira da Silva, T., Matos, M., Ferreira, A. (2016), Architectural Summer School: Projectar em tempos de escassez, Uma experiência de ensino num contexto de mudanças nas práticas profissionais de arquitetura, *Cidades, Comunidades e Territórios*, 32, 80-102.
- Madeira da Silva, T. (2016), “Seminário de Especialização (Curso de Verão)”, in S.F. Bernardes e S.F. Carvalhosa (eds.), *Manual de Práticas Pedagógicas de Integração da Investigação no Ensino Superior*, Lisboa: ISCTE-IUL, pp.124-131, Acessível: em: <https://repositorio.iscte-iul.pt/handle/10071/11232>.
- Montaner, J. (2016), *A Condição Contemporânea da Arquitetura*, Barcelona: Gustavo Gil
- Nazareth, M. (2013). *Participação social no planeamento, construção e gestão das cidades*, Projeto de graduação, Curso de Engenharia Ambiental da Escola Politécnica, Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro.
- Ribeiro, A. (2011), *Questões Permanente*, Lisboa: Cotovia.
- Solà-Morales, I. (1998), *Diferencias: Topografía de la Arquitectura Contemporânea*, Barcelona: Gustavo Gili.

SAAL na perspectiva da ciência política: participação e qualidade da democracia

Camila Rodrigues^a

Resumo

O artigo analisa a relevância do SAAL (Serviço de Apoio Ambulatório Local) para a qualidade da democracia em Portugal, tendo por base uma análise histórico-comparativa dos projectos SAAL que foram implementados em Lisboa: Bela Flor, Liberdade, Fonseca e Calçada, Dona Leonor, Quinta do Alto, Curraleira/Embrechados e Bacalhau/Monte Coxo.

Palavras-Chave

SAAL, Participação, Democracia, Revolução

Abstract

The article analysis the relevance of the SAAL (Local Ambulatory Support Service) for the quality of democracy in Portugal, departing from an historical-comparative analysis of the SAAL projects that were implemented in Lisbon: Bela Flor, Liberdade, Fonseca and Calçada, Dona Leonor, Quinta do Alto, Curraleira/Embrechados and Bacalhau/Monte Coxo.

Keywords

SAAL, Participation, Democracy, Revolution

Introdução

A democracia tem vindo a ser reconhecida como o modo de governação mais desejável em função de todas as vantagens que oferece face a alternativas de cariz autoritário. Os regimes democráticos, baseados em eleições livres, justas e competitivas e na defesa das liberdades essenciais (Dahl, 1971, 2000), apresentam conquistas significativas em termos de direitos humanos, qualidade de vida e estabilidade política, para além de possuírem mecanismos institucionais de autocorreção por via eleitoral. À medida que a democracia se assume como o objetivo para o qual a maioria dos Estados converge, a questão da sua qualidade emerge como primordial. As democracias não são todas idênticas, sendo que um regime democrático pode variar ao longo do tempo, enquanto diversos regimes democráticos apresentam variação entre si. Isto significa que podem ter mais ou menos qualidade, consoante se aproximam mais ou menos do ideal-tipo de democracia, definido por Dahl como um sistema político caracterizado pela qualidade de ser completamente responsivo (ou quase), relativamente a todos os seus cidadãos.

Coloca-se então o problema de medir a qualidade da democracia e de determinar como a mesma pode ser melhorada. Fukuyama (2015, p. 40) coloca a questão em termos de determinar

como «chegar à Dinamarca», não à Dinamarca real, mas a uma sociedade democrática idealizada onde reinam a prosperidade, a segurança e a boa governação. Este estado de graça é alcançado mediante um equilíbrio entre três conjuntos de instituições políticas: um Estado competente, um forte primado do Direito e a responsabilização democrática. A apreensão das idiossincrasias do desenvolvimento político implica portanto que se compreenda «como é que Dinamarca se transformou na Dinamarca».

Vários índices¹ têm vindo a ser elaborados com o objetivo de medir a qualidade da democracia, os quais se baseiam em diversas dimensões deste fenómeno como o processo eleitoral e o pluralismo, o funcionamento do governo, os constrangimentos ao executivo, a cultura política ou as liberdades cívicas. A participação surge frequentemente como uma destas dimensões, mas está sujeita a diversas interpretações e definições. Por exemplo, o *Democracy Barometer* entende a participação como uma função da democracia que está incluída no princípio democrático da equidade, juntamente com a transparência e a representação. Segundo este entendimento, uma democracia de alta qualidade exige direitos iguais de participação para todos os cidadãos, o que não se esgota no sufrágio universal e remete igualmente para formas não institucionais de participação. Implica que os

^a Bolseira de doutoramento em ciência política. FCSH-UNL/ IPRI. Email: camilapombeiro@gmail.com

¹ Por exemplo o *V-Dem: Varieties of Democracy* ou o *Democracy Barometer*.

representantes políticos respeitem e considerem igualmente todos os interesses, o que envolve duas componentes da participação, a equidade de participação e o seu uso efetivo. Cada um destes componentes, por sua vez, subdivide-se numa série de indicadores que vão desde o alcance do sufrágio universal, até ao envolvimento em petições².

A questão não é simples, sendo que facilmente o conceito de participação surge despidido de toda a sua complexidade para se apresentar como um *slogan* desprovido de conteúdo. Os usos e abusos da participação na prática institucional têm vindo por isso a merecer fortes críticas por parte da comunidade científica, na medida em que a retórica que lhe está subjacente pode ser facilmente cooptada pelas instituições com o objetivo de legitimar decisões tomadas superiormente. Este fenómeno leva a questionar até que ponto a participação constitui não um instrumento valioso ao serviço de uma melhor democracia, mas antes uma nova tirania (Cooke e Kothari, 2004). O paradoxo da participação reside precisamente nesta ambiguidade, pois a sociedade civil na qual ela se funda apresenta-se como o terreno onde emergem novas exigências, mas igualmente onde o consentimento à ordem estabelecida se organiza (Baiocchi *et al.*, 2011, p. 22).

A relevância do SAAL para o estudo da participação

Um dos aspetos primordiais da participação prende-se com a transferência de poder para quem participa, sendo que mecanismos pseudo-participativos apresentam uma transferência de poder nula ou extremamente reduzida. Por exemplo, os cidadãos podem ser chamados a participar em processos políticos relativos a decisões já tomadas institucionalmente, com o único propósito de reforçar a sua legitimidade. Geralmente estes processos envolvem procedimentos de consulta onde o acesso à informação é limitado e a capacidade para introduzir alterações significativas é praticamente inexistente. Naturalmente, esta realidade raramente se apresenta no seu estado puro, existem diversas gradações que tornam um mecanismo político mais ou menos participativo, independentemente da forma como é apresentado por quem o propõe.

A relevância do SAAL (Serviço de Apoio Ambulatório Local) para o estudo da participação emerge precisamente desta questão, na medida

em que este programa pressupõe uma transferência de poder extremamente significativa para os moradores auto-organizados, que foram dotados de recursos financeiros, de apoio técnico e de capacidade de decisão efetiva relativamente aos seus processos de realojamento. O Estado fragilizado pelo processo revolucionário, reconheceu os seus próprios limites e estabeleceu relações de proximidade com a sociedade civil, mediante programas como o SAAL. Curiosamente, o SAAL apresenta algumas das características da «autonomia embebida», ou incorporada, tal como definida por Evans (1995)³, na medida em que constituiu laços entre o Estado e grupos sociais desfavorecidos.

O SAAL⁴ surgiu como uma resposta governamental às intensas pressões populares pelo direito à habitação durante o período revolucionário. Resultou de um despacho conjunto da Secretaria de Estado da Habitação e Urbanismo e do Ministério da Administração Interna e foi publicado no Diário do Governo de 6 de Agosto de 1974, que o apresentou como um programa de habitação social destinado a grupos sociais carenciados, mas com capacidade organizativa que pudessem ser envolvidos em auto-soluções com o apoio do Estado ao nível de solo, infra-estruturas, meios técnicos e financiamento.

Foi um programa de habitação profundamente inovador e polémico. Coelho (1986a) descreveu-o como um processo dinâmico que questionava não só a política habitacional no seu todo, mas também o próprio Estado. Visava uma resposta rápida às necessidades das populações sustentada numa intervenção eficaz, capaz de superar todos os obstáculos burocráticos; assegurava o direito de permanecer nas áreas já ocupadas pelos bairros de barracas, sem os habituais deslocamentos para a periferia; garantia apoio financeiro e técnico às populações envolvidas nos processos, sendo o controlo das operações, em grande parte assegurado pelos próprios moradores (Salgueiro, 1986).

Nos estados predatórios os laços pessoais constituem a única fonte de coesão e os benefícios individuais tomam precedência sobre os coletivos. As relações entre o Estado e a sociedade estabelecem-se, essencialmente, numa lógica de patrocinado e não numa lógica imparcial que une os eleitores a uma organização estatal impessoal. Nos Estados de sucesso que promovem o desenvolvimento, uma administração pública assente na meritocracia promove um sentimento de coerência corporativa que lhe atribui uma

² http://www.democracybarometer.org/concept_en.html

³ Uma combinação de “coerência corporativa e conectividade” (1995, p. 12) que nutre laços sociais com grupos subordinados que ligam o estado à sociedade, criando canais de negociação institucionalizados e contínuos.

⁴ Entre 1974 e 1976, foram iniciadas 170 acções, envolvendo um total de 41.665 famílias e implicando a construção de 2 259 fogos (Livro Branco do SAAL 1976).

determinada autonomia. Esta autonomia não implica, no entanto, o isolamento da sociedade, implica antes a incorporação do aparelho estatal num conjunto de redes sociais que estabelecem canais institucionalizados para uma constante negociação política. Cada aspeto da equação não deve funcionar isoladamente. Um Estado que é apenas autónomo ficaria privado de fontes de informação e da capacidade de confiar numa implementação privada descentralizada. Por outro lado, redes sociais densas sem uma estrutura burocrática robusta deixariam o Estado fragilizado por uma acção coletiva intensa que o colocaria sob a enorme pressão de reivindicações que não conseguiria satisfazer (Evans, 1995).

O SAAL representou a incorporação sem a autonomia e a sua flexibilidade, um dos seus aspetos mais relevantes, terá contribuído para a sua queda (Bandeirinha, 2007). Alegadamente, a ação coletiva que o programa implicava, terá tido um efeito político desestabilizador e este argumento foi mobilizado para justificar o seu fim. A 12 de Outubro de 1976, o deputado do PS Gomes Fernandes declarava, na Assembleia da República, que se a filosofia do programa seria a correta, a sua implementação encontrava-se desvirtuada pelo envolvimento partidário no processo, por campanhas de agitação político-social e pela incompetência e oportunismo de membros das brigadas técnicas (Conselho Nacional do SAAL, 1976, doc. 203: 419). Pouco tempo mais tarde, no dia 27 do mesmo mês, é emitido um Despacho conjunto do MAI e do MHUC que preconiza a extinção da metodologia do SAAL e da sua estrutura orgânica. No ponto 5 é referido que “algumas das brigadas SAAL se desviaram, de forma evidente, do espírito do despacho que as mandava organizar, actuando à margem do FFH e das próprias autarquias locais, que deveriam ser os principais veículos de condução do processo” (Conselho Nacional do SAAL, 1976, doc. 214: 452).

Nuno Portas (1986) recordou como as incompatibilidades ideológicas prejudicaram significativamente os processos em algumas áreas geográficas específicas, ao gerarem conflitos altamente perturbadores com as autoridades locais em torno do direito de ocupar certas áreas. No Porto, sob a gestão do Partido Social Democrata (PSD), um intenso confronto com as organizações de moradores motivou a invasão do município para pressionar pela transferência dos terrenos; nos arredores de Lisboa, mesmo com autarquias de esquerda, os moradores radicalizados opuseram-se veementemente à suposta má vontade das Câmaras Municipais relativamente ao processo.

O SAAL poderá ter contribuído para apaziguar a conflitualidade inerente ao processo revolucionário ao fornecer um canal institucional para a resolução de reivindicações, mas ao fazê-lo absorveu parte das forças políticas em confronto. Este facto por si só não é surpreendente nem inesperado. A questão que se coloca prende-se com o papel desempenhado por este mecanismo governativo na transição para a democracia mas, igualmente, na modernização do aparelho do Estado. Por outras palavras, trata-se de aferir até que ponto a incorporação pode promover a autonomia. Regressando à Dinamarca de Fukuyama, das suas diversas qualidades a menos compreendida relaciona-se com a transição de um Estado patrimonial, assente na troca de favores entre os governantes e os seus «amigos», para um Estado moderno, assente na salvaguarda do interesse público.

A transição para a democracia não implica necessariamente a modernização do Estado. O neopatrimonialismo pode afetar regimes democráticos que assumem os aspetos formais da democracia, sem se libertarem da discricionariedade inerente aos favorecimentos pessoais. Interessa portanto aferir até que ponto o Estado português se modernizou e em que medida o SAAL contribuiu, ou não, para esse processo. As reações contra o SAAL poderão ter derivado não somente do receio da instabilidade social, mas do seu potencial modernizador, o qual iria naturalmente colocar em causa mecanismos sociais enraizados na sociedade portuguesa que se desmantelaram no decurso da revolução mas não perderam a capacidade de reemergir sob novas formas.

Vários autores colocaram esta questão em cima da mesa de uma forma que transcende o mero debate, capitalismo *versus* socialismo, o qual não deixa de estar presente mas não abarca toda a complexidade do problema. Brochado Coelho (1986b) considerou que a indefinição governamental sobre o SAAL se intensificou gradualmente até a rutura do programa; o poder central não fez mais do que sustentar um processo que o excedia e antagonizava e acabou por ditar a sua extinção de forma atabalhoada. A neutralização do SAAL terá sido fundamental para enveredar por uma nova política habitacional que já não promovia a mobilização popular e se opunha fortemente à distribuição de terras altamente valorizadas (Ferreira, 1987). Esta dinâmica teve efeitos perversos ao nível do processo de modernização do Estado pois comprometeu a equidade do sistema político em favor do acesso restrito a bens socialmente valorizados.

Alves Costa (1986) destacou o papel ambíguo do poder político, o qual invocou a suposta racionalidade do capitalismo tanto contra a especulação habitacional descontrolada do Estado Novo, como contra a suposta anarquia dos movimentos urbanos. A anulação do SAAL, apesar de sua integração na administração urbana municipal, promoveu a institucionalização da «democracia burguesa», na medida em que os seus efeitos transformadores foram neutralizados antes que pudessem romper com o sistema. Para Oliveira e Marconi (1978) o SAAL foi, acima de tudo, um processo político, pois favoreceu a organização dos moradores e o seu controle efetivo sobre os processos habitacionais. Os partidos políticos majoritários viam neste processo uma ameaça que promovia forças políticas alternativas e autónomas. O seu interesse residiria na produção de habitação acessível para controlar as lutas de classe em relação à reprodução da força de trabalho e para sustentar o setor da construção.

O SAAL representava algo novo, uma opção viável que poderia ser estendida a outras áreas em função da sua relativa autonomia institucional, da sua natureza participativa e do seu questionamento da propriedade privada (David, 1976). Como afirmou Gomes (1995), foi um programa radical que se distanciou das abordagens tradicionais; a ideia do SAAL mantém sua aplicabilidade e permanece como um «fantasma reprimido» que juntou o passado com o futuro e se impôs como um epítome de abordagens participativas ao planeamento urbano. Não estava em causa simplesmente a transição para uma sociedade socialista, mas a transferência de poder para os cidadãos auto-organizados e a sua inclusão num processo governativo que implicava transparência, abertura e negociação.

O SAAL em Lisboa 40 anos depois

O Livro Branco do SAAL identifica 39 pedidos de intervenção no concelho de Lisboa, correspondendo a 19 operações iniciadas⁵. O trabalho de campo, que incluiu pesquisa documental e entrevistas abertas⁶, permitiu identificar um conjunto de aspetos comuns à generalidade dos bairros. No geral, os moradores eram pouco escolarizados,

exerciam atividades indiferenciadas e tinham rendimentos reduzidos. A experiência associativa prévia era residual, mas apesar disso, os dirigentes exerceram os seus cargos com relativa facilidade. No decurso do exercício das suas funções interiorizaram as regras de funcionamento democrático e agem em conformidade; conhecem a legislação e os mecanismos governativos relevantes para a sua atividade e utilizam-nos de forma consistente. Raramente entram em confronto com as instituições; a sua postura, apesar de assertiva, é essencialmente negocial. Em regra, as cooperativas SAAL são pouco politizadas, do ponto de vista partidário, e estão orientadas essencialmente para a resolução dos problemas específicos de cada bairro, e não para a defesa de causas coletivas agregadoras.

Os entrevistados confirmaram que objetivo inicial dos moradores se prendia essencialmente com a melhoria das suas condições habitacionais, mas esse desejo foi evoluindo para a apetência pela propriedade individual de uma habitação. Em nenhum momento do processo parece ter existido uma consciência socialista enraizada na propriedade coletiva, esta forma de atuação emergiu das oportunidades sugeridas pelo processo revolucionário e cessou assim que estas condições se alteraram. A luta pelo direito à habitação enquanto direito essencial rapidamente perdeu força quando este objetivo foi alcançado pelos moradores. A intercomissões não se perpetuou para além do momento revolucionário e os bairros dissociaram-se.

Observa-se uma dificuldade relativamente generalizada ao nível da mobilização coletiva, o que se traduz nalguma cristalização dos corpos dirigentes, apesar de serem cumpridas as formalidades inerentes aos estatutos organizativos. As cooperativas SAAL em Lisboa evoluíram para movimentos de líderes resilientes e competentes, que se debatem com uma massa associativa pouco engajada, desconfiada e orientada para a propriedade individual das suas habitações. Observa-se, portanto um acentuado declínio participativo no decurso da constituição da propriedade horizontal.

Para além das dificuldades internas inerentes aos próprios movimentos de moradores, advêm constrangimentos institucionais que, apesar de

⁵ Em 1974 tiveram início 12 operações correspondentes aos seguintes bairros: Quinta das Fonecas (310 famílias); Quinta da Calçada (288 famílias); Quinta do Bacalhau (350 famílias); Bela Flor (903 famílias); Tarujo (585 famílias); Bairro da Liberdade (4200 famílias); Casal Ventoso (3600 famílias); Sete Moinhos (297 famílias); Curraleira (760 famílias); Embrechados (104 famílias); Alto dos Moinhos (330 famílias) e Quinta do Alto (152 famílias). Em 1975 tiveram início as operações da Quinta Grande (238 famílias); São Cornélio (86 famílias); Dona Leonor (160 famílias); Bairro 14 de Junho (399 famílias) e Pátio Vila Fernandes (67 famílias). Em 1976 iniciaram-se as operações de Palma de Baixo (300 famílias) e Pedrococo (380 famílias). Haviam sido formalmente constituídas 16 organizações de moradores, 13 cooperativas e 3 associações. Do total de fogos a projetar, estavam em causa 11337 construções novas e 360 recuperações. Até 31 de Outubro de 1976, havia sido iniciada a construção de 172 fogos. Os valores já atribuídos a fundo perdido às organizações de moradores variavam entre os 21 milhões de escudos das Fonecas e os 2 880 mil escudos dos Embrechados. Por fim foram concretizadas as seguintes operações: Bairro da Liberdade; Curraleira/Embrechados; Bela Flor; Dona Leonor; Quinta das Fonecas e Quinta da Calçada; Quinta do Bacalhau/Monte Coxo e Quinta do Alto.

⁶ Na ausência de material documental detalhado e consistente, a abordagem baseou-se essencialmente em história oral. Entre 2012 e 2017 foram efetuadas visitas aos bairros e foram entrevistados 32 intervenientes diretos no processo (dirigentes das organizações SAAL e membros das brigadas), assim como representantes de autarquias no distrito de Lisboa e representantes do movimento cooperativo.

não serem particularmente destrutivos, criam entropias. Assim, o contexto político-legal é frequentemente descrito como pouco facilitador da atividade das cooperativas, apesar de se reconhecer que existem canais de acesso às instituições que permitem veicular reivindicações e apoios que permitem satisfazer necessidades. Como obstáculos específicos à atividade das organizações são apontados a excessiva morosidade dos processos burocráticos, a elevada rotatividade de funcionários, a inconsistência legislativa, o ocasional extravio de documentação e a reduzida eficácia dos mecanismos institucionais. Um testemunho da cooperativa Bela Flor⁷ sintetiza parte deste sentimento partilhado: “Foi um esforço enorme feito por pessoas humildes, em condições muito difíceis. Desde sempre o desempenho dos cargos directivos nesta cooperativa é feito de forma inteiramente graciosa, em período pós-laboral, por pessoas simples e não muito identificadas com o quadro legislativo e regulamentar em permanente mudança”.

Em virtude dos obstáculos institucionais com que as cooperativas se deparam, a resolução de problemas envolve frequentemente o recurso a relações personalistas com agentes colocados em posições estratégicas. Estas pessoas agilizam processos burocráticos e permitem ir resolvendo as questões, nem sempre de forma célere e eficaz, mas de forma suficientemente satisfatória para evitar uma escalada da insatisfação. Assim, apesar das entropias institucionais referidas, o fracasso dos processos, quando ocorreu, foi apontado essencialmente a fatores internos ao próprio movimento de moradores. Em dois dos sete bairros analisados, as cooperativas faliram e os bairros permanecem num limbo institucional. No Bacalhau/Monte Coxo os testemunhos apontam, de forma consistente, para a capitulação dos dirigentes face à elevada desconfiança entre moradores.

O Arquiteto Nuno Matos Silva⁸, que acompanhou o Bairro Portugal Novo (resultante do Bacalhau/Monte Coxo) durante cerca de 10 anos, até ao início dos anos 80, relata nestes termos a sua percepção do processo: “Porque a desagregação já era patente, a dificuldade que a direção tinha de representar o bairro, ainda eram voluntários a dar a cara, ainda houve interlocutores, era preciso assinar os autos, era preciso vistoriar, marcavam presença, mas já era muito em esforço, muito isolados, com muitas desconfianças. Era de prever que isso iria prontamente ser desacompanhado, ou seja, as pessoas não iam cumprir a sua parte do contrato que se subentendia. Isso fez-me acreditar que com um grau de população tão marginalizado como era o caso não se pode confiar inteira-

mente na autogestão, precisa de ser enquadrado”.

Na Curraleira/Embrechados, o processo terá sido um pouco diferente e os testemunhos recolhidos, particularmente por parte dos dirigentes atuais das duas associações que representam o bairro, não são inteiramente coincidentes. Os elementos da brigada inquiridos não permaneceram no bairro por um período suficientemente prolongado para terem acompanhado a desagregação do movimento, no entanto, são referidos aspetos que poderão ter contribuído para a situação verificada. Entre estes aspetos salienta-se alguma prevalência de atividades ilícitas que poderiam ficar comprometidas pela regularização da situação habitacional; uma possível apropriação dos recursos da cooperativa por parte da sua direção e uma eventual ausência de cumprimento dos respetivos pagamentos, por parte dos moradores, que assumiam uma postura assistencialista, de desresponsabilização pessoal e consequente responsabilização estatal. Na sequência da falência da cooperativa a documentação desapareceu, pelo que é apenas possível permanecer no campo da suposição.

No entanto, os processos mais atribulados têm em comum o facto de abrangerem maioritariamente uma população urbana, enquanto os restantes englobaram essencialmente migrantes de primeira geração. A percepção dos intervenientes face às possíveis causas desta divergência é resumida de forma bastante explícita no testemunho de Adelaide Cordovil⁹, a qual se deparou com um processo que reunia dois bairros, a Quinta das Fonsecas, um bairro de barracas recente de migrantes de primeira geração, e a Quinta da Calçada, um bairro de realojamento que havia acolhido população urbana originária de outras zonas degradadas da cidade. Apesar dos dois bairros terem sido canalizados para o mesmo processo, a CHE Unidade do Povo, da Quinta da Calçada, esteve mais tempo desativada e enfrentou problemas acrescidos, como um desfalque considerável, relativamente à sua congénere da Quinta da Fonseca, a CHE 25 de Abril:

“Esta população (da Calçada) era completamente diferente das Fonsecas. Com alguma população já marginal, que já não trabalhava, que vivia de biscates. Era uma população que estava à espera do realojamento noutras casas, a Câmara é que iria dar outras casas, já os tinha trazido para ali e iria dar outras casas, e as Fonsecas não, as Fonsecas era um bairro construído mais recentemente, com pessoas vindas sobretudo das beiras e que

⁷ Testemunho escrito recebido por e-mail a 18 de Dezembro de 2015.

⁸ Entrevista realizada a 16 de Janeiro de 2017.

⁹ Entrevista realizada a 16 de Março de 2017

tinham muita vergonha de viver ali. Tinham vindo para Lisboa à procura de melhores condições de vida e tinham vergonha de viver nas barracas. Tinham-nas construído, não tinham tido outra solução, mas tinham muita vergonha, e portanto a mudança para eles era uma coisa que lhes dizia respeito e que eles queriam abraçar, os outros não, estavam «a Câmara há-de (resolver)»».

Apesar dos percalços, o balanço da implementação do SAAL em Lisboa é bastante positivo, tendo em conta que o processo foi desacompanhado numa fase muito inicial, em virtude da passagem do controlo dos processos para as câmaras municipais. As brigadas técnicas perderam o seu respaldo institucional e retiraram-se, o apoio estatal cessou, mas apesar disso a maioria dos processos decorreu de forma eficiente, sem grandes sobresaltos, estando o seu processo de regularização concluído. Na análise histórico-comparativa dos bairros nada sugere que o SAAL encerrasse qualquer dinâmica disruptiva ou desestabilizadora do processo democrático, antes pelo contrário, parece ter contribuído para acomodar reivindicações, ao apresentar soluções céleres e exequíveis para necessidades urgentes. A natureza conflitual do próprio processo revolucionário contaminou naturalmente o SAAL, mas nada leva a crer que esta conflitualidade estivesse subjacente à metodologia participativa e flexível que adotou, tanto que nos bairros onde o SAAL estava demasiado avançado para ser descontinuado, esta conflitualidade cessou rapidamente.

Conclusão

O SAAL não chegou a produzir um efeito assinalável ao nível da qualidade da democracia em Portugal por ter permanecido muito restringido no tempo e no espaço, no entanto, poderia ter tido um efeito potenciador da qualidade democrática por duas vias. Por um lado, promovia uma genuína participação de populações desfavorecidas que eram dotadas de recursos materiais e humanos, para além de gozarem de um considerável poder decisório sobre os seus próprios processos de realojamento. Possuía, portanto, um importante efeito equalizador, ao atenuar desigualdades sociais. Por outro lado, ao definir canais de acesso ao poder, eliminava a necessidade de recorrer a redes de conhecimento interpessoal. A negociação era efetuada diretamente por via institucional e não por via de intermediários, o que tornava o processo político mais transparente e imparcial.

As entrevistas evidenciaram este facto. No contexto do Estado Novo era comum ter de recorrer a mediadores para ter acesso a direitos fundamentais. Por exemplo, para conseguir autorização para aumentar a barraca, o empregador poderia ser mobilizado para «facilitar» o processo junto das entidades responsáveis. Durante o período de vigência do SAAL este tipo de intermediação não é referido. Os moradores tratavam das suas questões em negociação coletiva, fundamentavam-nas com o apoio técnico das brigadas, discutiam-nas com as entidades responsáveis e podiam agir em conformidade, se se verificasse a sua pertinência. Já no período democrático as redes de intermediação pessoal regressaram. Nas palavras de um dirigente entrevistado, «quem não tem padrinho morre descalço». Este ditado é utilizado para descrever o contexto democrático atual e não o contexto autoritário do Estado Novo.

Ao efetuar um retrato da sociedade portuguesa a partir do SAAL em Lisboa, verificam-se dois fenómenos interligados. Por um lado, subsiste um personalismo de proximidade que se traduz em favores individuais concedidos por funcionários públicos ou responsáveis políticos de forma a colmatar insuficiências institucionais e bloqueios burocráticos que, de outra forma, seriam potencialmente irresolúveis. Como refere um dirigente entrevistado, se todos os trâmites legais fossem respeitados «nunca se iria a lado nenhum». Estes favores não implicam contrapartidas e são executados essencialmente com o objetivo de resolver questões pendentes. Por outro lado, surgem apoios institucionais participativos que na realidade são processos *up-bottom* nos quais a transferência de poder é diminuta. Estes apoios permitem a resolução de problemas pontuais, mas não implicam uma transferência significativa de poder para os moradores. É o caso do GABIP-ex SAAL e do programa BIP/ZIP, da Câmara Municipal de Lisboa, que têm contribuído para introduzir melhorias significativas nos bairros SAAL nele incluídos, nomeadamente na Curreleira/Embrechados, que já sofreu intervenções consideráveis ao nível da reabilitação do edificado e da construção de equipamentos. Pretende-se acima de tudo promover a regularização destes bairros, contando para tal com o envolvimento das organizações de moradores. No entanto, é um programa dirigido pelo município, estando os moradores numa posição subordinada.

A lógica de intervenção inerente ao SAAL foi de curta duração e assume um carácter essencialmente experimental. A sua continuidade até à atualidade é residual, dado que os processos perderam o seu respaldo institucional e acaba-

ram por se cingir à sua expressão mais básica de construção de um número limitado de projetos habitacionais. Por conseguinte, o seu potencial transformador ficou comprometido e alguns aspetos institucionais que esta lógica de intervenção profundamente participativa poderia contribuir para alterar, acabaram por se perpetuar.

Um fator essencial para o surgimento de instituições inclusivas é o empoderamento de amplas coligações de cidadãos (Acemoglu e Robinson, 2013, p. 437) que têm um interesse efetivo na modernização do Estado que, como vimos, é o elemento chave na construção de uma democracia de qualidade. Em Portugal, estas coligações surgiram no período revolucionário com a forte mobilização popular que aliou populações desfavorecidas a sectores progressistas da classe média e média-alta, no entanto o seu efeito foi limitado pelo surgimento de divisões internas que comprometeram a continuidade de programas como o SAAL, que as formalizavam. Apesar dos riscos que o empoderamento comporta (Acemoglu e Robinson, 2013, p. 548), os conflitos inerentes à execução do programa, os quais foram invocados para o descontinuar, derivaram essencialmente da tentativa frustrada de colonização do processo por determinadas forças políticas, assim como do conservadorismo de determinados sectores da sociedade que não se adaptaram a uma abordagem tão dinâmica. Com isto, «deitaram fora o bebé com a água do banho». Os agentes que não estavam interessados na modernização do Estado aproveitaram a oportunidade para descontinuar o programa, pelo que subsiste um longo caminho a percorrer até chegarmos à «Dinamarca».

Referências bibliográficas

- Acemoglu, D. e Robinson, J. (2013), *Porque falham as nações*, Lisboa: Círculo de Leitores.
- Baiocchi, G. et al. (2011), *Bootstrapping Democracy: transforming local governance and civil society in Brazil*, Stanford: Stanford University Press.
- Bandeirinha, J. (2007), *O Processo SAAL e a arquitectura no 25 de Abril de 1974*, Coimbra: Imprensa da Universidade.
- Coelho, M. (1986a), “Uma experiência de transformação no sector habitacional do Estado: SAAL 1974-1976”, *Revista Crítica de Ciências Sociais* 18/19/29, Fevereiro, Coimbra: CES, pp. 619-634.
- Coelho, M. (1986b), “Um processo organizativo de moradores – SAAL Norte 1974/76”, *Revista Crítica de Ciências Sociais*, nº 18/19/20, Coimbra: CES, pp. 645-671.
- Conselho Nacional do SAAL (1976), *Livro Branco do SAAL – 1974/1976*, Vila Nova de Gaia: Conselho Nacional do SAAL.
- Cooke, B. e Kothari, U. (2004), *Participation: the new tyranny?*, Londres: Zed Books.
- Costa, A. (1986), “L’operazione SAAL”, Framp-ton, K. et al. (eds.), *Álvaro Siza professione poética*, Milan: Electa, pp. 71-89.
- Dahl, R. (1971), *Polyarchy: participation and opposition*, Yale: Yale University Press.
- Dahl, R. (2000), *Democracia*, Lisboa: Temas e Debates.
- David, B. (1976), “Le SAAL ou l’exception irrationnelle du système”, in *L’Architecture d’Aujourd’hui*, 185, Paris: Archipress & Associés, pp. 60-61.
- Evans, P. (1995), *Embedded autonomy: states and industrial transformation*, Princeton: Princeton University Press.
- Ferreira, A. (1987), *Por uma nova política de habitação*, Porto: Afrontamento.
- Fukuyama, F. (2015), *Ordem Política e Decadência Política*, Alfragide: Dom Quixote.
- Gomes, P. (1995), “Arquitetura os últimos 25 anos”, in Pereira, P. (org.), *História da Arte Portuguesa*, vol. 3, Lisboa: Temas e Debates, pp. 547-591.
- Oliveira, P. e Marconi, F. (1978), *Política y Proyecto: una experiencia de base en Portugal*, Barcelona: Editorial Gustavo Gil.
- Portas, N. (1986), “O processo SAAL: entre o Estado e o Poder Local”, *Revista Crítica de Ciências Sociais*, nº 18/19/20, Coimbra: Centro de Estudos Sociais, pp. 635-644.
- Salgueiro, T. (1986), “A promoção habitacional e o 25 de Abril”, *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 18/19/29, Fevereiro. Coimbra: CES, pp. 673-691.

Intervenção no Espaço Público através da construção coletiva: o caso “Abraçar Santiago” em Aveiro, Portugal

Beatriz Melo^a, Cecília Porta^b, Lucas de Macedo^c, Vanessa Passos^d

Resumo

A cidade é um processo resultante da acumulação de condicionantes naturais e antrópicas cujas relações com a sociedade transformam as formas urbanas existentes e alteram a maneira com que determinadas áreas se desenvolvem e se estabelecem. Nesse aspecto, a segregação espacial pode ser uma consequência desses processos, uma vez que tem vindo a afetar a maneira com que se configura o ambiente urbano. Na tentativa de intervir nessa problemática, a participação popular deve se consolidar como parte integrante da cidade; enquanto fator mobilizador, auxilia ao reafirmar o sentimento de pertença e pode ampliar as redes relacionais em prol de um objetivo comum: a melhoria dos espaços.

Dentro deste contexto, o projeto “Abraçar Santiago”, desenvolvido num bairro social no município de Aveiro, Portugal, busca promover a requalificação do espaço público através da sensibilização da comunidade. A iniciativa objetiva a realização de atividades colaborativas - como forma de reafirmar preceitos de participação, sociabilidade, convivência e responsabilidade cívica na transformação do patrimônio público, buscando fazer da cidade uma só e para todos.

Palavras-Chave

Processos Colaborativos, Participação Pública, Espaço Público

Abstract

The city is a process resulting from natural conditions and human action where the relations with the society transform the existent urban forms and the way that some areas are developed. Concerning this, the spatial segregation can be one of the consequences of these process, influencing the way that urban space is configured. In attempt to intermediate in this problem popular participation must be consolidated as an integral part of the city; as a mobilizing factor, that helps to reaffirm the sense of belonging and enable relational networks in favour of a common goal: the improvement of spaces.

Through this context, the project "Abraçar Santiago" was developed in a social neighbourhood in the city of Aveiro, Portugal, in a way to promote the requalification of public space from community participation. The initiative aims to realize collaborative activities - as a way of reaffirm principles of participation, sociability, coexistence and civic responsibility in the transformation of the public patrimony, seeking to make and only city, and for all.

Keywords

Collaborative Process, Public Participation, Public Space

Introdução

As cidades são terrenos férteis para a ciência, inovação, cultura e criatividade individual e coletiva. Também, são locais onde se concentram problemas de desemprego, segregação e pobreza. É na cidade que os sujeitos estabelecem relações objetivas e subjetivas e, muito embora o urbanismo esteja numa primeira instância associado à territorialidade geo-

gráfica, o tempo das vivências quotidianas atuais pode levar a novos contornos em que as cidades deixam de ser um lugar de encontro e intercâmbio para se converterem em lugar de separação (Reis, 2015).

A fim de reverter esta ideia, o presente artigo visa demonstrar como pequenas intervenções podem, aos poucos, transformar os espaços, valorizando a sua diversidade e abrangendo a inclusão, o engajamento e o fortalecimento das re-

^a Universidade de Aveiro, Portugal. Email: mbalmeida@ua.pt

^b Politecnico di Milano, Itália. Email: cecilia.porta@mail.polimi.it

^c Universidade de Aveiro, Portugal. Email: lucasmacedo@ua.pt

^d Universidade de Aveiro, Portugal. Email: passos.va@gmail.com

des relacionais no compartilhamento de ideias, as quais integram processos colaborativos e ressignificam emoções da vida urbana.

Objectivos

Estabeleceu-se como objetivo geral desta pesquisa, o seguinte:

- Compreender como a participação popular pode se consolidar como um fator mobilizador na requalificação de espaços públicos ao dar voz às pessoas e criar um modelo de planejamento urbano mais inclusivo.

Em complementaridade definiram-se alguns objetivos específicos:

- Perceber de que maneira as transformações sócio-espaciais dinamizam os espaços públicos e se afastam das reais necessidades e demandas locais;

- Demonstrar como é possível vencer obstáculos, mesmo com o pouco estímulo que se dá a prática do urbanismo participativo, ao fortalecer o empoderamento do cidadão para que este pense a cidade de forma coletiva;

- Desenvolver ideias para a criação de espaços públicos que atendam às pessoas, focando na importância de bairros vivos e convidativos.

Metodologia

O presente artigo trata-se de um estudo teórico-prático, resultado de pesquisa e revisão bibliográfica ao que se acrescenta ainda os depoimentos de pessoas que já desenvolveram e/ou possuem presença ativa em projetos orientados ao bairro de Santiago. A contribuição efetiva da comunidade, por meio de auscultação, e as atividades já desenvolvidas também foram diretrizes orientadoras do trabalho através de uma visão holística do espaço público de intervenção sob a perspectiva diretora do Project for Public Spaces (PPS), a qual abrange as componentes de acesso e conexões, de conforto e imagem, de usos e atividades e de sociabilidade¹.

Fundamentação teórica

Espaços públicos

A vida urbana está atrelada a encontros, confrontos das diferenças, conhecimentos e reconhecimentos recíprocos das formas de viver os padrões que coexistem na Cidade (Lefebvre, 2009, p. 22), assegurado pelo espaço público urbano.

Convém denominar espaço público não somente aquele de propriedade pública, mas também o que o público se apropria por serem lugares receptores das ações da esfera pública (Alvares *et al.*, 2009). Estes espaços são compreendidos como palco das atividades humanas, dos encontros e das trocas de ideias, capazes de restaurar uma sociedade expressiva quanto às suas ideologias e expressões políticas, destacando o seu potencial e o papel social nas cidades (Baretta e Andrade, 2015).

Nesta lógica, a formação do lugar está relacionada com a experiência humana de viver, vinculada com as relações que o indivíduo estabelece com a comunidade e com o meio natural e cultural a que foi submetido (Tuan, 1980). Faz-se relevante reforçar a questão da identidade e de pertença do público que permitem alterações e mutações de acordo com os anseios de construção coletiva (Bentley *et al.*, 1999), eis que, ao serem estes inexistentes, podem resultar em espaços cada vez mais vazios e desocupados nas cidades, levando-se ao questionamento da ausência de planejamento e/ou a desconsideração da realidade dos ocupantes como causa do distanciamento da população em relação aos espaços públicos (Yamawaki *et al.*, 2015).

Os sujeitos, por vezes, tornam-se invisíveis nos próprios espaços porque não se sentem pertencidos a ele e, neste sentido, a cidade pode ser uma ameaça às populações excluídas que trazem no seu corpo as marcas visíveis da desvantagem da inserção social (Cassab, 2001). Um espaço sem público é a reafirmação de uma não-cidade (Beretta e Andrade, 2015), do enfraquecimento da identidade urbana. A essência do espaço está na capacidade de estabelecer relações espaciais com as experiências existenciais humanas (Melo e Pereira, 2015), e assim, quanto mais profundamente o cidadão se sentir inserido, mais forte será a construção de sua identidade vinculada ao espaço que habita.

É claro que os bairros precisam manter características de raiz, aquilo que o tempo se encarregou de construir, aliado às atividades dos sujeitos que possuem visibilidades diferentes conforme

¹ Project for Public Spaces: guia do espaço público para ajudar as pessoas a criarem e manterem seus espaços.

o local em que se encontram, ou seja, como se comportam, como observam, que atividades realizam, mas há também o espaço empregado no cotidiano dos sujeitos sociais, que delimita os horizontes e circunscribe as relações nos diversos locais de identificação (Reis, 2015).

Participação colaborativa

Quando falamos de participação pública, tratamos diretamente de métodos participativos de inclusão que envolvem colaboração, diálogo e interação. Não são necessariamente reativos, mas estão focados em antecipar e definir ações futuras a partir da construção de um conhecimento compartilhado (Innes e Booher, 2005). Uma das chaves do sucesso da participação pública diz respeito ao poder transformador do diálogo (Forester, 1999) e do compartilhamento de ideias. Contudo, mais do que isto, os processos colaborativos auxiliam no desenvolvimento da capacidade cívica a fim de promover uma sociedade mais inteligente para resolver questões controversas e difíceis (Innes e Booher, 1999), permitindo aos cidadãos exercerem um impacto maior na construção de suas próprias identidades (Albrechts, 2006).

Para que seja exercida, entretanto, deve incorporar não só organizações, planejadores e administradores públicos, mas também os cidadãos, num quadro em que todos interagem-se mutuamente (Innes e Booher, 2005). Dar voz à comunidade, de maneira respeitosa e inclusiva, é parte fundamental de um planejamento democrático (Healey, 1996), visto que a contribuição pragmática para o debate é feita a partir das experiências cotidianas humanas e da interação entre estas (Leino e Laine, 2011). E, muito embora a tendência dominante na participação seja pensada por adultos, não se pode deixar de lado o contributo das crianças como forma de lhes dar visibilidade social atuante na cidade.

Gaitán e Liebel (2011) chamam a atenção para o fato das crianças e jovens serem parte integrante da sociedade, assim, devem dispor de condições para desempenharem um papel ativo na defesa e implementação dos seus direitos civis, sociais, econômicos,

políticos, e culturais. O envolvimento da comunidade na reativação dos espaços públicos permite a produção de sinergias compreendidas pelas ações (Brandão, 1999), o que promove uma leitura, denominada por Albrechts (2006) de “what” and “how”, sob a perspectiva das memórias, vivências e experiências do utilizador diante da capacidade de compreender o que é o espaço e no que ele pode vir a se tornar. Esta capacidade faz do cidadão protagonista do espaço público, que busca na cidade construir o seu território, um lugar seguro e acessível no qual seja possível morar consigo e com os outros (Solà-Morales, 2002).

Deste modo, todas essas transformações refletem uma comunidade utilizadora do espaço público, e que por meio de encontros e eventos vê suas redes relacionais de vizinhança fortalecidas. Uma comunidade que tem diante de si locais que permitem a reunião de pessoas que nunca estiveram no mesmo ambiente, aprimorando, portanto, a participação entre as partes (Taylor, 2007).

Abraçar Santiago

Contexto

O Bairro de Santiago está localizado na União das Freguesias da Glória e Vera Cruz, no Concelho de Aveiro, e abrange uma área de 6,87 km², com uma população estimada em 9.917 habitantes (INE, 2011).

Sua história está intimamente ligada aos fluxos migratórios e imigratórios ocorridos na década de 70. Evento se submeteu ao despreparo do mercado habitacional formal e fez com que surgisse um alargado número de terrenos clandestinos.

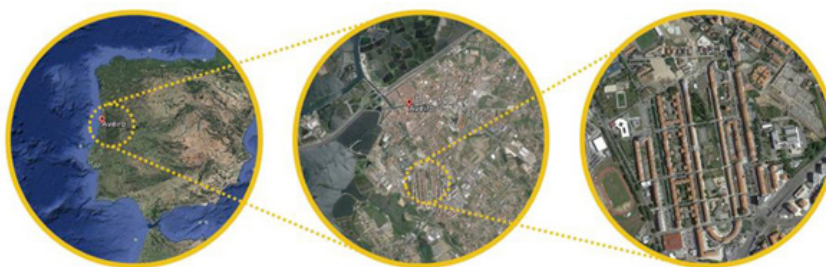


Imagem 1 - Localização do Bairro de Santiago, Aveiro, Portugal
Fonte: Google Maps

No que se aplica o contexto do município de Aveiro, o parcelamento indiscriminado se expressou na área que hoje ocupa a Universidade de Aveiro, reunindo a diversidade étnica por parte da instalação de ciganos e do acolhimento de pessoas vindas dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP'S).

Diante do período de expropriação dos terrenos agrícolas, a população que ali havia se instalado seria realocada em prol da construção da Universidade de Aveiro, e é nesta altura que se estabelece o Plano Integrado de Aveiro-Santiago (PIAS), em conjunto com o Fundo de Fomento à Habitação (Catalão, 2010) - e que mais tarde foi denominado como Urbanização de Santiago, com o intuito de alojar a população que vivia em situação precária e em terrenos clandestinos, e como forma de regularizar o setor habitacional e os focos de pobreza existentes no município com a construção de moradias e edificações na área.

As dinâmicas existentes no bairro serviram de premissas para a sua consolidação como uma região diversificada em termos de residentes, conduzido, contudo, a relações de convívio nem sempre muito pacíficas. Diante da denominação de bairro social, a pobreza urbana existente acabou por estar associada, muitas das vezes, a grupos de toxicodependentes, famílias desestruturadas, desempregados, pessoas habituadas ao modo de vida rural, com estilos de vida diferenciados, gerando adversidades na adaptação e integração. Atrélado a isto, houve falta de infraestrutura e condições de moradia condignas, contribuindo para acentuar ainda mais a produção do excluído e a fortalecer o estigma ainda existente e que, por muitas das vezes, define o local: uma área perigosa e problemática da cidade.

O processo de integração da comunidade ao bairro foi, e tem sido, um grande desafio para Santiago, contando com diferentes organizações que atuam no bairro de maneira a superar as deficiências lá existentes. A Instituição Particular de Solidariedade Social - IPSS Florinhas do Vouga promove atividades assistenciais que intervem diretamente na inclusão social dos residentes. O projeto “Cidade Amiga das Crianças”, da UNICEF, buscou a inclusão e a participação das crianças no protagonismo da cidade, promovendo os direitos destas. A “Polícia de Proximidade”, unidades especiais da Polícia de Segurança Pública (PSP) e parte do Programa Integrado de Policiamento de Proximidade (PIPP), ampliou os meios de segurança no bairro, promovendo uma relação mais intensa entre os moradores e os agentes policiais.

O Bairro de Santiago

No coração do bairro de Santiago encontra-se uma grande área verde (aqui denominada Jardim de Santiago), a qual recebeu atenção ao longo dos anos 90 como parte integrante do que viria a ser o Parque da Sustentabilidade do Município de Aveiro. O programa previa a conexão e regeneração dos espaços verdes existentes na cidade, formando um corredor ecológico que se estenderia desde o Jardim do Rossio (no centro) até o Jardim de Santiago com o objetivo de intensificar a mancha verde urbana e melhorar a qualidade dos equipamentos culturais e desportivos instalados. Infelizmente, o projeto preliminar proposto não foi concluído, devido a afirmação por parte da entidade financiadora ligada à União Europeia que considerou o Jardim pertencente a um bairro social e que, assim, era dissonante aos objetivos do programa. Em resposta a isto, o Projeto para o Parque da Sustentabilidade foi interrompido no trecho que antecede o Jardim de Santiago, no Parque dos Amores, o que não só salientou a barreira que o desconecta do restante do município, como também potencializou a segregação do espaço.

Curiosamente, o bairro é contornado por ruas que se conectam a importantes vias de acesso do Município de Aveiro (Avenida da Universidade a oeste, Rua Dr. Mário Sacramento a leste e Estrada Nacional 109 a sul), além da ligação com diversos equipamentos, como a Universidade de Aveiro, o Glicínias Shopping e o Mercado de Santiago. O bairro é, portanto, uma “cidade dentro da cidade”, isto porque possui um amplo leque de serviços e atividades que se estendem por toda a sua área, os quais acabam estabelecendo relações de encontro entre pessoas, diálogo e convívio.

O entorno imediato, contudo, fragmenta-se a partir da presença de barreiras físicas e visuais. Os muros circundantes ao Jardim impedem a conectividade com o entorno e dificultam a visibilidade do parque do interior para o exterior, e do exterior para o interior, na contramão do que se entende pela maior amplitude visual e ausência de barreiras físicas que tornem mais fácil antever que caminhos serão percorridos (Yamawaki *et al.*, 2015). Igualmente, a forma com que se configurou o desenho do Jardim acaba por não ser convidativa, os obstáculos e a obsolescência dos espaços de permanência (campos desportivos, anfiteatro, etc) favorecem usos indesejados - moradia provisória, acúmulo de lixo, ponto de tráfico de drogas. Outra razão identificada diz respeito a inexistência de atividades programadas que promovam a convivência entre os utilizadores.

Assim, questiona-se: quem passa pelo Jardim é atraído pelo que está ao nível dos olhos e sente-se à vontade para utilizar o espaço? Segundo a teoria “Olhos da Rua”, de Jane Jacobs (2000), quanto mais pessoas nas ruas, mais seguras elas se tornam. São os olhos de quem caminha, de quem ocupa os espaços públicos, de quem senta nos bancos da calçada, de quem está na praça e acompanha a movimentação na rua – a vigilância informal que exercem, voluntariamente ou não, quando ocupam o ambiente urbano que tornam o ambiente diverso e ocupado.

Portanto, uma comunidade heterogênea (crianças, idosos, diferentes culturas e hábitos); com inúmeros espaços e infraestruturas que podem fomentar boas práticas de integração entre as pessoas, e com as instituições que podem financiar parcerias que estimulem a participação pública, tornam o bairro de Santiago propriamente dito um local com grande potencial de uso.

Plano de Intervenção

Entre os meses de setembro e novembro de 2016 diversas vozes foram escutadas para que fosse possível conhecer mais de perto o bairro de Santiago. Este processo foi fundamental para entender a dinâmica envolvente que viria a ocorrer com a comunidade no dia 20 de janeiro de 2017, cuja auscultação resultou num processo de reconhecimento do que estas desejavam para o bairro. O projeto foi apresentado às pessoas (crianças e adultos) e estas puderam opinar de que forma gostariam que fossem o Santiago, sem induzi-las, dando a possibilidade de se tornarem as protagonistas do espaço público.

O evento ocorreu em dois momentos, o primeiro, no turno da manhã e com cerca de 120

crianças da Escola de Ensino Básico de Santiago, foi um tour guiado pelo Jardim, o que lhes permitiu conhecer o espaço e o seu entorno. Na sequência, as crianças divididas em grupo tiveram a oportunidade de refletir sobre alguns dos espaços identificados e por meio de desenhos mostraram suas ideias e desejos para o lugar. Ao fim, marcaram em papéis suas mãos com tinta, estas posteriormente foram expostas ao redor dos muros do Jardim como forma de reconhecimento da participação na comunidade.

O segundo momento, que aconteceu no turno da tarde, reuniu o público adulto para discussão e debate sobre o Bairro com uma caminhada para perceber as problemáticas e as oportunidades existentes, além de terem realizado um “varal de desejos” para o local.

Diante dos resultados, foi entregue à Câmara Municipal de Aveiro, no dia 27 de janeiro de 2017, a análise do bairro formulado pelo grupo coordenador do projeto, juntamente com o relatório de anseios da população. No documento continham depoimentos da população acerca do que julgavam ser interesse de uso coletivo e o que igualmente os afastava ou impedia o uso do espaço urbano. Contudo, após a entrega do relatório nenhum parecer ou informação sobre possíveis intervenções no local foi devolvido ao grupo, ou melhor, para a comunidade Aveirense.

Na sequência, no dia 04 de fevereiro de 2017, o projeto participou como finalista do Aveiro Soup, um jantar participativo no qual os cidadãos votaram em propostas para transformar a cidade. O Abraçar Santiago não foi o grande vencedor, mas permitiu que Santiago - o lugar até então “esquecido” da cidade - ganhasse visibilidade.

Atualmente o projeto busca firmar parcerias e reunir novos voluntários e adeptos da intervenção urbana para redinamizar os espaços lá existentes,

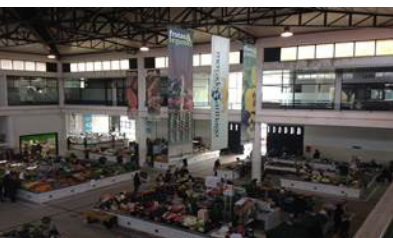


Imagem 2 e 3 - Mercado de Santiago e Muros que contornam o Jardim de Santiago (esq. para drt.)

Fonte: Arquivo pessoal

Imagem 4 e 5 - Anfiteatro inutilizado devido seu mau estado de conservação e Hortas comunitárias criadas e mantidas pela comunidade (esq. para drt.)

Fonte: Arquivo pessoal

seja através do plantio de hortas em áreas verdes abandonadas do bairro; seja através de intervenções pontuais nos equipamentos públicos existentes no bairro (campos desportivos, anfiteatro, bosque); e/ou então através de oficinas, encontros e ações colaborativas (linguagens artísticas) com foco na transformação da paisagem urbana em espaços criativos, promovendo pequenas intervenções de reabilitação sobre habitações e espaços comerciais.

Tais ideias são um desafio para mobilizar a comunidade que habita, trabalha, usa e caminha o lugar a partir da concepção das pessoas (Medeiros e Perassi, 2015). O espaço só tem existência social através da maneira como os grupos humanos o concebem, analisam e percebem suas possibilidades (Caval, 2007). A partir do entendimento das relações dos espaços com os cidadãos, os resultados vão muito além da própria requalificação espacial, contribuem para a sua revitalização funcional.

Ações futuras

Ao se observar o local como um todo, percebem-se problemas e apontam-se soluções. Ações pequenas, disseminadas e aproveitadas podem humanizar o bairro e fazer com que as pessoas se preocupem mais com o espaço público. A tarefa principal, portanto, enquanto dinamizadores do projeto, é ouvir sempre o que a população quer e tem a dizer.

Além das atividades ocorridas em janeiro de 2017, o projeto contou com novos interessados nos últimos meses e apontará para um novo arranque de auscultação a partir de setembro de 2017, ou seja, após um ano dos primeiros contatos, o que garante tempo suficiente para que as pessoas já sintam maior intimidade para com o que se propõe e que veio para ficar: o abraço em Santiago.

O envolvimento e a colaboração são partes essenciais desta dinâmica, pois reafirmam a participação cívica e o sentimento de pertencimento da população ao local, ao passo que as atividades a serem propostas reafirmam a sensibilização pelo espaço que é de todos, desfavorecendo qualquer visão de estigma que ainda possa haver.

Neste sentido, reunidos com diversos colaboradores no dia 31 de maio de 2017, no I Encontro de Urbanismo Tático realizado em Aveiro, inúmeras ideias foram expostas, colocando em prática linhas de ação que englobam o ver e ouvir, e assim estimular as vozes e as visões apreciativas sobre o bairro, e o agir e o construir, para vestir



Imagem 6 e 7 - Processo de auscultação realizado no dia 20 de janeiro de 2017

Fonte: Arquivo pessoal

literalmente o bairro ao estimular as relações entre seus frequentadores e o uso dos equipamentos públicos.

Houve grande consenso na importância destas medidas, e há disponibilidade para contribuir para a sua concretização, mobilizando para a ação coletiva, o que ajuda a desenvolver o projeto da melhor maneira e então buscar garantir o seu sucesso com a requalificação do espaço público.

Considerações finais

Considerando o trabalho desenvolvido até então, passamos a entender que muito pode ser operado em Santiago. A visibilidade que o projeto vem ganhando é realmente importante, pois torna possível pensar em modificar significativamente o bairro para e com as pessoas, criando uma rede colaborativa de cidadãos protagonistas. São crianças, jovens e adultos, moradores e não moradores do bairro que despertam o desejo de fazer mais pelo espaço que lhes pertence.

O apoio recebido pela Escola de Ensino Básico e pelos comerciantes também articula-se nomeadamente como um fator de mudança e de “voz”, uma vez que o envolvimento dessas partes permitiu ampliar as redes de contacto e gerar a mobilização de um maior número de pessoas. Igualmente, o envolvimento cívico da Universidade também é importante a fim de permitir que o conhecimento técnico produzido no contexto acadêmico seja usado para levar o bem-estar à população.

Um desafio pertinente diz respeito a reversão da ideia atual de uma época em que a individualidade e o particular imperam sobre o coletivo e o público, resultando na perda da essência e vitalidade dos espaços. Eis que diante disso coloca-se cada vez mais em ênfase o conceito de urbanismo tático, como forma de aproximar o espaço urba-

no das pessoas e reatar as relações que se perdem diante das mudanças de práticas e costumes.

No que tange às mudanças que se deseja operar, estas necessitam gerar efeitos na vida das pessoas, sendo este um forte argumento para que todos sejam convidados a participar do planejamento das cidades. É a ocasião para se criar um compromisso real de inclusão e construir presenças através de grandes ideias para o Bairro de Santiago.

Bibliografia

- Albrechts, L. (2006), “Bridge the Gap: From Spatial Planning to Strategic Projects”, *Euro-pean Planning Studies*, 14 (10), pp. 1487-1500.
- Alvares, L., Vainer, C. e Queiroga, E. (2009), “Conflitos urbanos e espaços livres públicos construção de uma metodologia para estudos comparativos”, in Tângari, V., Andrade, R. e Schlee, M. (Org.), *Sistema de espaços livres: o cotidiano, apropriações e ausências*, Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, pp. 124-139.
- Bentley, I. et al. (1999), *Entornos Vitales: Hacia un Diseño Urbano y Arquitectónico más Humano*, Barcelona: Editora Gustavo Gili.
- Beretta, B. e Andrade, J. (2015), “Reflexões conceituais: o espaço livre público como o espaço da experiência”, *I Congresso Internacional sobre espaços públicos*, Porto Alegre.
- Brandão, C. (1999), *A formação do homem moderno vista através da arquitetura*, Belo Horizonte: Editora UFMG.
- Catalão, A. (2010), *Estudo do Mercado Imobiliário de Aveiro*, Dissertação de Mestrado, Universidade de Aveiro, Portugal.
- Cassab, M. (2001), “Jovens Pobres e a Cidade”, in Castro, L. (org.), *Crianças e Jovens na Construção da Cultura*, RJ: Faperj, v. 1, pp. 209-226.
- Caval, P. (2007), *A Geografia Cultural*, 3 Ed, Florianópolis: da UFSC.
- Forester, J. (1999), *The Deliberative Practitioner: Encouraging Participatory Planning Processes*, Cambridge, MA: MIT Press.
- Gaitán, L. e Liebel, M. (2011), *Ciudadanía y derechos de participación de los niños*, Editorial Síntesis, S.A.
- Healey, P. (1996), “The communicative turn in planning theory and its implications for strategy formation”, *Environment and planning B*, 23, pp. 217-34.
- Heemann, J. e Santiago, P. (2000), *Project for Public Spaces*, Disponível em: <https://www.pps.org/about/>.
- Innes, J. e Booher, D. (1999), “Consensus building and complex adaptive systems: A framework for evaluating collaborative planning”, *Journal of the American Planning Association*, 65(4), pp. 412-423.
- Innes, J. e Booher, D. (2005), “Reframing Public Participation: Strategies for the 21st Century”, *Planning Theory & Practice*, 5(4), pp. 419-436.
- Jacobs, J. (2000), *Morte e vida de grandes cidades*, São Paulo: Martins Fontes.
- Leino, H. e Laine, M. (2011), “Do matters of concern matter? Bringing issues back to participation”, *Planning Theory*, 11 (1), pp. 89-103.
- Lefebvre, H. (2009), *O Direito à Cidade*, 5ª Ed. São Paulo: Centauro.
- Medeiros, D. e Perassi, R. (2015), “Conceitos para a criação de um atlas subjetivo: uma contribuição à construção do lugar”, *I Congresso Internacional sobre espaços públicos*, Porto Alegre.
- Melo, C. e Pereira, E. (2015), “O Espaço Vivido e a Construção do Território”, *I Congresso Internacional sobre espaços públicos*, Porto Alegre.
- Reis, M. (2015), *Por um bairro mais amigo das crianças: Novos protagonistas*, Departamento de Educação, Universidade de Aveiro.
- Solà-Morales, I. (2002), *Territorios*, Barcelona: Gustavo Gili.
- Taylor, M. (2007), “Community Participation in the Real World: Opportunities and Pitfalls in New Governance Spaces”, *Urban Studies*, 44, pp. 297-317.
- Tuan, Y. (1980), *Espaço e Lugar: A Perspectiva da Experiência*, São Paulo: Editora Universidade Estadual de Londrina.
- Yamawaki, Y., Bordini, J. e Mazzeto, M. (2015), “Em Busca de Público para o Espaço Público”, *I Congresso Internacional sobre espaços públicos*, Porto Alegre.

Design e Fotografia para a promoção da inclusão social em bairros sociais de Lisboa – Projecto Moro aqui ao lado

Maria Lourenço^a

Resumo

Esta comunicação surge de uma investigação teórica e prática que visa criar e promover um novo modelo de design para a inclusão social, recorrendo a várias áreas de estudo interligadas, nomeadamente, design, fotografia e inclusão social, centradas no design social. Recorre-se à fotografia como ferramenta artística a ser aprendida por grupos de jovens inseridos em três bairros carenciados, Bairros Padre Cruz, Alta de Lisboa (Musgueira Norte) e Boavista. Mais do que resultados finais decorrentes da transmissão de uma panóplia de conhecimentos, busca-se traçar o percurso desenvolvido em termos de sensibilidade estética e social dos jovens convidados a participar no processo.

Palavras-Chave

Design Social, Fotografia, Inclusão, Comunidade

Abstract

This communication arises from a theoretical and practical research that aims to create and promote a new design model for social inclusion, using several interrelated areas of study – design, photography, and social inclusion – centered on social design. Photography is used as an art to be learned by groups of young people in three deprived communities, Padre Cruz, Alta de Lisboa (Musgueira Norte) and Boavista. More than the final results of the transmission of a wide range of knowledge, the purpose is to trace the progress in aesthetic and social sensibility of the young people invited to participate in the process.

Keywords

Social Design, Photography, Inclusion, Community

Introdução

Este artigo visa apresentar um projeto de inclusão social em que se propõe criar e promover um novo modelo de design para a inclusão social. Esta investigação teórica e prática pretende aliar diversas áreas e interligá-las através do design enquanto fator presente nas vivências sociais, de consumo e estéticas que pautam os quotidianos da contemporaneidade. No âmbito do design, destaca-se o design participativo e social, na medida em que permite associar uma abordagem criativa e um desígnio social, neste caso concretizados pela aprendizagem e pelo exercício da fotografia, tendo por objetivo a inclusão de jovens potencialmente desfavorecidos pelas contingências decorrentes dos espaços onde habitam e as oportunidades, ou falta delas que daí decorrem. O estigma suscitado pelo espaço comunitário em que nasceram e onde crescem, o bairro, leva estes jovens a singularizarem-se, desenvolvendo-se de forma isolada da comunidade

mais vasta urbana em que se inserem. O design, através das suas áreas mais específicas, como o design de comunicação e o design social, sendo que a transdisciplinaridade dá a possibilidade de construir ferramentas de trabalho para ajudar a resolver ou a minimizar os problemas causados pelo preconceito da sociedade relativamente a alguns dos seus habitantes.

A parte prática da investigação surgiu do reconhecimento da realidade vivencial dos jovens pertencentes aos comumente, designados por “bairros sociais”. Escolheu-se a área metropolitana de Lisboa, porque densamente populosa em termos do território nacional e, portanto, passível de conter bairros exemplificativos da problemática da exclusão/inclusão social.

O objetivo consubstanciou-se na transmissão e na prática de conhecimentos e exercícios da aplicação do design na fotografia tendo como base conteudística a realidade de cada bairro. Assim, desenvolveram-se contactos com associações e entidades de diversos bairros sociais

^a Doutoranda em Design e Designer Gráfica. Faculdade de Arquitetura da Universidade de Lisboa. Email: milourenco.7@gmail.com

da zona de Lisboa. Após o estabelecimento dos primeiros contactos verificou-se que três bairros ofereciam potencialidades para o desenvolvimento do projeto e, simultaneamente, apresentavam características distintas, o que tornava o desafio mais interessante e completo: Bairro Alta de Lisboa Centro (Musgueira Norte) na Freguesia do Lumiar, Bairro Padre Cruz na Freguesia de Carnide e o Bairro Novo do Calhariz (Bairro Alto da Boavista) situado na Freguesia de Benfica.

O fechamento desses jovens nas suas respectivas comunidades de bairro e, a consequente marginalização de que são habitualmente alvo por parte dos grupos sociais urbanos externos, constitui não só um sintoma de doença urbana, como pode induzir a atos de repúdio do coletivo alargado. Pareceu à investigadora que dar a conhecer aos jovens recursos artísticos, a fotografia, que os ajudasse a materializar algo que até aí permanecera indizível, de uma forma simples e rápida, poderia contribuir para alterar a sua realidade. Capturar uma imagem, fazer uma fotografia, é dos atos criativos aparentemente mais singelos e com uma imediaticidade de resultados que quase garantia a adesão, e até o entusiasmo, dos convidados a tal exercício. Nascia assim um projeto de levar aos jovens de bairros sociais rotulados de problemáticos o contacto e a prática da fotografia, transformando-os em “agentes artísticos” e, ao mesmo tempo, fazendo-os olhar o seu bairro de uma forma nova, mais consciencializada e depois levá-los a partir para outras descobertas.

No presente trabalho procurou-se aplicar idêntica metodologia aos jovens de bairros selecionados para o projeto. Também eles atuaram como artistas fotógrafos e, por vezes, modelos, mas, sobretudo também sempre espectadores da sua própria obra e da dos seus colegas. Também eles viram o produto da sua arte exibido e visionado tanto por outros habitantes dos seus bairros, como por cidadãos exteriores a esses espaços. Assim, estes jovens artistas puderam ter uma experiência de ida a um museu e até de interagir com os procedimentos museológicos requeridos pelo trabalho organizativo de uma exposição. Colocando as exposições em locais exteriores ao bairro e com bastante circulação de pessoas de várias classes sociais, é um passo para que os seus pré-conceitos se desvançam, dando assim oportunidade aos jovens fotógrafos de serem aceites de um modo mais isento e aberto.

Marco Berrebi (2009, p. 9), considera que o artista não está sozinho e que todas as pessoas do mundo podem fazer parte do processo criativo, adicionando comentários e mesmo conteúdo a

uma peça inicial. O fotógrafo JR nos seus trabalhos é exemplo disso mesmo, chamando o público a reparar na dor ou na alegria, na esperança ou no arrependimento das pessoas retratadas. A presente investigação espelha esta metodologia, visando chamar a atenção para os jovens dos bairros e o que eles retratarão, na expectativa de uma compreensão mútua mais lúcida e harmoniosa. Em suma, procura-se encurtar, se não anular a distância entre o Eu ou o Nós e o Outro. Nada melhor do que uma imagem para ferir os sentidos até ao despertar das emoções e do juízo racional.

Design, na presente investigação é visto como um processo de aprendizagem teórica e prática de uma determinada disciplina, a fotografia neste caso para atingir um fim de índole social que reverberará em melhorias vivenciais a nível do indivíduo e da sua comunidade. No caso de estudo aqui abordado, o processo foi desenvolvido com um grupo de jovens, centrando-se na aprendizagem de princípios do design aplicados à fotografia, ou seja, conceitos que são empregues tanto no design como o podem ser na fotografia. Concretamente, além da aprendizagem sobre princípios técnicos da fotografia, aplicou-se esse conhecimento na procura de imagens representativas dos bairros a que o grupo de jovens pertencia, imagens que incluíram a procura da “beleza” visual, mas também uma interpretação da fração de realidade captada. Num segundo momento, o planeamento e execução de pelo menos uma exposição urbana de fotografia, desenvolvia sentidos de corelacionamento emergentes do trabalho em equipa a serem eventualmente repercutidos em outras ações comunitárias. Também as noções de organização espacial e de um espaço urbano mais vasto que a imediaticidade comunitária lhes dera a conhecer até aí, constituem objetivos norteadores deste trabalho.

Projecto “Moro aqui ao lado”

O projeto denominado “Moro Aqui ao Lado” nasceu no âmbito de um trabalho de Doutoramento em Design que está em progresso, intitulado, *Design e Inclusão: Fotografia, Aprendizagem e Organização Expositiva em Bairros Sociais de Lisboa*.

O Projeto “Moro Aqui ao Lado” desenvolveu-se em duas fases (Imagem 1).

A primeira fase teve a duração de 3 meses, com início no mês de Abril e término em Junho de 2013. Foi desenvolvido para um grupo de cerca de 15 jovens, com idades compreendidas entre os 12 e os 15 anos, residentes nos bairros

selecionados. Uma vez por semana, durante uma hora, foi dado um *workshop* orientado pela doutoranda e/ou por outras pessoas ligadas à fotografia, com o intuito de ensinar os seus conceitos básicos.

Seguidamente são apresentadas as atividades decorridas em cada sessão (Imagem 2).

Desde o início dos *workshops* que lhes fora explicado como seria a exposição final, ou seja, em que suportes seria desenvolvida. No entanto, constatou-se que há diferença, entre elucidar e ter a possibilidade de ver o tamanho real dos objetos. Deste modo, as últimas duas semanas (sessões 11 e 12) houve oportunidade de terem folhas com as dimensões originais dos mupis e de esboçar como queriam cada *poster*.

Todos os bairros fizeram um estudo do primeiro *poster*, considerado o elemento de apresentação do seu bairro e dos respetivos intervenientes, para o qual escolheram os elementos que pretendiam colocar, assim como a sua disposição. Assim, todas as escolhas, desde o fundo (se tinha uma cor sólida ou uma fotografia), ao tipo de letra, às imagens e aos textos, foram opção única e exclusiva dos jovens criadores que, em conjunto, deliberaram o que desejavam apresentar. Nos *posters* seguintes também houve a mesma possibilidade de escolha em relação à apresentação das fotografias selecionadas e à sua disposição.

No dia 11 de Julho de 2013 todos os jovens e demais habitantes das respetivas comunidades, foram convidados a participar na inauguração da exposição, realizada no jardim em frente ao Museu da Eletricidade, em Lisboa. Tratando-se de um evento em espaço aberto e num local com uma envolvência em que a cidade se encontra com o rio, estavam conseguidas condições climáticas e de moldura paisagística que propiciavam à partida um bom acolhimento destes outros espaços agora ali presentes através dos *mupis*.

Após a exposição, e até perto do final de Outubro de 2013, procurou-se contactar os jovens que participaram nas referidas sessões de fotografia, para conseguir o preenchimento de um questionário de opinião sobre os *workshops*, a fim de compreender o que mais apreciaram, de que modo a iniciativa os marcou e quais as expectativas suscitadas.

Os questionários sinalizam dados tais como a assiduidade, o grupo etário dos jovens participantes, as suas reações à prática da fotografia, em relação ao curso, à tipologia das imagens recolhidas e ao processo conducente à exposição e, à exposição em si mesma. O questionário procurou também indagar aspetos do seu relacionamento pessoal intra e inter bairros.

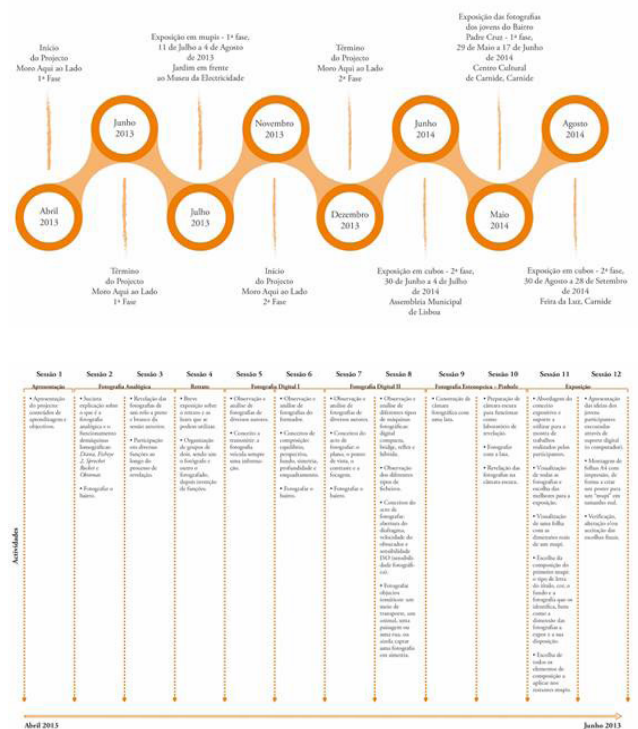


Imagem 1 - Diagrama com linha cronológica do Projeto “Moro Aqui ao Lado”

Fonte: Imagem da Autora, 2014

Imagem 2 - Sessões do Projeto “Moro Aqui ao Lado” – primeira fase

Fonte: Imagem da Autora, 2013

Em Novembro de 2013, o “Projeto Moro Aqui ao Lado” foi retomado com o contributo das mesmas comunidades. Devido à boa aceitação dos jovens e ao seu desejo de continuar, foi decidido desenvolver um projeto semelhante, mas desta vez com um tema diferente.

O novo projeto foi, portanto, concebido para os mesmos grupos de jovens que participaram na experiência anterior, em resposta ao seu expresso desejo e com a finalidade de se aferir a sua evolução. Deste modo, procedeu-se a uma revisão dos conhecimentos previamente adquiridos, mas os conceitos de fotografia abordados foram-no, nesta fase, tratados de uma forma mais aprofundada. Esta fase teve a duração de cerca de dois meses, focando-se principalmente no design, já que a abordagem da fotografia havia sido efetuada anteriormente.

Esta fase teve a intenção de explorar o design participativo e a conceção de exposição de fotografia. O tema escolhido foi o de Lisboa, uma vez que o projeto visava fazer os jovens saírem das suas comunidades e conhecerem a cidade de forma mais abrangente, convidando-os, para tal, a

fotografar lugares da Capital que melhor a caracterizassem.

Uma vez por semana foram realizados *workshops* com a duração de, aproximadamente, uma hora. Nessas sessões foram lembrados alguns conceitos de fotografia através da análise de imagens selecionadas. Os conceitos abordados, porque são considerados também princípios de design, estabeleceram uma relação entre a fotografia e o design, que foi facilmente apreendida. Com base nos princípios aplicados à fotografia – ritmo, harmonia, equilíbrio, simetria e contraste – que também se enquadram numa abordagem ao design, o grupo ficou apto a interpretar e entender o que já aprendera e aplicara na fotografia e, conseqüentemente, a aplicar essas mesmas noções na área do design, em particular, na preparação de uma exposição final. Essa exposição viria a ser realizada num local distinto do escolhido no projeto anterior, pretendendo-se um espaço urbano no centro de Lisboa para o efeito.

No que respeita à divulgação desta segunda fase do projeto, no dia 30 de Junho de 2014, pelas 18 horas, inaugurou-se a exposição de fotografia subordinada ao tema “Lisboa”, na Assembleia Municipal de Lisboa. Nela estiveram presentes as associações e as organizações que participaram no Conselho Municipal da Juventude, os jovens fotógrafos, os seus pais, algumas pessoas que colaboraram connosco ao longo do projeto e visitantes. A exposição manteve-se neste local até dia 4 de Julho de 2014, registando-se uma afluência variada em termos da proveniência socioeconómica e da geografia da urbe. Posteriormente, a exposição esteve presente na Feira da Luz de 30 de Agosto a 28 de Setembro de 2014, na Junta de Freguesia de Carnide.

Em termos concretos, a exposição consistiu na colocação de cinco expositores de forma cúbica, no espaço atribuído para o efeito. Cada comunidade estava ali representada através de um cubo com as dimensões 80cmx80cmx80cm, onde os jovens haviam colocado as respetivas fotografias sobre Lisboa. Havia, também, dois cubos menores, com 50cmx50cmx50cm, um cujas faces continham ilustrações relativas ao projeto e outro revestido com frases escritas pelos jovens a respeito de Lisboa e do que nela tinham gostado de ver e fotografar.

À semelhança do que aconteceu, ao concluir a primeira fase do projeto, também nesta segunda fase se efetuou um questionário para inquérito aos jovens para determinar a sua receptividade face à iniciativa desenvolvida.

A experiência obtida através do Projeto “Moro Aqui ao Lado”, primeira e segunda fase,

consubstanciou mais do que uma vertente. Se, por um lado, permitiu um contacto inter-espacial na realidade cidadina, aproximando jovens ainda em fase formativa residentes em bairros em si mesmos fechados e, simultaneamente, esquecidos da demais população, por outro lado, viabilizou o teste de usar arte, neste caso a fotografia e o design como objeto de aprendizagem e ferramenta de socialização.

Poderia dizer-se que assim se conseguiram concretizar dois objetivos: levar a estes grupos juvenis conhecimento de algo que está fora dos seus percursos curriculares habituais e incutir neles a curiosidade perante o que é alheio à sua rotina e à sua zona habitual. Incutiu-lhes também princípios de abordagem de objetos de interesse, pela positiva ou pela negativa, e de ordenação lógica e esteticamente conseguida de uma variedade de dados.

Estas linhas pedagógicas propiciaram uma prática de uma atividade que despertou interesse nos grupos envolvidos, até porque a sua natureza permitia observar o resultado da obra feita muito rapidamente, não dando tempo a desânimos ou momentos de desinteresse. Pelo contrário, a metodologia seguida permitiu quase um percurso de caça ao tesouro, com início na sala e dali partindo para as ruas do bairro e para a cidade maior.

O facto de terem a oportunidade de mostrar as suas conquistas a um público em boa parte desconhecido, além de também desenvolver neles hábitos de trabalho em equipa e princípios organizativos importantes em qualquer ramo de atividade, fomentou a sua autoestima enquanto artistas fotográficos cuja obra era suscetível de ser admirada por olhos estranhos.

Será prematuro tirar ilações mais profundas do impacto que, em termos de socialização, a experiência pode promover. No entanto, as várias respostas aos questionários distribuídos, por vezes com respostas demasiado curtas por serem apressados ou tímidos, também deixou neles um rasto de interrogações quanto aos modelos relacionais a desenvolverem, ou não, nos seus bairros.

Embora, ainda em aberto, poderá afirmar-se que pelo cômputo geral dos dados aduzidos, quer desses questionários, quer do contacto da própria investigadora e dos seus colaboradores com os grupos de participantes, o projeto afirma-se pela positiva. Deixa também uma nota de esperança em futuros desenvolvimentos destinados a promover a melhoria da vida destes bairros através da arte, abrindo-se à possibilidade de conceber novos projetos investigativos que aprofundem estes desígnios.

Breves conclusões

O presente projeto procurou mostrar como o design poderia contribuir para a inclusão social de grupos, até aí vítimas de discriminação ou marginalização. Recorreu-se à fotografia, enquanto matéria a ser pedagogicamente transmissível e artisticamente apresentada a outrem, para cativar tanto os que se interessaram por aprender esta forma artística como aqueles que, posteriormente, puderam observar a obra feita. Tratou-se da criação e do desenvolvimento de um projeto pioneiro levado a cabo em três bairros sociais da cidade de Lisboa, Bairro Padre Cruz, Bairro da Alta de Lisboa e Bairro Novo do Calhariz (Bairro da Boavista). O intuito consistia em levar grupos de adolescentes a saber utilizar uma máquina fotográfica, para retratar o seu espaço comunitário, numa primeira fase, e a cidade em geral, numa segunda fase, como processo de consciencialização das suas identidades individuais e do seu sentido de cidadania.

O design constituiu a pedra fundante deste projeto, na medida em que determinou os princípios a serem aplicados, quer na composição fotográfica, quer nas estratégias expositivas que se utilizaram.

O design, na sua vertente de design participativo, desde logo aproximou elementos exteriores às comunidades dos bairros e seus residentes, criando pontes, primeiro de natureza pedagógica e técnica, mas que rapidamente evoluíram para uma relação humanizada já apontando para o desígnio da inclusão. Neste aspeto seria o design social que viria a tornar-se hegemónico, seguindo as estratégias de envolvimento, tal como Andrew Shea (2012) indicou: a necessidade de imersão na comunidade; o firmar de laços de confiança através de uma atitude fidedigna e de identificação com a própria comunidade, tanto do ponto de vista humano, ouvindo os seus membros, como do ponto de vista material, ou seja, usando os seus recursos e apoiando-se nas suas valências. Só assim se podia cumprir o próprio significado do conceito de design social que é o design centrado no ser humano.

Este projeto, de índole social, esteve sempre imbuído de um propósito educativo através da arte. Neste aspeto, a prática da fotografia funcionou como uma expressão artística acessível a grupos de jovens em situação problemática e sem qualquer conhecimento prévio desta área. Na verdade, a educação pela arte tem-se revelado um instrumento eficaz, não só no desenvolvimento das mentes e das personalidades dos educandos, mas também na recuperação de laços sociais que as barreiras físicas, económicas e

de estatuto social, têm vindo a erguer no seio da urbe. Neste sentido, um exercício artístico, especificamente o exercício da fotografia, pelas suas potencialidades de representação do real, tem um impacto expectável que não é despreciando.

De um modo pragmático, pode afirmar-se que, ao introduzir a fotografia no quotidiano do(s) indivíduo(s), se está a permitir-lhe(s) viajar no tempo, indo do seu passado até ao vislumbre do futuro. Mais, permite-lhe(s) tomar consciência de conteúdos que, de outra forma, permaneceriam inescrutáveis, convicção que Eisner (2004), ao abordar a questão da educação pela arte, corrobora.

Aspetos técnicos do ensino/aprendizagem da fotografia também constituíram passos necessários para a concretização das obras fotográficas, cujos conteúdos revelaram a sensibilização dos jovens participantes no projeto, em condições e questões comunitárias. Este processo de aquisição de conhecimentos sobre os modos de fotografar enquadra-se no modelo metodológico e teórico para projetos de investigação-ação participativos tal como foi explorado por Caroline Wang e Mary Ann Burris, o método designado *photovoice* que aposta em atividades de índole comunitária integradas no processo de investigação, para que indivíduos de grupos sociais em risco ou excluídos possam ganhar novas competências (Wang e Burris, 1997).

Expor constituiu, pois, o segundo momento de aprendizagem após a prática da fotografia, com base nos ensinamentos teóricos que os vários formadores associados ao projeto haviam transmitido aos praticantes. Assim, afigurou-se necessário explorar modelos expositivos, em especial em espaço aberto, na medida em que seria em espaço público aberto que, em maioria, o conjunto de obras realizadas pelos jovens integrados neste projeto, iriam ser exibidas.

A exposição em espaço aberto implicou, também, ter em atenção os conceitos de cidade e bairro, na sua dimensão sociológica, tendo em conta os processos de exclusão e as tentativas de inclusão que a atual complexidade urbana acarretam. Se a cidade de Lisboa, área escolhida para o Projeto “Moro Aqui ao Lado”, traduz uma realidade caracterizada por vivências distintas a confluírem no espaço da capital, o presente estudo focaliza-se nas comunidades de três bairros sociais lisboetas que mostram sinais claros de pobreza, económica e informativa e, consequentemente, uma deficiente cidadania. Com eles contrastam as zonas gentrificadas, quer pela presença de turistas estrangeiros, quer pela opção de residência de grupos sociais situados num

plano estatutário mais elevado. Para diminuir a distância que separa os primeiros destes últimos, a educação pela arte surge como um instrumento eficaz para converter esses residentes de bairro em cidadãos em plenitude.

Foi neste sentido que se pretendeu que jovens provenientes de bairros sociais com características de discriminação tanto económica como formativa e, portanto, social, se envolvessem na aprendizagem da fotografia. Segundo Smith-Shank e Soganci (2011), a cidade torna-se assim uma imensa sala de aula, no caso do presente estudo para o aprendiz de fotógrafo e também, aquando das exposições, para os seus visitantes, levando-os a interagir com a identidade da cidade de um modo diferente. Numa primeira fase do projeto foi-lhes solicitado que fotografassem aspetos do seu dia-a-dia no bairro onde vivem, com o propósito de serem mostradas a outras pessoas exteriores, a sua comunidade. Efetivamente, desde início, o trabalho desenvolvido com estes jovens oscilou entre uma endogenia, isto é uma progressiva consciencialização da sua vida entre os muros do seu bairro, no sentido que Eisner (2004) atribui à perceção sensorial do mundo através das artes; e uma exogenia, que viria a acontecer com a exibição do produto artístico da sua autoria em espaço público.

O facto de as fotografias serem expostas em zonas exteriores aos bairros ou em zonas de grande circulação de público também propicia que outros indivíduos vejam o que é possível fazer e, por outro lado, sublinha o princípio democrático de que todos os jovens têm direito às mesmas oportunidades. Só assim se pode erradicar o estigma que ainda prevalece entre os jovens destas comunidades mais ou menos fechadas e que os leva a duvidarem das suas próprias capacidades, bem como das pessoas exteriores aos bairros que, por seu turno, nutrem preconceitos sobre os ditos bairros e sobre os seus habitantes, quase fomentando uma guetização.

Em suma, como já foi referido, tentou criar-se um modelo que possa ser aplicado em outros bairros marcados pela exclusão da sociedade, tanto em Portugal, como em qualquer ponto deste mundo globalizado.

O diagrama (Imagem 3) destina-se a mostrar um plano para a inclusão social através do design e da fotografia. O cidadão do bairro social tem, frequentemente, uma relação sinuosa com a sociedade entendida numa perspetiva alargada, sendo constantemente marginalizado e, por vezes, mesmo ostracizado. O indivíduo que reside no bairro social é amiúde rotulado de cidadão problemático, o que, desde logo, leva o converte num excluído social.

Diversos problemas podem estar na origem dessa exclusão e cabe ao designer, pela sua preparação, observá-los e identificá-los e ajudar a corrigir e/ou ultrapassar tantos quantos estiverem ao seu alcance. Com esse intuito, o designer deve estabelecer laços com o cidadão do bairro social, por forma a que, juntos, lhes seja possível chegar à resolução dos problemas identificados de acordo com as expectativas do(s) residente(s) do bairro. Ou seja, mediante o uso das suas ferramentas, o designer irá propiciar as condições necessárias a uma participação ativa por parte dos moradores para chegarem conjuntamente à melhor solução para aquela comunidade.

Ao trabalhar com crianças e jovens, ainda que não sendo necessariamente o caminho mais fácil, pode conseguir-se capacitá-los com instrumentos úteis para o seu futuro. Como afirma Eisner (2004), “plantar as sementes é uma das contribuições que os professores fazem para o

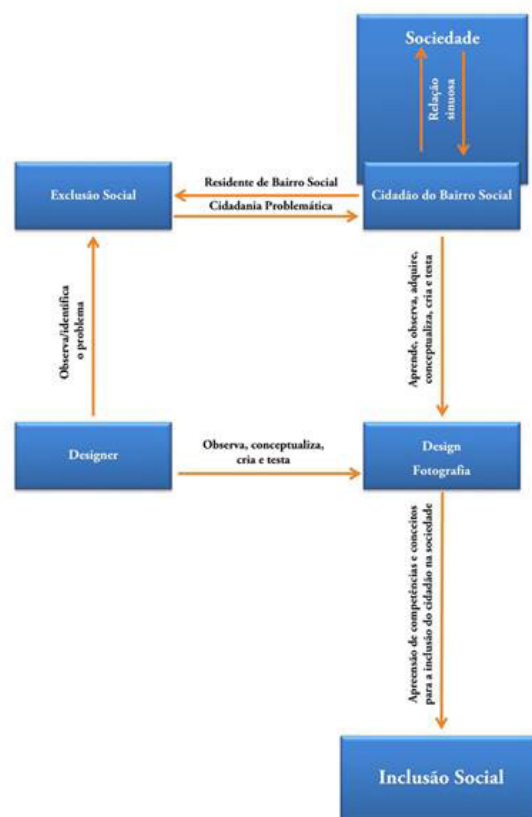


Imagem 3 - Modelo de Design para a Inclusão Social

Fonte: Imagem da Autora, 2016

desenvolvimento dos seus alunos; porém, nem sempre se pode prever quando vão frutificar essas sementes”¹ (Eisner, 2004, p.98).

Os jovens que beneficiam destes projetos de desenvolvimento pessoal e coletivo ajudam a transformar os seus agregados familiares e, subsequentemente, o seu bairro, de modo a que este se torne mais incluído na sociedade. Como afirma Albagli, “a promoção da inovação é frequentemente vista como algo desvinculado da promoção do desenvolvimento local e da inclusão social. Contudo, tais objetivos não são excludentes, e tratá-los de forma conjunta para o desenvolvimento de um dado território tende a gerar resultados mais consistentes e de mais longo prazo” (Albagli, 2006, p.19).

O principal objetivo do modelo de design para a inclusão social é criar mecanismos de intervenção que induzam à participação dos habitantes, estabelecendo relações de cooperação e parceria entre artista(s) e comunidade.

Ao privilegiar aspetos sociais, em lugar de valorizar apenas a condição estética das obras a expor, releva-se o processo que decorre da experiência coletiva, mais do que propriamente o trabalho resultante: “o que nos parece importante, para além das consequências do projeto, é entender o modo como este pode estimular a criação de novas formas de diálogo e a interação entre os indivíduos” (Regatão, 2007, p.117).

No Modelo de Design para a Inclusão Social o principal é o desenvolvimento de um projeto que venha dar mais valor aos jovens dos bairros problemáticos, tantas vezes ignorados e incentivá-los a valorizarem-se e a entenderem que podem auferir das mesmas oportunidades que outros indivíduos com melhores condições vivenciais e, por consequência, ser possível a sua inserção na sociedade em geral.

Esta proposta abarca, como referido, três bairros sociais na área de Lisboa. Todavia, o retrato socioeconómico do país, ou até apenas da capital lisboeta, é inevitavelmente mais vasto. Assim, a autora tem consciência que se trata de um passo numa longa caminhada ainda em muito por realizar.

Também o recurso à fotografia como ferramenta preferencial do projeto de design participativo constituiu uma escolha vantajosa e, a vários títulos útil e acessível aos participantes nos seus diversos papéis; no entanto, esta escolha não é excludente do recurso a outras expressões artísticas inerentes à arte urbana cujas manifestações têm vindo a crescer e a tornarem-se mais notórias. Há, pois, uma vasta área de reflexão e análise para continuar a aprofundar a condição de cidadania no século XXI.

Se, em 1989 se derrubou o Muro de Berlim, unificando duas culturas que as vicissitudes históricas tinham separado, (embora assistamos atualmente ao erguer de novos muros fruto das conturbações globais), cumpre-nos, em escala mais modesta, contribuir para o derrube dos muros que persistem em separar mentalidades existentes na nossa urbe. É neste sentido que o design social pode contribuir de forma a conjugar vontades na reordenação material e política das comunidades.

Bibliografia

- Albagli, S. (2006), “Conhecimento, inclusão social e desenvolvimento local”, *Inclusão Social*, Brasília, 1(2), pp. 17-22.
- Berrebi, M. (2009), “Introduction. Participative Art, or ART 2.0”, *Women are Heroes*, New York: Abrams.
- Eisner, E. (2004), *El arte y la Creación de la Mente: El Papel de las Artes Visuales en la Transformación de la Conciencia*, Barcelona: Editorial Paidós.
- Flusser, V. (1998), *Ensaio sobre a Fotografia – para uma filosofia da técnica*, Col, Mediações, Lisboa: Relógio D’Água Editores.
- IDEO.org (2015), *Human Centered Design – Kit de Ferramentas*, 2ª ed, (PDF), <http://www.designkit.org/resources/1> - Consultado em Abril de 2017.
- Regatão, J. (2007), *Arte Pública e os novos desafios das intervenções no espaço urbano*, 2ª ed, s.l.: Editora Bicho-do-Mato.
- Shea, A. (2012), *Designing For Social Change: Strategies for Community-Based Graphic Design*, New York: Princeton Architectural Press.
- Smith-Shank, D. e Soganci, I. (2011), “The city as a site for interdisciplinary teaching and learning”, *International Journal of Education Through Art*, 7(1), pp. 27-40.
- Sontag, S. (2012), *Ensaio sobre Fotografia*, Trad. José Afonso Furtado, Lisboa: Quetzal.
- Wang, C. e Burris, M. (1997), “Photovoice: Concept, methodology, and use for participatory needs assessment”, *Health Education and Behavior*, 24, pp. 369-387.

¹ T.L. de: plantar las semillas es una de las contribuciones que hacen los enseñantes al desarrollo de sus alumnos; pero no siempre se puede predecir cuándo van a fructificar esas semillas.

ANGOLA, BRASIL E TIMOR LESTE

Concepção colaborativa, Projeto participativo: experiências de ensino e extensão no Curso de Arquitetura e Urbanismo – Universidade Estadual do Maranhão

Marluce Wall Venancio^a, Jussara Nogueira^b, Ana Karoline Costa^c, Ana Branco^d, Jessica Carvalho^e, Thalyta Ferreira^f, Thamires Alves^g

Resumo

Estudo da práxis de projetos participativos como forma de contribuir para a construção de habitat urbano social e ambientalmente mais justo e sustentável. Apoia-se na análise histórico-interpretativa e na pesquisa-ação visando compreender estratégias de projeto participativo e concepção colaborativa focando nas experiências do Atelier de Criação Urbana Equinox e no Escritório Modelo Solar (UEMA). No Atelier, parceria com *Paris-Est Marne La Vallée, Sapienza e Camerino* (Itália) destaca-se a concepção colaborativa em contexto de diversidade cultural e multidisciplinar. No Solar-EMAU, a participação da comunidade.

Palavras-Chave

Projeto participativo, Concepção colaborativa, *Workshop*, Extensão universitária

Abstract

Study of the praxis of participatory projects as an approach capable to contribute to the construction of socially and environmentally more fair and sustainable urban habitats. It is based on historical-interpretative analysis and participative research seeking to apprehend participatory and collaborative design strategies, focusing on Equinox Urban Creation Workshop and the Solar-EMAU (Architecture and Urbanism Model Office) - UEMA. In the Equinox, a partnership with *Paris-Est Marne La Vallée, Sapienza and Camerino* (Italy) it is highlighted the collaborative design in the context of cultural and multidisciplinary diversity. At *Solar-EMAU*, the participation in the projects.

Keywords

Participatory design, Collaborative design, *Workshop*, University extension

Concepção Colaborativa e Projecto Participativo

Este trabalho busca contribuir para uma práxis de concepção colaborativa e projeto participativo tanto no campo profissional como no ensino de projeto de arquitetura e urbanismo¹. Projeto participativo tem como característica definidora mais simples a participação da população

no processo projetual enquanto a concepção colaborativa se define melhor como o processo de projeto que envolve atores de diferentes campos, técnicas e expertises, que compartilham e fazem convergir conhecimentos e saberes. Ambos os processos carregam o sentido de que cada participante possa atuar de forma ativa, sentir-se parte integrante e reconhecer-se no projeto resultante.

^a Doutora em Urbanismo, Arquiteta e Urbanista. Professora do Curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Estadual do Maranhão – UEMA. Email: marlucewall@gmail.com

^b Doutoranda Universidade de Lisboa, Arquiteta e Urbanista. Professora do Curso de Arquitetura e Urbanismo da UEMA. Email: nogueira.jussara@gmail.com

^c Graduanda de Arquitetura e Urbanismo da UEMA. Bolsista BEX (extensão) FAPEMA. Email: anakarolinecosta@gmail.com

^d Graduanda de Arquitetura e Urbanismo da UEMA – EMAU Solar. Email: apaulafranco@gmail.com

^e Graduanda de Arquitetura e Urbanismo da UEMA. Bolsista Iniciação Científica FAPEMA. Email: jessicarvalho.arq@gmail.com

^f Graduanda de Arquitetura e Urbanismo da UEMA. Bolsista Iniciação Científica FAPEMA. Email: thalytaf@gmail.com

^g Graduanda de Arquitetura e Urbanismo da UEMA. Bolsista Iniciação Científica UEMA. Email: thamiresfrota91@gmail.com

¹ Projeto de pesquisa em andamento, intitulado “CAMINHOS DO PROJETAR: um estudo sobre concepção colaborativa e projeto participativo como práxis do projeto do habitat urbano em busca da construção de uma cidade inclusiva” que tem o apoio financeiro da Fundação de Amparo à Pesquisa e ao Desenvolvimento Tecnológico do Maranhão – FAPEMA – Edital APP UNIVERSAL 40/2014. Da mesma forma, o Atelier de Criação Urbana Equinox tem o apoio da FAPEMA desde o primeiro ano de sua realização (2009) e o Solar – EMAU UEMA foi apoiado pelo Edital PACCEJ 32/2015.

Fortalecendo-se com a prática de realização de workshops, tanto a concepção colaborativa como o projeto participativo são reconhecidos como as melhores estratégias na solução de projetos de alta complexidade, destacando a necessidade de absorção dos usuários no processo de criação do seu espaço, do seu habitar, da sua cidade. Terminologias como processos *botton up* (de baixo para cima) preferíveis aos processos *top down* (de cima para baixo) são adotadas e propagadas.

No entanto, a concepção participativa ou colaborativa, ainda se encontra, muitas vezes, no campo da especialização técnica e do conhecimento científico. Por sua vez, o termo participativo tem sido usado para designar o envolvimento da população em algum momento no processo de projeto, carregando consigo uma ampla variedade de significados. Como dizem Jones, Petrescu e Till (2005), a participação se tornou uma parte organizada (e potencialmente manipulável) de muitos processos de intervenção urbana. Indo além, Cooke e Kutari (2001) discutem a participação como uma nova tirania, pontuando, com propriedade, as diferentes formas de cooptação e manipulação do processo, ressaltando que se, por um lado há processos participativos que promovem o empoderamento e a autonomia, outros privilegiam a colonização dos conhecimentos.

As primeiras experiências neste campo, ainda na década de 1960, se colocavam como estratégia capaz de, ao dar espaço para as manifestações das comunidades a quem se destinavam as intervenções, colocar a prioridade nas necessidades e desejos destas comunidades. A contribuição de Giancarlo de Carlo (2005), em 1969, do que ele chamava de arquitetura participativa, se inseria na dupla perspectiva de ouvir a população e criticar os rumos tomados pelo movimento modernista que havia traído, a seu ver, seus ideais sociais e seguia a serviço da lógica de produção do espaço que proporcionava a segregação socio espacial. Sua crítica recaía sobre a produção do arquiteto, sobre o papel que o arquiteto atribuía a si mesmo, do gênio criador quase onipotente, do “arquiteto do rei”. A pergunta que orientava o seu pensamento era o público da arquitetura. Para quem o arquiteto fazia arquitetura? Para os moradores dos conjuntos residenciais que se projetavam e construía, ou para o poder público, ou os interesses privados que os financiava?

Giancarlo de Carlo não ficou sozinho como o provam o trabalho de Hassan Fathy (1982) ou do belga Lucien Kroll (Bouchain, 2013), ambos iniciados também na década de 1960. Também nes-

ta perspectiva o trabalho de Alexander que construiu uma teoria sobre um certo Timeless Way of Building (1979), onde a observação da qualidade dos espaços construídos e, ou apropriados, pelas pessoas comuns foi a base de sua teoria de projeto, centrada no que ele chamava de “A Pattern Language” (1977), só para citar alguns. No Brasil, esta discussão acompanha no tempo o movimento internacional e acontecem, nas décadas de 1960, não apenas as primeiras manifestações no campo teórico e na prática do projeto participativo, nos mutirões de Sérgio Ferro, nas discussões colocadas pelo grupo de Arquitetura Nova (Arantes, 2002; Ferro, 2005, 2006).

Focadas na construção de processos promotores ou facilitadores da inclusão social, focadas na construção da sustentabilidade ambiental, no respeito aos direitos humanos, especialmente o direito à cidade e à moradia, focadas na construção da cidadania e da urbanidade. Paradigmas que parecem ser, parafraseando Montaner e Muxi (2011), ensaios para mundos alternativos.

Identificam-se correntes de pensamento e de ação que buscam interferir de maneira global, seja de forma a repensar a utilização dos recursos e da organização das redes de comunicação, infraestrutura e interação entre as pessoas para contribuir na construção de um novo equilíbrio global (Low, 2014); combatendo, de um lado, o desperdício e, do outro, trabalhando com a noção de uma arquitetura sustentável, trabalhando pela integração com a sociedade, apoiando-se em processos onde a cultura desempenha um papel importante, em intervenções regidas pela disposição em construir o bem-estar coletivo (Madec, 2014).

Identificam-se pensamentos e ações que buscam na dinâmica da cidade existente a sua própria solução e, lançam mão de processos de construção ou reconstrução da urbanidade, de processos de construção da solidariedade, (Mazzanti, 2014) ou de reconstrução de uma morfologia urbana que privilegia o espaço público e o encontro da diversidade, como as ideias contidas na proposta da cidade radicante de Jana Revedin (2014) ou na R-Urban do AAA- Atelier d’Architecture autogérée (2014) e muitos outros que Ermacora e Bullivant (2014) chamam de recoders.

Novos paradigmas que privilegiam iniciativas vindas das comunidades, vivências e experiências inovadoras na construção daquilo que Rosa (2011) chama de *handmade urbanism*, definido como o modo de prover mudanças pelas mãos de residentes locais em suas próprias residências, em suas próprias comunidades, com suas próprias mãos e meios. Um urbanismo que

inverte a relação do planejamento tradicional tanto nos métodos como na escala e que permite uma maior aproximação com a prática espacial cotidiana, colocando a possibilidade de cumprir uma das opções apontadas por Burdett (2012), a de trabalhar na criação de uma infraestrutura de inclusão, para evitar a sua transformação em uma fonte de exclusão e dominação.

Uma importante contribuição vem do próprio Rosa (2011), ao propor o macroplaneamento e adoção de práticas urbanas criativas fundadas em processos bottom-up como uma outra forma de pensar a cidade, focada na escala local.

Neste ponto lembramos o conceito de habitat urbano que se define como o lugar que o ser humano constrói para si, para viver e conviver, tanto o ambiente construído como as interações com o meio-ambiente natural. Situamos o processo de construção e projeto deste habitat como produção do espaço e produção de um espaço social como o faz Henri Lefebvre (2000) que afirma que o espaço se produz (e reproduz) em três momentos: a representação do espaço (o espaço concebido), a prática espacial (espaço percebido) e o espaço da representação (o espaço vivido). A prática espacial abraça a associação entre a vida cotidiana, a rotina diária e a realidade urbana. As representações do espaço se relacionam com o reino da técnica, sendo o espaço dos cientistas, dos planejadores, dos urbanistas, dos arquitetos. Finalmente, o espaço representacional é o espaço diretamente vivido através de suas associações, imagens e símbolos.

O espaço concebido nos planos e projetos se orienta pela representação do espaço oriunda do reino da ciência, que podem estar mais próximos ou mais distanciados dos interesses da maioria, ou, falando mais simplesmente, da população para a qual é destinada, podendo-se retomar daqui a pergunta de Giancarlo de Carlo: para quem são feitos a arquitetura e o urbanismo? Se o paradigma dominante parece ser dominado pela lógica do capital e da sociedade de consumo, também ocorrem tensões. Assim, é possível identificar teorias e práticas que, tendo origem ainda nos anos sessenta, tem colocado no centro de sua atuação o questionamento do paradigma dominante.

No campo do ensino, este debate muitas vezes se apresenta com o contraste entre a prática do ensino tradicional voltada para a valorização do gênio criador do arquiteto e práticas inovadoras criativas, voltadas para a construção de uma concepção colaborativa e de projeto participativo, práticas que são vistas especialmente no movimento dos EMAUs – Escritórios Modelos de

Arquitetura e Urbanismo e diferentes projetos e programas de extensão. Presente, ainda que em menor grau, na inserção de disciplinas voltadas para o ensino de projeto em áreas de interesse social, e em projetos pedagógicos que aproximam de forma mais estreita teoria e prática.

Essa inquietação tem estado presente na prática no curso de arquitetura e urbanismo da UEMA, especialmente com a experiência do Atelier de Criação Urbana Equinox, projeto de extensão desenvolvido com a Universidade de Paris-Est, que proporcionou uma maior aproximação da construção de bases para a concepção colaborativa e, em seguida desta metodologia como base para o projeto participativo.

O Equinox é um atelier pensado como momento de experimentação, como laboratório dedicado à inovação urbana. Seu objetivo central é mostrar como uma atividade projetual focada na fase de concepção, precisamente na de criação, pode ser usada para o debate de ideias, utopias, futuros possíveis ou simplesmente para o enriquecimento do espectro de propostas entre alunos de realidades urbanas diferentes (Oliveira de Souza *et al.*, 2009).

A utilização do conceito como ponto de partida do projeto, permite a concepção colaborativa de atores com formações técnicas e intelectuais diferentes e mesmo de contextos urbanos diferentes, tais como no Equinox, onde arquitetos e urbanistas, paisagistas e engenheiros urbanos, franceses, brasileiros e italianos interagem. Porque o conceito, que sintetiza e representa a ideia do projeto a ser desenvolvido e o espaço que se quer produzido, como ideia abstrata, como metáfora do que se quer para o espaço de intervenção, é uma ideia acessível a todos, independente da formação técnica-intelectual, independentemente do tempo de formação (Oliveira de Souza *et al.*, 2011).

O conceito como primeiro momento do processo projetual, permite a participação da população no processo, experiência vivida em 2012 com a transposição da metodologia do Equinox para as Oficinas de Planejamento Participativo – OPPs (Oliveira de Souza, 2012), projeto de extensão que se desenvolveu no Centro Histórico e no Vinhais Velho, com a participação de seus moradores e que demonstrou a metodologia de concepção colaborativa do Equinox como uma ferramenta importante no processo de projeto participativo.

No Equinox e nas OPPs, o projeto ainda em sua fase de concepção é preciso que se diga, constituiu-se como um instrumento de promoção de reflexão crítica e mediação entre atores e luga-

res, como já observado nos ateliês de criação urbana, na presença dos diferentes conhecimentos e saberes compartilhados. Esta estratégia metodológica foi também transposta para um dos trabalhos do SOLAR-EMAU, Escritório Modelo de Arquitetura e Urbanismo do Curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Estadual do Maranhão. As duas experiências são relatadas a seguir.

Atelier internacional de criação urbana Equinox

O Atelier Internacional de Criação Urbana – EQUINOX foi criado em 2008 como um evento de cooperação e mobilidade acadêmica entre o Curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Estadual do Maranhão (UEMA) e o Departamento de Engenharia Urbana da Universidade de Paris-Est Marne-la-Vallée (UPEM). Desde sua criação, tem alternado os locais de realização, tendo também incorporado como parceiras a Universidade de Sapienza e de Camerino, ambas da Itália e contado com universidades convidadas.

Em todas as edições se caracterizou como um momento para exercitar métodos de planejamento territorial da escala macro a micro (Oliveira de Souza e Wall, 2012). A metodologia é focada no projeto como um processo de estruturação de problemas constituindo, assim, um momento de reflexão pelo próprio projeto, onde a fase específica de concepção se baseia no conceito como orientador. O projeto é o ponto fundamental que permite não apenas entender o lugar da intervenção, como o que é necessário fazer para transformá-lo em um lugar melhor, que ofereça melhores condições e maior qualidade de vida.

O projeto materializa a solução, ou uma ou mais das possíveis soluções, aos desafios que o lugar apresenta (Bethelot e Wall, 2014). Ao colocar a estruturação de problemas como uma abordagem metodológica inverte-se a lógica que coloca o projeto como produto.

Segue-se, desta forma, o pensamento de Paula Viganó (2012, p.13) de que o projeto é um dispositivo cognitivo, produtor de um novo conhecimento capaz, como instrumento, de explorar um contexto e integrar novos elementos ao conhecimento já existente. O projeto é um meio e uma ferramenta de estudo e de pesquisa e nesta condição ele reconstrói, contextualiza e reorganiza a realidade. Viganó (2012) desloca a ideia do projeto como um produto-resposta e o coloca como um processo que leva não apenas a

este produto-resposta, mas também à produção de conhecimento sobre os lugares, sejam eles edifícios isolados ou espaços urbanos. Constituiu-se o projeto, desta forma, como um instrumento de promoção de reflexão crítica e mediação entre atores e lugares.

Assim se traduz o Atelier Internacional de Criação Urbana EQUINOX, como um espaço para a prática transdisciplinar, da multiculturalidade, do compartilhamento de linguagens, de saberes, de fomento de fluxos de talentos, de envolvimento de universos diversos, de inter-relação espacial, social, compartilhados com todos.

Desde sua criação foram realizadas as versões de: 2009, como Atelier Franco-Maranhense de Criação Urbana, na cidade de São Luís com projetos para o Centro Histórico e Sítio do Tamancão; 2010, em Paris, com projetos para a cidade de Mont de Marsan, na região francesa de Aquitaine; 2011, em São Luís, versão de caráter de discussão teórica e aprofundamento da metodologia de concepção participativa. Foi nesta versão que se incorporou como parceira a Universidade de Sapienza, Roma, Itália.

A seguir aconteceram as seguintes versões, já com nova denominação: Atelier Internacional de Criação Urbana Equinox. Em 2012, em São Luís, contou com a participação de professores e pesquisadores da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, da Escola Nacional Superior de Arquitetura de Marselha, França; da Universidade La Sapienza de Roma, Itália; Em 2014, novamente em Paris, foram elaborados projetos para Genevilliers, na região periférica; Em 2015, novamente em São Luís, o atelier buscou se integrar ao esforço de contribuir para a melhoria dos índices de desenvolvimento humano no Estado do Maranhão focalizando de maneira mais específica as áreas de baixo IDH localizadas na Ilha de São Luís. Neste sentido, construiu parceria com a Secretaria de Estado dos Direitos Humanos e Participação Popular, e com a União por Moradia Popular, que se materializou na escolha dos sítios de intervenção e na participação de pessoas destas comunidades no Atelier. Nesta versão, participaram como convidadas, o Curso de Design da Universidade Federal do Maranhão e a Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Rio de Janeiro; finalmente a sétima versão em 2016, tratou do tema a Cidade do Bem-Estar e da Criatividade, na cidade de Ascoli Piceno, Itália, tendo a Universidade de Arquitetura e Design da Università degli Studi di Camerino como a anfitriã. Contou com a Universidade de Belgrado, Sérvia, como convidada.

A seleção dos participantes

Cada escola seleciona o seu grupo segundo seus próprios critérios. Tem-se adotado para a UEMA o princípio da transversalidade, ou seja, a participação dos alunos desde o primeiro até o décimo período da escola adotada pela convicção de que todas as pessoas são capazes de participar da criação do ambiente urbano, que é o ponto fundamental do projeto participativo. Também não se adota como critério o domínio de uma língua estrangeira.

Os grupos no workshop são formados (por sorteio) com alunos de todas as escolas participantes; com a diversidade de países participantes, se não é possível se expressar em uma língua comum, são exploradas formas alternativas de comunicação (mímica, desenho, referências, tradutores online) diante da necessidade de expor ideias, argumentar, defender uma ideia, propor soluções.

No financiamento do workshop a universidade anfitriã arca com as despesas de hospedagem dos convidados e do funcionamento geral do evento, enquanto que as demais parceiras financiam o transporte de seus professores e alunos.

Estratégias Metodológicas

A metodologia do Equinox está sustentada na força crítica e imaginativa que as utopias podem produzir na prática projetual (Oliveira de Souza, 2012), ancorada na ideia de futuros possíveis (Secchi, 2006). É uma metodologia aberta apoiada em quatro etapas (Oliveira de Souza *et al.*, 2013):

1ª - Estudos preliminares dos territórios de intervenção:

Os parceiros trabalham à distância com o objetivo de se instruir sobre a cidade de intervenção, a escola anfitriã disponibilizando informações, principalmente via internet, de forma que estas sejam partilhadas por todos.

2ª - Formação dos grupos e conceituação subjetiva das propostas:

No atelier, criação de equipas mistas, formadas de estudantes das diferentes escolas, que vão compartilhar o conhecimento e elaborar o conceito projetual. Eventualmente estas equipas contaram com a participação da população para a qual os projetos eram destinados, como foi o caso do Equinox 2015, em São Luís. O conceito é uma metáfora abstrata que materializa o projeto que se quer implantar.

Se relaciona com o território. Os grupos constroem um debate crítico e propositivo em busca de um conceito subjetivo que possa ser portador dos anseios projetuais dos grupos.

3ª - Analogias projetuais possíveis:

Etapa fundamentada na produção de analogias projetuais possíveis articuladas com a realidade existente, na cidade de intervenção. Atividade realizada após o reconhecimento de campo, com visitas técnicas, guiadas, a pé, de bicicleta, de barco, para registros de falas, fatos e lugares.

4ª - Finalização e apresentação das propostas:

A quarta etapa ocorre na segunda semana de trabalhos, em atelier, constituindo um intenso trabalho de produção.

Após cada etapa é feita uma apresentação pelas equipes de alunos, que são acompanhadas durante todo o trabalho pelas comissões pedagógicas cuja composição contempla professores das várias universidades. A última etapa finaliza com a apresentação das propostas diante dos professores e atores sociais da cidade de intervenção.

Como forma de subsidiar o desenvolvimento da produção criativa dos alunos, apresentam-se palestras que tratam de dados sobre as áreas de estudo, metodologias de projeto, abordagens para soluções de problemas, estudos de casos semelhantes, entre outros temas.

Solar EMAU – Escritório modelo de arquitetura e urbanismo

O Escritório Modelo SOLAR foi criado, é composto e dirigido por discentes do Curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Estadual

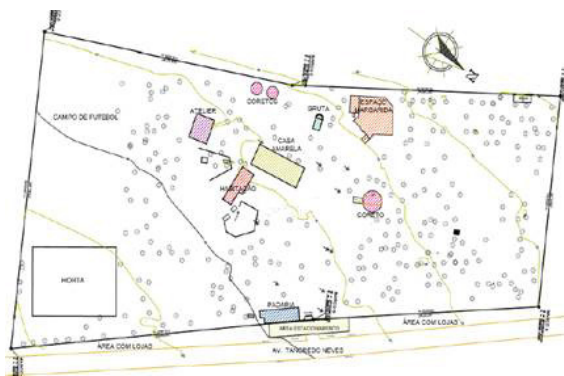


Imagem 1 - Loreto

Fonte: Equipe Favo de Mel, Equinox, 2015



Imagem 2,3 e 4 - Propostas do grupo Loreto Favo de Mel

Fonte: Equipe Favo de Mel, Equinox 2015

do Maranhão, voltado especialmente para a realização de projetos de arquitetura e urbanismo tendo como alvo, comunidades vulneráveis localizadas no Estado do Maranhão. A cada trabalho o Solar-EMAU é orientado por um ou mais professores. O trabalho apresentado foi realizado na Associação Nossa Senhora do Loreto.

Localizada na Vila Flamengo em São Luís do Maranhão, desenvolve atualmente trabalhos com as crianças e adolescentes da área constituída de ocupações espontâneas já consolidadas em bairros populares, em situação de precariedade. São atividades de reforço escolar, aulas de músicas, informática, leitura, cursos de panificação, marcenaria e plantio de vegetais.

O primeiro contato da Associação Nossa Senhora do Loreto com o SOLAR-EMAU foi em 2014, com uma das líderes da Associação. Em 2015 no Equinox – Atelier Internacional de Criação Urbana, que tinha como temática “Mais IDH Urbano: Equilíbrio, Diversidade e Solidariedade, se ocuparam do Loreto dois grupos de trabalho que contavam com membros da comunidade, além dos alunos do curso de Arquitetura e Urbanismo da UEMA, alunos e professores das universidades italianas Camerino-Ascoli Piceno e La Sapienza di Roma, alunos e professores do curso de Design da UFMA e professores e mestrandos da UFRJ.

Logo após o Equinox, o EMAU abraçou o desenvolvimento do Projeto para a área do Loreto adotado a metodologia de projeto participativo.

Destaca-se deste trabalho, as estratégias de diálogo e integração com a comunidade para a definição do projeto. A identificação e convite à participação, que se deu já no primeiro contato com as equipas contando com pessoas da comunidade, foi aprofundada nas estratégias escolhidas para apresentação das propostas do Equinox 2015 para todos da comunidade.

A dinâmica escolhida: “Como eu quero o Loreto?”. As propostas do Equinox impressas foram distribuídas e as pessoas foram convidadas a colar, desenhar novas ideias, escrever soluções. A maioria dos presentes contribuiu para a criação do painel, com sugestões, com palavras ou desenhos e se sentiram à vontade para participar do projeto a partir daí.

Uma segunda estratégia nasceu a partir da fala de uma participante:

A prioridade das prioridades é as crianças né? Não poderia logo ver a situação das crianças nessa área aqui? Deixar esse local aqui que elas estudam que elas fazem as aulas de reforço melhor pra elas? A mesa podia pintar ver outras mesas melhores para as crianças [...] outras cadeiras mais coloridas ou a gente mesmo pintar, colorir mais, deixar mais aconchegante para as crianças [...] colocar prateleiras.

Desta forma nasceu o mutirão que reformou o Galpão das Artes. Todo o mobiliário foi ou reutilizado ou construído no local, sempre visando o menor custo possível. As paredes receberam desenhos e pinturas feitos pelas crianças. O Galpão das Artes foi imediatamente colocado em uso, percebendo-se que a comunidade e as crianças se apropriaram do local.

A terceira estratégia aconteceu por conta da necessidade no momento da apresentação do projeto final. O planejamento previa a dinâmica “Segue o fluxo” que consistia em dividir as pessoas em grupos que deveriam situar suas atividades em uma planta baixa impressa, orientadas por um monitor. Na apresentação dos projetos uma falha impediu a chegada dos materiais. Desta forma, o desenho foi feito no chão de terra.



Imagem 5 - Seleção das propostas e novas ideias para o projeto
Fonte: Acervo Emau Solar, 2016

Esse método aproximou muito a comunidade, a participação foi mais elevada. Todos, inclusive as crianças, conseguiram entender todo o projeto e todos deram opiniões e discutiram entre si sobre as técnicas e os locais escolhidos. O projeto foi bem aceite pela comunidade, entregue e hoje, a comunidade busca financiamento para sua construção.

Reflexões como conclusão

As duas experiências têm como base a premissa de que não é possível falar de processo participativo, sem que se passe a direcionar a formação do profissional em arquitetura e urbanismo, para o aprendizado deste processo. Desta forma, se ampliam as possibilidades do rompimento da visão tradicional do gênio criador do arquiteto ou dos técnicos que ouvem as demandas, daqueles que tem o conhecimento dos “problemas práticos”. Neste sentido, abre-se a perspectiva de uma universidade também cidadã, comprometida com os interesses da maioria da sua população, abrindo possibilidades para uma maior integração entre teoria e prática, na formação do arquiteto e urbanista.

Neste ponto é imperativo pontuar também os desafios colocados para a avaliação do projeto que podem ser inicialmente identificados em três níveis: 1) o projeto como processo e o projeto como produto; 2) o fortalecimento da autonomia da comunidade ou pelo contrário, sua alienação; 3) o aprendizado, as lições apreendidas pelo gru-

po de estudantes e profissionais envolvidos.

O processo de avaliação seguiu duas orientações: entrevistas com os participantes e o referencial teórico de Bordenave (1983).

Partiu-se da premissa de que a participação (Bordenave, 1983, p. 16), “é o caminho natural para o homem exprimir sua tendência inata de realizar, fazer coisas, afirmar-se a si mesmo e dominar a natureza e o mundo”. Almejava-se como produto o projeto para a Associação Nossa Senhora do Loreto. Como processo, que pudessem envolver em todas as fases os coordenadores do projeto e as crianças que ali são atendidas. A verificação do grau de participação seguiu a classificação de Bordenave e os dados foram obtidos pelos registros das atividades confrontados com entrevistas feitas com os membros da comunidade do Loreto.

A classificação de Bordenave (1983 p. 32):

- Informação: é o menor grau de participação. Os membros ficam sabendo das decisões que já foram tomadas pelos dirigentes com diferentes graus de permissão para interpeleção, reação e reversão tomadas.
- Consulta Facultativa: os dirigentes podem ou não consultar os membros, solicitando críticas, sugestões ou dados para resolução de algum problema.
- Consulta Obrigatória: os membros devem ser consultados, mesmo que a decisão final seja dos dirigentes.
- Elaboração/Recomendação: nesse grau, os membros elaboram propostas e recomendam medidas aos dirigentes que podem aceitar ou recusar, porem devem sempre justificar suas decisões.
- Co-gestão: os membros da organização compartilham mecanismos de co-decisão e colegialidade com os dirigentes. Os membros exercem influências diretas nas elaborações de planos e nas tomadas de decisões.
- Delegação: os membros têm autonomia em certos campos e jurisdições antes reservados aos dirigentes. Os dirigentes definem limites dentro dos quais os membros têm poder de decisão.
- Autogestão: o mais alto grau de participação. Os membros determinam os seus objetivos, escolhe os meios e estabelecem os

controles sem referência a uma autoridade externa. Aqui desaparece a diferença entre membros e dirigentes.

Observou-se que o processo se caracterizou no nível de co-gestão, na medida em que os desenhos foram, em sua maioria, realizados pelos estudantes, incluindo a presença da comunidade na discussão dos parâmetros projetuais adotados, em muitas ocasiões desenhando em conjunto.

E enquanto a importância das decisões, Bordenave classifica a participação em 6 níveis, do mais alto ao mais baixo. São eles:

- **Nível 1:** Formulação da doutrina e da política
- **Nível 2:** determinação de objetivos e estabelecimento de estratégias.
- **Nível 3:** Elaboração de planos, programas e projetos.
- **Nível 4:** Alocação de recursos e administração de operações.
- **Nível 5:** Execução das ações.
- **Nível 6:** Avaliação dos resultados.

Nesta classificação a experiência alcançou plenamente o nível 3 levando em consideração a elaboração do projeto. As três últimas atividades estão sendo desenvolvidas pela própria comunidade, ficando o grupo do EMAU em espera para se necessário e se for chamado, cooperar.

O segundo nível de questionamento, quanto ao fortalecimento da autonomia, pode ser demonstrado pelas declarações dos membros da comunidade que se manifestam muito satisfeitos com o fato de terem sido ouvidos, e com o resultado, chegando a afirmações de que o respeito aos seus desejos foi a maior característica de todo o processo, ou de que o projeto tem a “nossa cara”, e finalmente, a decisão de tomar a frente do processo de arrecadação dos recursos para a construção do projeto.

Por fim, que ensinamentos podem ser extraídos dessa experiência no nível da formação profissional do aluno? Para realizar essa discussão os alunos foram convidados a escrever sobre a sua experiência e é a partir desses relatos que podemos concluir que aprender a desenvolver projetos com a inclusão das comunidades no processo, é uma experiência que leva a aprendizagem do desenvolvimento do diálogo, do respeito ao parceiro. A maior dificuldade é, como disseram os participantes, se desprender dos moldes convencionais de projetos que estamos acostumados, que consiste em elaborar um pro-

jeto e apresentar para o usuário e modificá-lo de acordo com a necessidade, tratando assim de uma relação arquiteto-cliente. Por outro lado, a satisfação de momentos em que o diálogo era conseguido, ou aqueles nos quais uma determinada forma de aproximação era bem-sucedida, traz como consequência a aprendizagem profissional mais consciente.

Lembramos um texto de Kapp *et al.* (2012) que discute três tipos diferentes de atuação dos arquitetos ao tratar de áreas periféricas: a atuação tecnocrática, a ação missionária e a ação artística. A primeira, a atuação tecnocrática, diz respeito à atuação que segue as diretrizes das políticas públicas que estão encarregadas de implementar, não importando aqui se grandes ou pequenos projetos, se participativos ou não, é uma atuação, marcada pelo embate entre uma racionalidade técnica (burocrática) e o conhecimento vivido de moradores que tradicionalmente produzem os seus próprios espaços. Nesse caso, quando projeto participativo a tendência é convidar a comunidade a participar do projeto desenhado por ele.

O segundo tipo de atuação, a atuação missionária, assemelha-se a uma catequese onde o arquiteto “assume a tarefa de transferir a cultura ou o conhecimento do seu campo para um público que nunca teve acesso a ele” (Kapp *et al.*, 2012). Note-se que o lema ‘não dar o peixe, mas ensinar a pescar’, aprender a ‘pescar’ costuma significar a adesão ao comportamento ditado pelo missionário, dizem os autores (Kapp *et al.*, 2012).

O terceiro tipo de atuação, a atuação artística trabalha com a perspectiva de mudar a percepção das favelas, por seus moradores e a partir de fora, em geral buscando seu embelezamento e melhoria da autoestima.

É nesse contexto que se torna imprescindível aprender a desenvolver projetos em colaboração, no sentido de trabalhar em conjunto, em parceria. A experiência do Equinox parece indicar que a estruturação de metodologias de concepção colaborativa, entre elas o workshop como instrumento pedagógico, promove o aprender pela reflexão crítica e pelo contato com outros olhares e saberes, possibilitando desta forma, o rompimento da visão tradicional do gênio criador do arquiteto ou dos técnicos que ouvem as demandas daqueles que tem o conhecimento dos “problemas práticos” e, dando ênfase ao confronto e debate de ideias. Neste sentido é lócus pedagógico privilegiado para reflexão sobre realidades urbanas com problemas sociais marcados por um permanente conflito de aceitação do outro, dos estranhos, dos diferentes. É também um exce-

lente espaço para pensar a métodos inovadores de projeto e planejamento do espaço.

O Atelier (Workshop) é, então, um exercício para a formação de um pensamento crítico e diversificado sobre a cidade. É um convite a refletir sobre os porquês da arquitetura e do urbanismo que se pratica e, mais importante, refletir “para quem” os projetos se destinam, ressaltando a importância de intervir na cidade priorizando o interesse coletivo e a importância e necessidade de se estabelecer um diálogo franco com os usuários da cidade e, uma busca constante por métodos e mecanismos que o facilite.

O trabalho do EMAU Solar no Loreto, provoca a reflexão sobre métodos e técnicas do diálogo, entre o técnico e a comunidade. Se aproxima do pensamento de Freire (2011) ao acreditar que a postura dialética permite a construção de um projeto no qual todos podem atuar, se sentir parte integrante, se reconhecer no processo.

Destacam-se momentos que demonstram o desejo de promoção de uma horizontalidade de decisões, entre o intelectual e a comunidade: 1) o jogo que promove a apresentação para que todos se conheçam rompe com a postura “o intelectual fala, a pessoa comum escuta; 2) o jogo das escolhas das propostas disponibilizadas para colocação em um painel coletivo estimula a participação no desenho técnico; 3) o mutirão para construção de uma parte do projeto, por ser uma materialização de imediato, aumenta a confiança na realização do todo. Por fim, a capacidade de improvisar e desenhar a planta no chão demonstra a capacidade de utilizar recursos simples que aumentam ainda mais o diálogo e a confiança.

É um aprendizado que parece apontar para a construção de uma práxis de projetos colaborativos, incluindo uma reflexão sobre métodos mais adequados, colocando em primeiro plano, a comunidade para a qual o projeto se destina, sendo o pesquisador o sujeito da participação, aquele que “participa” da vida do grupo pesquisado. Este é o desafio.

Bibliografia

- Alexander, C. (1977), *A Pattern language*, New York, Oxford University Press.
- Alexander, C. (1979), *The timeless way of building*, New York, Oxford University Press.
- Arantes, P. (2002), *Arquitetura Nova - Sérgio Ferro, Flávio Império e Rodrigo Lefèvre: de Artigas aos mutirões*, São Paulo: Editora 34.
- Atelier d'Architecture Autogérée, (2016), *Agrocité agricultural hub*, Colombes, Paris (2011-ongoing), in Ermacora, Thomas, Bullivant, Lucy, *Recoded City: Co-creating Urban Futures*. New York, Routledge, 114-117.
- Bethelot, S. e Wall, M. (2014), The structuring of problems as a methodological option in design conception, em *III Encontro da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, III ENANPARQ arquitetura, cidade e projeto: uma construção coletiva*, São Paulo: Universidade Presbiteriana Mackenzie/ Pontifícia Universidade Católica.
- Bordenave, J. (1983), *O que é participação*. São Paulo, Editora Brasiliense.
- Bouchain, P. (2013), *Simone & Lucien Kroll: une architecture habitée*, Arles: Actes Sud.
- Burdett, R. (2012), Pensar a cidade para construir a cidade, City-thinking for city building, in Rosa, Marcos L. (2011), *Planejamento: práticas urbanas criativas = Microplanning, urban creative practices*, São Paulo, Editora de Cultura, 116-119.
- Cooke, B. e Khotari, U. (2001), *Participation: the new tyranny?*, London, Zed Books.
- Carlo, G. (2005), Architecture's public, in Jones, Peter Blundell; Petrescu, Doina; Till, Jeremy, *Architecture and participation*, London and New York: Taylor & Francis, 3-22.
- Ermacora, T. e Bullivant, L. (2016), *Recoded City: Co-creating Urban Futures*, New York, Routledge.
- Fathy, H. (1982), *Construindo com o povo: arquitetura para os pobres*, Rio de Janeiro: Forense – Universitária.
- Ferro, S. (2005), *O canteiro e o desenho*, 3ªed. São Paulo, Prolivros.
- Ferro, S. (2006), *Arquitetura e trabalho livre*, São Paulo, Cosac Naify.
- Freire, P. (2011), *Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa*, São Paulo: Paz e Terra.
- Jones, P., Petrescu, D., Till, J. (2005), *Architecture and participation*, London and New York: Taylor & Francis.
- Kapp, S. et al (2012), *Arquitetos nas Favelas: Três Críticas e uma Proposta de Atuação* Comunicação apresentada no IV Congresso Brasileiro e III Congresso Iberoamericano de Habitação Social: Ciência e Tecnologia “Inovação e Responsabilidade”, Florianópolis, disponível em http://www.mom.arq.ufmg.br/mom/05_biblioteca_2/arquivos/Kapp%20et%20al%202012%20Arquitetos%20nas%20favelas.pdf acesso em 22 de abril de 2018.
- Lefebvre, H. (2000), *La Production de l'espace*, Paris: Anthropos.
- Low, K. (2014), Le Dogme, in Contal, Marie-Hélène, *Ré-enchanter le monde : l'architecture*

et la ville face aux grandes transitions, Paris: Éditions Galimard, 16-24.

- Madec, P. (2014), Oser – l'altérité, le spécifique, la bienveillance, les cultures, in Contal, Marie-Hélène, *Ré-enchanter le monde : l'architecture et la ville face aux grandes transitions*, Paris: Éditions Galimard, 35-47.

- Mazzanti, G. (2014), Du projet social au sentiment de solidarité, in Contal, Marie-Hélène, *Ré-enchanter le monde: l'architecture et la ville face aux grandes transitions*, Paris: Éditions Galimard, 52-58.

- Montaner, J. e Muxi, Z. (2011), *Arquitectura y Política: ensaios para mundos alternativos*, Barcelona: Gustavo Gili.

- Oliveira de Souza, A. (2012), Projetos complexos exigem uma concepção colaborativa: singularidades da produção projetual em Workshops, em *II Encontro da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo*, Natal: EDUFRN.

- Oliveira de Souza, A. (2014), A Construção coletiva do projeto em Workshops de concepção colaborativa, *III Encontro da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo: arquitetura, cidade e projeto: uma construção coletiva*, São Paulo: Universidade Presbiteriana Mackenzie/ Pontifícia Universidade Católica de Campinas, 1, 214-218.

- Oliveira de Souza, A. e Wall, M. (2012), Diversity and interlacement in the design process, in Trusiani, Elio (org), *Dall'Ex Tempore al Workshop: esperienze di ricerca e progetto*, Roma: Gangemi Editore, p. 101-105.

- Oliveira de Souza, A., Wall, M., Bonierbale, T. (2009), *Novos Olhares sobre a cidade/Nouveaux Regards sur la Ville*, São Luís: UEMA.

- Oliveira de Souza, A., Wall, M., Braga, I. (2011), EQUINOX: um atelier de criação urbana aberto às ideias, em *V PROJETA: processos de projetos: teorias e práticas*, Belo Horizonte: Escola de Arquitetura da UFMG; NPGAU.

- Oliveira de Souza, A., Wall, M., Braga, I. (2013), Futuros Possíveis: criação e inovação na concepção de projetos urbanos no Atelier EQUINOX, in Oliveira De Souza, Alex; Wall, Marluce; Bethelot, Serge. (org.), *De São Luís e Paris ideias de futuro para Mont de Marsan - EQUINOX 2010*, São Luís: Editora UEMA, 10-17.

- Revedin, J. (2014), La ville radicante: une morphologie en œuvre ouverte pour la ville durable, in Contal, Marie-Hélène, *Ré-enchanter le monde: l'architecture et la ville face aux grandes transitions*. Paris: Éditions Galimard, 73-86.

- Rosa, M. (2011), *Planejamento: práticas urbanas criativas = Microplanning, urban*

creative practices, São Paulo, Editora de Cultura.

- Rosa, M. e Weiland, U. (2014), *Handmade urbanism: from community initiatives to participatory models*, Berlin, jovis Verlag GmbH.

- Secchi, B. (2006), *Primeira lição de urbanismo*. São Paulo: Perspectiva.

- Serrazanetti, F. e Schubert, M. (2011), *Giancarlo de Carlo: inspiration and process in Architecture*, Tai Fai: Moleskine srl.

- Viganò, P. (2012), *Les territoires de l'Urbanisme - Le Projet comme producteur de connaissance*, Genebra: Metispresses.

Participação, insurgência e descolonização do planejamento urbano e a universidade

Débora Cavalcanti^a

Resumo

A participação é a essência do planejamento insurgente que nasce da resiliência da população face ao distanciamento da democracia representativa do seu cotidiano, e da ameaça que paira sobre as conquistas sociais mundo afora. Projetar com a comunidade, portanto, apresenta-se como contracultura. Este artigo tem o objetivo de enquadrar a participação em um contexto de descolonização do *modus operandi* do planejamento urbano convencional e de comentar o papel das escolas de arquitetura através de experiências de trabalho em comunidades: o caso do Arquitectendo e da Vivência Oásis.

Palavras-Chave

Participação, Planejamento insurgente, Descolonização do pensamento, Ensino de arquitetura, Urbanismo

Abstract

Participation is an essential feature of insurgent planning. It arises from the resilience of the people when they are faced with the fact that representative democracy is detached from their everyday lives. It also emerges from the threats which hover over their social achievements. When planning takes place with the community, it appears to be a kind of counter-culture. Thus the aim of the article is to frame participation within a setting which involves the decolonisation of the *modus operandi* of conventional urban planning and to comment on the role played by schools of architecture through work experiences in communities, showing the case of Arquitectendo and the Oásis Experience.

Keywords

Participation, Insurgent planning, The decolonisation of thinking, Teaching architecture and urban studies

Introdução

Em um contexto de grandes mudanças sociais e políticas no mundo, a participação cidadã na definição das políticas públicas e nas questões urbanas, deve ser repensada. Os diversos contextos têm demonstrado um afastamento cada vez maior do cidadão da gestão do seu território e, a incapacidade dos gestores públicos de planejarem ações que venham ao encontro das necessidades e situações vividas pela população. A cidadania insurgente recentemente visível nos movimentos 'rebeldes', animada pelas redes sociais, não transformou a realidade, mas deixou pistas sobre a possibilidade de mobilização e de que condições são necessárias para sair de um processo de contestação, e se engajar em uma construção coletiva de espaços políticos e materiais.

Ao mesmo tempo em que o planejamento conflitivo aparece, produzindo contestação à

cidade consensual ou a do pensamento único (Arantes *et al.*, 2000), surgem movimentos conservadores que colocam em lados opostos as forças que buscam a redução das desigualdades, em prol de uma sociedade mais inclusiva e, aqueles que preferem a manutenção e prevalência da cidade do mercado sobre a cidade dos direitos. Apesar do discurso teórico e da prática, negarem a efetividade de um planejamento *bottom-up*, pensando-se, portanto, que o planejamento progressista já seria uma página virada, ele continua vivo depois de mais de 80 anos da Carta de Atenas, mesclado com visões mercadofílicas e materializado em uma profunda financeirização da cidade e das políticas públicas (Rolnik, 2014). Aproximar e projetar a cidade com a comunidade é imperativo. A ausência de participação cria um distanciamento da população da gestão e planejamento urbano que se reflete em arbitrariedades e controle do setor privado sobre os interesses coletivos.

^a Doutorado em Planejamento Urbano (LSE - UK), Professora Adjunta (FAU/UFAL). Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da UFAL (Universidade Federal de Alagoas), Brasil. Email: debora_cavalcanti@hotmail.com

Neste sentido este artigo vai debater a crise da democracia representativa passando pelos movimentos insurgentes, e assim, introduzir o tema da descolonização do planejamento. Em seguida, propõe-se observar a forma como as questões do planejamento urbano são tratadas nas universidades, distanciando os estudantes de uma articulação positiva entre arquitetura e urbanismo e, reproduzindo visões adotadas nos países centrais do capitalismo como modelos aplicáveis em qualquer região do mundo independente de suas origens geográficas, sociais, econômicas e culturais. Em sentido oposto serão apresentados dois casos de aproximação da universidade de uma práxis projetual que considera a população local e seu contexto, a dos eventos Arquitectendo e Vivência Oásis em Maceió, no nordeste brasileiro.

A questão, portanto, que se coloca é qual a relevância social do arquiteto e urbanista nesta sociedade dividida, onde parte pode consumir e parte não pode se beneficiar com o seu trabalho. Projetar com a comunidade apresenta-se como contracultura que se enquadra teoricamente na proposta de descolonização do planejamento urbano (Harvey, 2012; Santos, 1995; Roy, 2011). Seguir o fluxo do mercado e atender as necessidades individuais dos que podem pagar ou buscar, através do ato projetual, aproximar a sociedade de uma gestão coletiva do seu espaço e fortalecer uma agenda pública representa a encruzilhada em que se encontra mais uma vez a profissão.

Crise na democracia representativa e na cidade consensual

Nas democracias modernas observa-se a crescente desconfiança gerada pelo descompromisso público dos representantes eleitos, e suas instâncias representativas, causando um desinteresse pela participação ativa, considerada incapaz de transformar a gestão pública (Santos e Avritzer, 2002). Os avanços nos processos de gestão em todos os lugares do mundo, em termos de utilização prática de conceitos tais como *accountability*, desde os anos 1980/1990, eram indicativos de um reforço na democracia representativa. No entanto, momentos de crise econômica, com ascensão de governos mais conservadores, fizeram regredir alguns desses avanços. No Brasil, a *accountability* é um processo em construção muito lento, pois uma frágil organização da sociedade e uma cultura política paternalista e corporativista, impede maiores avanços nessa área. Pinho e Sacramento

(2009) e Campos (1990) consideram que no Brasil existe 'uma situação de fraca *accountability*' derivada de uma baixa pressão por transparência e prestação de contas pela sociedade, aliada ao distanciamento dos governos em relação à sociedade civil. Vale ressaltar os investimentos feitos em tecnologia da informação com uma grande quantidade de informações disponibilizadas nos portais públicos, realizados a partir do Governo Lula. No entanto, a situação em geral é ainda muito incipiente, pois há poucos avanços nas esferas estaduais e municipais. Os recentes escândalos de corrupção ocorridos no Brasil são a prova de que tecnologia e portais de transparência sem acompanhamento da sociedade, não são garantia de lisura nos processos de relação contratual, entre setor público e privado.

Por estas e outras razões a democracia representativa está em crise e é crescente a falta de possibilidade de consenso em um ambiente eivado de interesses privados e individuais com poder de supremacia sobre questões públicas e coletivas. A ideia de uma *CEOcracia* (baseada no poder do *CEO* – *Chief Executive Officer* das grandes multinacionais) surge de forma potente em oposição à 'gasta' democracia representativa que vem demonstrando sinais de franca decadência em termos mundiais.

Participação

Tendo em vista este panorama e a crítica do capitalismo, emergente nos anos 1960/1970, surgiram práticas de solução de problemas urbanos, entre eles, da questão habitacional que se baseiam na sabedoria popular, nas formas coletivas de resolver problemas individuais. A observação de como os pobres urbanos resolviam seus problemas serviu de base e de inspiração para a introdução de tecnologias apropriadas, que buscavam melhorar as condições de vida em vários lugares do mundo. Práticos tais como Turner (1976) e Fathy (1973) validaram a relevância social do arquiteto e urbanista na colaboração com a população para a construção de espaços de maior qualidade e que respondessem aos anseios das pessoas e as melhores técnicas de construção adequadas a cada situação, já com uma preocupação ambiental e cultural, utilizando materiais e saberes locais. No entanto, esta forma de produzir arquitetura não foi capaz de ser massificada e assim dominar os circuitos da construção civil que continuam homogeneizantes em termos de técnicas e materiais construtivos, por causa de interesses corporativos. Mas estas experiên-

cias, muitas delas concentradas em projetos piloto, foram capazes de se transformarem em políticas públicas, pois revelaram a possibilidade de construir com qualidade, de baixo custo, utilizando saberes locais e o mais importante atendendo aos anseios e necessidades dos que se beneficiaram com os planos e projetos. No entanto, na maior parte dos casos, inclusive no que se habituou chamar de *best practices*, durante o tempo da execução, com acompanhamento técnico e social garantido, os projetos podem ser considerados bem-sucedidos, mas quando a comunidade, o público-alvo tem a responsabilidade de continuar com o projeto, muitas vezes há interrupções e mesmo retrocessos em termos de avanços sociais, econômicos e mesmo materiais. Obviamente que os projetos não são reprováveis por conta disso, eles tiveram sua função, mas é intrigante entender por que projetos aparentemente com participação e bem pensados não dão os resultados esperados. Na realidade pode-se constatar que há uma inércia, uma dificuldade em se manter acesa a chama da coletividade, da empatia entre as pessoas que, em algum momento, se desviam de uma visão mais coletiva para uma busca individual do atendimento de suas vontades. Presidente Mujica em um de seus discursos, analisa a questão e fala da necessidade de equilibrar o egoísmo, próprio de um instinto ancestral de sobrevivência com a ideia do bem coletivo, que mesmo sendo uma construção também do processo evolutivo, foi sendo alvo de ataques na história, que vai criando estruturas que consolidam o poder de alguns poucos sobre muitos.

Planejamento insurgente

Como um novo capítulo na história da civilização, onde a *CEOcracia* desponta, há uma reação por parte da população que, descreditando dos canais tradicionais de reivindicação, inauguram uma nova fase, utilizando os avanços tecnológicos, principalmente as mídias digitais como forma de se fazer ouvir pelos governantes. Um caso emblemático latino-americano foram as manifestações no Brasil em torno das questões de mobilidade, a Tarifa Zero, que uniu trabalhadores e estudantes para protestar contra aumentos abusivos das tarifas do transporte público, parando quase todo o Brasil. Este tipo de manifestação tem sido estudado e definido como planejamento insurgente pois nasce de iniciativas populares que se insurgem contra o poder constituído que deveria ser capaz de entender as necessidades da

população e se renovar nas formas de decisão, se levanta e propõe soluções que respeitem suas necessidades e anseios. Em pleitos bem específicos, via de regra, se podem alcançar resultados positivos, mas o que se observou foi que uma agenda mais extensa não se sustenta nas ruas, precisa de dispositivos e estruturas de acompanhamento para que passos sejam dados na direção de planos e projetos mais complexos. Cidadãos e cidadãs, ao redor do mundo, tomaram suas cidades em suas próprias mãos, preconizando um urbanismo humano – algo distante da profissão de planejador como hoje se apresenta, conforme discutido por MirafTAB (2016) que, ao apresentar essas experiências como novas práticas de planejamento, fala que se faz necessário: uma nova imaginação; um novo léxico; um novo repertório de práticas e um distinto entendimento de justiça. Apesar de parecer uma nova onda positiva no panorama sombrio (para moradores da classe trabalhadora) do planejamento urbano, o planejamento insurgente não é novo, como já se destacou ao falar das práticas participativas, provêm de uma tradição na teoria do planejamento, autores tais como Friedmann, Sandercock e Beard já reconheciam as práticas cidadãs como formas de planejamento. A maior dificuldade para ascensão dessa forma de planejamento é que, romper a superestrutura de dominação, exige organização e estratégia por parte dos insurgentes e, talvez neste ponto, a universidade em suas atividades possa ajudar. É notório que no planejamento insurgente o mais importante não são os técnicos e os políticos, mas sim as pessoas e seus direitos. Voltar-se então para o cotidiano, valorizar as estratégias pessoais e coletivas podem ajudar a construir um urbanismo humano que olha para as pessoas e não para as corporações e seus interesses financeiros. Para a implantação deste urbanismo mais humano, necessita-se de uma descolonização do pensamento que será abordada a seguir e de um repertório de práticas que incitem a imaginação. Estas práticas já estão acontecendo nos territórios, principalmente naqueles em que o estado não chega e as pessoas, por necessidade, se organizam e em uma participação direta vão construindo seu presente e futuro. Neste sentido, a universidade poderia assumir um papel de apoio a essas atividades através do ensino, pesquisa e extensão.

Descolonização do planejamento urbano

A busca de novas formas de fazer planejamento urbano esbarra na dificuldade em sair de um

urbanismo subalterno, às forças econômicas e políticas dominantes, para um urbanismo que sirva às maiorias e, principalmente, aos que estão à margem, na periferia dos processos econômicos e políticos dominantes. Esta colonização do planejamento urbano faz com que seu sentido de existir esteja intimamente ligado ao propósito de servir ao avanço de um conceito de progresso e desenvolvimento, que visa aumentar os lucros das empresas mesmo em detrimento das condições sociais e ambientais. O planejamento urbano, mais do que servir ao capitalismo, tem mesmo produzido pobreza (Cavalcanti, 2008). Como afirma Roy (2009, p. 131) “é indefensável, caracterizar a pobreza simplesmente como uma questão de negligência do Estado. Em vez disso, a pobreza e as geografias da pobreza devem também ser compreendidas como efeitos do Estado, na medida em que envolvem tanto a exclusão territorial quanto a estigmatização territorial.”

Além da pobreza material, econômica e financeira, o capitalismo e seu coadjuvante urbanismo progressista, tem produzido uma pobreza espacial, social e cultural que empobrece as relações humanas ao construir cidade de muros e de guetos, do espraiamento e do zoneamento funcional. A diversidade preconizada por Jacobs (2011) manteve-se ausente apesar de se ter ensaiado algumas tentativas de produzir um *mix* social que representasse maior humanidade nas cidades (ex.: *inclusionary zoning* e cota de solidariedade em planos diretores).

Vê-se que todos perdem com o urbanismo progressista, mas principalmente os mais pobres são afetados, por terem poucas opções em termos de localização na cidade e na qualidade dos espaços ocupados. No entanto, esta população encontra formas de superar essa desvantagem ao usar o seu potencial imaginativo e os recursos locais, para melhorar as suas condições de vida à revelia do que pensam e projetam os profissionais do urbano. Neste sentido, o planejamento urbano deve se descolonizar de modelos hegemônicos e observar, com atenção, o que ocorre na cidade em espaços onde o estado ou mesmo o setor privado, não estão presentes. Observar, portanto, as práticas de planejamento insurgente em direção de um urbanismo humano, surge como um possível caminho a seguir. A questão é, como colocar isso em prática em contextos de opressão e de governos poucos transparentes direcionados para os interesses do mercado. Será que a universidade pode ajudar?

Se aproximar das populações e conhecer de perto a sua produção é uma possibilidade. Vários autores, inclusive no mais recente XVII

ENANPUR¹, apresentaram trabalhos com pesquisas e relatos de experiências, que mostram como diferentes grupos sociais tem gerado uma onda transgressiva e criativa na cidade (Alvares *et al.*, 2017).

Alguns dos problemas relacionados com a implantação de projetos participativos dizem respeito ao analfabetismo cidadão e urbanístico do qual a população sofre, e do distanciamento do ensino e da prática da arquitetura e do urbanismo das necessidades da população. Para preencher essas lacunas, acredita-se que aproximar os alunos de uma prática comunitária tem um potencial transformador capaz de modificar a visão elitista da profissão, abrindo novas possibilidades de trabalho, ajudando assim a descolonizar o planejamento urbano de uma forma de pensar e de agir.

Universidade e insurgência

Um aspecto importante dos temas relacionados com a participação e sua pedagogia está relacionado ao conhecimento, cuja busca refere-se ao que se deve fazer na Universidade. Na conceção de conhecimento discutida neste artigo, a Universidade é um componente, nem mais nem menos importante. Sua importância está ligada ao fato de promover a interação entre a teoria e a prática. Consolidar o tripé (ensino, pesquisa e extensão) como sustentáculo da produção da Universidade contribui para seu objetivo final: a busca do conhecimento em prol das pessoas e do atendimento de suas necessidades.

No entanto, como afirma Maricato (2016) se vive dentro da própria Universidade numa ‘máquina que nos aliena da própria realidade’, e assim, se faz necessário ensinar (ou melhor praticar) um planejamento mais humano voltado para o futuro, que dê ênfase a uma abordagem relacional, que privilegie a aproximação e o acolhimento, transformando os currículos tradicionais que geralmente prezam por um distanciamento da realidade. Uma outra questão importante é desenvolver as diferentes formas de comunicação e linguagens que possibilitem a troca de informações e conhecimentos entre os diversos atores urbanos. A aproximação com a realidade e o acolhimento dos diversos pontos de vista, criará oportunidades de cooperação e de compreensão da realidade que se honestamente trabalhada, de forma transparente, contribuirá para a descolonização do futuro. A partir da vivência ou mesmo de uma simples visita aos diversos espaços da cidade é impossível não

¹ Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional.

entender que a cidade é uma construção social e como tal depende das correlações de força presentes e, suas capacidades de intervir na realidade a seu favor. Partindo dessas premissas foram pensadas e realizadas algumas experiências que serão rapidamente descritas e analisadas a seguir com o intuito de explorar potencialidades e debilidades a serem conservadas e melhoradas através de novas experiências.

A necessidade de inovar, de buscar novas formas de aproximação dos alunos com a realidade urbana foi o motor da atividade Arquitecendo que vem ocorrendo nos últimos anos no curso de Arquitetura e Urbanismo da FITS em Maceió (Vianna e Cavalcanti, 2016). Apesar de ser uma atividade muito simples onde alunos visitam o entorno da Faculdade e observam as diferentes morfologias e tipologias no seu primeiro período do curso, esta atividade trouxe para o curso um diferencial de abordagem que se faz sentir nos anos seguintes de desenvolvimento do aluno. A estratégia de introduzir as questões urbanas desde o primeiro semestre do curso teve como objetivo o treinamento dos alunos, desde o início, para a visualização das diferentes escalas do espaço habitável, onde além da discussão teórica sobre as questões urbanas, os alunos têm a oportunidade de propor melhorias nas áreas visitadas, ou seja, começam a exercitar a prática projetual articulando a arquitetura e o urbanismo em prol da qualidade de vida dos que habitam aqueles territórios. Os depoimentos dos professores e alunos participantes da experiência reforçam essa visão: “sinto que os alunos passaram a criar mais vínculo de identidade com a localidade estudada. Passou a existir uma preocupação com a comunidade que fomenta ideias espontâneas (além da sala de aula) para solucionar alguns problemas”; - “vejo que os alunos entendem melhor não só a cidade em que vivem, como também a própria realidade. Conseguem enxergar de outra forma os problemas urbanos atuais e conviver melhor com a diversidade. Muitos vão além e já tentam pensar em soluções, alternativas e começam a compreender melhor o seu papel na sociedade.”; - “[Participar do Arquitecendo] representou que não existe só a realidade em que eu vivo. Que a minha volta existem outras questões com as quais não convivo, mas estão ali. Que se deve conhecer melhor o ambiente em que se vive e ao redor dele. Que se pode melhorar um lugar com a transformação de elementos do espaço...”- “Hoje vejo o curso com outros olhos. Apesar de não ter concluído, vejo que não é só algo estético. Tão importante quanto a construção em si, o arquiteto e urbanis-

ta tem o trabalho ético de arquitetar literalmente um espaço melhor para todos. Através deste é possível formar novos costumes, formas de pensar, grupos de encontro, espaços inimagináveis.”

A experiência, que teve início em 2014, ainda é muito recente. No entanto, há evidências de que as opções propostas têm um grande potencial transformador. Esta atividade se transformou em um projeto integrador do 1º ano do curso, criando sinergias entre as diferentes disciplinas, diminuindo drasticamente a evasão de alunos decorrente de insatisfação com o andamento do curso, mas perdendo um pouco seu caráter humanista porque alguns professores de projeto arquitetônico adotam uma abordagem imobiliária e mercadofila da cidade.

A Vivência Oásis ocorreu no começo deste ano, 2017, quando alunos de arquitetura e urbanismo e engenharia ambiental da UFAL participaram de um mutirão no projeto Desenvolvimento Integrado Sustentável Territorial – Rio Largo no Residencial Jarbas Oiticica onde moram 3500 famílias, isolados da cidade, como tem sido a prática atual dos responsáveis pela política pública de habitação de interesse social no Brasil. Este mutirão faz parte de uma estratégia de envolver os moradores em um processo de participação e autogestão diante da completa ausência do estado. Nesta comunidade, diferente daquelas organizadas pelos movimentos sociais é muito difícil identificar insurgências. São pessoas de diferentes bairros, geralmente usuários de aluguel, localizados uns ao lado dos outros através de sorteios e por morarem tão distantes do centro passam 1/3 da sua vida fora de casa em um transporte público tentando chegar ou voltar de seu trabalho. Diante desta situação alunos que desconheciam essa realidade se envolveram na melhoria dos espaços fazendo propostas que foram enviadas para os organizadores do projeto para serem discutidas com os moradores. Segundo relatos dos alunos o contato com esses bairros “modificou a minha vida, nunca imaginei que as pessoas vivessem dessa maneira e que, apesar do medo em visitar esses lugares, nada me aconteceu além de um despertar para este tipo de realidade.”; - “Nunca tinha participado de uma experiência assim e não sabia o que iria acontecer lá, então foi tudo muito novo. De início não tinha compreendido muito bem o objetivo do mutirão, já que cheguei com uma visão pré-determinada e achando que, como estudante de arquitetura, poderia fazer algo diferente que interferisse mais na vida das pessoas. Depois de um tempo, percebi que as necessidades da população de lá são inerentes a eles e que é

o ponto de vista deles que importa.”; - “A vida imersa nos centros urbanos nos deixa desacostumados e desatentos à falta de necessidades básicas que existe fora deles. Por esse motivo, experiências como essa são tão importantes para nos aproximar de uma realidade completamente diferente e nos fazer mais atentos aos recursos que facilmente temos acesso e como podemos oferecer a mesma acessibilidade para essa outra realidade.” - “Durante a vivência, me questionei sobre o tipo de arquitetura que vem sendo produzida, uma arquitetura de isolamento e segregação.” - “Daquele sábado destinado ao mutirão, meu maior aprendizado foi em ter ciência da capacidade de um grupo disposto a trazer melhoria da qualidade de vida no Conjunto Jarbas e fazer parte dessa mudança. Mesmo que eu tenha participado por um dia, a experiência fomentou-me ao poder de agir local.”

Todas essas falas se refletiram nos projetos de melhoria que foram elaborados na 2ª parte da disciplina. O mais importante foram os depoimentos ao final do curso de que aquela atividade foi um divisor de águas, na compreensão do urbano e do social, no contexto da arquitetura e da engenharia. Os alunos entenderam que o arquiteto e urbanista, em especial, apesar de sua ampla abordagem e possibilidades de atuar como agente transformador das condições sócio espaciais locais, tem-se dedicado apenas a pequenas porções das suas atribuições.

Como se pôde observar, as experiências relatadas acima não estão relacionadas com o conceito de planejamento insurgente, pois nascem de iniciativas de professores dentro de um contexto dominado por uma cultura hegemônica onde o *modus operandi* da arquitetura e do urbanismo está extremamente atrelado e dependente do setor privado. As experiências apresentadas são na realidade uma preparação para a possibilidade de insurgência dos jovens profissionais e de suas futuras práticas profissionais. A ideia é que aprendam a serem facilitadores de processos participativos, entendendo que o seu papel é de aportar conhecimento técnico balizado com o saber popular, a utilizarem vocabulário conveniente e apropriado para entenderem e serem entendidos, e a respeitarem os processos sociais, conscientes de que não devem ser os protagonistas da ação.

Conclusão

À guisa de conclusão, pode-se afirmar que falta à população de forma geral um conheci-

mento mais prático e pertinente ao cotidiano das cidades e de seu bom funcionamento. Há um analfabetismo urbanístico e cidadão por parte de grande parte da população em termos de possibilidades de melhoria da qualidade de vida que um urbanismo inclusivo e mais humano pode fornecer. Este desconhecimento inviabiliza ações de insurgência, processos participativos e, portanto, avanços nas políticas democráticas e inclusivas de gestão urbana e habitacional. Há leis, há espaços institucionais de participação, mas falta vontade política dos atores envolvidos em participar de forma direta no cotidiano da cidade. Se faz necessário recuperar o espaço de cidadania, primeiro em seu bairro, sua localidade e depois em um projeto nacional. Há exemplos interessantes ocorrendo no mundo, que tratam de ‘amadorizar’ de forma massiva o planejamento urbano, de forma mais local possível, trazendo um novo papel para os planejadores e criando uma atmosfera de colaboração e orgulho da cidade de cada um. O planejamento insurgente é um grito de socorro da sociedade que quer uma outra cidade mais humana, inclusiva e que permita o desenvolvimento de todos os seus moradores, sem exceção. O desafio é construir uma lógica de planejamento que seja menos restritiva, menos centralizadora e menos associada sobretudo ao capital financeiro e imobiliário e que permita o diálogo, a pluralidade e a alteridade. Neste contexto, principalmente a universidade pública deve superar sua tendência cientificista e tecnicista e se comprometer com as questões sociais e as realidades locais, nacionais e internacionais. Para que isso aconteça, passos simples devem ser dados, no sentido de ouvir e se aproximar dos novos e velhos movimentos sociais e dos que estão à margem das organizações, mas que precisam despertar para o seu destino que vem sendo gravemente comprometido pela crise civilizatória atual.

Bibliografia

- Alvares, L., Barbosa, J., Cavalcante, A. (2017), *Comunicação em Sessão Temática: Cultura, Resistência e Transgressão no Rio de Janeiro dos movimentos das favelas aos protestos de 2013*, XVII ENANPUR, São Paulo.
- Arantes, O., Vainer, C., Maricato, E. (2000), *A cidade do pensamento único: desmanchando consensos*, Petrópolis: Vozes.
- Campos, A. (1990), “Accountability: quando poderemos traduzi-la para o português?”, *Revista de Administração Pública*, 24 (2), pp. 30-50.

- Cavalcanti, D. (2008), *Fight for a place in the city: social practices and state action in Maceió, Brazil*, Tese de doutorado, Londres: LSE.
- Fathy, H. (1973), *Architecture for the Poor: An Experiment in Rural Egypt*, Chicago: The University of Chicago Press.
- Harvey, D. (2012), *Rebel Cities: From the Right to the City to the Urban Revolution*, London: Verso.
- Jacobs, J. (2011), *Morte e Vida de Grandes Cidades*, São Paulo: Martins Fontes.
- Maricato, E. (2016), *Melancolia na Desigualdade Urbana*, (M. R. Kehl, Entrevistadora).
- Miraftab, F. (2016), “Insurgência, planejamento e a perspectiva de um urbanismo humano”, *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, 18, pp. 363-377.
- Pinho, J. e Sacramento, A. (2009), “Accountability: já podemos traduzi-la para o português?”, *Revista de Administração Pública*, 43, pp. 1343-1368.
- Rolnik, R. (2014), *Guerra dos Lugares: a colonização da terra e da moradia na era das finanças*, São Paulo: Boitempo.
- Roy, A. (2009), “Planejamento e gestão espacial da pobreza”, *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, 11, pp.129-139.
- Roy, A. (2011), “Slumdog Cities: Rethinking Subaltern Urbanism”, *International Journal of Urban and Regional Research*, 35.2, pp. 223-238.
- Santos, B. (1995), *Pela mão de Alice: o social e o política na pós-modernidade*, São Paulo: Cortez.
- Santos, B. e Avritzer, L. (2002), “Para ampliar o cânone democrático”, in Santos, B. (Eds.), *Democratizar a democracia: os caminhos da democracia participativa*, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, pp. 39-83.
- Turner, J. (1976), *Housing by People: Towards Autonomy in Building Environments*, Londres: Marion Boyars Publishers Ltd.
- Vianna, M. e Cavalcanti, D. (2016), “Ensino do urbanismo nos cursos de Arquitetura e Urbanismo: tecendo a compreensão da cidade para a atividade projetual”, *Gestão e Tecnologia de Projetos*, 11, pp. 121-133.

Arquitetura da liberdade: A experiência do comum

Marcella Arruda^a

Resumo

O presente trabalho especula a forma como o arquiteto pode participar da retomada do espaço público, projetando um espaço livre, aberto a significações, em constante transformação a partir dos atores que dele se apropriam. O recorte foi o baixo do viaduto Júlio de Mesquita Filho, em São Paulo: um terreno vago, resultante do urbanismo rodoviário e abandonado pela cidade formal. A partir da prática projetual tática, na relação com os atores e pautada pela reflexão-em-ação, o projeto buscou responder ao que seria uma arquitetura da liberdade e qual o papel do urbanista diante da construção da mínima infra-estrutura para emergir o espontâneo.

Palavras-Chave

Comum, Vazios urbanos, Afeto, Liberdade

Abstract

The present work speculates on the way that the architect can participate on the reclaim of public space, projecting a free space, open to meanings, in constant transformation through the actors that appropriate of it. The framework was the underpass of Julio de Mesquita Filho, in São Paulo: a terrain vague, resulting of the car-oriented urbanism and forgotten by the formal city. Through the tactical project practice, in relation to the actors and oriented by the reflection-in-action, the project aimed to answer to what would be a freedom architecture and what is the role of the urbanist in the construction of the minimal infra-structure from which emerges the spontaneous.

Keywords

Common, Terrain vagues, Affect, Freedom

Introdução

Assim como a arquitetura da liberdade, este trabalho busca abrir um espaço a ser ativado e preenchido por significações e subjetividades múltiplas. Apresenta-se como um ensaio: um suporte para outras reflexões, uma estrutura que se transforma a cada leitura, um texto-convite à sua apropriação e ressignificação. “O ensaio não esgota totalmente o conhecimento de seu objeto nem o cria a partir do nada, mas o faz aparecer por um ângulo novo ou instigante” (Duarte, 2016, s.p.), cuja indeterminação instiga um imaginário porvir.

Durante a minha trajetória de aprendizagem do campo e linguagem da arquitetura e urbanismo, não me interessei em criar novas coisas, mas sim descobrir novas relações entre as coisas que já existem. E neste trabalho não foi diferente: partir do espaço real, existente, seus elementos e fluxos, para imaginar relações distintas e intensidades que existem em potencial. O processo se desenrolou a partir de ensaios de formas livres de se relacionar com o corpo e a cidade, decodi-

ficando-as para extrair um novo território - no entanto, mantendo seus limites. E é dentro deste contexto de limites, ambiguidades e indefinição que este trabalho se situa.

Para experienciar um espaço livre, é necessário que não haja regras e limites rígidos, e formas de controle pré-estabelecidos; mas sim um campo indeterminado, com uma estrutura mínima aberta para apropriações múltiplas. É necessária uma arquitetura aberta para a transformação e para o movimento: que a própria estrutura seja mutável ou então que dentro de seus limites possam haver dispositivos que permanentemente redefinem o conteúdo do entre.

A arquitetura da liberdade só existe na ambiguidade: é o paradoxo, o um e o muitos, o lugar de encontro entre o estabelecimento de limites (que controlam, definem e repetem) e a quebra deles (o indeterminado, o espontâneo, o inesperado, o livre) (Santi, 2010). Libertar o usuário do espaço de um comportamento de mera repetição: fomentar um comportamento livre (portanto, autônomo, participante, co-responsável) e os

^a Arquiteta e urbanista formada pela Escola da Cidade - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. Pesquisa desenvolvida como Trabalho de Conclusão de Curso em 2016. Email: marcella_arruda@hotmail.com

agenciamentos decorrentes desta ativação. Presupõe, assim, diálogo e relação: a experiência do comum se mostra como uma forma de construção dessa arquitetura, dos agenciamentos entre singularidades. Além de um espaço físico vazio, aberto a apropriações coletivas, é fundamental que se construa um imaginário, subjetivo, espaço simbólico-psíquico de pertencimento, de identificação, de reconhecimento e autonomia.

Para que de facto se sustente esse espaço de liberdade, é preciso que nenhum ator ou lógica de operação tenha maior peso do que as demais, se imponha sobre as demais, se fixe em lugar de dominância: é por excelência um espaço de equilíbrio dinâmico, território fluido, feito e refeito a partir de negociações e agenciamentos constantes, da oscilação entre padrões de comportamento; no qual valores como heterogeneidade, mistura e diversidade são cultivados (o contrário do que normalmente vemos no status quo: da monocultura, homogeneidade, hierarquia, controle, regras definidas a priori das situações).

Uma “situação efetiva de abertura da discussão” (Negri, 2005), dando voz a grupos que de outra forma seriam mantidos invisíveis, e na qual as formas de operar se fazem enquanto se opera. Tal metodologia constitui uma maneira de pensar o urbanismo a partir da tática (Certeau, 1994). Discute-se assim a construção de uma arquitetura que não trabalha a partir da matéria perene somente (constituída pela mínima infraestrutura para fomentar tais usos), mas das forças e movimentos que o qualificam como espaço imantado (Pape, 1968), como vazio magnetizado - ativado por elementos, dispositivos, corpos e práticas diversas em tensão permanente. A partir da presença e da vivência do espaço, compreender a complexidade de fluxos que nele operam e redinamizá-los, propor novos elementos e, portanto, outros movimentos - em um constante rearranjo da maneira como o espaço opera a partir do corpo e do afeto.

“A propriedade comum não passa simplesmente pelo Estado, passa pelo exercício que as singularidades fazem desse espaço comum, pela maneira de exercer esse espaço comum. (...) O comum é sempre construído por um reconhecimento do outro, por uma relação com o outro que se desenvolve nessa realidade.” (Negri, 2005, p. 6)

A partir dessa relação se constrói um significado compartilhado; afeto. Uma gestão compartilhada baseada no convívio cotidiano, no fortalecimento de vínculos; e uma atuação baseada na integração, inclusão, relação com as pré-existências, que se manifesta através de uma

reflexão em ação. Praticar democracia na contemporaneidade seria talvez retomar o conceito da ágora: espaço vazio onde há encontro entre corpos dispostos a redefinir seus limites pessoais e negociar constantemente o espaço comum. E depois de retomado, proteger este espaço dos valores e lógicas da cidade neo-liberal: território político fluido, um lugar praticado em permanente transformação, feito e refeito a cada relação, no qual as pessoas participam do desenho e da gestão cotidiana do espaço; onde há garantia do direito à cidade a todos e todas.

Diante de uma conjuntura de crise política, falta de reconhecimento, ineficácia do sistema de representatividade e esvaziamento do real significado de democracia, emerge de maneira sincrônica um desejo por participação dos processos de construção e gestão dos espaços públicos. Uma busca pelo direito que “não é simplesmente o direito ao que já existe na cidade, mas o direito de transformar a cidade em algo radicalmente diferente” (Harvey, 2011). A relação com a esfera pública no Brasil, com dificuldades enraizadas social e culturalmente, de alguns anos para cá vem se transformando; a noção de ágora passa a fazer sentido.

O recorte escolhido para investigar essas questões foi o baixio do viaduto Júlio de Mesquita Filho, na altura da Rua Major Diogo, no Bixiga, centro de São Paulo. Por muitos anos, o espaço permaneceu esquecido pela cidade formal, no entanto, historicamente passou por um processo de disputa de imaginário e apropriação - sutil, porém existente. Um intervalo - no tempo e no espaço, o baixio se configura como uma área de imprevisibilidade, sem funções determinadas - afinal, nasceu como resto, sem um propósito. Espaço não produtivo, que escapa do funcionamento e do controle da cidade-global, operando sob outras lógicas - e apropriado por atores que se favorecem dessas condições. Por essas razões, o Baixio *Libertas* se mostrou como o espaço ideal para estudar na prática a “arquitetura da liberdade e a experiência do comum”: um vazio, entre espaço em suspensão. Um território em diálogo constante entre diferentes atores e desejos, aberto, sem protocolo de controle das relações que o habitam. Um lugar de equilíbrio dinâmico, de sustentação da tensão criativa entre diferentes, que integra em movimento o que está separado.

Inserido no contexto do bairro do Bixiga, o viaduto rompeu seu tecido urbano e social: bairro que foi habitado na sua origem pelo quilombo Saracura (que deixou vestígios na presença da escola de samba Vai-vai e na vivência do corpo na rua), recebeu um grande número de imigran-

tes italianos, hospeda muitos grupos teatrais e atores culturais, e teve muitos de seus casarões transformados em cortiços. Esse contexto de pulsação de vida cultural e de rua não se refletia na ocupação do Baixio - espaço culturalmente desvalorizado, caracterizado pela precariedade e “informalidade”, habitado majoritariamente por moradores em situação de rua.

Em um determinado momento, o espaço, antes esquecido e invisível, passou a ser enxergado e disputado pela cidade formal. Foi lançado um Edital pela Subprefeitura da Sé em dezembro de 2015 que previa o desenvolvimento de projetos de parceria público-privada de duração de 10 anos para a requalificação urbanística e paisagística de uma área de 11,5 mil m² embaixo do viaduto. As propostas avaliadas deveriam compreender “o desenvolvimento de atividades de conveniência cotidiana, social, cultural ou educacionais.” Conveniência ou convivência?

Atuando a partir de um protocolo muito recorrente na reativação e revalorização de áreas urbanas pelo poder público, que terceiriza ao capital a gestão desses espaços da cidade, privatizando-as, criando usos exclusivos e gentrificando a região, o edital propunha repetir uma atuação histórica: o ato de passar a tabula rasa, de ignorar os usos e atores antes presentes no lugar, trazer o novo. E para além disso, abrir as portas para a especulação imobiliária, deixando de garantir a função social deste espaço, originariamente público. Após nenhuma inscrição e forte pressão dos atores da sociedade civil organizada, houve o cancelamento do edital.

O que se coloca em questão não é a requalificação urbanística e paisagística do espaço, porém os processos pelos quais essa transformação pode se dar. É fundamental ir além do modelo de delegar a gestão do espaço público a uma empresa privada para sua exploração comercial. Porém, quais os desafios de transformar e gerir tal espaço de maneira participativa, compartilhada entre diversos atores? Neste processo, os questionamentos se deram com relação à maneiras de propor uma transformação do espaço que incluísse aqueles que já o habitam, mas também abrisse a outros atores e públicos, democratizando o Baixio.

Ao longo da pesquisa, foi investigado como o conceito de liberdade se manifesta no Baixio *Libertas*, quais as ferramentas para instigar outras apropriações e como criar um sistema flexível que possibilite a existência de uma arquitetura da liberdade - conteúdo organizado em três capítulos. Para explorar tais questões, colocamos nossos corpos disponíveis para experienciar es-

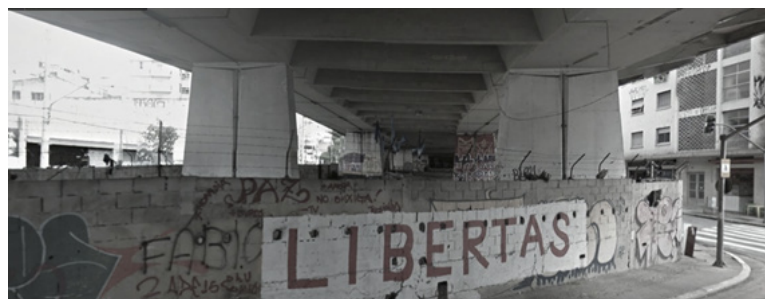


Imagem 1 - Vão livre do baixio do viaduto Júlio de Mesquita Filho, com a presença das infra-estruturas de morar

Fonte: autor

Imagem 2 - Baixio libertas (viaduto Júlio de Mesquita), antes da derrubada dos muros

Fonte: autor

ses enfrentamentos, nos colocando como mais um agente que negocia o espaço, interpretando-o a partir dos afetos - mas que também busca proteger o que é comum.

O primeiro capítulo “O Pensamento da Arquitetura da Liberdade” realiza uma revisão teórica do tema abordado, inserindo a pesquisa no contexto geral do pensamento da arquitetura e trazendo a relevância e atualidade do tema diante da discussão da arquitetura e urbanismo contemporâneos. Para que o estudo sobre o comportamento e espaço livre seja desenvolvido de maneira ampla, porém igualmente aprofundada, foram criadas relações no campo expandido da arquitetura e urbanismo, mobilizando noções como *terrain vague* de Solá Morales, *apropriação* de Guilherme Wisnik, *comportamento livre* de Hélio Oiticica, *arquitetura-suporte* de Igor Guatelli, e a idéia de *liberdade* materializada nos projetos de Lina Bo Bardi.

O capítulo intitulado “A Experiência do Comum: tática como estratégia projetual” aborda a metodologia de pesquisa, relatando um panorama do processo e detalhando os procedimentos adotados em campo, os recursos mobilizados, instrumentos e métodos de atuação - pautados

na noção de *tática* de Michel de Certeau e do *comum* de Antonio Negri. O projeto de pesquisa foi realizado dentro do contexto acadêmico: um trabalho de conclusão de curso em grupo, que engajou 6 outros estudantes de demais anos da Escola da Cidade. O método de trabalho foi uma proposição de vivência dos estudantes da práxis: um processo de investigação que dialoga com Situated Design e Permaculture Design. O capítulo é dividido em 3 aspectos norteadores da abordagem, complementares e simultâneos: reconhecimento das pré-existências, existência do grupo como ator do espaço, e coexistência cotidiana com os demais atores do lugar.

Por fim, o capítulo “Considerações Finais: (r) existências” apresenta as considerações finais do processo de pesquisa, as reflexões realizadas, as dificuldades encontradas no processo de investigação e os possíveis desdobramentos - no âmbito do ensino e prática de arquitetura e urbanismo, das estratégias de retomada dos espaços públicos e da construção do comum na contemporaneidade. Busca-se contribuir para alimentar outras perspectivas teóricas em torno da coprodução da cidade, se aproximando dos desafios presentes em processos participativos de ativação de espaços públicos - e sua decorrente gestão. As reflexões são trazidas como uma abertura da discussão, uma provocação para significar outros espaços e relações. O estudo do comum é então visto como uma estratégia fundamental para fornecer táticas, procedimentos e abordagens possíveis para uma leitura crítica e propositiva acerca da construção de espaços comuns e democráticos.

O pensamento da arquitetura da liberdade

No presente capítulo, realiza-se um aprofundamento crítico sobre a forma como a arquitetura foi historicamente estruturada enquanto disciplina, no sentido de descortinar possíveis referências para projetos abertos, que possibilitem a mudança e instiguem a apropriação e comportamento livre de seus usuários. Diante da concepção da arquitetura como sendo pautada pela organização, codificação, controle e determinação do espaço, exercitou-se pensar uma arquitetura que descondiciona - um suporte para usos espontâneos diversos, uma estrutura para possibilitar variações múltiplas. Desenhar o vazio, de forma a deixar emergir o indefinido, a imprevisibilidade. Aqui são estudadas abordagens e matrizes que abrem espaço para a diferença,

o outro, a participação, ao sujeito, contexto ao espontâneo (que surge do momento, do uso e ativação do espaço). Reflexões de uma outra arquitetura que buscam servir de contribuição acadêmica e profissional: formas de investigar, praticar e aprender projeto na contemporaneidade.

É possível dizer que a investigação do que constitui uma arquitetura de liberdade tem sido uma linha dentro do campo expandido da arquitetura e urbanismo desde 1947, com a construção do MASP da arquiteta Lina Bo Bardi, que a partir do desenho do cheio, cria o vazio para ser apropriado, como lugar ativado por situações. *“I would like people in general, and not only architects, to understand that architecture is not only what it looks like, but also what happens in it”* (Tschumi, 1980, s.p.). Tal abordagem focada no uso e ativação de estruturas é aprofundada nos anos 60 com os experimentos em participação no fazer artístico de Hélio Oiticica (“o comportamento, eis o que me interessa, como alcançá-lo a máxima liberdade”), Lygia Clark, Lygia Pape; e materializado na cidadela da liberdade (Fábrica do SESC Pompéia) em 1977.

Conforme Argan, em *História na Metodologia de Projeto* (1992, p. 02), o ato de projetar é, em uma primeira camada, a análise crítica do existente. O ato de projetar como atribuir valor ao que já existe: reconhecer o presente histórico e atuar a partir de um restauro crítico, como “uma capacidade de entender historicamente o passado, saber distinguir o que irá servir para novas situações de hoje que se apresentam a vocês [...] Na prática, não existe o passado, o que existe é o presente histórico” (Lina Bo Bardi apud Miranda, 1999, s.p.). No projeto do SESC Pompéia, ao manter grande parte da estrutura do galpão industrial existente, Lina aponta para uma possibilidade de atuação do arquiteto na contemporaneidade: fazer uso da apropriação, manobra do campo da arte (Wisnik, 2016), descobrir, imaginar e materializar novas relações e significados daquilo que existe. É lançada então uma provocação: o arquiteto que não mais projeta o espaço construído (cheio), mas constrói vazios, como aponta o depoimento de Lina sobre a visita de John Cage ao MASP:

“É a arquitetura da liberdade!”. Acostumada aos elogios pelo “maior vão livre do mundo, com carga permanente, coberto em plano”, achei que o julgamento do grande artista talvez estivesse conseguindo comunicar aquilo que queria dizer quando projetei o Masp: o museu era um “nada”, uma procura da liberdade, a eliminação de obstáculos, a capacidade de ser livre perante as coisas.” (Bardi, 2009, s.p.)

A transformação, pós ocupação e a apropriação dos usuários são parte do projeto - como um processo, algo que se faz no tempo. No entanto, o que se propõe aqui, vai além de construir o cheio que evidencia o vazio, mas sim reconhecer o vazio como espaço potencial na cidade existente. Um enfrentamento com o existente: transformar resíduo em potencial, tabu em totem. Não exercer um posicionamento modernista e utópico a partir da tabula rasa, do papel em branco, mas investir no direito de inventar uma nova cidade a partir do real - e através desse gesto projetual, construir uma cidade onde o espontâneo e a indeterminação possam existir.

O contexto escolhido para evidenciar tal questão é uma situação recorrente na cidade contemporânea: os baixios de viaduto, espaços residuais gerados pelas infra-estruturas rodoviaristas. Estes vazios, espaços-entre, surgem como espaço sem fim, e portanto, completamente livres. *“Where there is nothing, everything is possible (...) the void has the meaning of a mutable stage of human life”* (Koolhaas, 1985, s.p.). O vazio na cidade contemporânea é traduzido no conceito de *terrain vagues* (Sola-Morales, 1995): territórios de incerteza e indefinição, de movimento e oscilação constantes; vazios, porém expectantes - com potencial latente. Espaços esquecidos pelos circuitos de eficiência e estruturas produtivas da cidade global, porém promessas de outros mundos possíveis.

Desenha-se ao longo do processo de pesquisa uma arquitetura do vazio: flexível, que possibilita diversos desdobramentos, significações, modos de usar e se apropriar, em transformação

por diferentes atores ao longo do tempo - um suporte potencializador de comportamentos livres e criativos. “É o imutável que cria condições para a transformação, é o permanente que liberta o temporário, como diz Bernard Leupen. E é a soma entre esse suporte que pode ser inventado pelo(a) arquiteto(a) e os diversos momentos de sua existência, distante das mãos de quem o concebeu, o que constitui a potência de uma arquitetura da liberdade” (Maciel, 2015, s.p.). Admite-se a ambiguidade e a possibilidade do contra-dizer do uso imaginado e do que emerge. Uma arquitetura sem fim: sem utilidade pré-determinada e que nunca está acabada, pois se dá em experiência. Uma arquitetura do porvir.

Pensar uma arquitetura que não é de propriedades, mas de capacidades; como um acontecer. A noção de arquitetura-suporte: espaço que existe na medida em que é ativado, coexiste com as práticas que o caracteriza. Qualificar o espaço entre, de maneira a unir os planos horizontais que lá estão e criar um vazio magnetizado: “no vão livre, temos um vazio impregnado de possibilidades ao ser humano: o ócio, o lúdico, o afeto” (Perrotta-Bosch, 2013), espaço imantado (Pape, 1968), definido por intervenções sutis com elementos que incitem outras práticas e deem suporte a elas. Buscou-se então trabalhar com uma estrutura mínima que possibilitasse movimento e transformação ao longo do tempo: com baixa codificação, aberta, que possa ser praticada de diversas formas. Um projeto que cria condições para que se dê um lugar praticado (Certeau, 1994), maleável programaticamente, que coloca limites para serem esgarçados; não define e impõe um padrão de comportamento, mas convida a múltiplas apropriações, oferecendo a cada percepção um percurso possível. Uma estrutura que, juntamente com as práticas realizadas ao longo do processo de pesquisa descritos no capítulo seguinte, instiga o surgimento de um espaço libertário, democrático e inclusivo.

A experiência do comum: tática como estratégia projetual

Em uma sociedade em que os limites não são negociados, mas sim estabelecidos; onde as narrativas dominantes são do funcionalismo, eficiência, disciplina e controle; onde não há flexibilidade, relação, empatia, mas sim uma cultura da privatização, individualização e competição, é preciso, além de construir espaços, instigar outros comportamentos para criar uma arquitetura de fato livre. Neste caminho, práticas alternativas

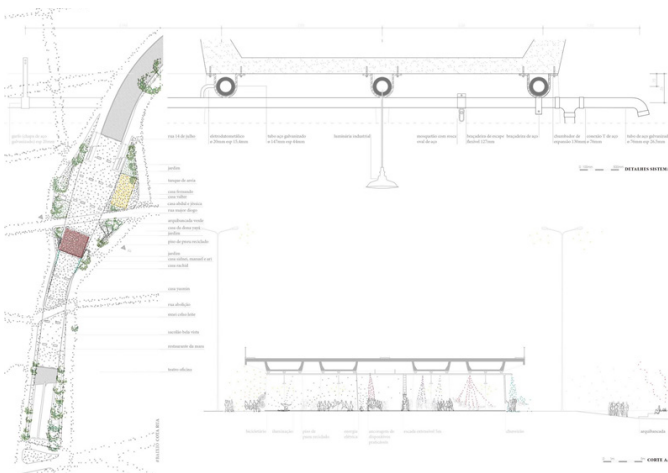


Imagem 3 - Projeto de infraestrutura mínima para fomentar uma arquitetura da liberdade

Fonte: autor

de retomada do espaço público vem instigando a retomada dessa noção de “público” desde a crise econômica de 2011, pautadas no uso como proposição. Práticas micro de arquitetura efêmera, centros sociais autogeridos, urbanismo tático e iniciativas bottom up propõe uma transformação cultural a partir de valores como cidadania ativa, autonomia, cooperação e cuidado - fomentando assim a constituição do comum. *“Restituir à base da cultura, quer dizer à vida quotidiana dos homens, a consciência da força enorme da qual é dotada a vida mesma significa redistribuir essa força ao uso. Tal como por Lina Bo Bardi, também por Hélio Oiticica a tarefa do artista não consiste em criar objectos ou imagens fixas, mas de propor practicas, de sugerir «usos possíveis dos espaços criados, deixando-os abertos a todas as propostas por parte dos utilizadores ou, simplesmente, dos passantes. Espera do público performances, deixa espaços vazios para que elas aconteçam”* (Martucci, 2009, s.p.).

Para além do projeto dessa arquitetura de suporte, a pesquisa percorreu um caminho de vivência cotidiana do espaço e proposição de práticas ativadoras que instigassem o imaginário do lugar, fazendo uso de táticas de dinamização e magnetização do vazio. Uma metodologia de reflexão em ação: estar no espaço e agir em resposta a ele, deixando-se atravessar por afetos. Uma prática projetual inspirada nos princípios do Permaculture Design e na metodologia do Situated Design, que simultaneamente reconhece os elementos pré-existentes, propõe uma existência no espaço através do corpo e coexiste no tempo com os atores, criando um lugar praticado (Certeau, 1994). *“Improvisar é seguir os modos do mundo à medida que eles se desenrolam, e não conectar, em retrospecto, uma série de pontos já percorridos.”* (Ingold, 2012, s.p.)

Pré-existências: lugar

A primeira etapa da metodologia criada foi perceber e reconhecer as pré-existências, para então dialogar com elas e recompô-las, de maneira a gerar outros imaginários e narrativas. Habitando o espaço cotidianamente, foi possível perceber os fluxos, forças e desejos se manifestando através de demarcações no território, elementos materiais que materializam limites e estabelecem novos espaços. Dessa forma, percebemos a necessidade de um processo simultâneo, no qual nossa ação no território se dá de maneira tática, em resposta às dinâmicas pré-existentes. Perceber, reconhecer, se relacionar com os limites; e então tensioná-los.

“A tática é movimento. Ela opera golpe por golpe, lance por lance. Aproveita as “ocasiões” e delas depende (...) Este não lugar lhe permite sem dúvida mobilidade, mas numa docilidade aos azares do tempo, para captar no vôo as possibilidades oferecidas por um instante. (...) sem lugar próprio, sem visão globalizante, cega e perspicaz, como se fica no corpo a corpo, sem distância, comandada pelos acasos do tempo, a tática é determinada pela ausência de poder assim como a estratégia é organizada pelo postulado de um poder.” (Certeau, 1994, p. 100)

Propõe-se um fazer arquitetônico através de outras estratégias (no caso, táticas); metodologias e linguagens diferentes dos mecanismos de participação convencionais e do ensino de projeto que impera nas academias contemporâneas. A criação de situações dá-se como uma ferramenta projetual que alimenta outros imaginários para o espaço, instiga sua apropriação e a retomada de seu caráter público - envolvendo tentativas de mobilização, através de eventos temporários que recharacterizam o lugar. Fazer emergir a potência latente no espaço através de um corpo disponível e de uma escuta ativa: posição que oscila constantemente entre atenção e relação.

Existência: práticas

Através de práticas corporais coletivas realizadas semanalmente com o grupo de trabalho, foi aberto um espaço dentro do espaço e conquistada certa legitimidade e confiabilidade para ocupá-lo - através dos vínculos criados com os habitantes do lugar. Quando começaram as práticas no Baixio, este era um espaço de certa maneira estabelecido e homogêneo - havia uma predominância do uso de espaço para morar, aspeto que afastava demais usos. Apesar de outros grupos terem se apropriado do espaço nos últimos anos e estarem cultivando essa pluralidade (como o grupo Terreyro Coreográfico, que atua no espaço desde 2014), no momento em que o grupo se aproximou, estes não estavam mais usando-o com frequência. Colocamo-nos como mais um ator do espaço, dando continuidade a esse movimento de abertura, dinamizando-o: o lugar, seus movimentos e imaginários - criando um novo espaço dentro do espaço a partir da presença dos nossos corpos, e evidenciando seu caráter público. A fricção era evidente, e despertava curiosidade e outras possibilidades de relação com o espaço. Esse processo de reconhecimento do lugar: *“se debería convertir en una oportunidad tanto para la calidad de los resultados de investiga-*

ción como para el enriquecimiento de la propia reflexión, abriendo la puerta a un escenario de disolución de la dicotomía sujeto-objeto, al modo en que recientemente viene intentando la teoría no representacional – con aportaciones concretas para el caso de la geografía (Thrift, 2007) y los estudios urbanos– y la investigación performativa.” (Buitrago, 2010, s.p.)

As práticas poético-sensíveis de percepção do Baixio, instigavam um comportamento livre: um convite a biopotência, entendimento do corpo como auto produção, auto poiesis, potência de vida dentro de um sistema que o controla. Através de práticas coletivas de expressão corporal e exploração espacial, o corpo era convidado a se expressar como potencialidade criadora de diferença de transformação. As situações sugeriam outros usos possíveis, abertos a interação dos passantes; e foi através do movimento dos nossos corpos no espaço que tensionamos os limites estabelecidos, mapeando e questionando os espaços de repulsão e atração dos corpos.

Coexistência: lugar praticado

“Architecture means to visualize the genius loci and the task of the architect is to create meaningful places, whereby he helps man to dwell. (...) his existence depends on belonging to places.” (Norberg-Schulz, 1980, p.130) Buscamos explorar maneiras de criar experiências significativas, que produzam identificação e reconhecimento com o espaço e com a cidade e despertem um sentimento de pertencimento, que por sua vez se manifesta no cuidado com o lugar. Entende-se que para reclamar a esfera pública, não basta criar um espaço, mas também é preciso alimentar seu imaginário, seu caráter comum, através de elementos que produzam novas relações e afetos. Para isso, além das práticas corporais coletivas, realizamos no Baixio eventos, buscando nos aproximar dos atores do espaço (existentes e potenciais), articulando o tecido social rompido com a construção do viaduto e despertando as pessoas para as potências do espaço. Através de situações de caráter efêmero, buscamos engajar uma multiplicidade de atores para exercitar um espaço de coexistência e tolerância: os moradores do próprio Baixio, as crianças de escolas próximas, moradores e grupos culturais do bairro.

Para construir tal espaço heterogêneo e inclusivo, foi necessário o “redesenho das condições participativas no processo de formulação da vida pública” (Rena, 2015, p.168), baseado essencialmente nas relações cotidianas. Conhe-

cer as pessoas, inventar e sustentar certa intimidade (Dunker, 2016) - e agenciar tais públicos e limites do espaço *in situ* foram ferramentas de um urbanismo sutil e de uma prática de cuidado com o espaço e com o outro.

Através de uma postura aberta e corpos disponíveis para perceber e se relacionar com o outro, a membrana de relação tornou-se mais flexível e permeável, possibilitando a criação de um campo empático e de intimidade. A frequência de uso sustentou essa conexão, promovendo convivência e confiança, tecendo relações e tornando as negociações e agenciamentos mais flexíveis - ou pelo menos, mais sinceros e com maior possibilidade de diálogo por haver afeto. Além disso, percebemos que é fundamental a abordagem de chegar no lugar aberto, sem roteiro ou expectativa, para uma delimitação momentânea de um espaço para o encontro e para o inesperado, para as relações. A partir de um convite em uma linguagem acessível e de uma estética do familiar (falar a mesma língua), com elementos de um certo imaginário coletivo, com signos já assimilados, foi possível construir momentaneamente espaços de troca e de afeto. Pensando nisso, realizamos eventos como café da manhã, samba de roda, xadrez humano...

“The events were particularly successful in getting people to meet, overcome the stultifications of shyness, begin to listen to one another, and build and transmit excitement. (...) These events provided a space for a range of people from many different backgrounds to experience ‘being-in-common’ (Gibson-Graham, 2003, p.24)

Após 3 meses de vivência cotidiana no Baixio, outros atores passaram também a disputar o espaço, reorganizando seus fluxos e elementos. Depois de um processo gradual de abertura e aumento da permeabilidade do espaço, o lugar, que antes era ocupado majoritariamente por moradores de rua, carros estacionados, e por nós, em outubro passou a ser ocupado também por grupos de meninos e jovens que iam jogar futebol durante a semana, à noite e aos finais de semana - e demarcaram seu espaço pintando com tinta uma quadra no chão.

Tal acontecimento reafirmou uma sequência de ações que iniciou a experiência do comum no Baixio do Viaduto Júlio de Mesquita. Este novo uso respondeu aos nossos anseios de diversificar os usos do espaço, no entanto, aconteceu através de uma forma agressiva com as pré-existências do lugar - definindo limites rígidos e impondo demarcações através do poder. O espaço, que antes era de certa forma homogêneo, agora ha-

via sido dinamizado - os movimentos se transformaram, juntamente com os códigos e limites. No entanto, as custas do que? Expulsando os que lá viviam e ameaçando-os pelo bem do “coletivo”? Que coletivo é esse no qual se exclui o outro? Como demonstrar a necessidade de tolerância e respeito?

Diante disso, se tornou clara a necessidade de atuar de forma a demonstrar os limites para tal ocupação, dinamizar os fluxos do espaço, novamente na tentativa de negociar o espaço, buscar o equilíbrio - impedir sua privatização, fixação, definição. Através da nossa presença no espaço e da articulação com outros atores do bairro, reafirmamos a necessidade de coexistir no espaço. Em sequência, o grupo do Terreyro Coreográfico voltou a frequentar o espaço, desenvolvendo uma sequência de atividades e colocando-se como mais uma força de disputa do espaço.

Percebeu-se então que o espaço de participação e construção coletiva do Baixio não funciona através de canais formais e institucionalizados, porém, em embates *in situ*, corpo a corpo, atuando sobre o lugar em tempo real, simultaneamente a outros atores e forças. A gestão do espaço se dá de maneira autônoma, em escala micro, próxima da vida cotidiana, escapando de lógicas de controle e determinação que operam através do biopoder. A garantia da permanência e a apropriação do espaço se dá através da frequência, do cultivar, da presença, do habitar.

Após o processo de pesquisa, compreendeu-se que houve uma transformação significativa do imaginário e dos usos do Baixio: o objetivo de fertilizar o espaço, atraindo outros atores, foi de fato alcançado, estabelecendo no vazio um espaço imantado, caracterizado por relações democráticas - de conflito e afetos. O conhecimento e ação produzidos foram em direção a experimentar abordagens de reconhecimento do espaço e das relações que o habitam (e em potencial) e caracterizam, mas também métodos de agenciar tais singularidades. A noção de negociação neste espaço é levada ao extremo, onde o efêmero e o afeto têm papel fundamental.

Considerações finais: (r)existências

“Creio que devemos pensar a resistência em um sentido positivo, ou seja, como uma ação criativa, uma idéia emancipadora, questionadora, potencializadora de diferenças. (...) uma diferença profunda, conceitual, capaz de alterar ou expandir de maneira muito significativa nossa

compreensão sobre algo existente.” (Guatelli, 2008, s.p.)

“Acredita-se que tais práticas em escala micro, constituem, por si só, meios de resistência. São ações moleculares, que atuam nas frestas e interstícios do tecido urbano espetacularizado, mas que podem representar importantes pontos de partida para novos entendimentos do espaço enquanto corpo vivo a ser impresso e modificado pela ação humana de forma colaborativa e participativa, na constituição de ações micropolíticas que englobem o espaço urbano numa construção comum.” (Rena e Bruzzi, 2014, p.169)

Ao longo dos seis meses de pesquisa, foi feito do espaço do Baixio um laboratório: ensaio em processo, espaço de teste e investigação, tentativa e erro. Uma abordagem tática, de experimentar com o corpo, propor, e então entender o impacto e apropriação da ação: como o novo elemento ressoa no espaço e cria outras dinâmicas e relações. Sugere-se outra prática projetual; que aproxima pensar e agir; que percebe e transforma o espaço a partir de seu próprio corpo, mas que também busca criar algo comum, que acolha a multiplicidade de singularidades. Um projeto que dialoga essencialmente com as pré-existências: não constrói do terreno limpo, mas se apropria de *terrain vagues*, espaços residuais existentes, e os ressignifica a partir de intervenções pontuais (infra-estrutura mínima que qualifica o vazio).

Através da arquitetura da liberdade - do desenho da mínima infra-estrutura que possibilita diversas apropriações, e da sugestão de práticas e usos alternativos do espaço, admite-se a ambiguidade ao colocar-se como propositor-universal-comum e ator-sujeito; ao criar regras e propor comportamentos, mas também incitar a liberdade para subvertê-los. A contradição é visível no contraponto do desenho diante do lugar praticado independentemente. Busca-se uma maneira de agir mais inclusiva que trabalha com o programa, não determinando usos contínuos, porém múltiplos em diversos tempos com diversos públicos - abordagem que exige a vivência do espaço em momentos diferentes, e o agenciamento de seus elementos e atores.

Foi realizado um roteiro de perguntas que orientou o reconhecimento das pré-existências e das camadas a serem agenciadas: Quais as maneiras de se relacionar com as pessoas e com o espaço? O que pode e o que não pode em termos de comportamento? Qual o imaginário e as sensações que habitam esse espaço? Quais as memórias e o imaginário coletivo que o caracterizam? Qual a relação que as diferentes pessoas do

bairro têm com esse lugar? Quais os elementos materiais que definem limites e apropriações? Quais os territórios proibidos, limites e lógicas invisíveis? O que atrai e o que repele diferentes pessoas a usarem este espaço? Quais os interesses e desejos que as pessoas tem para esse espaço? Como cada um poderia se apropriar deste espaço (a partir do olhar de necessidades e potências)? Quais as singularidades que poderiam ser agenciadas? Como criar uma nova narrativa e significado para o espaço?

Aqui se desdobram algumas ferramentas que caracterizaram o conteúdo das ações, a partir de práticas comuns e comportamentos corriqueiros, mas que colaboraram para criar um campo de relação e magnetismo: pedir a vassoura emprestada para limpar o espaço antes de fazer a atividade no bar da esquina, dar bom dia e chamar passantes para a atividade, fazer um café da manhã na rua, investigar as memórias e o imaginário coletivo, fazer um samba, propor atividades lúdicas que instiguem a participação das crianças (que por sua vez, trazem os pais), realizar reuniões e articulação com instituições próximas, trazendo tais redes para também se apropriarem do espaço (escola, centros culturais), realizar um evento e envolver atores locais (pedir ajuda aos marceneiros e serralheiros para participar da construção da instalação, chamar comerciantes para vender seus produtos), realizar um encontro para reunir pessoas para pensar ações para o espaço, cobrar da prefeitura a zeladoria (limpeza, manutenção)...

A partir de tais experiências, percebeu-se que seria fundamental trabalhar com estratégias de comunicação e engajamento dos atores, dispositivos de atração e estabelecimento de vínculos, para criar novas apropriações, sentimento de pertencimento e cidadania ativa. Considerando que existem desejos e intenções individuais e coletivas, a articulação do tecido social para construção do comum se pautou a partir da relação afetiva cotidiana e de ações que instigaram sua aproximação, magnetizando o espaço. Reconheceu-se o afeto como projétil, imaginação de futuro que atravessa o espaço e o tempo, articulando pessoas em seu lançamento. Para além disso, a afirmação e comunicação do espaço como sendo vazio, livre e aberto a múltiplas apropriações, convida à aproximação de atores e usos diversos - no entanto, não garante essa avizinhação. Por isso, outra tática foi fazer uso de dispositivos ativadores, como música, comida, abrigo (atividades que se relacionam com práticas da cultura local); e o uso de uma linguagem acessível e estética do familiar, trabalhando com elementos que habitam

o imaginário coletivo, usando signos e símbolos já assimilados pelas pessoas deste contexto, atraindo-as para usar o espaço. Trabalhar com aquilo que é estranhamente familiar; traz para perto pela proximidade, mas cria dobras, curiosidade, estranhamento - leva a um outro lugar.

Por meio de tais atividades de relação e ativação do espaço, foram criadas memórias afetivas: momentos significativos, de criação de vínculos, que fomentaram identificação, reconhecimento e pertencimento com o lugar e as pessoas. A criação de intimidade, que se deu com a postura dos corpos - disponíveis, abertos para se relacionar com o diferente, com o outro, flexibilizou as relações, criando uma outra dinâmica de negociação do espaço e seus limites. Não se pode negar que espaços de participação, construção coletiva e tomada de decisões formais são importantes (inclusive, propusemos o Fogo do Conselho, encontro para reunir pessoas interessadas em participar do processo de gestão compartilhada do Baixio), porém, percebeu-se que as relações (informais) entre tais singularidades realizam de maneira muito mais efetiva essa construção. O convívio cotidiano entre as pessoas, que agora se conhecem e trocam de maneira direta, se mostrou como ferramenta fundamental de gestão e experiência do comum.

O processo de investigação passou por dificuldades relacionadas principalmente no engajamento dos moradores do bairro e outros atores, uma vez que foi necessário romper barreiras de preconceito culturais, desconstruindo narra-



Imagem 4 - Sarau do baixio: prática de ativação do espaço que evidenciou o vazio magnetizado, espaço entre imantado

Fonte: autor

tivas dominantes de marginalização da pobreza e da postura do cidadão como consumidor e não coprodutor da cidade. No entanto, a aproximação destes outros atores (como os treinadores de futebol) mostrou ser fundamental para fomentar dinâmicas de cooperação, troca e respeito pelo espaço do outro: a construção de práticas de liberdade, resistir ao discurso do ódio, da violência, competição e privatização.

Após a constituição desta zona autônoma temporária perguntou-se: como sustentar este movimento? É interessante perceber que, inclusive após a pesquisa ter terminado, em maio de 2017, foi realizada a primeira reunião institucional de moradores e atores do bairro para discutir a gestão do Baixo Libertas, com pessoas de iniciativas diversas (grupos artísticos, treinadores de futebol, músicos do maracatu, representante do jornal do bairro...). Durante a reunião, foi formado um grupo gestor diverso e plural, com corpos disponíveis e empáticos, reafirmando a dinamização e fertilização do espaço ao longo deste tempo de trabalho e desdobrando caminhos de continuidade deste movimento.

Considerando os enfrentamentos e experiências vividas durante o processo de pesquisa, concluiu-se que uma aproximação sensível do espaço e seus atores, e o uso cotidiano (práticas na escala micro) podem de fato contribuir para ativar espaços residuais na cidade contemporânea, respondendo a desafios da retomada do público e constituição do comum através de processos participativos e de gestão compartilhada destes espaços. Uma ferramenta possível para garantir coprodução da cidade, o direito à cidade e a proteção do comum - impedir que o espaço aberto e a relação entre as singularidades sejam definidos pelas formas de operar vigentes no resto da cidade neo-liberal.

Bibliografia

- Bardi, L. (2009), Uma aula de arquitetura, in Silvana Rubino e Marina Grinover (org.), *Lina por escrito*, São Paulo: Cosac Naify, 166.
- Britto, Fabiana Dultra, e Paola Berenstein Jacques, eds. (2010), *Corpocidade: debates, ações e articulações*.
- Buitrago, Á. (2010), Urbanismo, biopolítica, gubernamentalidad: vida y espacio en la renovación de los estudios urbanos, *Boletín CF+S*, 44, 41-49.
- Corsini, L. (2007), *Bipolítica, biopoder, e o deslocamento das multidões*, Disponível em: <<http://www.ihu.unisinos.br/entrevistas/10015-bio>

[polit-ica-biopoder-e-o-deslocamento-das-multidoes-entrevis-ta-especial-com-leonora-corsini](http://www.ihu.unisinos.br/entrevistas/10015-bio-polit-ica-biopoder-e-o-deslocamento-das-multidoes-entrevis-ta-especial-com-leonora-corsini)>

- Certeau, M. (1994), *A invenção do cotidiano: artes de fazer*, Petrópolis, RJ: Vozes.
- De Oliveira, O. (2002), *Lina Bo Bardi: obra construída*, Gustavo Gili.
- Duarte, P. (2016), *O elogiável risco de escrever sem ter fim*, Folha de S.Paulo Ilustríssima.
- Dunker, C. (2016), *Vida pública, vias privadas e a erosão da intimidade*, CórteX, Disponível em: <<http://www.fluxo.net/tudo/2016/9/7/cortex7-christian-dunker>>
- Gibson-Graham, J. (2003), An ethics of the local, *Rethinking Marxism* 15.
- Guatelli, I. (2008), *Entrevista 035.01*, Vitruvius.
- Heidegger, M. (1971), *Building dwelling thinking*, Martin Heidegger, Poetry, Language.
- Ingold, T. (2012), Horizontes Antropológicos, *Porto Alegre*, ano 18, 37, jan./jun.
- Jacques, P. (2008), Corpografias urbanas. *Vitruvius*, Arqtextos 8, Disponível em: <http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arqtextos/08.093/165>
- Koolhaas, R. (1985), Le contexte, la splendeur terrifiante du XXe siècle. *L'architecture d'aujourd'hui*, April, 238.
- Maciel, C. (2015), *Muito além da sombra do viaduto*, Arq Futuro, Disponível em: <http://arqfuturo.com.br/frontend/home/post/1170>
- Martucci, E. (2009), *Um caminho de liberdade*. Docomomo, Disponível em: http://www.docomomobahia.org/linabobardi_50/7.pdf
- Miranda, D. (1999), *Cidadela da Liberdade*, INSTITUTO LINA BO E P. M. BARDI, São Paulo, 132.
- Negri, A. (2005), *A constituição do comum*, Conferência inaugural do II Seminário Internacional Capitalismo Cognitivo–economia do conhecimento e a constituição do comum, Tradução de Fabio Malini, Rio de Janeiro.
- NEXO Jornal, *Direito à cidade: um conceito para se pensar o Brasil hoje*, Podcast 41. 2016, Disponível em: <https://soundcloud.com/nexo-jornal/direito-a-cidade-um-conceito-para-se-pensar-o-brasil-hoje>
- Norberg-Schulz, C. (1980), *Genius loci: Towards a phenomenology of architecture*, Rizzoli.
- Oiticica, H. (1969), *The Senses Pointing s a New Transformation*, 0486.69, 4.
- Perrotta-Bosch, F. (2013), *A arquitetura dos intervalos*, Serrote #15, Disponível em: <http://www.revistaserrote.com.br/2013/12/a-arquitetura-dos-intervalos-por-francesco-perrotta-bosch/>

- Rena, N. (2015), *Processos criativos biopotentes constituindo novas possibilidades de constituição do comum no território urbano*, Lugar comum, Disponível em: http://uninomade.net/wp-content/files_mf/1426309376Revistacompletan.%C2%BA43.pdf
- Sperling, D. (2006), *Corpo + Arte = Arquitetura*, As proposições de Hélio Oiticica e Lygia Clark, Revista do Fórum Permanente.

Brincando com pneus. Uma área de lazer na Associação do Loreto com a participação de todos

Jussara Nogueira^a, Rebeca Batista^b

Resumo

Este trabalho objetiva apresentar a experiência vivenciada por alunos do Curso de Arquitetura e Urbanismo, da Universidade Estadual do Maranhão na construção de um parque de pneus na Associação Nossa Senhora do Loreto, em São Luís, Maranhão. Foi utilizada a metodologia participativa como principal instrumento na idealização e na construção do parque, debatendo em como a participação resulta na construção de um projeto que busca a apropriação maior do espaço por parte dos usuários, ao se sentirem coautores, ressaltando também, o entendimento do papel social do arquiteto no acesso da arquitetura a todos.

Palavras-Chave

Metodologia participativa, Parque de Pneus, Sustentabilidade

Abstract

This article presents an experience lived by students of Architecture and Urbanism course of State University of Maranhão in the construction of a tire park in Nossa Senhora do Loreto Association, in São Luís, Maranhão. The methodology participative was used as the main instrument in the design and construction of the park, debating how a participation results in the construction of a project that seeks a greater appropriation of space by the users, in a sense of co-authors, also emphasizing the understanding from the social role architect in the access of architecture to all.

Keywords

Participative methodology, Tire park, Sustainability

Introdução

Este artigo visa relatar o trabalho realizado por estudantes de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Estadual Maranhão junto a Associação Nossa Senhora do Loreto. O produto final foi um Parque de Pneus. Esse trabalho utilizou a metodologia participativa como parte integrante e essencial para o êxito, com a construção de um espaço idealizado pela comunidade e pelos alunos do curso de Arquitetura e Urbanismo.

A motivação se deu decorrente do entendimento sobre o arquiteto e urbanista que possui habilidades necessárias para a construção e manutenção do espaço, onde através dele, consegue disponibilizar algo que contribuirá com o bem-estar de toda a comunidade. Além disso, a utilização da metodologia participativa, se fez necessária para que se construísse um espaço de vivência coletivo, onde pudessem se apropriar do projeto e do parque, cuidando e mantendo o espaço.

A construção foi marcada pela presença essencial da comunidade, na área onde se locali-

za a Associação Nossa Senhora do Loreto, que se fez presente da concepção projetual, execução de oficinas e palestras educativas que visavam a conscientização ambiental e construção do parque de pneus. O material utilizado, os pneus, foram escolhidos a partir da percepção de que eles apresentam vida útil extensa, enquanto são despejados após sua utilização, causando impactos ambientais no espaço. Assim, foi pensado na construção de um espaço que pudesse não só influenciar o lazer de uma comunidade, mas também com a criação de uma consciência ambiental, a partir do papel do arquiteto, atrelado a metodologia do projeto participativo.

Ao longo da pesquisa, o conhecimento da metodologia participativa no projeto de arquitetura foi essencial para que o resultado final fosse obtido, com seu entendimento e conhecimento de técnicas de projeto. O processo de elaboração e construção do parque resultou em um projeto que agradou a todos, também como parte da formação de novos arquitetos e urbanistas.

^a Doutoranda em Urbanismo, Universidade de Lisboa. Email: jussara@deurb.com.br

^b Graduada em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Estadual do Maranhão. Email: rebecagomes115@gmail.com.br

A participação no projeto da arquitetura

A participação “tem origem da palavra parte, que consiste em “fazer parte”, “tomar parte” ou “ter parte”, as três condições caracterizando níveis diferentes de participação e envolvimento (...) O ideal para a democracia participativa seria os cidadãos tomarem parte, se sentirem parte de algo e realmente ter parte legítima para construírem algo em conjunto da qual sintam que fazem parte.” (Pinheiro, 2016, s.p.). A participação, dentro do projeto de arquitetura, visa o envolvimento da comunidade com aquilo que será projetado.

As metodologias de projeto existentes, refletem em um profissional de arquitetura que é distanciado do sujeito a quem projeta, parte devido a um entendimento errôneo que o projeto não passa de um objeto, sem entender que isso irá influenciar ativamente a vida de outro sujeito. Esse entendimento, gerado principalmente por uma mentalidade individualista, onde se enxerga o projeto apenas como mercadoria, reflete principalmente na vida daqueles que possuem poucas condições de escolha, como habitações sociais, onde são pensadas a atender um estilo de vida diferenciado do real.

Nesse contexto, o projeto participativo visa agregar o desejo da comunidade com o conhecimento técnico do arquiteto, sendo uma troca de informações e escolhas constantes, que visam, além de construir um projeto que atenda a comunidade, um espaço que seja apropriado por aqueles que idealizaram e usufruirão.

Esse entendimento democrático busca que a decisão projetual passe pelas escolhas da maioria, que entende que a decisão pode não partir homogeneamente do grupo, mas que deve ser discutida e aceita por boa parte dele. Essas ações podem encontrar diversos entraves, inicialmente, como a mobilização da comunidade, que por vezes não se sente parte do processo; na existência de interesses conflitantes, quando há divisão de escolhas, cabendo diálogo e informações para que se possa chegar em um consenso; até mesmo pelo enfrentamento de uma linguagem comum, que com sua ausência pode distanciar a comunidade, por não entender o processo.

O papel do arquiteto e urbanista dentro da metodologia participativa, é o de contribuir para que a comunidade alcance um projeto que atenda as necessidades básicas, sejam elas ambientais, estruturais e até mesmo estéticas. O arquiteto possui um papel de consultor, onde vê o projeto como fruto de diversas mãos. Nesse entendimento, é necessário a expansão do projeto

participativo na construção de espaços que visem atender as necessidades das comunidades. Onde além de buscar exercer o papel social do arquiteto, ele entenda que pode ser realizado a construção projetual a partir de um processo democrático.

“No processo participativo, o usuário possui um papel ativo durante a elaboração do projeto. Não é apenas o fornecedor do programa de necessidades a ser atendido ou mero provedor dos recursos da obra. Não se trata de uma co-autoria do projeto, mas de uma participação presente ao longo de todo o desenvolvimento do mesmo.” (Lana, 2007, s.p.).

Dentro da metodologia participativa existem diversas técnicas que vão auxiliar o processo, sendo, de acordo com Noebauer (2016), os números de métodos participativos variados, levando a escolha dos arquitetos o método mais apropriado. Tem de se ter em conta que o método deve ser adaptável as faixas etárias das pessoas que irão participar, além do objetivo pretendido.

Como forma de subsidiar o processo, o método escolhido foi o “Poema de Desejos”, ou *Wish Poem*, denominado por seu criador, Henry Sannoff (Noebauer, 2016). Esse método se constitui na descrição do desejado pelo participante, onde pode ser expresso livremente através de escrita ou desenhos. O pontapé inicial se dá com a frase “Eu gostaria que o ambiente...”.

Com isso, o projeto do parque de pneus buscou se basear nos dois conceitos e, junto à comunidade, projetar um espaço de lazer para as crianças na Associação Nossa Senhora do Loreto.

Estudo de caso

O local escolhido

O Maranhão é o estado brasileiro com maior população de baixa renda do Brasil (IBGE, 2010), esses dados refletem na população de São Luís, a capital, que apresenta também uma segregação socio-espacial latente, onde locais de moradias são distanciados do centro da cidade, acarretando problemas de mobilidade, serviços de infraestruturas e aglomerações subnormais.

O local escolhido para a construção do parque de pneus, situa-se no bairro Jardim Lisboa, na periferia da cidade de São Luís, uma zona marcada pela divisa territorial com a cidade de São José de Ribamar. Próximo ao local, existe um hospital de urgência e emergência, o Socorrão II e Campus Paulo VI da Universidade Estadual do Maranhão, o que gera intenso fluxo.

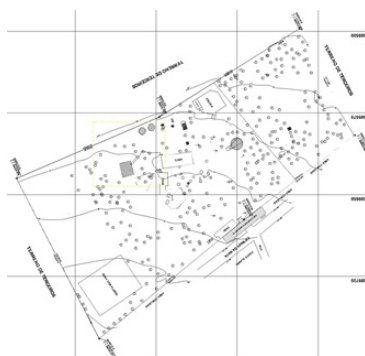


Imagem 1 - Localização Associação
Nossa Senhora do Loreto

Fonte: Autoras a partir do Google Maps

Imagem 2 - Planta topográfica
do parque - Local escolhido

Fonte: Autoras

Imagem 3 - Planta topográfica do parque -
Local escolhido próximo a Casa principal

Fonte: Autoras

O entorno da comunidade possui como características a densidade demográfica elevada, baixo índice salarial e características desiguais, frente a recortes sociais marcantes.

Os serviços de infraestruturas, como saneamento básico – abastecimento de água, esgotamento sanitário, coleta de lixo, como também pavimentação e áreas de lazer, são apresentados, mas de maneira precária, onde a população vive abaixo das condições de conforto relativamente às restantes áreas da cidade.

A associação Nossa Senhora do Loreto foi escolhida porque reúne famílias que moram próximas à região e conta com diversas atividades em prol da comunidade. No local são promovidos cursos capacitivos, abriga uma unidade escolar básica para as crianças e uma padaria que é mantida pelos colaboradores da associação. A associação atende cerca de 90 crianças que acessam a região no turno matutino e vespertino que, além da escola, possui um reforço gerido por educadores municipais e moradores.

A escola municipal não contava com uma área de lazer para os alunos, onde a estrutura da pequena casa com balanço não atendia à demanda e não garantia segurança, uma vez que se encontrava em péssimo estado de conservação.

O projeto do parque buscou à priori melhorar a qualidade de vida dos usuários da Associação Nossa Senhora de Loreto e moradores do entorno. Com o propósito de promover a integração da comunidade com o meio ambiente e consolidar o envolvimento da universidade com a comunidade, foram promovidas discussões e treinamentos multidisciplinares entre os alunos bolsistas e usuários da associação através de oficinas e palestras de caráter educativo, recreativo e ambiental.

Com um amplo espaço a ser usufruído, o local necessitava de uma assistência técnica para que pudesse ser utilizado da melhor forma. Entendendo a necessidade do local, além de enxergar que uma ação de construção do parque viria a

beneficiar a comunidade no geral, por visualizar a arquitetura como agente transformadora, a ação foi possibilitada pela FAPEMA - Fundação de amparo à pesquisa e desenvolvimento científico do Maranhão.

O local escolhido na associação se deu por indicação dos associados, por ser uma área já utilizada para as crianças jogarem futebol (possuía um campo improvisado no local). O local apresentava amplo espaço sombreado, sendo agradável para a utilização vespertina, além de ser ideal devido a topografia do ambiente.

O processo

O processo contou inteiramente com a participação da comunidade, como visto a seguir.

Imersão – A etapa de imersão foi necessária para que a comunidade enxergar o pneu como objeto possível de ser modificado para a construção desse novo espaço, além de imaginarem como queriam um parque que pudessem desfrutar.

Levantamento – As crianças puderam ser livres para escolherem seus brinquedos e como imaginavam que seria um parque ideal. Com a utilização de desenhos e entrevistas, representaram aquilo que imaginavam ser o ideal (Poema dos Desejos), uma atividade lúdica que foi etapa inicial do projeto. Essa ação gerou diversas

sugestões que foram utilizadas no projeto final, motivo de grande felicidade das crianças que reconheceram suas idealizações.

Debate – Com a utilização dos dados levantados e projetos de outros parques semelhantes, se buscou aproximar o contexto às crianças, para que entendessem o processo do projeto e se apropriarem do espaço.

Estudo Preliminar – Houve a concretização do que havia sido debatido em formato de layout inicial do parque.

Debate - Foi levado à comunidade que pôde opinar nos detalhes e escolherem como seria a disposição dos brinquedos previamente escolhidos por eles.

Projeto – Com todos os detalhes já definidos, a comunidade chegou com o processo final do projeto, onde serviu de motivação para as etapas posteriores de construção do parque.



Imagem 4 - Etapas do processo participativo

Fonte: Autoras

Ao apresentar o projeto para a comunidade, houve grande empolgação ao enxergarem aquilo que idealizaram e se prontificaram para participar do processo de construção. Os materiais foram adquiridos através do auxílio disponibilizado no projeto e foi dividido a construção de acordo com a quantidade de brinquedos idealizados.

Todas as etapas foram importantes para a concretização do projeto, onde elas puderam se sentir participantes e autoras do projeto, que serviu também para maior participação nas atividades da associação.

Desenvolvimento

Posterior a esse trabalho de coleta de informações, foram realizadas palestras sobre educação ambiental, com o objetivo de ensinar e conscientizar os moradores da região acerca da importância da preservação ambiental. O trabalho visava utilizar o projeto do parque também para representar a importância da consciência ambiental.

As crianças puderam associar o projeto do parque ao trabalho de preservar e reutilizar materiais descartáveis. O resultado esperado era que pudessem valorizar o parque como forma de cuidar do meio ambiente, elas puderam ouvir sobre lixo, reciclagem e até mesmo consumo consciente de água.

Resultados

Para que pudesse haver a colaboração de todos, os brinquedos foram divididos por nível de dificuldade de execução, deixando para as crianças menores o trabalho que não apresentasse risco para elas. Foram necessários 9 mutirões de construção. Nesse período contamos com a chuva, o que em alguns momentos dificultou o processo de construção, mas ao final pudemos apreciar a ajuda da comunidade e acadêmicos.

Foi utilizada a técnica de solo-cimento adquirida em sala de aula. Onde é um material alternativo de baixo custo, obtido pela mistura de solo, cimento e água, isso ajudou na construção



Imagem 5 e 6 - Palestra e momento de desenhos

Fonte: Autoras

Imagem 7 e 8 - Desenhos

Fonte: Autoras



Imagem 9 - Proposta inicial do parque

Fonte: Autoras

Imagem 10 - Palestra sobre consciência ambiental

Fonte: Autoras

Imagem 11 - Ensinando a lavar as mãos

Fonte: Autoras

dos brinquedos que necessitavam de maior reforço estrutural, sem a necessidade de mão-de-obra especializada.

Após a montagem dos últimos brinquedos, verificamos que os demais brinquedos e mobiliários apresentavam algum dano e constatado que não seguimos para a limpeza da área do parque, como retirada de folhas, pedras, galhos e qualquer outro empecilho.

Após a montagem dos últimos brinquedos, verificamos que os demais brinquedos e mobiliários apresentavam algum dano e constatado que não seguimos para a limpeza da área do parque, como retirada de folhas, pedras, galhos e qualquer outro empecilho.

Finalizamos a construção do parque onde realizamos a cerimônia de entrega do Parque Loretinho, no qual existem 06 modelos distintos de brinquedos e uma mini quadra de futebol. Fora isso, entregamos juntamente com equipamentos, lixeiras, canteiros, mesas e cadeiras, todos confeccionados com pneus.

Como resultado final, logramos o sucesso na elaboração de uma área de lazer sustentável para a associação, visto que os materiais utilizados não agridem o meio ambiente e com a devida manutenção, torna a vida útil do parque e seus brinquedos bem duradoura.

Além disso, a alegria e empolgação das crianças e associados que obtiveram um produto que se orgulharam de ter participado na construção. Ao final do projeto, pudemos nos agraciar com palavras de agradecimento que contribuíram para o entendimento do papel do arquiteto na prática, podendo exercer aquilo que ouvimos.

Conclusão

O saber da arquitetura e urbanismo altera a qualidade de vida da sociedade no geral, tanto em



Imagem 12 e 13 – Construção da passarela e limpeza de pneus

Fonte: Autoras

uma escala micro, na construção de melhorias das casas, como na escala macro, na intervenção da cidade. A facilidade de acesso se faz necessária frente a uma sociedade altamente desigual, pela busca de amenizar esse efeito socioeconômico.

Tal projeto serviu como oportunidade de intervenção do saber universitário, para a melhoria das condições locais de uma parcela da comunidade que não tem acesso ao serviço de arquitetura. Proporcionando uma alternativa de lazer seguro às crianças da associação. Em uma relação mútua de aprendizado, nós aprendemos na prática as etapas de uma obra e administração de imprevistos que nela ocorrem, fator de extrema importância para o nosso curso.

Além disso, os integrantes da associação, e mesmo os frequentadores, como as crianças, tiveram uma participação muito ativa em todas as



Imagem 14 e 15 – Utilização da técnica do solo cimento

Fonte: Autoras

Imagem 16 e 17 – Construção da escalada e equilíbrio

Fonte: Autoras

etapas de análise, projeto e construção do parque, o que fez todos se apropriarem do projeto e sentirem-se pertencente, um fator de extrema importância para a manutenção do parque, visto que o cuidado será mais criterioso.

Por fim, ao final de todo o projeto conseguimos ter a certeza do sucesso obtido e do aprendizado enriquecedor, o Parque Loretinho promoverá a qualidade de vida dos usuários da associação, bem como integração da comunidade com o meio ambiente, tornando-os agentes multiplicadores de todos os conhecimentos obtidos em prática e palestras educativas.

Bibliografia

- Carrilho, A. (2012), “DNA” *Arquitetônico: Conceitos de Design Aplicados ao Método para Reabilitação dos Espaços da Arquitetura*, Dissertação (Mestrado), Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Tecnológico, Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Florianópolis.
- CAU, Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil, (2012), *Lei de Assistência Técnica ainda não é realidade no Brasil*.
- De Carlo, G. (2005), “Architecture’s public”, in Jones, P., Till, J., Petrescu, D. (Eds.) *Architecture and participation*, Ebook, London: Routledge, pp. 20-30.
- DED/NAU (2013), *Participação da Comunidade em Processos de Desenho Urbano e de Ur-*



Imagem 18 – Placa na inauguração

Fonte: Autoras

Imagem 19 – Parque finalizado

Fonte: Autoras

Imagem 20 – Momento de inauguração

Fonte: Autoras

banismo, Levantamento e descrição de métodos e técnicas, Lisboa: Laboratório Nacional de Engenharia Civil.

- IBGE (2010), CENSO DEMOGRÁFICO, *Características da População e dos Domicílios*, Rio de Janeiro: IBGE.

- Lana, S. (2007), *O Arquiteto e o Processo de Projeto Participativo: o caso do RSV*, Escola de Arquitetura da UFMG, Belo Horizonte.

- Maricato, E. (1995), “Metrópole na Periferia do Capitalismo”, in Gonçalves, M. (org.), *O novo Brasil urbano*, Porto Alegre: Ed. Mercado Aberto, pp. 261-289.

- Matos, L. (2010), *Processo participativo de projeção em arquitetura: estudo de caso de uma oficina de projeto*, Dissertação (Mestrado), Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Centro Tecnológico, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

- Mello, W. (2011), *Proposta de um método aberto de projeto de produto: três alternativas de criação*, Dissertação (Mestrado), Escola Politécnica da Universidade de São Paulo, São Paulo.

- Noebauer, M. (2016), *A voz do usuário: métodos para processos participativos de projeto em arquitetura e urbanismo*, Universidade Federal de Santa Catarina, Santa Catarina.

- Pinheiro, J. (2016), *A inserção da metodologia participativa na prática do arquiteto e urbanista na contemporaneidade*, Arquitetura e Urbanismo, Universidade Estadual do Maranhão, São Luís.

- Pronsato, S. (2002), *Projeto participativo e criação coletiva*, São Paulo: FAUUSP.

Casas e a ocupação do Mercado Sul Vive. Desafios e abordagem do processo participativo para o projeto de revitalização do Mercado Sul de Taguatinga, em Brasília

Liza Andrade^a, Raíssa Gramacho^b, Gabriel Perucchi^c, Sacha Pereira^d,
Máwere Portela^e, Carmen Jimenez^f, Thalyta Fernandes^g, Igor Araújo^h, Victor Rochaⁱ,
Oscar Ferreira^j, Vanda Zanoni^k, Carlos Luna^l

Resumo

Este artigo apresenta a sistematização do trabalho do escritório modelo CASAS - Centro de Ação Social em Arquitetura Sustentável da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Brasília - realizado junto ao coletivo Mercado Sul Vive, uma ocupação cultural no antigo Mercado Sul de Taguatinga em Brasília, com o objetivo de apresentar o processo de projeto desenvolvido até o momento com o envolvimento da comunidade para promover a revitalização do espaço e discutir os desafios e novas abordagens dos processos participativos. Nos resultados, apresentam-se diretrizes para ressignificação dos espaços com soluções emergentes na forma de padrões espaciais e de acontecimentos.

Palavras-Chave

Ocupações, Mercado Sul Vive, Participação, Sustentabilidade, Brasília

Abstract

This paper summarizes the work of the CASAS Student's Office ("Centro de Ação Social em Arquitetura Sustentável") of the Faculty of Architecture and Urbanism of the University of Brasilia with the occupy collective "Mercado Sul Vive" - cultural occupation of a market space in Taguatinga, Brasilia. The purpose is to discuss the design process developed with the community so far in order to promote the area's revitalization and discuss new approaches in participatory processes. Thus, the work generated guidelines in order to give spaces a new meaning with emerging solutions, using conditional and spacial patterns.

Keywords

Occupations, Mercado Sul Vive, Participatory, Sustainability, Brasília

Introdução

Este artigo apresenta o processo de projeto desenvolvido pelo Escritório Modelo de Arquitetura e Urbanismo / Centro de Ação Social em Arquitetura e Urbanismo Sustentável EMAU/CASAS da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Brasília – FAU/UnB – junto ao coletivo Mercado Sul Vive para promover a re-

talização do espaço do antigo Mercado Sul de Taguatinga, com o objetivo de discutir os desafios e as novas abordagens dos processos participativos.

São experiências vividas como um processo de construção social de forma a proporcionar uma dupla troca de saberes: entre estudantes e comunidade e entre esta e a Universidade, para assistir aos problemas e identificar as potencialidades locais.

^a Coordenadora do Escritório Modelo CASAS e Professora da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Brasília. Email: lizamsa@gmail.com.

^b Estudante da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Brasília. Email: raigramacho@gmail.com.

^c Estudante da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Brasília. Email: g.perucchi@gmail.com.

^d Estudante da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Brasília. Email: sachapereira@gmail.com

^e Estudante da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Brasília. Email: m_herisson@live.com.

^f Estudante da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Brasília. Email: cahjimenezc@gmail.com.

^g Estudante da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Brasília. Email: thalyf@gmail.com.

^h Estudante da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Brasília. Email: igor_a_raujo@hotmail.com.

ⁱ Estudantes da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Brasília. Email: rocha2395@gmail.com.

^j Professor consultor do projeto da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Brasília. Email: oscar@unb.br.

^k Professora consultora do projeto da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Brasília. Email: vandaz@terra.com.br.

^l Professor consultor do projeto da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Brasília. Email: carlosluna@unb.br.

A metodologia deste trabalho consiste na sistematização dos resultados encontrados nas análises do espaço do Mercado Sul, iniciando pela explanação do contexto local - que consiste no relato da aproximação entre CASAS e o coletivo Mercado Sul Vive, os conceitos norteadores do processo e da fundamentação, bem como os procedimentos metodológicos.

Inicialmente, partiu-se das demandas e vocações levantadas com a comunidade: identidade local, saberes existentes, padrões espaciais e padrões de acontecimentos - estes de acordo com as dimensões de sustentabilidade social, cultural e emocional, econômica e ambiental (Andrade e Lemos, 2015). Em seguida, sistematizou-se esses padrões para estabelecer uma linguagem na forma de códigos geradores, baseados em Alexander *et al.* (1977) e Andrade (2014). São procedimentos metodológicos que vêm sendo desenvolvidos no âmbito do Grupo de Pesquisa com registo do CNPq “Periférico, trabalhos emergentes” da FAU/UnB, vinculado ao NPCT/CEAM - Núcleo de Política Ciência, Tecnologia e Sociedade.

Pretende-se ressaltar a prática autônoma de ocupações urbanas no Brasil e discutir o papel do arquiteto consciente de seu compromisso político-cidadão, atuando não apenas como “*designer* de lugares”, mas como mediador no processo pelo direito à cidade e à moradia. Pretende-se, também, apresentar a situação política-fundiária do Mercado Sul e o processo de projeto desenvolvido.

O contexto local

O Mercado Sul ganhou, ao longo de sua história, o caráter de ponto de encontro de poetas, músicos e artistas. Construído na década de 1950, com a finalidade de abrigar instalações comerciais, funcionou, em torno de 20 anos, como uma feira livre - com armazéns, armarinhos, açougues, lanchonetes. Porém, com a chegada das redes de supermercados à cidade, na década de 1970, pequenos comerciantes do local faliram. Na década de 1980, o local tornou-se reduto da boêmia e de artistas locais, abrigando bares e casas de prostituição.

O uso do Mercado Sul com fins artísticos e culturais ocorreu ao longo das décadas de 1990 e 2000. Principalmente devido ao Teatro de Mamelengo Invenção Brasileira, do mestre mamulengueiro Chico Simões, o local virou um Ponto de Cultura, definido pelo Ministério da Cultura (2015) como “[...] entidade cultural ou coletivo cultural certificado pelo Ministério da Cultura [...] os Pontos de Cultura são uma base social capilariza-

da e com poder de penetração nas comunidades e territórios, em especial nos segmentos sociais mais vulneráveis.”, o que fomentou uma maior atração de artistas, produtores e agitadores culturais para o local.

O processo de ocupação para atividades culturais desencadeou a chegada, em 2015, tanto de artistas quanto de moradores ao Mercado Sul, que ressignificaram o uso do espaço de estritamente comercial para também habitacional, sendo que os boxes originais foram alterados: há lojas que uniram espaços contíguos e há boxes que se tornaram residências. Em fevereiro de 2015, ocorreu o atual movimento de ocupação, com a apropriação dos boxes ociosos pelos moradores e trabalhadores locais, que os utilizam para a realização de atividades culturais, cozinha comunitária, permacultura, entre outros.

Segundo levantamentos dos Grupos de Trabalho (GT) - metodologia utilizada para a divisão inicial da equipe para a elaboração desta pesquisa - o Mercado Sul compreende uma área de 4875m² (75 x 65m), localizada no Setor B Sul, em Taguatinga, Distrito Federal. O conjunto é composto por 3 blocos enfileirados com 28 boxes cada, com áreas entre 7,5 e 10 m² e pequenos galpões. Na figura 1, vê-se o mapa de localização do Mercado Sul dentro do Distrito Federal.

No final de 2015, o coletivo Mercado Sul Vive procurou o CASAS, solicitando apoio para desenvolver um projeto urbanístico e arquitetônico de revitalização e adequação de uso para finalidades culturais, sociais, e habitacionais do espaço do Mercado Sul. O CASAS se reuniu com os membros da Ocupação Mercado Sul Vive e a comunidade local, identificando o interesse dos diversos grupos em promover o compartilhamento de soluções e trocas de pontos de vista.

Esta ocupação cumpre um papel de resistência social, cultural e política no Mercado Sul, realizando encontros de artistas, músicos, mulheres do campo e da cidade, movimentos sociais, grupos de saberes populares e acadêmicos, além de promover assembleias que buscam garantir o envolvimento entre os comerciantes e moradores e trazer melhorias locais e cuidados ambientais. Tal articulação tem o propósito de disseminar e discutir conhecimentos de forma aberta e horizontal.

Acredita-se no valor da ocupação dos imóveis inutilizados, anteriormente degradados, como manifestação política do direito à cidade, devendo este ser garantido a todos pelo Estado. Todo imóvel, privado ou público, cumpre uma função social. Neste caso, os imóveis em questão encontram-se abandonados pelos proprietários e pelas

instituições públicas, razão pela qual compreende-se a legitimidade da ocupação como resistência e luta a favor da “função social” de tais imóveis.

Esse conceito de função social da propriedade representa a priorização do interesse coletivo em detrimento ao interesse individual do proprietário. Segundo Evangelista (2013), “esta concepção visa dar ênfase à importância da consciência de cada indivíduo enquanto ator no cenário da vida em sociedade. Somente a valorização da noção de trabalho em equipe, em prol do bem comum, respeitados os direitos individuais, tem o condão de garantir a paz e o bem estar social.” (Evangelista, 2013, p. 1).

Tal condição é prevista pelo Poder Público na Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, ou Estatuto da Cidade, Artigo 2º (Brasil, 2004, p. 17), que visa a garantia do direito a cidades sustentáveis, “entendido como direito à terra urbana, à moradia, ao saneamento ambiental, à infraestrutura urbana, ao transporte e aos serviços públicos, ao trabalho, ao lazer, para as presentes e futuras gerações”.

Há de se considerar, também, a ordenação e o controle de uso do solo como iniciativas voltadas, segundo o Estatuto da Cidade, para “evitar a retenção especulativa do imóvel urbano, que resulte na sua subutilização ou não utilização” (Brasil, 2004, p. 18).

A ocupação Mercado Sul Vive reivindica a desapropriação das edificações abandonadas e o apoio governamental para a revitalização do espaço.

As manifestações culturais locais promovidas pelo Coletivo Mercado Sul Vive contribuem para a preservação do espaço do Mercado, cujas edificações, por se inserirem no contexto histórico moderno da construção de Brasília, são interpretadas como patrimônio material histórico, definido atualmente pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), com base no decreto de lei nº 25, de 30 de Novembro de 1937, art. 1º, como “o conjunto dos bens móveis e imóveis existentes no país e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico” (Brasil, 1937, p. 1), e de suas atividades, entendidas como patrimônio imaterial de Taguatinga, este conceito por sua vez definido pelo IPHAN e baseado na Constituição Federal de 1988, art. 215 e 216 (Brasil, 2004, pp. 111-112) refere-se “[...] àquelas práticas e domínios da vida social que se manifestam em saberes, ofícios e modos de fazer; celebrações; formas de expressão cênicas, plásticas, musicais ou lúdicas; e nos lugares (como mercados, feiras e santuários que abrigam práticas culturais coletivas).” (Iphan, 2014) ou mesmo às “[...] práticas, representações, expressões, conhecimentos e técnicas – junto com os instrumentos, objetos, artefatos e lugares culturais que lhes são associados – que as comunidades, os grupos e, em alguns casos, os

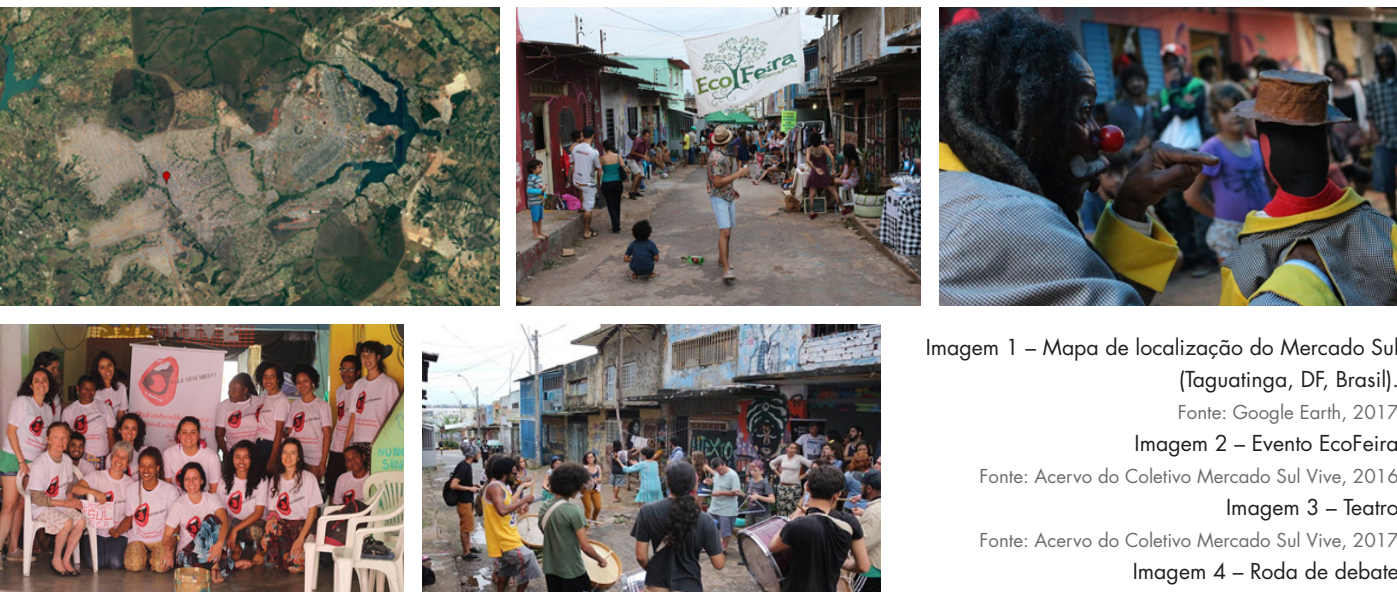


Imagem 1 – Mapa de localização do Mercado Sul (Taguatinga, DF, Brasil).

Fonte: Google Earth, 2017

Imagem 2 – Evento EcoFeira

Fonte: Acervo do Coletivo Mercado Sul Vive, 2016

Imagem 3 – Teatro

Fonte: Acervo do Coletivo Mercado Sul Vive, 2017

Imagem 4 – Roda de debate

Fonte: Acervo do Coletivo Mercado Sul Vive, 2016

Imagem 5 – Roda de música

Fonte: Acervo do Coletivo Mercado Sul, 2017

indivíduos, reconhecem como parte integrante de seu patrimônio cultural." (Unesco, 2003, p. 4). Destacam-se entre as ações promovidas pelo coletivo Mercado Sul Vive a festa junina, o maracatu, o bumba-meu-boi, apresentações musicais e a Ecofeira. As figuras 2, 3, 4 e 5 apresentam algumas dessas manifestações.

O papel do casas no contexto da situação fundiária

A Ocupação Mercado Sul Vive enfrenta problemas quanto à regularização fundiária. Em contrapartida, a Superintendência do IPHAN/DF, na nota técnica 02/2015 (01551.000161/2015-14 de 24 de fevereiro de 2015), considera a manutenção do espaço apropriado por grupos de praticantes de atividades culturais como de grande valia para o exercício da cidadania. Ressalta a importância de se trabalhar a cultura como uma dimensão social para que, assim, as dimensões cotidiana, habitacional e laboral sejam agregadas à ressignificação do espaço operado pela comunidade de forma a evitar o processo de gentrificação com intervenções no âmbito meramente visual.

O Governo do Distrito Federal (GDF) também mostrou apoio à ocupação no ofício nº 588/2016 da Secretaria de Estado de Cultura (SECULT), ao declarar "interesse na desapropriação das oito lojas e uma box ocupados pelo movimento Mercado Sul Vive com o objetivo de instituir um centro cultural no espaço" (Secult-GDF, 2016, p. 3). Por cartas e ofícios, entidades e órgãos governamentais manifestaram apoio à Ocupação Mercado Sul Vive como importante instrumento de atuação cultural e representatividade da população na busca por um projeto de cidade mais igualitária, justa e liberta. Dentre eles estão o coletivo VERACIDADE, o MInC, FBES, SENAE.

A partir do momento em que o modelo econômico neoliberal permeia o modelo de atendimento aos direitos básicos constitucionais, ele penetra consequentemente na política de moradia sendo, em sua essência, excludente. Como expressa Rolnik (2015) em "Guerra dos Lugares", "esse modelo vai [...] capturando territórios, expulsando e colonizando espaços e formas de viver" (Rolnik, 2015, p. 374). É necessário voltar o olhar para a questão habitacional muito além da dicotomia formalidade/informalidade: esse é apenas um dos aspectos problemáticos enfrentados pela população de baixa renda.

O acesso e a integração à cidade, a sensação de segurança e a relação de pertencimento e apropriação para com o espaço público são questões

político-sociais que afetam toda a população, não estando a salvo quem possui propriedade formal. Agamben (2010), em Metropolis, coloca que "está ocorrendo um processo de 'des-politização', cujo resultado é uma curiosa zona em que não é possível decidir o que é privado e o que é público." (Agamben, 2010, p. 2).

Para Rolnik (2015), é possível reconhecer a legitimidade que as ocupações têm em seus discursos apartidários, travando por meio de resistências pontuais uma verdadeira luta pelo lugar. Seja lugar de moradia, seja lugar de expressão cultural, seja lugar de educação. O resultado desse movimento tem sido duplo: de um lado pela arte, desde 1990, em vários lugares do mundo, ações de coletivos artísticos em problemáticas situacionais, trabalhando a partir da cidade e intervindo em seus espaços com representações e situações performáticas; de outro lado pelo ponto de vista dos movimentos sociais, formas tradicionais de representação política e a proliferação de grupos autonomistas e anarquistas, de novas formas de autorrepresentação.

As ocupações que representam esse duplo movimento, além de resistir por habitação, almejam ressignificar lugares públicos menosprezados, o que simboliza não só uma luta pelo coletivo, mas pela apropriação do espaço da cidade a fim de permitir que a população o reconheça e nele intervenha.

O processo de reconhecimento legal das ocupações exige, porém, um projeto técnico de arquitetura e urbanismo que avalie as especificidades de cada organização. Alguns mecanismos legais viabilizam estas ações e fundamentam o projeto como a Lei 10.257, de julho de 2001, conhecida como o Estatuto da Cidade e a Lei nº 11.888, de dezembro 2008, ou Lei da Assistência Técnica. Esta permite ao CASAS prestar assistência técnica às comunidades.

O CASAS trabalhou em conjunto com a Assessoria Jurídica Universitária Popular da Faculdade de Direito da UnB. Esta assessoria suspendeu a Ação de Reintegração de Posse impetrada contra a Ocupação, baseando-se no Estatuto da Cidade, com os argumentos: (1) o não cumprimento da função social da posse e da propriedade; (2) a violação do direito fundamental à moradia e à cultura; (3) a correta identificação das propriedades e (4) as negociações entre o Movimento e os poderes executivos Distrital e Federal acerca da desapropriação do imóvel para fins de residência artística.

Ao pensar em projetos de espaços como o Mercado Sul, é necessário incluir a comunidade, fomentando o processo participativo. Não só com

sua opinião, mas de maneira atuante em todo o processo decisório. A participação é uma maneira democrática de conferir à comunidade o acesso às informações e o direito de decidir questões que afetam diretamente suas vidas, possibilitando a produção de uma arquitetura que respeite as particularidades e identidades locais. Dessa forma, a comunidade se torna protagonista das transformações ali propostas, o que contribui para a construção de sua autonomia e de um sentido de pertencimento do espaço. Porém, esta nem sempre é uma situação confortável para os projetistas, requerendo dedicação e recursos para promover eventos e encontros.

É importante conhecer a comunidade para promover eventos com o envolvimento efetivo de todos os atores. A partir deste conhecimento, Davis *et al.* (2013) enumeram os seguintes princípios para o planejamento de processos participativos: inclusão, respeito, clareza de propósitos e competências, fortalecimento do conhecimento, estreitamento de relações entre os atores, confiança, envolvimento sustentável, apresentação de resultados.

Neder (2016), fundamentado em De Certeau (1998, pp. 46-47, 76-77), pondera sobre a importância de diferenciarmos a relação com o saber popular entre o modelo estratégico e o modelo tático. O modelo estratégico marca o território, contorna ou recorta um poder para nacionalizar a economia, a cultura e a ciência. Já o modelo tático é marcado pela prática no cotidiano, não pode contar com um modelo próprio, nem como uma fronteira que distingue um do outro, mas aponta as práticas do homem comum que buscam apreender a temporalidade, os micro-acontecimentos como passíveis de conversão a sua maneira.

Diversas experiências de Urbanismo Tático ou Urbanismo Participativo buscam transformações no cotidiano da vida urbana a partir do envolvimento dos usuários, propondo mudanças mais palpáveis e realistas em uma escala local, para gradativamente mobilizar mais pessoas e assim alcançar mudanças maiores.

Este tipo de urbanismo adota a participação da população como ponto importante na construção da cidade - cidadãos como produtores da cidade - uma lógica de baixo para cima, *bottom-up*. São modos de intervenções acupunturais quanto a questões locais tidas como extremamente urgentes, que podem evoluir de forma fluida quanto a mudanças mais amplas nas condições político-econômicas, arranjos institucionais e dinâmicas de coalizão. Esse urbanismo, ainda, tem base par-

ticipativa, prática e de “faça você mesmo” de reestruturação urbana, mobilização contínua, reapropriação do espaço urbano por seus usuários. Ele se fundamenta na democracia participativa, porque visa promover a coesão social; porque não é formalmente pré-programado ou imposto “de cima para baixo.” (Brenner, 2016, p. 9)

Trabalho em campo: procedimentos metodológicos

O trabalho foi desenvolvido a partir da Prática em Escritório Modelo de Arquitetura e Urbanismo – PEMAU, orientada pelos professores Liza Andrade - coordenadora do CASAS e do Departamento de Projeto, Representação e Expressão (PRO), Carlos Luna, Vanda Zanoni e Oscar Ferreira - do Departamento de Tecnologia (TEC). Apesar de vinculada ao CASAS, a prática dentro do PEMAU não é restrita a integrantes do escritório, sendo permitido o ingresso aos demais estudantes do curso de graduação, de forma a ampliar o acesso à extensão universitária.

O trabalho foi estruturado de forma horizontal entre professores e estudantes e foi dividido em 5 partes: (1) verificação da situação existente: a situação fundiária, os aspectos políticos e socio-culturais da identidade local entre os membros da comunidade e como isso se expande para a sociedade; (2) identificação de como o Mercado Sul se insere na vizinhança, no contexto urbano local, e em Taguatinga (acessibilidade, legibilidade, identidade, infraestrutura e conforto ambiental); (3) levantamento da organização dos espaços internos e a relação dos usuários com o espaço (conforto ambiental, ergonomia, funcionalidade, instalações); (4) identificação dos problemas nas construções e as soluções que já foram dadas; (5) identificação das ações e práticas mais sustentáveis existentes na comunidade.

Foram realizadas visitas técnicas com momentos de envolvimento e integração por meio de cafés comunitários, elaboração de mapas mentais e aplicação de questionário de aproximação. O questionário contemplou diversos itens, como a identificação pessoal, as formas de inserção do Mercado Sul no contexto urbano, a organização dos espaços e a relação dos usuários, os problemas nas construções e as soluções adotadas e, por fim, a identificação de ações e práticas mais sustentáveis na comunidade.

O questionário foi elaborado por todos os Grupos de Trabalhos – GT, com o objetivo de abranger todos os eixos temáticos:

- **Direito à Cidade:** reflexões teóricas e análises de casos semelhantes ao Mercado Sul, pensando em uma ocupação e produção justa e democrática do espaço na cidade.
- **Urbanismo:** aspectos de vizinhança e abrangência urbana, entendendo como o Mercado Sul se insere em Taguatinga.
- **Arquitetura:** questões físicas e ambientais das construções e seus entornos imediatos.
- **Estrutura das edificações:** levantamento e investigação de peças estruturais e seus aspectos patológicos.
- **Infraestrutura:** levantamento e identificação das condições de água, drenagem, esgoto e energia.

Para o estudo do contexto, as análises foram fundamentadas segundo as dimensões de sustentabilidade: ambiental, social, econômico e, cultural e emocional, que se desdobram em princípios, critérios, indicadores de desempenho e verificadores. Tomou-se como base a metodologia desenvolvida por Andrade e Lemos (2015), exposta em “Qualidade de projeto urbanístico: Sustentabilidade e Qualidade da Forma Urbana”. Esta contempla a legislação urbana e ambiental e os conflitos entre questões urbanas e questões ambientais (agenda marrom e agenda verde) segundo a amplitude dos Princípios de Sustentabilidade (Andrade, 2005) e a sinergia entre as agendas (ONU-HABITAT, 2009), além das questões relacionadas à forma urbana propostas pelo Grupo DIMPU – Dimensões Morfológicas do Processo de Urbanização, da FAU/UnB (Holanda, 2007) em Kohlsdorf e Holanda (1994). A Tabela 1 apresenta os princípios adotados em cada dimensão de sustentabilidade:

Princípios de sustentabilidade ambiental

- **Proteção ecológica e agricultura urbana:** Respeito aos ecossistemas atendimento e ao Código Florestal, às Resoluções do CONAMA 302, 303 e 369, e às leis ambientais respectivas a cada região, bem como planos de recuperação de nascentes ou florestas. Existência de agricultura urbana na cidade: hortas comunitárias, hortas individualizadas.
- **Infraestrutura verde: gestão d’água, drenagem natural e tratamento de esgoto alternativo:** Observação da bacia hidrográfica

quanto à drenagem e ao esgotamento sanitário. Os empreendimentos de natureza mais compacta podem utilizar menos água se preparados tecnicamente.

- **Conforto ambiental:** Resposta do espaço quanto ao desempenho luminoso, térmico, acústico e de qualidade do ar.
- **Promoção dos sistemas alternativos de energia e diminuição da pegada ecológica:** A eficiência energética sob a ótica do uso da energia com origem em fontes renováveis ou sob o viés da redução de consumo de combustíveis fósseis.
- **Saúde:** O ambiente não deve apresentar vulnerabilidade ambiental, decorrente de materiais tóxicos e poluição do ar, do solo e das águas.

- **Redução, reutilização e reciclagem de resíduos:** Para o desenho de empreendimentos sustentáveis, os 3R’s incluem redução do gasto de energia, reuso das edificações e reciclagem de resíduos de construção e compostagem do lixo orgânico

Princípios de sustentabilidade social

- **Urbanidade:** Desempenho do espaço urbano, considerando a interação social por meio do desenho da malha viária e das macroparcelas com maior integração, conectividade, espaços externos positivos, constituição dos espaços, diversidade de uso do solo e acessibilidade.
- **Comunidade com Sentido de Vizinhança:** Oportunidades para a sociabilidade, participação no processo e desenvolvimento pessoal em espaços públicos e instalações comunitárias.
- **Moradias Adequadas:** Diversidade e mistura de classes sociais, estabelecidas com variedade de moradias, custos diferenciados e acessibilidade universal garantida.
- **Mobilidade e Transportes Sustentáveis:** Existência de estruturas adequadas a diferentes modais de mobilidade (pedestres, ciclistas e automobilistas), inibidores do uso de combustíveis fósseis e aliados à disponibilidade de transporte público eficiente.

Princípios de sustentabilidade econômica

- **Adensamento Urbano:** A ocupação urbana mais densa em áreas centrais associada ao uso comercial diminui o deslocamento, reduzindo a emissão de dióxido de carbono em viagens locais, e melhora o sentido de comunidade nos espaços públicos.
- **Dinâmica urbana:** Economia de recursos financeiros no processo de construção e manutenção dos espaços urbanos como uso efetivo desses espaços, resultante de condições adequadas de infraestrutura, mobiliário urbano, iluminação e sistema viário.
- **Desenvolvimento da Econômica Local em Centros de Bairros:** Espaços que favoreçam a existência de centralidades na malha viária e mescla de funções, e atividades localizadas a distâncias caminháveis.

Princípios de sustentabilidade cultural e emocional

- **Revitalização Urbana:** Recuperação e valorização de infraestrutura existente em áreas urbanas degradadas ou patrimônios culturais abandonados, promovendo o incremento da ocupação dessas áreas.
- **Legibilidade e Orientabilidade:** Os espaços devem responder à necessidade de orientação dos usuários nos lugares, obtidos com a conectividade entre bairros e diferenciação entre bairros e continuidade de caminhos.
- **Identificabilidade:** Reconhecimento de características particulares ao espaço urbano resultantes de diversidade tipológica em pequenos agrupamentos e efeitos visuais que promovam imagens mentais e percepção da paisagem urbana.
- **Afetividade e Simbologia:** A forma física dos lugares promove satisfação emocional quando laços afetivos se estabelecem pelo reconhecimento de qualidades e plasticidade da configuração urbana

Após o levantamento e a observação das soluções adotadas pela comunidade do Mercado Sul, geraram padrões de soluções para resolver os problemas apontados nos questionários realizados com os moradores. A metodologia de padrões utilizada é resultado dos trabalhos de Alexander *et al* (1977) e de Andrade (2014). Para Alexander *et al* (1977, p. 14), “Cada padrão descreve um problema que ocorre repetidas vezes em nosso meio ambiente e então descreve o ponto central da solução do problema”. Segundo Andrade (2014), “cada padrão descreve um problema que se repete dentro de nossas regiões, cidades edifícios e construções, e explica o cerne de uma solução possível, de maneira que você possa utilizar essa solução de várias formas diferentes. Portanto, um padrão não é um modelo urbano a ser repetido. Um conjunto de padrões determina uma comunidade viva que terá sua própria linguagem de padrões.” (Andrade, 2014, p. 244). Desta forma, um problema pode ter diversos padrões de solução, e a comunidade escolhe o mais adequado para seu contexto, fazendo que a identidade do local seja preservada.

A aplicação dos padrões: análise do contexto à proposição de soluções e recomendações

Os projetos de intervenção urbana devem precocizar a valorização dos laços sociais e culturais existentes, a relação harmônica com a natureza e o emprego de tecnologias acessíveis. De acordo com Montaner e Muxí (2013, p.18), é importante recuperar teóricos que já pensavam em estratégias adequadas à participação e relacionadas a conhecimentos e formas compartilhadas na arquitetura como os “argumentos participativos” de John Turner, os “padrões” de Christopher Alexander, elaborados na década de 1970 e os “suportes” de Jonh Habraken.

O processo participativo no planejamento urbano e regional permite reforçar que os cidadãos se reconheçam em seu bairro e em sua cidade. A realidade da localidade, conforme entendida pelos membros da própria comunidade, pode ser bastante distinta daquela idealizada nos ambientes acadêmico e profissional da Arquitetura e do Urbanismo.

O processo de projeto foi construído a partir de demandas reais das comunidades, passando pela análise do problema (identidade local, padrões espaciais e de acontecimentos e princípios de sustentabilidade), sistematização de padrões para estabelecer uma linguagem com a comuni-



Imagem 6 – Blocos de edificação do Mercado Sul

Fonte: Thayna Cruz, 2017

dade, aumentando a sua participação no processo, na forma de códigos geradores, baseados em Alexander *et al* (1977) e em Andrade (2014), e, por fim, foi sintetizada a proposta de soluções a partir dos padrões identificados e selecionados. De acordo com Alexander *et al* (1977), cada solução proposta em cada padrão é escrita no formato de instrução, contendo um caráter abstrato. Neste trabalho, os padrões específicos foram gerados de acordo com o contexto do Mercado Sul, a partir do processo participativo aplicado e dos resultados dos levantamentos, acreditando na personalização e adaptabilidade que a linguagem de padrões é capaz de ter. Alexander *et al* (1977) referencia sua própria obra como um primeiro passo que objetiva permitir que sociedades e pessoas desenvolvam suas próprias linguagens de padrões, passíveis de graduais mudanças e aperfeiçoamentos.

A partir daí, cabe a cada um interpretar da melhor forma, adaptando suas preferências às condições e ao local do projeto. Por esta razão, as soluções não são impositivas, contêm apenas o essencial, a variável comum para a maioria dos lugares em busca do sucesso da solução do problema, o que permite ser utilizado como método de processo de projeto que incluiu o sujeito idealizador e o sujeito recebedor daquela solução. As listagens 2, 3, 4 e 5 ilustram a análise do contexto - dos problemas analisados - e as figuras 7, 8, 9 e 10, os padrões sistematizados.

Sustentabilidade Ambiental

• **Contexto/problemas:** Na dimensão de sustentabilidade ambiental, foi avaliado o cultivo de hortas urbanas pelos moradores. Essas hortas são localizadas em diferentes pontos do terreno, porém há acúmulo de lixo nesses locais devido à precária coleta de resíduos sólidos. Além disso, foi avaliado o acúmulo de águas pluviais, pela falta de drenagem adequada, a presença de mofo e manchas no interior das lojas/moradias e a utilização de materiais prejudiciais à saúde, como a telha de amianto, acentuando a insalubridade.

Foi verificada a falta de confortos sonoro, térmico e luminoso dentro das lojas/moradias e a falta de massa vegetal que impede a permanência prolongada da comunidade nas ruas.

• **Soluções/recomendações:** Os padrões abaixo englobam soluções para melhor ventilação e sensação de conforto nos espaços internos e externos ao Mercado Sul, o reuso da água, a utilização de materiais recicláveis, a drenagem de águas pluviais e a inibição de utilização de materiais poluentes. Soluções essas que garantem a proteção do meio ambiente, a existência de agricultura urbana dentro da cidade, a redução do gasto de energia e diminuição da pegada ecológica.

Alguns dos padrões são soluções já presentes dentro do Mercado Sul, e refletem soluções adequadamente implantadas, como hortas urbanas, reciclagem de materiais e a existência de posto de coleta e reciclagem, mas que podem ser melhor disseminadas dentro do local. E padrões que representam soluções que não devem mais ser repetidas, como a telha de amianto, material tóxico, e as coberturas de lona nas marquises, que causam desconforto térmico ambiental nas edificações.

Listagem 2 - Contexto e Soluções da Sustentabilidade Ambiental-

Fonte: CASAS - PEMAU Mercado Sul, 2017

Sustentabilidade Econômica

• **Contexto/problemas:** Na dimensão de sustentabilidade ambiental foi observada a dinâmica de economia coletiva dentro da comunidade, que dá diversos usos às lojas e moradias, em que todos se beneficiam. Entre eles: o bici-

centro (uso comunitário de peças de bicicleta); estúdio (local onde ocorrem danças, gravações etc); oficina de fabricação de móveis a partir da reciclagem do papelão; oficina de costura etc.

Um problema observado foi a irregularidade na frequência do funcionamento da iluminação, fato que depende da cobrança de moradores. Além disso, não há infraestrutura urbana suficiente para manter o local seguro, limpo e favorável à permanência prolongada nos espaços públicos.

• **Soluções/recomendações:** Os padrões abaixo englobam soluções de mobiliário urbano, iluminação e economia de recursos financeiros. Soluções que garantem a existência de centralidades na malha viária e mescla de funções, a manutenção e o incentivo de condições adequadas ao uso de espaços urbanos. Além da existência de padrões como edifícios conectados e habitação intercalada com outros usos, selecionou-se o padrão de iluminação pública que já existe, mas que apresenta recorrente descompasso.

Listagem 3 - Contexto e Soluções da Sustentabilidade Econômica
Fonte: CASAS - PEMAU Mercado Sul, 2017

Sustentabilidade Social

• **Contexto/Problemas:** Na dimensão de sustentabilidade social, foi observada a existência de densidade de pedestres, sobretudo em dias de promoção de eventos e atividades culturais, fator muito importante para a vitalidade do espaço. Entretanto, as divergências existentes entre ocupantes e não ocupantes dificultam uma maior integração entre as partes. Problemas de acessibilidade, como pavimentação com rupturas e interrupção da conexão entre os blocos, são fatores que dificultam a locomoção dos moradores e frequentadores. Há uma priorização do uso de automóveis e há falta de banheiros públicos para eventos. Além da existência de vários problemas estruturais nas edificações, como infiltrações nas paredes e deterioração de marquises, a alteração do gabarito original de muitos boxes ocasionou sobrecarga na estrutura.

• **Soluções/Recomendações:** Os padrões abaixo englobam soluções para a maior acessibilidade de portadores de deficiências motoras, a integração social, a maior conectividade e o incentivo à utilização de modais sustentáveis.

Soluções que garantem a diminuição da emissão de combustíveis fósseis por meio do transporte e a diversidade de pessoas dentro do espaço. E a existência de padrões como pontos de encontro, vida noturna e densidade de pedestres.

Listagem 4 - Contexto e Soluções da Sustentabilidade Social
Fonte: CASAS - PEMAU Mercado Sul, 2017

Sustentabilidade Cultural e Emocional

• **Contexto/Problemas:** Na dimensão da sustentabilidade cultural e emocional, foram observados agradabilidade visual e valor afetivo existente no espaço, o grande número e diversidade de eventos culturais desenvolvidos pelo coletivo e a identidade local, ou seja, aquelas características ou traços próprios da comunidade.

• **Soluções/recomendações:** Os padrões abaixo englobam a proposição de elementos lúdicos que proporcionem a sociabilidade entre crianças, criando laços afetivos. Além disso, a existência de atividades culturais, como a Eco-feira, rodas de conversa, eventos de música e de teatro e artesanato, representam elementos importantes dentro da produção da cultura popular.

Listagem 5 - Contexto e Soluções da Sustentabilidade Cultural e Emocional elaborados pelo CASAS
Fonte: CASAS - PEMAU Mercado Sul, 2017

As próximas etapas do projeto realizado pelo CASAS no Mercado Sul visam criar cenários com pequenas propostas para fortalecer e reproduzir soluções existentes, além de propor melhorias quanto aos problemas mais graves relativos à estrutura e ao telhado presentes no Mercado Sul, pois, como estas patologias são de caráter estrutural, são capazes de interferir diretamente na segurança das pessoas que ali vivem.

Considerações finais

A fase de diagnóstico do espaço do Mercado Sul desenvolvido pelo CASAS teve por objetivo fundamentar propostas de revitalização da área e oferecer subsídios para propostas futuras. Baseado nas dimensões de sustentabilidade social, cultural,

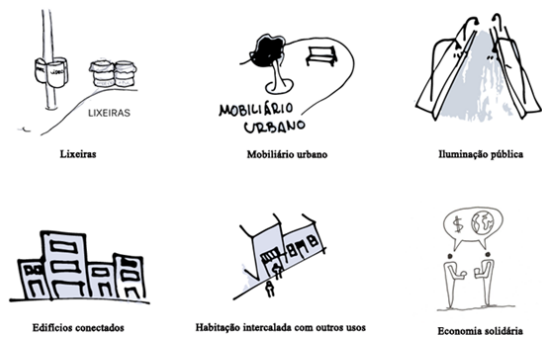
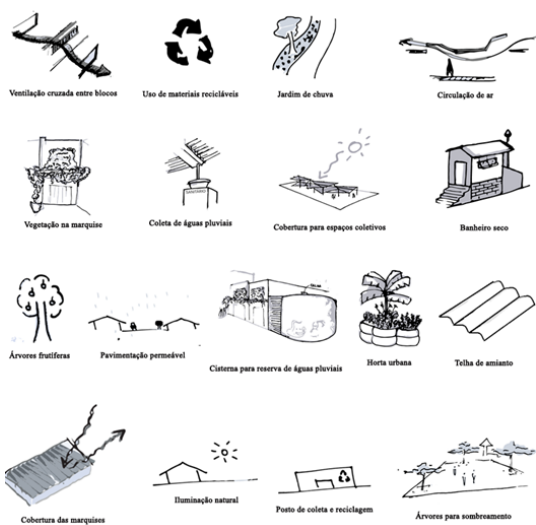


Imagem 7 – Padrões de solução elaborados pelo CASAS a partir dos padrões existentes levantados e baseados em Alexander *et al* (1977) e Andrade (2014)

Fonte: CASAS - PEMAU Mercado Sul, 2017

Imagem 8 – Padrões de solução elaborados pelo CASAS a partir dos padrões existentes levantados e baseados em Alexander *et al* (1977) e Andrade (2014)

Fonte: CASAS - PEMAU Mercado Sul, 2017

econômica e ambiental, espera-se que o conteúdo apresentado até o momento contribua para a geração de padrões espaciais e parâmetros de projeto que fortaleçam e ajudem a perpetuar as ações do coletivo Mercado Sul Vive, como as práticas desenvolvidas no ambiente construído, as ações ecológicas e as atividades culturais.

Entende-se, nesse contexto, a importância de que uma intervenção do Governo do Distrito Federal deva ser feita de forma conjunta com a aprovação de moradores e lojistas do Mercado Sul, em caráter democrático e participativo. É necessário levar em consideração a Constituição Federal para imóveis abandonados cumprirem sua função social, promovendo a regularização fundiária - processo jurídico que torna possível a ocupações e assentamentos a legalização da situação desses espaços.

Neste contexto, a Ocupação Mercado Sul Vive se articula por meio de movimentos culturais, em um centro de caráter extremamente urbano, onde são desenvolvidas várias atividades com diferentes focos, desde as lojas de oficinas a rodas de debates abertas a todas as pessoas. O coletivo, portanto, intensifica a produção de cultura e saberes populares locais, fator que deve ser valorizado pelas instâncias governamentais e jurídicas.

Bibliografia

- Agamben, G. (2010), Metropolis, *Sopro*, n.26, editora Cultura e Barbárie, disponível em <http://culturaebarbarie.org/sopro/verbetes/metropolis>,

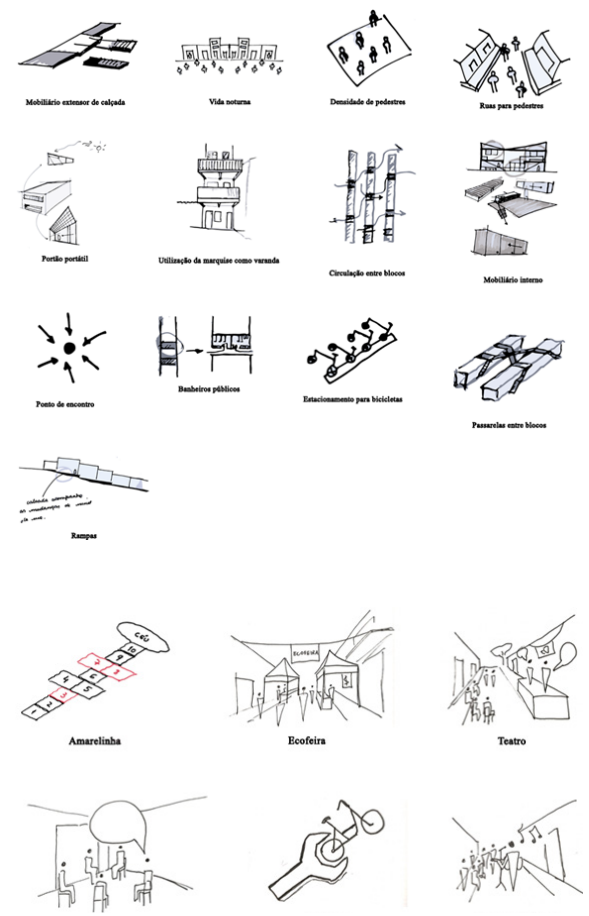


Imagem 9 – Padrões de solução elaborados pelo CASAS a partir dos padrões existentes levantados e baseados em Alexander *et al* (1977) e Andrade (2014)

Fonte: CASAS - PEMAU Mercado Sul, 2017

Imagem 10 – Padrões de solução elaborados pelo CASAS a partir dos padrões existentes levantados e baseados em Alexander *et al* (1977) e Andrade (2014).

Fonte: CASAS - PEMAU Mercado Sul, 2017

html, consultado em 13/04/2018.

- Alexander, C. et al. (1977), *A Pattern Language: towns, buildings, construction*, New York: Oxford University Press.

- Andrade, L. e Lemos, N. (2015), “Qualidade de projeto urbanístico: sustentabilidade e qualidade da forma urbana”, in Amorim, C. et al. (Org.), *Avaliação da qualidade da habitação de interesse social: projetos arquitetônicos e urbanístico e qualidade urbanística*, Brasília: Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, UnB, pp. 19-98.

- Andrade, L. (2005), *Agenda verde X Agenda marrom: inexistência de princípios ecológicos para o desenho de assentamentos urbanos*, Brasília: Dissertação (Mestrado) PPG-FAU/UnB.

- Andrade, L. (2014), *Conexão dos Padrões Espaciais dos Ecossistemas Urbanos: a construção de um método com enfoque transdisciplinar para o processo de desenho urbano sensível à água no nível da comunidade e o no nível da paisagem*, Brasília: Tese (Doutorado) PPG-FAU/UnB.

- Brasil (1937), Decreto-lei nº 25, de 30 de Novembro de 1937 (organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional), Rio de Janeiro, 1.

- Brasil (1988), Constituição da República Federativa do Brasil, Câmara dos Deputados, Centro de Documentação e Informação, 111-112, disponível em http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/Constituicoes_Brasileiras/constituicao1988.html/Constituioide1988.pdf, consultado em 13/04/2018.

- Brasil (2004), “Estatuto da Cidade”: Lei 10.257/2001, (estabelece diretrizes gerais da política urbana), Brasília: Senado Federal, Secretaria Especial de Editoração e publicações - Subsecretaria de Edições Técnicas, 17-18.

- Brasil (2015), *Pontos de Cultura*, Ministério da Cultura, disponível em <http://www.cultura.gov.br/pontos-de-cultura1>, consultado em 13/04/2018.

- Brenner, N. (2016), “Seria o ‘urbanismo tático’ uma alternativa ao urbanismo neoliberal?”, *E-metropolis*, 7 (27), disponível em http://emetropolis.net/system/artigos/arquivo_pdfs/000/000/201/original/emetropolis27_capa.pdf?1485998522, consultado em 13/05/2018.

- Davis, D. et al., (2013), *Participation tools for better community planning*, California: The California Endowment.

- Evangelista, E. (2013), “A função social da propriedade e o conceito de princípio jurídico”, *Revista Jus Navigandi*, ISSN 1518-4862, Teresina, ano 18 (n. 3594), disponível em <https://jus.com.br/artigos/24354>, consultado em 13/05/2018.

- Harvey, D. (2012), “O direito à cidade”, *Revista Lutas Sociais*, USP, São Paulo, n.º 29, pp. 73-89.



Imagem 11 – Releitura do Mercado Sul

Fonte: Carmen Jimenez Castro

- Holanda, F. (2007), “Arquitetura sociológica”, *Revista brasileira de estudos urbanos e regionais*, 9 (1), ANPUR, pp. 115-129.

- Iphan (2014), *Livro do Tombo Histórico*, disponível em <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/608>, consultado em 13/04/2018.

- Iphan (2014), *Patrimônio Imaterial*, disponível em <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/234>, consultado em 13/04/2018.

- Kohlsdorf, G. e Holanda, F. (1994), *A arquitetura como situação relacional*, Disponível em <https://fenix.tecnico.ulisboa.pt/downloadFile/3779577256219/holandaekohlsdorf.pdf>, consultado em 13/04/2018.

- Lefebvre, H. (2000), *A produção do espaço*, Trad. Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins (do

original: La production de l'espace. 4e éd, Paris: Éditions Anthropos, 2000).

- Mercado Sul Vive (2018), *Quem somos*, disponível em <http://www.mercadosul.org/quem-somos/>, consultado em 13/04/2018.

- Neder, R. (2016), "Interacionismo sociotécnico e cultura de resistência em políticas de incubação de cooperativas populares: sete dimensões estratégicas em ITCP como agência, como indicadores de avaliação", *Encontro Nordestino de Incubadoras de Economia Solidária. Democracia e economia solidária: impasses e oportunidades*, Juazeiro do Norte - Universidade Federal do Cariri.

- Rolnik, R. (2015), *Guerra dos Lugares: a colonização da terra e da moradia na era das finanças*, São Paulo: Editora Boitempo

- Secult-GDF (2016), *Ofício nº 588/2016*, disponível em <http://www.mercadosul.org/wp-content/uploads/2016/09/OficioSecult.pdf>, consultado em 13/05/2018.

- Unesco (2003), *Convenção para a salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial*, disponível em <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Convencao%20Salvaguarda%20Patrim%20Cult%20Imaterial%202003.pdf>, consultado em 13/04/2018.

Estudo de impacto de vizinhança: Questões e desafios da participação Cidadã. Reflexões a partir da experiência de Belo Horizonte, Brasil

Rogério Araújo^a, Ana Campante^b

Resumo

O Estudo de Impacto de Vizinhança, criado pelo Estatuto da Cidades em 2001, é considerado importante ferramenta para gestão de conflitos socioambientais no espaço urbano e instrumento de apoio à tomada de decisão em processos participativos de licenciamento, complementando o regramento urbanístico tradicional utilizado em municípios brasileiros. Contudo, sua aplicação tem gerado muitas incertezas quanto à sua efetividade na promoção do equilíbrio das funções urbanas em benefício da coletividade. Este artigo procura discutir os principais conceitos que sustentam sua utilização, o papel dos atores envolvidos e das redes de influência e poder, contribuindo para o debate acerca de seus limites e possibilidades, a partir da experiência de Belo Horizonte.

Palavras-Chave

Estudo de Impacto de Vizinhança, Licenciamento urbanístico, Conflitos urbano-ambientais.

Abstract

The Neighborhood Impact Report, created by the City Statute in 2001, is considered an important tool for the management of social and environmental conflicts in urban areas and an instrument to support decision-making in participatory licensing processes, complementing the traditional planning ordinances used in Brazilian municipalities. However, its application has generated many uncertainties as to its effectiveness in promoting the balance of urban functions for the benefit of the community. This article aims to discuss the main concepts that support its use, the role of the actors involved and the networks of influence and power, contributing to the debate about its limits and possibilities, based on Belo Horizonte's experience.

Keywords

Neighborhood Impact Report, Planning permit applications, Socio-environmental conflicts

Introdução

Em oposição ao zoneamento funcionalista, amplamente criticado e progressivamente em desuso, as zonas de usos múltiplos trazem os benefícios da diversificação de atividades mas também maiores riscos de conflitos de usos incompatíveis, principalmente com relação ao uso residencial, os quais precisam ser geridos de forma particularizada, trazendo novos desafios para a gestão urbana e ambiental de nossas cidades.

O Estudo de Impacto de Vizinhança (EIV) foi instituído pelo Estatuto da Cidade (Lei Federal No. 10.257/2001) em meio ao conjunto de instrumentos de política urbana destinados a melhorar a distribuição dos benefícios e dos

ônus do processo de urbanização, vinculando-se diretamente, portanto, aos princípios constitucionais do cumprimento da função social da propriedade urbana e da gestão democrática da cidade. Tendo como função primeira analisar e informar a respeito dos impactos de empreendimentos e atividades potencialmente incômodas às populações das áreas envolventes, pauta-se pela prevalência dos interesses coletivos sobre os particulares, sejam esses últimos de iniciativa pública ou privada.

Diferentemente da maioria dos demais instrumentos do Estatuto da Cidade, o EIV destaca-se pelo seu caráter discricionário e preventivo, estando o primeiro relacionado com a análise caso a caso, inerente à sua aplicação e, o segundo,

^a Doutor em Geografia, Professor Adjunto do Departamento de Urbanismo da UFMG, Colaborador do CIAUD, Faculdade de Arquitetura da Universidade de Lisboa. Email: rogeriopalharesaraujo@gmail.com

^b Arquiteta e Especialista em Urbanismo pela UFMG, Sócia-diretora e membro da equipe técnica permanente da Práxis Projetos e Consultoria Ltda. Email: ana@praxisbh.com.br

a sua concepção como uma ferramenta de apoio à tomada de decisão. Logo, trata-se de processo a ser realizado previamente à concessão de licenças ou autorizações de construção, ampliação ou funcionamento de usos considerados incômodos à vizinhança pelo Poder Público Municipal.

O texto legal estabelece que os empreendimentos e atividades públicos ou privados localizados em área urbana que passarão a depender de EIV para obter licenças urbanísticas deverão ser definidos por lei municipal e prevê a análise de, no mínimo, as seguintes questões: adensamento populacional; demanda por equipamentos urbanos e comunitários; alterações nos padrões de uso e ocupação do solo; valorização imobiliária; geração de tráfego e demanda por transporte público; prejuízos às condições de ventilação e iluminação; impactos na paisagem urbana e no patrimônio cultural. Define ainda a obrigatoriedade de ser dada “publicidade aos documentos integrantes do EIV, que ficarão disponíveis para consulta, no órgão competente do Poder Público municipal por qualquer interessado” (Artigo 37 da Lei Federal No. 10.257/2001), estabelecendo, por fim, que “a elaboração do EIV não substitui a elaboração e a aprovação de estudo prévio de impacto ambiental (EIA), requeridas nos termos da legislação ambiental” (Artigo 38 da mesma Lei).

Diante da ausência de maior detalhamento dessa Lei Federal, cabe aos municípios, no ato da regulamentação do EIV, decidir quando e como exigir a sua aplicação; o que tem trazido muitas dúvidas, não só pela exigência de precisão de alguns conceitos, mas também pela necessidade dos respectivos procedimentos administrativos promoverem, ao mesmo tempo, a integração disciplinar dos estudos, a intersetorialidade das análises e a participação efetiva da comunidade, segundo custos e prazos compatíveis com as demandas da sociedade.

Ainda que sejam muitos os desafios de diversas ordens a serem enfrentados pelos municípios para a regulamentação e implementação do EIV¹, este artigo procura destacar apenas sua dimensão participativa, através da análise do papel dos atores (empreendedores, gestores públicos, moradores e comerciantes locais, associações de bairro, dentre outros) e das redes de influência e poder envolvidas em processos de licenciamento urbanístico submetidos a EIV durante os seis anos de aplicação do instrumento em Belo Horizonte.

A análise realizada tem como base reflexões críticas de autores como Arnstein (1969) e

Miessen (2010) sobre os limites da participação cidadã em contextos institucionalizados da democracia representativa, sujeita a manipulação, cooptação e legitimação de interesses hegemônicos em detrimento de alternativas de mudança social. Aposta, contudo, no aperfeiçoamento (e não na extinção) dos instrumentos de gestão democrática introduzidos pela Constituição Federal (1988) e pelo Estatuto da Cidade (2001) na regulação ambiental do espaço urbano das cidades brasileiras, como defendido por Araújo e Costa (2012), sendo o EIV uma dessas possibilidades.

A experiência de Belo Horizonte

Belo Horizonte, a capital do Estado de Minas Gerais, possui um território de cerca de 330 km², integralmente circunscrito ao perímetro urbano, ou seja, não possui área rural. Deste modo, desde os anos 1990, quando instituído o licenciamento ambiental como condição para a instalação de atividades potencialmente causadoras de impacto ambiental no município, o foco ou o meio ambiente presumivelmente impactado sempre foi a cidade. Neste contexto, os estudos de impacto ambiental desenvolvidos pautaram-se sempre por referências urbanas, incorporando a presença das pessoas, seus feitos e valores, sem se dissociar da infraestrutura que dá suporte ao desenvolvimento das atividades.

Sendo assim, entende-se, que o conceito de meio ambiente, implícito na legislação ambiental em Belo Horizonte, sempre foi vinculado à noção de cidade como sócio-natureza. Este conceito, desenvolvido por Swyngedouw (2001) e alinhado com as ponderações de David Harvey (1996) e Acselhad (2009), entre outros² autores, refuta a ideia de ambiente natural, resultado que é do metabolismo permanente e dialético de interações antrópicas e recursos naturais. Daí a necessidade de politização da noção de sustentabilidade ambiental, também por eles defendida, dado que o direito ao ambiente sadio e à cidade justa é entendido como uma conquista a partir do enfrentamento de conflitos de interesses, seja pela apropriação dos recursos naturais, seja, no caso das cidades, pela distribuição dos benefícios e impactos da urbanização.

Dessa forma, a rigor, os processos de licenciamento ambiental no Município sempre envolveram a maioria dos temas associados a impactos urbanísticos e na infraestrutura urbana que,

¹ Para uma discussão abrangente sobre os desafios conceituais, jurídicos e administrativos para a regulamentação do EIV por municípios brasileiros, veja Araújo e Campante (2017).

² Autores alinhados com o campo da ecologia política que apontam a impropriedade de se separarem atividades antrópicas dos recursos biofísicos que as envolvem, ou no caso das cidades, bens e serviços, das condições desiguais e dos diferentes interesses e motivações que envolvem a apropriação dos mesmos pela sociedade.

só na década seguinte, foram associados ao EIV. Sondagens das diferentes motivações envolvidas no âmbito da instalação de empreendimentos potencialmente causadores de impacto na estrutura urbana, bem como as oportunidades de manifestação popular no âmbito dos processos de licenciamento, sempre foram previstas e praticadas. Entretanto, diante da necessidade de atendimento à legislação federal que instituiu o novo instrumento³ e ao Plano Diretor Municipal que o referendou⁴, e ainda vislumbrando a oportunidade de agilizar, para algumas atividades, o processo de licenciamento ambiental, que vinha sofrendo constantes críticas dirigidas especialmente à sua morosidade, Belo Horizonte regulamentou, em 2011⁵, o EIV.

A princípio, conforme exigência legal, estudos ambientais e de impacto na vizinhança não são excludentes e podem ser igualmente exigidos para um mesmo empreendimento. Contudo, consoante à noção de meio ambiente urbano como sócio-natureza, já argumentada, essa opção mostra-se redundante e desnecessária, especialmente considerando que a análise de ambos os estudos deva ocorrer em um formato de integração entre órgãos e setores do poder público, balizados por uma política maior de gestão do espaço urbano que deve ser pautada por sustentabilidade ambiental e justiça social.

Em Belo Horizonte, todavia, a ideia que prevaleceu foi a prévia definição de empreendimentos sujeitos ao Licenciamento Ambiental pelo Conselho Municipal do Meio Ambiente (COMAM) ou ao Licenciamento Urbanístico pelo Conselho Municipal de Política Urbana (COMPUR)⁶, a partir de critérios que conjugam tipo, porte e potencial poluidor, conforme disposto pela Lei 7.166/96.

Diferentemente do Licenciamento Ambiental, sujeito a Estudos de Impacto Ambiental (EIA), e que prevê licenças sucessivas em até três etapas – Licença Prévia - LP (que atesta a viabilidade locacional do empreendimento), Licença de Instalação - LI (que afere a adoção de condicionantes ambientais definidas na LP) e Licença de Operação – LO (que confere as condições de funcionamento como licenciadas na LI), o Licenciamento Urbanístico ocorre em uma etapa única, vinculada à análise do EIV, que resulta a emissão de um Parecer de Licenciamento Urbanístico – PLU. Dele constam ou o indeferimento do processo ou as diretrizes e medidas mitigado-

ras e compensatórias que irão condicionar a análise e aprovação do projeto no órgão responsável pela emissão de alvará de obra e funcionamento de atividades.

A lista de empreendimentos sujeitos à apresentação de EIV inclui usos não residenciais com área de estacionamento para veículos superior a 10.000,00 m² ou com mais de 400 vagas, edificações destinadas ao uso residencial com mais de 300 unidades ou de uso misto com área construída superior a 20.000,00 m², parcelamentos do solo com aprovação vinculada a projeto de edificações que originem lote com área superior a 10.000,00 m², serviços de uso coletivo com área construída superior a 6.000,00 m², casas de show e centros de convenções, independente da área; casa de festas e eventos com área superior a 360,00 m², supermercados com área igual ou superior a 5.000,00 m², helipontos e uma série de outros usos e atividades cuja exigência de EIV se dá por lei específica. Dentre estes últimos, destacam-se as Operações Urbanas, instrumento também criado pelo Estatuto da Cidade para regulamentar parcerias público-privadas em áreas estratégicas contempladas por regramento especial de uso e ocupação do solo.

Ressalta-se ainda que outros empreendimentos, mesmo que não listados e/ou já sujeitos a licenciamento ambiental, poderão ser convocados a critério do Conselho Municipal de Política Urbana - COMPUR.

O licenciamento ambiental foi mantido para uma série de empreendimentos cujos impactos potenciais foram considerados mais estritamente associados às características biofísicas dos locais de instalação como loteamentos, hospitais, indústrias, aeroportos e cemitérios, dentre outros.

O presente estudo, parte integrante de uma pesquisa mais abrangente sobre as recentes inflexões neoliberais observadas na regulação urbana e ambiental na Região Metropolitana de Belo Horizonte, procura avaliar os resultados dos primeiros seis anos de aplicação do EIV no município sede (2011-2016). Parte do levantamento, mapeamento georeferenciado e quantificação dos empreendimentos submetidos ao instrumento no período para caracterizá-los por tipo de atividade, iniciativa (pública ou privada), principais impactos e medidas mitigadoras e compensatórias mais recorrentes. A maior ênfase é dada à análise qualitativa da dimensão par-

³ Estatuto da Cidade – Lei Federal nº 10.257/01

⁴ Plano Diretor, Lei 7.165/96, quando alterado pela Lei nº 9.959/10

⁵ Decretos 14.479 de julho de 2011 e 14.594 de setembro de 2011

⁶ Como um dos conselhos deliberativos setoriais que integram a estrutura de gestão participativa da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, o COMPUR é composto por seis representantes da sociedade civil, eleitos para mandatos de dois anos, sendo dois do setor técnico, dois do setor empresarial e dois do setor popular. A Prefeitura Municipal designa oito representantes entre secretarias e empresas públicas, responsáveis por infraestrutura e serviços urbanos, e a Câmara, sede do poder legislativo local, indica os outros dois assentos do total dos dezesseis membros efetivos, com seus respectivos suplentes.

ticipativa e ao papel dos atores envolvidos nos processos de licenciamento com base em informações coletadas junto ao COMPUR⁷.

Segundo dados disponibilizados no *site* da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, desde a regulamentação do EIV em 2011, 373 empreendimentos já deram entrada na PBH com vistas ao licenciamento urbanístico. Alguns deles, seja pelo fato de terem sido indeferidos em uma versão preliminar, ou por outra motivação que os levou a uma nova versão, passaram mais de uma vez pelo Conselho ou por sua Gerência Executiva - GCPU, somando 389 situações analisadas. O Quadro 1 mostra o número de empreendimentos segundo a condição relativa à etapa do processo em outubro de 2016.

Para os processos com datas de início no ano de 2013 até outubro de 2016, que somam 254 (Quadro 2), há informações, além da data, sobre o tipo ou motivo do enquadramento, o responsável pelo empreendimento, o porte e o endereço.

Em relação ao tipo ou enquadramento (Quadro 3), é interessante notar que mais da metade dos empreendimentos, 133 ou 52,4%, correspondem a casas de festas e eventos ou a casas de shows ou abrigam ambos os usos. Instituições de ensino também apresentam número significativo, valendo destacar que a maior parte refere-se a estabelecimentos já existentes. Chama atenção ainda o número de helipontos, um uso até recentemente pouco comum em Belo Horizonte. Por outro lado, ressalta-se em condição inversa aos primeiros destaques, o pequeno número de empreendimentos residenciais. Considerando que os parcelamentos vinculados provavelmente contemplam tal uso, assim como o denominado uso misto, têm-se no máximo dez empreendimentos com uso residencial. Tal fato, entretanto, confirma a intenção manifesta na regulamentação deste instrumento de não dificultar a inserção desse uso na cidade.

Condizente com os tipos de empreendimento com maior número de ocorrências, verifica-se a forte predominância da iniciativa privada, responsável por mais de 93% dos casos, dentre os registrados no intervalo considerado.

Os dados sobre a distribuição dos empreendimentos na cidade (Imagem 1) demonstram que a despeito de esforços no sentido de promover uma rede de centros, em contraposição à estrutura monocêntrica que caracteriza a capital, como explicitado no Plano Diretor de Belo Horizonte, a área central delimitada pela Avenida do Contorno, coincidente com o centro histórico, continua sendo a região que concentra maior número de empreendimentos sob licenciamento urbanístico.

Empreendimentos	
Atestado PLU	25
PLU Emitido	83
Em Análise	31
OLEI Emitida	111
Solicitação de OLEI	20
Indeferido	54
Paralisado	16
Cancelado	49
Total	389

Tabela 1 – Número de empreendimentos por situação relativa ao processo de Licenciamento urbanístico – 2011 a outubro de 2016

Fonte: Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, Nov. 2016

Ano	Processos pautados	Nº Empreendimentos
2013	83	69
2014	67	67
2015	77	72
2016	46	46
Total	273	254

Tabela 2 – Número de processos pautados e de empreendimentos correspondentes no período de 2013 a outubro de 2016

Fonte: Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, Nov. 2016

As diretrizes e medidas indicadas nos Pareceres de Licenciamento Urbanístico – PLU, não estão disponíveis de forma sistematizada no *site* da PBH e o levantamento das mesmas depende de exaustiva consulta a cada processo prevista para etapa futura dessa pesquisa. Entrevistas com técnicos da PBH indicam, contudo, que as maiores ocorrências se dividem entre aquelas que interferem diretamente no projeto, tendo como foco o espaço intralote, e aquelas que, a exemplo do que ocorre no licenciamento ambiental, são direcionadas para o espaço urbano da vizinhança e propõem projetos e ações de mitigação ou compensação de impactos.

No primeiro caso, foram destacadas: Ampliação de áreas permeáveis; Instalação/utilização de equipamentos e sistemas edifícios sustentáveis (iluminação, ventilação, energia elétrica, manejo de águas pluviais, área verde etc.); Medidas de controle de poluição sonora; e Medidas alternativas de controle de drenagem urbana. No segundo, foram citadas: Implantação de abrigo de pedestres em pontos de embarque e desembarque de transporte coletivo; Ampliação e adoção de áreas verdes; Implantação de soluções para acessibilidade ampla de Portadores de Mobilidade Reduzida e de pedestres e ciclistas (que podem também se referir ao projeto); e Medidas Socioeducativas. O alcance e a efetividade de tais medidas, no que tange seus objetivos de minimizar as consequências indese-

⁷ Foram realizadas 18 entrevistas semi-estruturadas, com utilização de um mesmo roteiro, com membros do COMPUR, representantes do sector público: poderes executivo e legislativo municipais (Prefeitura e Câmara de Vereadores) e da sociedade civil: setores empresarial, técnico e popular.

Tipo / Enquadramento	Nº Empreendimentos
Casa de Festas e Eventos	71
Casa de Shows	44
Serviço de uso coletivo com mais de 6.000 m ² : educação	35
Casa de Shows e Casa de Festas e Eventos	18
Heliponto	14
Hipermercado	10
Acesso por via de menor permissividade (Comercial)	8
Serviço de uso coletivo com mais de 6.000 m ² : justiça	7
Direito de permanência de uso	7
Parcelamento vinculado que originam lote maior que 10.000 m ² ou quarteirão com m extensão maior que 200 m	6
Não residencial com mais de 10.000 m ² de estacionamento ou mais de 400 vagas	5
Serviço de uso coletivo com mais de 6.000 m ² : clube esportivo	5
Escola Infantil, ensino médio e fundamental em via arterial	4
Uso misto com mais de 20.000 m ²	3
Serviço de uso coletivo com mais de 6.000 m ² : saúde	3
Serviço de uso coletivo com mais de 6.000 m ² : religioso	2
Serviço de uso coletivo com mais de 6.000 m ² : segurança	2
Centro de convenções	2
Serviço de uso coletivo com mais de 6.000 m ² : análise clínica	1
Residencial com mais de 300 unidades	1
Serviço de uso coletivo com mais de 6.000 m ² : assistência a idosos/abrigo	1
Serviço de uso coletivo com mais de 6.000 m ² : associativismo / educação / escolas localizados em vias arteriais, direito de permanência de uso na ADE da Pampulha.	1
Operação Urbana Consorciada	1
Acesso por via de menor permissividade de uso e ampliação do direito de permanência de uso	1
Direito de permanência na ADE Pampulha	1
Sem informação	1
Total	254

Tabela 3 – Número de empreendimentos por tipo no período de 2013 a outubro de 2016

Fonte: Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, Nov. 2016

jáveis e potencializar os efeitos positivos dos empreendimentos, demanda pesquisa direta com a vizinhança, além de acompanhamento e fiscalização, atividades que, infelizmente, não tem sido realizadas de forma sistemática após a emissão do habite-se e alvará de funcionamento.

O processo de tramitação do EIV em Belo Horizonte segue etapas que envolvem análises, emissão de diretrizes, desenvolvimento de projeto inicial e revisões, orientados por diversos órgãos e setores do executivo municipal organizados em uma comissão de interface e que pressupõem o acompanhamento por munícipes até o momento de apreciação pelo Conselho Municipal de Política Urbana. Contudo, diferentemente dos processos de Licenciamento Ambiental para os quais prevê-se a realização de audiências públicas, o Licenciamento Urbanístico conta com oportunidades de participação popular apenas por meio da pesquisa de percepção realizada junto à comunidade potencialmente afetada, como parte integrante do próprio EIV, e nas reuniões deliberativas do COMPUR, que são abertas ao público. As formas de publicização limitam-se à publicação dos eventos relativos ao processo de licenciamento no Diá-

rio Oficial do Município - DOM e à divulgação do local e das características do projeto em questão no site da Prefeitura. Intertessados podem ainda, ao longo do processo de licenciamento, solicitar, por escrito, consulta a partes ou à integralidade do processo, incluindo os resultados do Estudo de Impacto de Vizinhança.

A Imagem 2 mostra o fluxo do processo de licenciamento até a submissão do projeto para aprovação na Secretaria Municipal Adjunta de Regulação Urbana.

Observa-se que a propalada participação popular, se não é coibida, é, no mínimo, dificultada pelos precários mecanismos de publicização do processo. De fato, a publicação no Diário Oficial do Município tem pouca efetividade para um público leigo que normalmente constitui a vizinhança interessada. Já a comunicação de início do processo em jornal de grande circulação, bem como no momento de protocolo do EIV, pode ter maior alcance. Entretanto, quase sempre o formato reduzido da publicação junto a classificados diversos, e por um único dia, resulta também pouco eficiente para alcançar o público diretamente interessado. Estratégias mais eficazes de publicização no local do empreendimento, possibilitando sua identificação e interesse pela vizinhança e disponibilização do EIV e respectivos pareceres em versão integral no site da Prefeitura Municipal não foram implementadas. Outra questão relevante é a não convocação de audiência pública. Embora esteja previsto um prazo de dez dias após a publicação no Diário Oficial do Município do Relatório de Avaliação do Estudo de Impacto na Vizinhança – REIV e antes da apreciação dos estudos pelo COMPUR para apresentação de recursos por qualquer cidadão, tal fato não substitui a realização prévia de audiência pública, que seria um formato mais adequado, oportuno e democrático de participação.

A composição do Conselho Municipal de Política Urbana, órgão colegiado responsável pela deliberação das licenças, guarda a composição herdada das Conferências de Política Urbana, instrumento participativo utilizado para colher subsídios para a revisão periódica do Plano Diretor e do Zoneamento Municipais, com representação do setor público e da sociedade civil, sendo essa última dividida em setor popular, técnico e empresarial. Os representantes da sociedade civil são escolhidos em assembleias setoriais das quais participam entidades previamente inscritas para mandatos de dois anos.

Além da constatada baixa renovação do quadro de conselheiros e alternância das mesmas entidades nos assentos reservados à sociedade

civil, o COMPUR apresenta uma participação majoritária de membros do setor público municipal – oito do executivo e dois do legislativo - frente a apenas dois do setor popular. Não obstante representantes do setor técnico e do setor empresarial, ambos também com dois representantes cada, perfaçam o total de seis representantes da sociedade civil, pleitos da comunidade se apresentam, em geral, em condição minoritária, visto que, via de regra, os demais representantes tendem a se articular em torno dos interesses da administração e/ou do mercado.

As entrevistas com membros conselheiros dos diferentes setores realizadas no contexto dessa pesquisa dão pistas interessantes a respeito das visões compartimentadas e setoriais de cidade e do meio ambiente, bem como das principais motivações que embasam as articulações de interesses e de poder que perpassam os processos de licenciamento. Entendido como um *campo de poder* na acepção cunhada por Bourdieu (2004), o COMPUR conta com os elementos clássicos elencados pelo autor (hierarquia, capitais econômicos, sociais e culturais, e *habitus dos agentes*) que fazem a mediação entre determinações externas (interesses do mercado, de governo e das comunidades) e as deliberações conselho, orientando as disputas internas, impondo a formação de consensos e determinando a limitada autonomia de seus membros⁸. Particularmente, no que tange o papel da hierarquia, destaca-se o fato dos representantes das diversas secretarias adjuntas e empresas municipais responsáveis por assuntos e serviços urbanos com assento no COMPUR estarem sob o comando das secretarias de coordenação das políticas urbanas, subjulgando interesses setoriais a prioridades de governo. Já no que se refere ao *habitus dos agentes*, é nítida a convergência das disposições dos setores técnico e empresarial, e da maior parte dos representantes do setor público, para uma postura empreendedora e desenvolvimentista em contaposição à racionalidade preservacionista, mais presente nos processos de Licenciamento Ambiental conduzidos pelo Conselho Municipal de Meio Ambiente⁹.

Ainda que seja necessário debruçar detalhadamente sobre os processos de licenciamento para que se possa estabelecer de forma inequívoca as articulações que influenciam as deliberações do COMPUR (o que a continuidade dessa pesquisa prevê realizar), fica claro pelas temáticas prioritizadas e motivação dos atores (dinamização da economia local, geração de empregos, aumento da arrecadação de impostos), a hegemonia dos interesses do governo e

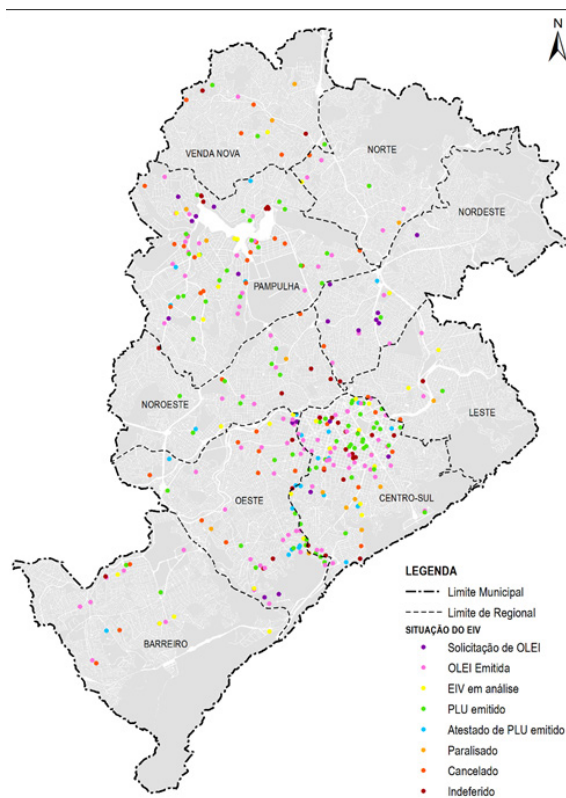


Imagem 1 – Localização e situação dos empreendimentos sujeitos a licenciamento urbanístico em Belo Horizonte no período de 2001 a outubro de 2016

Fonte: Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, Nov. 2016, adaptado pelos autores

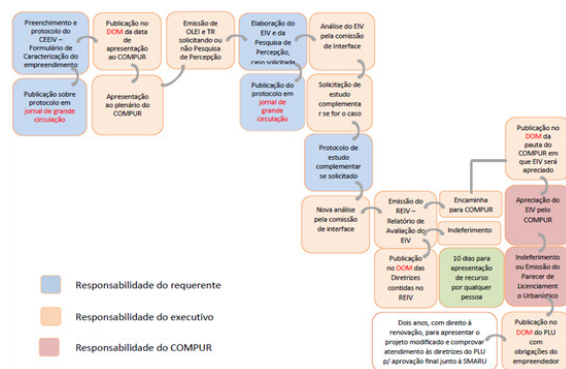


Imagem 2 – Tramitação do EIV segundo Decreto nº 14.594 de 30 de setembro de 2011

Fonte: Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, Nov. 2016, adaptado pelos autores

do setor empresarial, reforçados pelo legislativo municipal e parte do setor empresarial, todos fortemente ligados aos setores de comércio

⁸ Para uma análise aprofundada do papel dos agentes que participam da produção do espaço urbano no campo de poder dos Grandes Projetos Urbanos em Belo Horizonte Segundo uma abordagem Bourdiana, ver FREITAS (2016).
⁹ COSTA (2008) discute o papel dessas duas racionalidades distintas na conformação conflituosa da regulação urbanística e ambiental no Brasil.

Quantidade	Orgão/setor representado	Motivação/temática priorizada
1	Secretaria Municipal de Planejamento Urbano	Coordenação de políticas urbanas e dos processos de licenciamento
1	Secretaria Municipal de Governo	Projetos e políticas da atual administração
1	Secretaria Municipal de Serviços Urbanos	Coordenação de serviços urbanos, trânsito, resíduos sólidos, controle urbano e fiscalização
1	Secretaria Municipal de Meio Ambiente	Áreas verdes, resíduos sólidos, mobilidade e dispositivos de controle ambiental
1	Secretaria Municipal Adjunta de Regulação Urbana	Aspectos formais da legislação urbanística: parcelamento, ocupação, uso do solo e posturas.
1	Empresa Municipal de Transporte e Trânsito	Circulação, estacionamento e trânsito de veículos
1	Companhias Municipais de Habitação e Infraestrutura Urbana (Sudcap e Urbel)	Sistema viário, infraestrutura de drenagem e habitação de interesse social
1	Fundação Municipal de Cultura	Patrimônio histórico, arquitetônico, artístico e paisagístico.
2	Legislativo Municipal	Mercado imobiliário, comércio e serviços (bares e restaurantes)
Total: 12 representantes do setor público		
1	Setor Empresarial: FIENG, SINDUSCON, SECOVI	Construção civil e mercado imobiliário
1	Setor Empresarial: FECOMERCIO, ABRASELMG, GEMARQ	Serviços: Bares e restaurantes; arquitetura e urbanismo
1	Setor Popular: Associações de Bairro	Associações de bairro: transtornos por ruído, verticalização e adensamento excessivos, trânsito e poluição (lixo).
1	Setor Popular: Movimentos Sociais	Habitação social, equipamentos e serviços de uso coletivo.
1	Setor Técnico: CREA/Sociedade Mineira de Engenheiros - SME	Obras civis, infraestrutura urbana.
1	Setor Técnico: CAU/IAB/Sindicato dos Arquitetos.	Paisagem urbana, patrimônio, alternativas de mobilidade urbana e áreas verdes.
Total: 6 representantes da sociedade civil		

Tabela 5 – Principais motivações e temáticas priorizadas por membros do COMPUR

Fonte: Entrevistas realizadas com membros do COMPUR, Fev. 2017, sintetizado pelos autores

e serviços, construção civil e mercado imobiliário.

O Quadro 5 sintetiza algumas das principais questões priorizadas por cada representante conselheiro nas entrevistas realizadas. Interpretadas como disposições ou motivações mais valorizadas pelos agentes entrevistados, essas temáticas deram origem à análise que se segue com o objetivo de identificar conflitos e convergências existentes no interior do campo de poder representado pelos processos de licenciamento urbanístico estudados.

A forte presença das secretarias municipais que promovem a articulação das políticas setoriais (governo, serviços urbanos e planejamento) reforça a necessidade de gerir conflitos internos, garantindo-se governabilidade e os interesses da administração, mas denota também a hegemonia de temas como mobilidade, trânsito, uso e ocupação do solo, os quais, apenas em parte, a representação do setor popular destaca como prioritário.

Ainda sobre o setor popular, além da sua reduzida representação, observou-se pelas falas

dos entrevistados, grande dificuldade de fazer convergir interesses ligados a questões locais, mais afetas a transtornos à vida cotidiana, e questões mais gerais, relacionadas a demandas ampliadas da cidade, como é o caso dos equipamentos de interesse coletivo, transportes e habitação social. Acirra-se essa polarização quando grupos de alta renda lutam pela preservação de zonas exclusivamente residenciais ainda que a política urbana municipal tenha a mistura de usos e a descentralização de atividades como premissa. Nesse sentido, há sempre o risco do licenciamento discricionário, seja ele urbanístico ou ambiental, ser utilizado para reforçar atitudes do tipo NIMBY – *Not in my back Yard*, que possam resultar acirramento de injustiças ambientais, ao reservar usos mais incômodos para áreas onde os moradores são econômica e politicamente mais frágeis e menos articulados.

No caso das Operações Urbanas, esse conflito entre interesses estratégicos e locais, assume também importante fator de escala, dado que, em geral, correspondem a empreendimentos que destoam das características de uso e ocupação predominantes nas vizinhanças onde se instalam.

Considerações finais

Este artigo procurou discutir o papel dos atores e redes de influência em processos de licenciamento urbanístico com utilização de Estudos de Impacto de Vizinhança. A experiência de Belo Horizonte foi analisada, por meio da caracterização dos empreendimentos e atividades submetidos a EIV, da análise da composição e papel do COMPUR e dos principais resultados observados nos seis anos de vigência do instrumento na cidade. A este respeito, observa-se que, apesar dos retrocessos oriundos da separação do licenciamento ambiental do urbanístico no que tange principalmente às possibilidades de participação e controle social, o instrumento tem se mostrado capaz de influenciar a concepção de projetos tanto na perspectiva da redução de incômodos à vizinhança como também pela incorporação de dispositivos de controle ambiental vinculados à sustentabilidade das edificações.

Não obstante os problemas identificados, o EIV tem importante potencial de explicitação de conflitos, permitindo que a articulação dos grupos de interesses se dê na esfera pública em oposição à tradicional aprovação de empreendimentos e atividades que impactam a coletividade por meio apenas de procedimentos burocráticos a

portas fechadas. Por outro lado, observa-se também que suas maiores limitações referem-se ao maior peso dado às representações dos setores público e empresarial em detrimento das comunidades afetadas e à ainda limitada participação popular, às dificuldades de integração intersectorial das análises e à burocratização excessiva dos processos de aprovação, além da precária fiscalização e falta de acompanhamento das medidas adotadas pós licenciamento, dificultando a avaliação dos resultados e o monitoramento de efeitos cumulativos.

Na perspectiva de se avançar na aplicação dos instrumentos de gestão democrática da cidade, em tempos de incertezas e ameaças de retrocessos, conclui-se pela necessidade de apoiar os municípios com ações de capacitação e reforço institucional para a implementação deste e de outros instrumentos que podem ampliar a participação popular nas decisões de planejamento e gestão urbano ambiental.

Bibliografia

- Acselrad, H. (Org.) (2009), *A Duração das Cidades: sustentabilidade e risco nas políticas urbanas*, Rio de Janeiro: Lamparina Editora.
- Araújo, R. e Campante, A. (2017), “Estudo de Impacto de Vizinhança: questões e desafios de sua implementação, Reflexões a partir da experiência de Belo Horizonte”, *XVII ENANPUR, Anais*, São Paulo, Disponível em: http://anpur.org.br/xviienanpur/principal/publicacoes/XVII.ENANPUR_Anais/ST_Sessoes_Tematicas/ST%204/ST%204.1/ST%204.1-01.pdf.
- Araújo, R. e Costa, H. (2012), “Regulação ambiental no espaço urbano: a trajetória do licenciamento ambiental no município de Belo Horizonte”, *Cadernos de História da PUC Minas*, Belo Horizonte, Minas Gerais, v. 13, n.º 19, pp. 94-125, Disponível em: <http://periodicos.pucminas.br/index.php/cadernohistoria/article/view/P.2237-8871.2012v13n19p94/4372>.
- Arnstein, S. (1969), “A ladder of citizen participation”, *Journal of the American Institute of Planners*, 8, pp. 216-224.
- Bourdieu, P. (2004), *Os usos sociais da ciência: por uma sociologia clínica do campo científico*. São Paulo: Ed, UNESP.
- Câmara Municipal de Belo Horizonte (1996), *Lei Municipal n. 7165 que institui o Plano Diretor do Município de Belo Horizonte*.
- Carvalho, J. (2005), *Comentários ao Estatuto da Cidade*, Rio de Janeiro: Lúmen Júris.
- Congresso Nacional Brasil (2001), *Lei Federal*

do Parcelamento Urbano: Lei Federal 10.257, Estatuto da Cidade, Disponível em: bd.camara.gov.br/bd/bitstream/handle/bdcamara/2444/estatuto_cidade_4ed.pdf?...4 Acesso em: 15 de agosto de 2016.

- Costa, H. (2008), “A trajetória da temática ambiental no planejamento urbano no Brasil: o encontro de racionalidades distintas”, in Costa, G. e Mendonça, J. (Orgs.), *Planejamento Urbano no Brasil trajetória, avanços e perspectivas*, Belo Horizonte: C/Arte, pp. 81-92.
- Freitas, D. (2016), *Desvelando o campo de poder dos grandes projetos urbanos na Região Metropolitana de Belo Horizonte*, Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais (Dourorado em Arquitetura e Urbanismo).
- Harvey, D. (1996), *Justice, nature and the geography of difference*, Oxford: Blackwell Publishers.
- Miessen, M. (2010), *The nightmare of participation (Crossbench parxis as a mode of criticality)*, New York/Berlin: Sternberg Press.
- Prefeitura Municipal de Belo Horizonte (2011), *Decretos Municipais No. 14.479 e 14.594 que regulamentaram o Estudo de Impacto de Vizinhança e os procedimentos para licenciamento urbanístico de empreendimentos e atividades sujeitos a EIV*.
- Secretaria Municipal Adjunta de Planejamento Urbano de Belo Horizonte (2013 a 2016), *Caracterização de empreendimentos para EIV*, disponível em http://portalpbh.pbh.gov.br/pbh/ecp/comunidade.do?evento=portlet&pIdPlc=ecpTaxonomiaMenuPortal&app=planejamentourbano&tax=47428&lang=pt_BR&pg=8843&txp=0&.
- Swyngedouw, E. (2009), A cidade como um híbrido, in Acselrad, H. (org.), *A Duração das Cidades: sustentabilidade e risco nas políticas urbanas*, Rio de Janeiro: Lamparina Editora, pp. 99-120.

Processo de Planeamento Participado: o caso do Plano Diretor de Ordenamento Territorial da Região Administrativa Especial de Oé-Cusse Ambeno – Timor-Leste

António Amado^a, Inês Ramalhete^b, João Freitas^c,
Evelina Rodrigues^d, Ana Silva^e, Miguel Amado^f

Resumo

A falta de competências instaladas nas entidades que administram o território nos países em desenvolvimento, conduz a um processo de planeamento inacessível à população, dificultando deste modo a concretização dos objetivos. Neste artigo é feita a apresentação do modelo de participação adotado no Plano Diretor de Ordenamento Territorial (2016) na Região Administrativa Especial de Oé-Cusse Ambeno – Timor-Leste. Discute-se o seu contributo para a superação dos problemas do território, da administração, e das necessidades sociais da população. A atividade desenvolvida permite retirar conclusões no que diz respeito à aplicabilidade do modelo de participação adotado e a novos desafios na esfera do planeamento participado.

Palavras-Chave

Timor Leste, Participação Pública, Planeamento.

Abstract

The lack of skills installed in the entities that manage the territory in the developing countries leads to a planning process that is inaccessible to the population, making it difficult to achieve its objectives. This paper presents the participation model used in the *Plano Diretor de Ordenamento Territorial* (2016) at the *Região Administrativa Especial de Oé-Cusse Ambeno – Timor-Leste*. It is discussed its contribution to overcome territorial problems, administrative issues, and social needs of the population. The action made allows to create conclusions that can guide the applicability of the applied participation model to new challenges in the sphere of participatory planning.

Keywords

East Timor, Public participation, Planning

Introdução

A complexidade que o modelo de desenvolvimento das sociedades promove sobre o território, requer a resposta de um universo de atores multidisciplinares e atentos às inovações e matérias emergentes na esfera do ordenamento do território (Amado e Cavaco, 2017).

Vive-se um contexto de constante aceleração da vida moderna, em que a mutação das características territoriais se dá a um ritmo cada vez mais acelerado, e onde as práticas de ordenamento do território se apresentam assentes em processos de planeamento reativos, necessitando que ocorra um acompanhamento constante das mutações territoriais e tendências socio

económicas (Ferrão e Mourato, 2010). Aliado ao aumento da complexidade e das disciplinas que integram a atividade do planeamento, encontra-se a tendência para se transpor de uma cultura de planeamento estático e exclusivo, para uma ótica de planeamento flexível e inclusivo (Amado, 2014).

Tal contexto pretende assegurar uma intervenção técnica capacitada e eficaz na ponderação da participação pública, bem como responder à necessidade de legitimar as opções de planeamento e de desenvolvimento que são tomadas em sede das ações de planeamento (Amado e Cavaco, 2017). Ainda assim, embora o exercício do planeamento seja considerado uma atividade que cabe a todos e que não diz respeito apenas a

^a CIAUD - Centro de investigação em Arquitetura, Urbanismo e Design. FA-UL. Email: antonioribeiroamado@campus.ul.pt

^b CIAUD - Centro de investigação em Arquitetura, Urbanismo e Design. FA - UL. Email: i.ramalhete@fct.unl.pt

^c GEOTPU LAB, IST - UL. Email: jc.freitas@fct.unl.pt

^d GEOTPU LAB, IST - UL. Email: ebm@fct.unl.pt

^e GEOTPU LAB, IST - UL. Email: ana_isabel53@campus.fct.unl.pt

^f CERIS - Civil Engineering Research and Innovation for Sustainability. IST - UL. Email: miguelpamado@tecnico.ulisboa.pt

um grupo específico de indivíduos, é necessária a consciência de que existem papéis e relevâncias diferentes para cada grupo ou conjunto de atores envolvidos (Amado, 2005).

É uma perspetiva que ao convidar à integração e participação da população nos processos de planeamento, assegura um modelo onde o interesse público é incluído nos processos de decisão, assumindo-se o espírito reivindicativo da participação ativa nos mesmos e valorizando a participação em planeamento como um exercício de cidadania, construindo os alicerces para uma colaboração social refletida, empenhada e continuada.

No entanto, este contexto de participação não é uma realidade nos países em desenvolvimento (Amado *et al.*, 2016). A falta de competências instaladas nas entidades com responsabilidade pela administração do território é notória, estimulando um processo de planeamento inacessível às populações, o que dificulta a implementação dos planos e a concretização dos seus objetivos.

A elaboração do Plano Diretor de Ordenamento Territorial (PDOT), desenvolvido em 2016, para a Região Administrativa Especial de *Oé-Cusse Ambeno* – Timor-Leste (RAEOA), que constitui o caso em estudo, permitiu desenvolver uma prática de planeamento inclusiva em que a participação pública assumiu um papel colaborativo em detrimento da noção tradicional de participação que, por vezes, se esgota na simples comunicação à população do decorrer do processo de elaboração do plano. Deste modo, o PDOT adotou um modelo de participação da população, segundo a ótica de integração e colaboração. Integração, no sentido das ações de participação auxiliarem na superação das dificuldades, em estruturar e implementar um processo de planeamento, onde não exista qualquer cultura de planeamento instalada. Colaboração, visto que não existindo qualquer informação base de partida, é necessário ultrapassar a falta de informação base com conhecimento local. Estes dois conceitos (integração e colaboração) assumem uma condição de destaque devido ao contexto em que é desenvolvido o PDOT, agravado pelo facto de a população não dominar a própria língua oficial do país nem os conceitos técnicos utilizados.

Esta situação conduziu a que o processo de planeamento adotado reunisse em si dois propósitos, a elaboração do PDOT e a construção dos alicerces para a sistematização da informação e estruturação organizacional da futura gestão do território. Foi neste contexto, atribuído um papel determinante à inclusão de agentes locais na equipa e à interdisciplinaridade na coprodução

do espaço, em especial na delimitação das áreas de desenvolvimento urbano com recurso a métodos participativos, no delinear das estratégias de desenvolvimento setoriais.

Plano diretor de ordenamento territorial da região de Oé-Cusse Ambeno (PDOT)

O PDOT foi desenvolvido num contexto político-administrativo próprio, que lhe atribuiu um carácter de exceção face aos restantes instrumentos que regulam a ocupação do território e do desenvolvimento urbano em Timor-Leste.

Em primeiro lugar, o PDOT incide sobre um território de Timor-Leste que constitui o enclave que determinou a constituição da RAEOA, integrando as áreas de *Oé-Cusse e Ataúro* e permitindo que estas possam assumir um tratamento diferente ao nível do estatuto autónomo no contexto nacional. A segunda, uma vez que o plano foi promovido ao abrigo da figura das Zonas Especiais de Economia Social de Mercado de Timor-Leste (ZEESM-TL), que tem como atribuição administrar o território da RAEOA, num contexto de autonomia administrativa, financeira e patrimonial de personalidade jurídica e com órgãos próprios.

Por último, visto que a ZEESM, encarregue de criar o modelo de ordenamento do território que permitisse suportar a futura transformação do uso do solo num prazo temporal muito curto (1 ano), viu-se na obrigação de interferir na definição do processo administrativo a adotar.

Contexto

Oé-Cusse é um enclave de Timor-Leste rodeado pela província de *Nusa Tenggara Timur* da Indonésia, com exceção do limite norte onde ocorre a costa marítima (Yoder, 2016). Encontra-se isolado territorialmente do restante território timorense, a uma distância de 80 km da fronteira para a restante área do país.

Oé-Cusse apresenta uma área de 815 km², composta por 4 sub-distritos (*Nitibe, Oesilo, Passabe and Pante Massacar*) que organizam 8 Sucos (*Abani; Bobometo; Costa; Cunha; Naimeco; Taiboco; Benafi; Bene-Ufe; Bobocasse; Lalisuc; Lela-Ufe; Lifau; Melelai; Nipani; Suni-Ufe; Usi-Tacae; Usi-Taco; Usi-Taqueno*) e agregam 63 Aldeias (DGE-TL, 2013).

O isolamento de Oé-Cusse torna-se ainda mais evidente devido aos constrangimentos da sua oro-

grafia e ao facto de existir apenas um acesso viário operacional (ICG, 2010; Sanchez *et al.*, 2012; ZEESM *et al.*, 2016), dado as fronteiras com a Indonésia, exceto a Este (*Sakato*), ainda se encontrarem fechadas desde o fim do período de ocupação Indonésio em *Oé-Cusse*. O acesso preferencial é feito por barco ou avião, numa ligação marítima (*Nakroma ferry*) que dura de 11 a 12h (dependente da agitação marítima) e, por ligação aérea de 25 a 30 min (ZEESM *et al.*, 2016). O isolamento verifica-se não só face ao exterior, mas também em termos internos, onde a ausência de estradas e a orografia acentuada são problemas muito difíceis de contornar. A maioria do território detém uma estrutura de ocupação construída de forma linear, ao longo dos eixos viários, com aglomerados constituídos com uma estrutura fundiária de lotes padrão com 2.500,00 m² (ZEESM *et al.*, 2016), numa lógica em que a própria forma de apropriação e transformação do espaço é feita de modo a que se perpetue a imagem de isolamento, tanto na relação com a escala regional, como com a escala do aglomerado.

Oé-Cusse tem perto de 72.230 hab., com uma população jovem (43,3% do total) e em idade ativa (52,6% do total), sendo a população mais idosa pouco expressiva (4,1% do total) (DGE-TL, 2013). A população vive muito limitada à escala territorial da aldeia, tendo como expoente máximo os representantes da aldeia e o chefe de *suco*, num modelo familiar em que o homem é o representante do agregado e tudo passa por ele (ZEESM *et al.*, 2016).

Em termos económicos, existe uma pobreza generalizada, dado que a população apresenta rendimentos baixos, ou não tem rendimentos de todo, evidenciando uma situação de sobrevivência na base da agricultura de subsistência e onde uma pequena parte da população trabalha para o Estado Timorense em funções pouco qualificadas por ausência de competências. Tal é resultado de o ensino ministrado não estar adequado às funções, que a região necessita e que depois irão exercer, caso venham a trabalhar para o Estado.

Ao nível do funcionamento administrativo e do quadro legal de suporte, a região desenvolve-se com apoio exclusivo na ZEESM. Os diplomas e regulamentos são elaborados pela RAEOA através da ZEESM, sendo propostos a nível regional e aprovados a nível nacional, onde o Governo nacional detém sempre a possibilidade de introduzir alterações. Apesar desta orgânica ter vindo a permitir agilizar e acelerar significativamente a elaboração de diplomas e regulamentos, a aprovação a nível nacional não tem vindo a acompanhar a fluidez processual incutida pelo

nível regional, o que se traduz em atrasos na implementação das atividades que decorrem dos planos e programas.

Construção do modelo de participação

Questões de partida para a construção do modelo

A definição das premissas de partida para a construção do modelo de participação, foi desenvolvida num momento *ex-ante*, espelha os objetivos que se pretendem alcançar com a realização dessa participação e reforça a perspetiva de uma participação e acompanhamento ao longo de todo o processo (*on-going* ou *in continuum*) em que a definição e construção do modelo participativo segue, também ele, um processo participado.

Nesse sentido, as questões de partida funcionaram como barreiras que se pretendiam transpor pela construção do modelo de participação, a fim de não prejudicarem a aplicação do modelo de ordenamento do território, atendendo a questões de interesse, linguísticas, culturais, sociais, administrativas, de aceitação e credibilização, noção de justiça e igualdade.

A primeira e principal questão de partida para a construção do modelo de participação no âmbito do PDOT e no contexto social de *Oé-Cusse* cinge-se à barreira do interesse.

Entender como gerar interesse significa integrar a população no processo de planeamento, enquanto se incutem práticas colaborativas como um veículo na resolução dos problemas, assumindo-se estas práticas como vetor de desenvolvimento social.

A ausência de uma cultura de planeamento não é um vetor de integração da população e não contribui para legitimar e afirmar a nova orgânica administrativa da ZEESM. É visível a falta de interesse da população para comparecer e participar nas ações de participação promovidas pela autoridade regional. Tal deve-se ao facto de, no presente contexto, as ações de participação pública, não serem prática corrente ao longo do processo, ocorrendo por norma, apenas num momento *ex-ante*.

A barreira linguística constitui-se como fator de inibição e desinteresse no processo de planeamento. O facto de a população não dominar as duas línguas oficiais de Timor-Leste (Português e *Tetúm*) e de existir mais do que um dialeto e variantes desse dialeto, contribui para uma postura de isolamento e de exclusão no contexto do pro-

cesso de planeamento, que se rege apenas pelas duas línguas oficiais.

A barreira cultural aborda a temática da capacitação da mulher e do direito da participação alargada a todos os setores societários. A realidade de as mulheres não terem a mesma oportunidade de se pronunciarem, dado a família ser representada pelo homem e de tudo passar pelo chefe de *suco*, é um aspeto limitador para o processo de participação.

Para além de promover uma relação de supremacia do chefe de *suco* face à população do respetivo *suco*, o facto de este ser o representante da população e o interlocutor entre o *suco* e o exterior, resulta na possibilidade de ocorrerem ações de contestação na fase de implementação. É de referir que no caso de *Oé-Cusse*, a contestação quando se verifica decorre de conflitos na esfera da expropriação de terras ou de habitações, onde o facto de não existir oportunidade para a população participar e ser integrada ao longo do processo, torna difícil de evitar a resolução antecipada destes conflitos. É ainda de notar que, estas contestações tendem só a ocorrer na fase de implementação, pois durante as ações de participação pública, a população opta por não comparecer, sendo representada pelo chefe de *suco* quando este consegue comparecer e entender o que lhe é transmitido.

A barreira social está muito relacionada com as questões inerentes à barreira cultural. No entanto, procura abordar os aspetos relacionados com o acesso e integração na participação. Tem por base o facto de a população não dominar os conceitos técnicos e que, em muitos dos casos, não teve oportunidade para adquirir conhecimentos que lhes permitam entender todos os conteúdos do plano através de uma leitura individual das peças formais que acompanham um plano desta natureza.

A barreira administrativa diz respeito à temática da agilização e articulação do processo através do interesse, entusiasmo e disponibilidade. Foca essencialmente o corpo técnico, no seu ritmo de trabalho (muito lento na situação em apreço) e a noção de responsabilidade que é, na maioria das vezes, pouco compreendida ao nível dos efeitos ou então não assumida de todo.

Os técnicos procuram não ter de assumir decisões, a fim de não serem responsabilizados por eventuais consequências de opções tomadas. Esta situação conduz a que tudo esteja centralizado na Presidência da RAEOA, numa ótica em que é difícil ocorrer uma delegação de competências e de tarefas, gerando, deste modo, uma situação onde só o Presidente decide e se responsabiliza pelas opções tomadas. No seguimento da barreira ad-

ministrativa está o reconhecer do novo contexto legal e administrativo – barreira da aceitação e credibilização. A aceitação e credibilização surgiram como uma das barreiras que requeria maior sensibilidade social a ser tratada, a par da noção de justiça e igualdade. A falta de integração e a inexistência de uma cultura de planeamento, deu origem a um panorama que carece de reconhecimento enquanto novo contexto legal e administrativo. É prática corrente, ignorar e evitar interpretar os diplomas e regulamentos existentes, tanto pela população residente como pelas empresas a operar no território. Daí que, por exemplo, mesmo em situações onde existe um Despacho Presidencial que proíbe a realização de aterros em zonas inundáveis, estes continuam a ocorrer devido à falta de credibilização do contexto legal e administrativo e, por não ser assumida uma tomada de posição pela fiscalização que, quando existe, não é efetiva e não assegura uma proximidade ao território.

A escassez de instrumentos de planeamento e gestão contribui também para o acentuar da barreira da aceitação e credibilização. O facto de a nível nacional e regional não existir qualquer instrumento de proteção que abranja a totalidade do território, leva a que a proteção dos valores naturais recaia, em termos operacionais, sobre a decisão do Presidente, na quase totalidade das grandes obras e infraestruturas.

Por outro lado, no caso de pequenas intervenções que ocorrem à diminuta margem do conhecimento Presidencial, estas não são fiscalizadas, comprometendo a proteção dos valores naturais existentes, mesmo sendo esta uma área com legislação existente.

A noção de justiça e igualdade, apresenta-se como uma questão crucial para a agilização dos processos de elaboração, execução e implementação de planos. A sua noção chega a confundir-se com equidade. O facto do desenvolvimento e dos investimentos mais recentes se focarem na capital-distrito de *Oé-Cusse*, a cidade de *Pante Macassar*, gera sentimentos de injustiça em relação às oportunidades existentes, por parte das populações das áreas mais isoladas que, por vezes, se sentem desapoizadas pelas entidades de governação. A noção de igualdade é, assim, uma noção alargada que extravasa o indivíduo e a sua propriedade, indo para além da relação entre aldeias e sucos. É uma noção alvo de comparabilidade nas relações interpessoais e espaciais, a nível individual e com a sua envolvente mais próxima, estendendo-se a todo o território regional. Daí que, por exemplo, situações de expropriação são melhor aceites se afetarem todos os proprietários

de um determinado assentamento, do que se cingirem apenas a parte destes. Mesmo que implique expropriar uma área maior (por exemplo o dobro), a expropriação é melhor aceite se afetar todos os proprietários de igual modo.

Modelo de Participação adotado

Neste quadro teórico de suporte ao desenho de um modelo de participação aplicável a *Oé-Cusse*, foi realizada uma análise com suporte no processo de planeamento que se pretendia adotar para a elaboração do plano, tendo em conta as questões de partida identificadas (Barreiras) que se pretendiam ver ultrapassadas (ver Imagem 1).

O modelo de participação concebido assenta numa estrutura participativa *on-going*, na qual o poder é, até certo ponto, exercido de forma coletiva e segundo a atuação permanente e organizada de todos os atores envolvidos, tendo em conta que o exercício do planeamento é aceite como uma atividade colaborativa.

Neste sentido, e visto que existem papéis com relevâncias diferentes para cada grupo ou conjunto de atores na implementação da estratégia por todos construída, optou-se por integrar equipas distintas nos diferentes momentos do processo de participação, e consoante a natureza dos assuntos abordados.

Foram definidos três grupos de atores a envolver nos momentos de participação: Corpo político; Corpo Técnico/Administrativo; População.

Na 1ª fase do processo de planeamento adotado, correspondente à identificação dos problemas e potencialidades na elaboração do PDOT, a participação restringiu-se ao corpo político. Esta restrição imprime a noção de poder de decisão ao corpo político e assegura que estes estão envolvidos na definição da estratégia a adotar e das estratégias a construir na elaboração do plano. Em simultâneo, garante-se uma maior agilização na transmissão futura de orientações aos vários setores e entidades.

Na definição dos objetivos a alcançar com o plano (2ª fase), são envolvidos na ação de participação o corpo político e o corpo técnico/administrativo. A junção destes dois grupos traduz a noção de articulação entre setores e de integração do corpo técnico/administrativo que se afigura

importante na futura implementação do PDOT. Deste modo, esta fase de participação revelou-se útil para a definição dos objetivos estratégicos de forma articulada entre os vários setores envolvidos no processo de planeamento.

A integração da população no grupo de atores envolvidos ocorre na 3ª fase – levantamento e análise, na qual os três grupos (Corpo Político; Corpo Técnico/Administrativo; População) são requeridos para possibilitar uma caracterização detalhada às várias escalas e setores, visto que, em certas matérias uma análise de conjunto não é suficiente, exigindo-se uma análise de proximi-

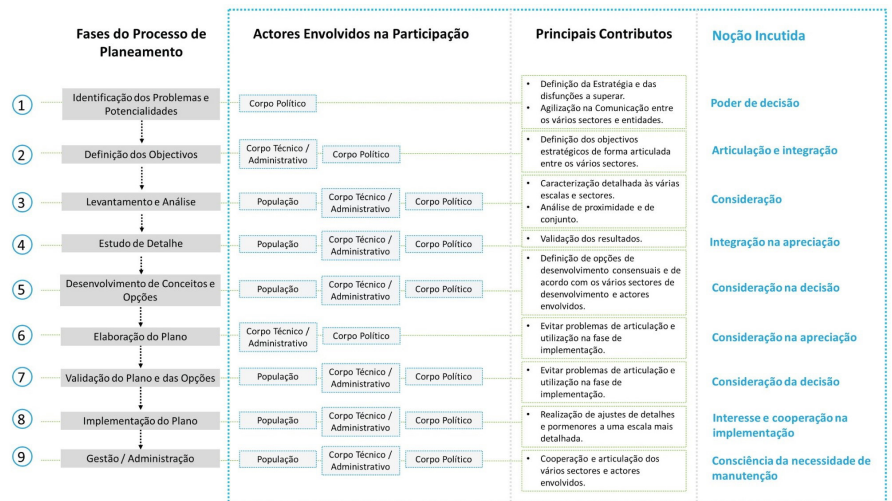


Imagem 1 - Modelo de Participação Adotado no PDOT

Fonte: autores, 2016

dade. No caso específico do PDOT, a integração da população nesta fase incultiu a noção de consideração no seio da população que, pela primeira vez, teve a possibilidade de integrar e participar de forma ativa no processo de ordenar e planear a intervenção territorial.

A participação dos 3 grupos de atores em conjunto estende-se às fases 4ª e 5ª. Na 4ª fase, estudo de detalhe, para além da noção de integração e apreciação que é inculcada nos atores envolvidos, é possível efetuar a validação dos resultados, uma vez que a população e o corpo técnico têm uma proximidade ao território que a equipa externa de consultores que desenvolve os estudos, não consegue ter. Esta experiência é proveitosa na 5ª fase, pois no desenvolvimento de conceitos e op-

ções, estes 3 grupos de ações verificaram-se úteis na definição de opções de desenvolvimento consensuais ao nível dos vários setores de desenvolvimento e atores envolvidos. Esta é uma fase crucial pois suscita a noção de consideração na tomada de decisão aos 3 grupos de atores.

As ações de participação na 6ª fase, elaboração do plano, não integraram a população devido ao contexto, curto prazo para a elaboração do plano e falta de competências técnicas da população para uma leitura das peças que incorporam um plano desta natureza. Além destes aspetos, acresce ainda a falta de mobilidade e o isolamento da população associado às dificuldades de comunicação linguística. Estas dificuldades exigiam dedicar um período de tempo maior, por forma a garantir a compreensão pela população do conteúdo integral das peças do plano.

Assim, a população volta a integrar o conjunto de atores envolvidos na participação na 7ª fase, validação do plano e das opções, sendo inculcida nos 3 grupos de atores a noção de consideração na tomada de decisão. Deste modo, evitam-se problemas de articulação na transposição para a fase de implementação, e contribui-se para uma maior aceitação do PDOT no seio da população.

Uma vez que foi entendido o processo de participação como uma estrutura participativa ao longo de todo o processo, este foi estendido às fases 8ª e 9ª do processo de planeamento desenvolvido.

A 8ª fase, correspondente à implementação do plano, envolve nos momentos de participação os 3 grupos de atores, inculcando a noção de interesse e fomentando a cooperação no processo de implementação. A participação na 8ª fase assemelha-se muito a uma colaboração, uma vez que estas participações permitem a realização de ajustes de detalhe e pormenor na implementação.

Relativamente à 9ª fase, gestão e administração, pretende-se que ocorra a introdução da noção de consciência da necessidade de manutenção do plano, contribuindo as ações de participação para a cooperação e articulação entre os vários setores e atores envolvidos no processo de planeamento.

Contributo das ações de participação e resultados obtidos na implementação do PDOT

O modelo de participação adotado e o respetivo contributo efetivo das várias ações de participação, verificou-se bastante útil na agilização de todo o processo.

Não existe dúvida de que o principal contributo do modelo de participação concebido, foi a agilização de todo o processo de planeamento e de que só foi possível construir uma estratégia de desenvolvimento eficaz e articulada aos vários setores, num contexto sem cultura de planeamento, sem informação de base e num espaço de tempo curto, com a integração e articulação de todos os atores no seio de todo o processo de planeamento.

No entanto, na análise individual das várias ações de participação promovidas, a leitura já não é tão clara e imediata. A identificação do principal contributo, no que diz respeito ao contributo individual e efetivo das várias ações de participação promovidas, torna-se uma tarefa complexa. Na verdade, certas ações de participação contribuíram mais para uma integração dos vários grupos de atores definidos (Corpo Político; Corpo Técnico/Administrativo; População) em termos informativos, do que propriamente para a discussão de opções e tomadas de decisão. Mesmo sendo aliciada e promovida, a discussão sobre as matérias envolvidas verificou-se muito difícil, o alcance de um ambiente favorável ao debate de assuntos específicos com elevados requisitos em termos de conhecimento técnico específico. É de referir que da parte do corpo técnico e administrativo da ZEESM, o panorama era totalmente diferente pois, por norma, eram sempre representados por dois especialistas que cobriam as matérias envolvidas no ordenamento do território.

No geral, as ações de participação verificaram-se muito proveitosas, integrando uma população que não se encontrava interessada e avivando um corpo técnico-administrativo que se encontrava desmotivado. Atingiram os objetivos a que se pre-dispunham e que, como dito antes, por vezes não se cingiam a uma contribuição do ponto de vista técnico para a produção do plano, mas sim para a aproximação da proposta de plano à realidade territorial – sistema real.

Para além disso, e já com resultados visíveis, estas ações contribuíram para a melhoria do plano em termos de adequabilidade e aceitação, nesta primeira fase de implementação.

O modelo de participação e as ações promovidas contribuíram para o ato de produção e elaboração do plano, pois permitiram identificar a necessidade de criar um veículo de apoio à implementação do plano. Neste sentido, foi deliberada a constituição de um GTA – gabinete técnico de acompanhamento, para assegurar a execução de um conjunto de ações técnicas e institucionais de apoio à implementação do PDOT, sob alçada da RAEOA e da ZEESM-TL.

Embora não sendo de assimilação imediata, o GTA é um contributo das ações de participação, pois foi com base nestas que se identificou a necessidade da sua criação para o apoio à leitura, operacionalização e implementação do plano. O GTA é hoje considerado imprescindível na persecução dos objetivos com que o PDOT se apresenta, sendo que, o GTA já forma técnicos locais, elabora pareceres técnicos, desenvolve o acompanhamento e fiscalização de obras, e procede à validação de propostas de localização de infraestruturas, entre outras atividades. Apoiava ainda o processo de tomada de decisão por parte do corpo político.

Nesta ótica, o facto de já começar a existir uma base territorial elaborada com recurso a ferramentas de SIG, identificando todas as infraestruturas existentes, e que é acompanhada e atualizada de modo regular pelo GTA, resulta num instrumento de grande contributo para o planeamento e ordenamento da Região, representando um avanço significativo em termos processuais e que pode ser, em parte, associado às ações de participação, pois foi dessa participação que emergiu a sua criação.

O facto de o PDOT ser um diploma legal e regulamentar elaborado pela RAEOA através da ZEESM e, obrigatoriamente aprovado ao nível nacional, traduz-se no facto de que, embora o PDOT ainda não tenha formalmente a aprovação a nível nacional, o GTA já o considera numa ótica de prevenção, preparação e regulação do desenvolvimento territorial futuro.

Neste sentido, e em termos dos resultados visíveis das ações de participação na implementação do PDOT, são de salientar a redução substancial do tempo de resposta por parte dos vários setores da administração e o aumento do número de respostas e participações por parte da população.

É de notar que a população já hoje se dirige à Direção Regional de Obras Públicas (DROP) para solicitar um género de licenciamento e que, a aprovação de operações urbanísticas de menor dimensão é realizada a nível regional pela DROP, segundo um processo célere e com um acompanhamento continuado durante a fase de transformação do uso do solo e/ou da construção. Como resultado a informação de base territorial referente à fiscalização das obras que estão em fase de execução está progressivamente a dar entrada na DROP.

Entretanto já foi registada a primeira sugestão formal de melhoria e alteração às obras em vigor, tendo numa ótica de promover a participação espontânea, sido criado um local próprio que convida à participação, num suporte em que esta

fica registada em suporte físico e é transmitida de imediato ao corpo técnico.

Discussão e conclusões

A complexidade inerente ao desenvolvimento territorial e social, requer modelos de planeamento cada vez mais inclusivos e integradores, assegurando uma intervenção técnica capacitada e a devida participação da população. Este contexto não é, contudo, uma realidade na generalidade dos países em desenvolvimento, onde a participação da população nos processos de decisão ainda não é assegurada e o espírito reivindicativo e de participação social não é valorizado enquanto exercício de cidadania. Existem exceções, como a elaboração do PDOT agora debatido. A dificuldade sentida ao estruturar o processo de planeamento quando não existe à partida qualquer informação base, e onde a população não domina a própria língua oficial do país nem os conceitos técnicos, conduziu a que o processo de planear reunisse em si, não só a elaboração do PDOT, como também a construção dos alicerces para a sistematização de informação e o arranque da estruturação organizacional para uma futura gestão do território.

O modelo de participação adotado valida a opção por uma participação continuada, que abrange todo o processo desde a definição da visão, conceção da estratégia, opções de desenvolvimento e o próprio modelo de inclusão da participação da população.

Validaram-se também as mais-valias em termos de articulação e agilização, com a atribuição de um papel determinante à inclusão de agentes locais na equipa e à interdisciplinaridade na coprodução do espaço, em especial na delimitação das áreas de desenvolvimento urbano com recurso a métodos participativos no delinear das estratégias de desenvolvimento setoriais.

A reflexão desenvolvida sobre o modelo de participação aplicado no PDOT, incluindo os primeiros contributos e resultados visíveis no início da sua primeira fase de implementação, mostram o seu potencial enquanto contributo para a superação dos problemas territoriais, da administração, e das necessidades sociais da população.

O modelo adotado e a metodologia criada para a sua aplicação no caso do PDOT, é complexa e centralizada na equipa responsável pela elaboração do plano. Esta situação pode levantar problemas na aplicação em situações que já possuam um conjunto de atores organizados segundo uma orgânica densa e complexa. Nestes casos, o modelo adotado e o carácter centralizador da meto-

dologia criada, podem dificultar a delegação de funções nas ações de participação e na análise dos seus resultados, originando atrasos significativos no processo de planeamento.

No entanto, nesta situação onde não existia qualquer cultura de planeamento e predominava uma orgânica simples e pouco densificada, apenas foi possível construir uma estratégia de desenvolvimento consensual, eficaz e articulada aos vários setores, num espaço de tempo tão curto, com a aplicação desta metodologia que assegurava a integração de todos os atores no processo de planeamento.

Constata-se deste modo que, o modelo adotado e a metodologia criada, nos casos semelhantes ao PDOT, permitem agilizar o processo de elaboração do plano, garantir articulação entre setores, aumentar a aceitação por parte da população, diminuir o tempo de resposta por parte dos vários setores e especialidades e, em particular, aumentar a adequação das propostas à realidade territorial e social.

Bibliografia

- Amado, A. (2014), “Avaliação no Processo de Planeamento e Gestão das Frentes de Água: necessidade de incorporar no Plano Director Municipal acções de antecipação, gestão e adaptação”, *Arquitecturas do Mar, da Terra e do Ar – Arquitectura e Urbanismo na Geografia e na Cultura*, AEAULP, ISBN: 9781502424921.
- Amado, A. e Cavaco, C. (2015), “Benefits of Evaluation in Spatial Planning: Learnings from Three Methodologies”, *Int J. Hous. Sci.*, pp. 27–38.
- Amado, A. e Cavaco, C. (2017), “Dinâmicas Territoriais: experiências de monitorização e avaliação ao nível local em Portugal”, *A Língua Que Habitamos - Desafios À Cidade. Facetas de Uma Urbanização Em Ritmo Acelerado*, AEAULP, pp. 322–335.
- Amado, M. (2005), *Planeamento Urbano Sustentável*, 1ª. ed., Casal de Cambra: Edições Caleidoscópico.
- Amado, M., Ramalheite, I., Amado, A., Freitas, J. (2016), “Regeneration of informal areas: An integrated approach”, *Cities, Elsevier*, pp. 59-69.
- Direcção Geral de Estatística Timor-Leste (DGE-TL) (2013), *Oe-cusse em Números 2013 (Estatístico)*, Direcção Geral de Estatística Timor-Leste, Timor-Leste.
- Ferrão, J. e Mourato, J. (2010), “A Avaliação de Políticas Públicas como Factor de Aprendizagem, Inovação Institucional e Cidadania, O Caso da Política de Ordenamento do Território em Por-

tugal”, *R B Estud. Urbanos E Reg.*, 12 (1), pp. 9-22.

- International Crisis Group (ICG) (2010), *Timor-Leste: Oe-cusse and the Indonesian Border*.
- Sanchez, C., Carvalho, V., Kathriner, A., O’Shea, M., Kaiser, H. (2012), “First report on the herpetofauna of the Oe-cusse District, an exclave of Timor-Leste”, *Herpetol. Notes*, 5, pp. 137–149.
- Yoder, L. (2016), “The formation and remarkable persistence of the Oe-cusse-Ambeno enclave, Timor”, *Southeast Asian Stud.*, 47, pp. 281–303.
- ZEESM, NOVA-ID - FCT, GEOTPU, FUNDEC, CMOeiras (2016), *Relatório do Plano Director de Ordenamento Territorial na Região Administrativa Especial de Oé-Cusse Ambeno*, Timor-Leste.

Tradições e urbanidade na sociedade Bantu: os usos quotidianos e a relação com a produção nos *musseques* de Luanda

Pedro Ferro^a

Resumo

Neste artigo faz-se uma reflexão sobre as estratégias nos assentamentos das comunidades *bantu* relacionadas com os usos do quotidiano e o modelo de produção, suas adaptações culturais com a urbanidade e influências nos assentamentos dos *musseques*. Uma reflexão para o entendimento do papel dos assentamentos como fator de salvaguarda da existência social, que tem por base uma análise empírica partindo do conhecimento da organização social deste grupo etnolinguístico, os *bantus*, dos espaços de uso do quotidiano relacionados com o modelo de vida comunitária, de cumplicidade e partilha de responsabilidades da sociedade, do informal como expressão cultural.

Palavras-Chave

Bantu, Informal, *Musseques*, Assentamentos

Abstract

In this article we present a reflection on the strategies in the settlements of Bantu communities related to the uses of daily life and the model of production, their cultural adaptations with urbanity and influences in the settlements of the *musseques*. A reflection on the understanding of the role of settlements as a safeguard of social existence, which is based on an empirical analysis that has as its starting point the knowledge of the social organization of this ethnolinguistic group, the *bantus*, of the spaces of everyday use related to the model of community life, of complicity and sharing of responsibilities of society, of the informal as a cultural expression.

Keywords

Bantu, Informal, *Musseques*, Settlements

Introdução

A cultura da sociedade Angolana tem origem no grupo etnolinguístico *bantu*¹, o qual se expandiu por quase toda a África Austral.

Como refere Muanamosi Matumona (2011, p. 32) "a sociedade bantu é desenhada em círculos concêntricos sobrepostos entre si e cada vez mais amplos". Na cultura *bantu* "a vida é individual, mas pertence ao mesmo tempo a todos, pois é também comunitária, pois é na comunidade que o africano encontra a sua identidade." (Idem., p. 31).

Na cultura *bantu* a organização social caracteriza-se pelos fortes laços de relação comunitária. Ela tem na base a comunidade de família, não no conceito de família monoparental mas no de família alargado. É uma relação espiritual e temporal resultante da comunhão entre os vivos

e os mortos.

Nas sociedades *bantu* o poder personifica-se no chefe da comunidade. Este poder é personalizado e autocrático nele participando os membros do concelho da comunidade com carácter consultivo. "[É] um poder político anterior ao poder do Estado, com suporte na organização social e no parentesco" (Pacheco, 2002, p. 6). Onde o líder detém "os poderes executivo, legislativo (normativo) e judicial" (Idem, p. 8).

Este poder do *chefe*, respeitado e indiscutível, não se sustenta só na oligarquia das famílias e na tradição. Nas sociedades *bantu* os meios de produção e de consumo são pertença da comunidade, cabendo ao chefe a sua gestão.

Deste modelo resulta que as normas de conduta cívica e moral são orais, passam oralmente de geração em geração cabendo aos mais velhos assegurar a sabedoria e as tradições. Donde o

^a Pedro Manuel Trovão Ferro. Doutorando em Urbanismo na Faculdade de Arquitectura da Universidade de Lisboa. Licenciado em Arquitectura pela Escola Superior de Belas Artes de Lisboa (1979). Desenvolve a sua actividade como arquitecto em Portugal (desde 1979) e em Angola (desde 2007). E-mail: arqtopferro@gmail.com

¹ Bantu - designa o grupo etnolinguístico da região da África Austral. Etnologicamente a palavra deriva da *bantu*, *ba* (prefixo nominal de classe) e *ntu* (pessoa ou humano) («Bantus», 2017).

provérbio africano "em África quando morre um velho desaparece uma biblioteca". E, porque são orais, são normas restritas e flexíveis, ajustando-se às necessidades da comunidade e ao evoluir cultural. Este modelo oral dos códigos de conduta é, assim, bem diferente do modelo dos códigos escritos da cultura europeia que remontam ao Império Romano e ao Primeiro Testamento.

Os usos e o informal - do rural à urbanidade

Deste modelo comunitário da organização social resultam os conceitos de cidadania comunitária e de propriedade comunitária. Na propriedade comunitária não existe separação entre espaço privada e espaço público, entre centro e periferia. Conceitos bem diferentes dos conceitos de cidadania individual e de divisão de propriedade na sociedade ocidental.

A propriedade comunitária é o espaço do habitat da comunidade (Imagem 1). É o território que responde às necessidades de proteção e segurança, de acesso à água e à produção dos bens alimentares e de artefactos.

Neste espaço comunitário os seus membros participam da mesma vida, devem obediência ao seu líder e solidariedade com os seus membros. Destes princípios resulta o espaço de uso do quotidiano.

O espaço de habitação é, quase exclusivamente, destinado ao descanso da família e à guarda de haveres, já que, as restantes atividades diárias são normalmente realizadas no exterior. É no espaço exterior que se realiza a confeção de alimentos e as refeições (Imagem 2).

As tarefas domésticas ou de produção são, regra geral, compartilhadas por diversos membros da comunidade familiar ou de vizinhança, elas são ao mesmo tempo, um tempo de trabalho e de convívio. O mesmo espírito de partilha e de responsabilidade está presente na guarda e educação das crianças a qual cabe a toda a comunidade.

É também resultante deste espírito de vida comunitário e de partilha que se pode observar a presença nos assentamentos rurais de diversos equipamentos de uso comunitário, como sejam: o pombal, o silo (Imagem 3) ou a cacimba².

Já o *jango*³ (Imagem 4), espaço de reunião do concelho do *quimbo*⁴, sendo embora um espaço comunitário quando das reuniões do concelho a ele só têm acesso e direito ao uso da palavra os seus membros. Mas, sendo o jango um espaço aberto, do que aí é falado não há segredo.

Os espaços exteriores são, por estes factos, aqueles onde se desenvolve toda a vida do quotidiano e de relações sociais destas comunidades, e, por isso, aqueles de maior valor. Donde os assentamentos não possam ser: nem tão afastados que impeçam o contacto social; nem tão próximos que obstruam o espaço das atividades quotidianas.

O espaço de vida comunitária é, assim, um espaço extrovertido como extrovertida é esta sociedade. Só em comunidades que se dedicam à pastoreia, para a guarda do gado, se verifica a vedação exterior à habitação.

Não se pode por isso falar de uma morfologia física dos núcleos rurais, eles desenvolvem-se ao sabor das necessidades e da morfologia do terreno. Mas pode-se falar de uma morfologia social, a dos espaços de uso comunitário.



Imagem 1 - Casas de aldeia
Imagem 2 - A confeção de alimentos
Imagem 3 - Silo de aldeia
Imagem 4 - Jango

Fonte: autor

² Cacimba - poço de águas pluviais filtradas pelo terreno.

³ Jango - construção destinada à reunião do concelho da aldeia.

⁴ Quimbo - termo usado em Angola sinónimo de aldeia.

A urbanidade é o fator que mais influencia a assimilação cultural. Com as deslocções campo-cidade os migrantes contactam com novas tecnologias, com novos hábitos de consumo, transitam de uma economia agrícola de trocas para uma economia capitalista, assimilando novos usos e costumes.

Não obstante, a modernidade que se dá com a urbanidade, por influência de outras culturas, não influi nas tradições mais profundas. Mesmo em sectores sociais com maior contacto com a cultura ocidental é perceptível na comunidade de família o respeito pelas suas lideranças e a perseverança de princípios de partilha, de cumplicidade e de responsabilidade.

Com a urbanidade surge o conceito de propriedade e novos modelos de solidariedade e entreatajuda, nomeadamente a *kixikila*⁵. Mas no urbano continua a verificar-se a proximidade dos assentamentos de uma mesma comunidade familiar, os laços de solidariedade e entreatajuda imprescindíveis para a sua subsistência assim o exigem.

No processo de transição do rural para o urbano, fruto das migrações campo-cidade, esses migrantes constroem o seu habitat segundo as suas tradições culturais. Mas os assentamentos dos novos migrantes têm uma lógica e uma estratégia estritamente relacionada com a produção. As primeiras opções dos migrantes na escolha do local de assentamento recai sobre o espaço periurbano onde constroem a sua habitação e cultivam a sua *lavra*⁶. É a "[...] simbiótica com o hiterland agrícola [uma] agricultura periurbana de subsistência e de mercado" (Macucule, 2010,

p. 46). Desta estratégia resulta uma ocupação dispersa. É a transposição do modelo rural para o urbano.

Com a viabilidade de obtenção de postos de trabalho assalariado dá-se a transição para um novo modelo de produção a qual dá lugar a um novo modelo de assentamentos. Os assentamentos dispersos tendem a densificar a sua ocupação com a chegada de novos elementos da família ou do clã, o espaço comunitário reduz-se aos acessos e pequenos largos.

O exemplo analisado (Imagem 5) distava em 2002 cerca de 6,5 quilómetros da periferia de Luanda e apresentava uma reduzida ocupação dispersa entre lavras. Com o início das obras da Centralidade do Kilamba em 2009, e o surgir de potenciais postos de trabalho, o núcleo rural, a 1,5 quilómetros de distância da Centralidade do Kilmaba, começa a receber novos assentamentos. Mas é com a ocupação das 20.001 residências desta Centralidade em 2014, do qual resultam novos postos de trabalho domésticos, que o núcleo perde a sua característica rural e adquire um carácter urbano e uma maior concentração de habitantes.

Com a concentração habitacional surge também o pequeno comércio, ora no modelo de *janela aberta*⁷, ora no de venda de rua. Nestas opções de assentamento a proximidade à *cidade de cimento* é, não só, uma proximidade aos postos de trabalho, como às suas infra-estruturas e equipamentos.

Os *musseques*⁸ não são propriamente uma ocupação clandestina, estes novos habitantes da cidade trazem das suas origens os hábitos de organização

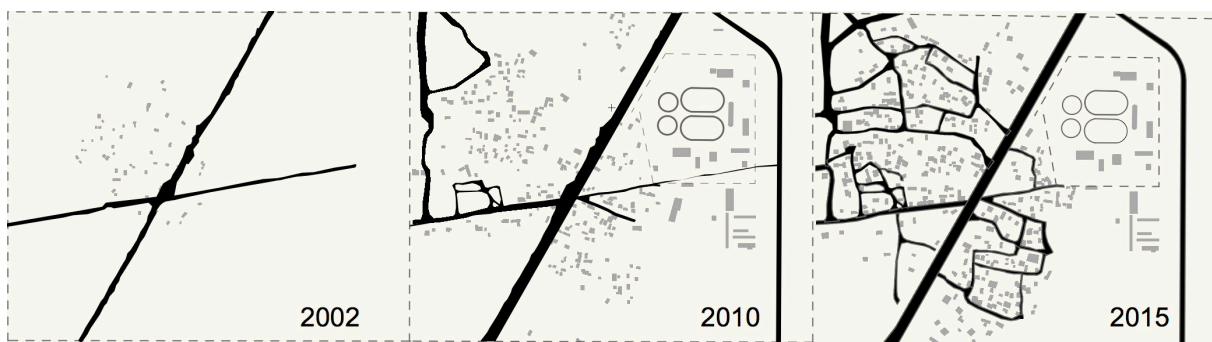


Imagem 5 - Evolução do musseque na periferia de Luanda, do rural (2002) ao urbano (2015)

Fonte: autor

⁵ Kixikila - um processo de entreatajuda na qual os membros acordam doar periodicamente um montante fixo e igual dos seus rendimentos a um dos membros rotativamente. Este hábito surgiu no tempo das senhas para aquisição de bens nas Lojas do Povo.

⁶ Lavra - termo usado em Angola para designar uma pequena parcela de cultivo agrícola.

⁷ Janela aberta - expressão usada para designar a atividade comercial feita na área de residência.

⁸ Musseque - bairro de assentamentos espontâneos.

⁹ Soba - autoridade tradicional, com poderes de juiz na sua comunidade. («Soba (Angola)», 2015).

social e de poder. Os *musseques*, embora alheios às autoridades administrativas, têm regras e autoridade. As lideranças, na figura tradicional do *soba*⁹ ou na figura do chefe de bairro, e as organizações de vizinhança são reconhecidas, a elas cabe regular os assentamentos e a vida do bairro. É o que Morten Nielsen (2010) parafraseado por Júlio Carrilho (2014) caracteriza de "insegurança estável", à insegurança legal os seus residentes contrapõem "o seu reconhecimento pelas vizinhanças e autoridades locais, testemunhando a ocupação do solo e a construção do seu habitat" (Carrilho, 2014, p. 12). À informalidade dos *musseques*, que alguns classificam de desordenamento urbano, contrapõem-se a coesão e a ordem social. Espaços urbanos onde a coesão social e a ordem social têm uma vitalidade que não se encontra nos bairros formais de um urbanismo pseudo-ordenado.

Na realidade a problemática dos *musseques* não está na sinuosidade e diversidade das suas formas. A problemática dos *musseques* está na ausência de infra-estruturas e qualificação dos seus espaços.

"na imagem da cidade, nem sempre o sinuoso e o diverso será a expressão da desordem nem, inversamente, o rectilíneo e a repetição de modelos distantes é a expressão máxima da organização espacial." (Carrilho, 2014, p. 28).

O termo *informal* relacionado com os assentamentos de génese popular é, por muitos autores que abordam as questões das cidades africanas, usado no conceito de assentamentos de génese ilegal, executados sem recurso a técnicos especializados e em espaços urbanos não planificados. Para estes autores o termo *informal* tem um cariz reduzido às questões técnico-burocráticas sem terem em conta o contexto que deu origem a estes espaços.

Formal e *informal*, arquétipos com origem em preconceitos culturais, os quais, como refere Carlos Serra, se poderiam classificar como "categorias binárias, hostis às mediações, estrangeiras à razão contraditória e ao terceiro excluído — barrando o entendimento da complexidade". (Carrilho, Coelho, & Palma, 2014, p. 7).

A ausência de um conceito de limites e o valor dos espaços dos usos quotidianos nas relações sociais das sociedades *bantu* conduz a um processo de conceção de espaços de dentro para fora onde o uso forja a forma. O *informal* nos assentamentos é, deste modo, fruto de uma ação imaginativa e criativa em resposta às necessidades e aos usos.

A forma provém do *informal*, a estrutura das relações comunitárias e a função dos usos. O objeto não é detalhado na sua conceção. Forma, função e estrutura desenrolam-se como um todo. Dele não resulta homogeneidade, antes diversidade, como diversa é a riqueza da sua cultura que se expressa nas artes plásticas, na música, nos trajes ou na dança. O *informal* é o simbólico, a identidade cultural que conduz à apropriação do espaço, é o espaço do "vivido" segundo o conceito de H. Lefebvre (2013). O espaço comunitário é o espaço de uso do quotidiano, das vivências dos espaços, o do "percebido" no conceito de H. Lefebvre (2013).

Na morfologia urbana africana observa-se a justaposição e a penetração do *informal* na cidade consolidada, assim como do rural no urbano. Se a esta informalidade se acrescentar a apropriação dos espaços públicos da cidade pelos seus cidadãos, com suas bancas de venda, as cozinhas de rua, os montículos de vegetais expostos nos passeios, este modelo *informal* de comércio que se monta e desmonta, poder-se-á então dizer que o *informal* não é um exclusivo dos assentamentos urbanos, ele é comum aos comportamentos sociais.

O termo *informal* é um adjetivo de comportamento onde há cumplicidade, confiança e familiaridade. Ora, estas características observam-se nos modos de comportamento *bantu*: seus hábitos de relações sociais de familiaridade e vizinhança; os limites difusos entre público e privado, fruto da tradição em que a propriedade é um bem comunitário; e seus códigos de conduta orais, restritos e flexíveis. Então, considerando que esta conduta de informalidade não está só presente nos assentamentos urbanos, mas também na apropriação dos espaços públicos, o adjetivo *informal* como expressão do *modus vivendi* das sociedades *bantu* adequa-se ao modo de conceção dos espaços na cultura *bantu*. Não com o carácter depreciativo técnico-burocrático que alguns autores lhe pretendem dar, mas como símbolo de expressão cultural.

Notas finais

Em conclusão, poder-se-á então dizer que o *informal* está na génese da cultura *bantu* ou, como Júlio Carrilho (2014), o informal é "uma identidade espacial urbana africana" (p. 14).

O valor do produto é, para estas comunidades, irrisório. Ao contrário o valor da obra, a que resulta do uso, é o valor que a sociedade valoriza. Porque é através do espaço de uso que se

desenvolvem as relações de vizinhança, de solidariedade e compartilha de que estas populações dependem para a sua integração na comunidade urbana.

Uma ação do "concebido" junto destas comunidades carece de uma compreensão profunda dos valores do uso. Implica uma intervenção de carácter essencialmente pedagógico para eliminação dos riscos e melhoria da qualidade do seu habitat. A obstrução aos meios de produção e/ou a transformação dos seus espaços de uso em algo que lhes é estranho põe fim à sua *existência social*. Ou seja, põe fim ao direito à integração na comunidade e ao justo rendimento da produção.

Bibliografia

- Bantus. (2017), Em *Wikipédia, a enciclopédia livre*, Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/w/index.php?title=Bantus&oldid=48662766>.
- Carrilho, J., Coelho, A. B., & Palma, N. (2014), *Que Arquitectura Nos Países em Desenvolvimento?*, Lisboa: Escolar Editora.
- Lefebvre, H. (2013), *La producción del espacio*, Capitán Swing Libros S.L.
- Macucule, D. A. (2010). *Metropolização e reestruturação urbana: o território do grande Maputo*, Disponível em: <http://run.unl.pt/handle/10362/5142>.
- Matumona, M. (2011), *Filosofia africana: -- na linha do tempo-- : implicações epistemológicas, pedagógicas e práticas de uma ciência moderna*, Lisboa: Esfera do Caos.
- Pacheco, F. (2002), *Autoridades Tradicionais e Estruturas Locais de Poder em Angola: Aspectos essenciais a ter em conta na futura administração autárquica*, Disponível em: <http://library.fes.de/pdf-files/bueros/angola/hosting/pacheco.pdf>.
- Soba (Angola), (2015), Em *Wikipédia, a enciclopédia livre*, Disponível em: [https://pt.wikipedia.org/w/index.php?title=Soba_\(Angola\)&oldid=42725085](https://pt.wikipedia.org/w/index.php?title=Soba_(Angola)&oldid=42725085).

RMMAS

NORMAS

Normas para apresentação de originais da E-Revista:

ESTUDOS SOBRE A CIDADE

ESPAÇOS

VIVOS • CONSTRUÍDOS

Requisitos para a apresentação de originais:

1. Os artigos propostos deverão ser originais, comprometendo-se os autores a não os candidatarem em simultâneo a outra publicação.

2. Os textos devem ser formatados a espaço e meio (inclusive as notas e bibliografia) e corpo de letra 12. Devem ser enviados por e-mail (cidade.convive@gmail.com), com o ficheiro de texto em Word for Windows.

3. O limite máximo de dimensão dos artigos é de 30.000 caracteres (com espaços), incluindo notas, bibliografia, quadros e figuras. Cada artigo deve ser acompanhado de um resumo com um máximo de 650 caracteres, se possível traduzido em inglês. A seguir ao resumo devem ser acrescentadas três ou quatro palavras-chave. Cada artigo não deve ultrapassar um total de sete quadros ou figuras. Deve apresentar também um reduzido número de notas de rodapé.

4. Nos artigos, sugere-se a utilização de, no máximo, dois níveis de titulação, preferencialmente sem numeração, ou com numeração árabe.

5. As transcrições deverão abrir e encerrar com aspas. Os vocábulos noutras línguas devem ser formatados em itálico.

6. Os elementos não textuais nos artigos devem ser organizados em quadros e figuras, identificados com numeração árabe contínua para cada um destes tipos de elementos.

7. Nas chamadas de nota de rodapé devem utilizar-se apenas números, sem parêntesis. A numeração das notas deve ser contínua do princípio ao fim do artigo.

8. As referências bibliográficas das obras citadas devem obedecer às seguintes orientações:

a) Livro – Apelido, Nome Próprio (ano, ev. ref. da primeira edição),

Título do Livro: subtítulo, Local de edição: Editor.

b) Artigo em publicação periódica – Apelido, Nome Próprio (ano), Título do artigo: subtítulo, Nome da Revista, volume (número), páginas.

c) Textos em coletâneas – Apelido, Nome Próprio (ano, com ou sem ref. à primeira edição), Título do texto: subtítulo, em Nome Próprio e Apelido (org.), Título da Coletânea, Subtítulo, Local de edição: Editor, páginas.

9. Todos os trabalhos enviados devem:

a) conter a versão final do texto, pronta a publicar, devidamente revista de eventuais gralhas;

b) quando incluírem materiais gráficos, fazer-se acompanhar dos respetivos – no programa em que foram construídos – com indicação, no texto, dos locais onde devem ser inseridos. Todos os materiais gráficos devem ser concebidos em preto e branco ou em tons de cinzento. Os elementos extratexto (gráficos, mapas, gravuras ou fotografias) devem ser entregues em ficheiros autónomos devidamente identificados: os gráficos num só ficheiro Excel; outras figuras, em formato ‘.png’, ‘.jpg’ ou ‘.tif’, em ficheiro próprio único.

c) assinalar claramente as expressões a imprimir em itálico, ou a destacar por outra forma gráfica;

d) vir acompanhados de breve currículo do(s) autor(es), com indicação da formação académica e da situação profissional do(s) autor(es), bem como das instituições em que desenvolve(m) atividade e elementos de contacto (endereços(s) de e-mail).

10. Os artigos propostos para publicação serão submetidos a parecer de especialistas das áreas científicas em causa, em regime de anonimato. A decisão final de publicação é da responsabilidade do conselho de redação.

REFEREES QUE PARTICIPARAM

Alexandra Paio, ISCTE-IUL

Andreia Arruda, Universidade Católica de Campinas

Elisabete Freire, FA.Ulisboa

Filipa Ramalhete, Universidade Autónoma de Lisboa

Francisco Serdoura, FA.Ulisboa

Joana Pestana, ISCTE-IUL

João Cabral, FA.Ulisboa

Jorge Nicolau, CIAUD

José Luís Crespo, FA.Ulisboa

Jussara Nogueira, Universidade Estadual do Maranhão

Manuela Mendes, FA.Ulisboa

Rita Almendra, FA.Ulisboa

Rita Ochoa, UBI

Sara Eloy, ISCTE-IUL

Teresa Madeira e Silva, ISCTE-IUL

Teresa Sá, FA.Ulisboa

Tiago Cardoso, UBI

